

TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

NÚMERO 13
JULHO A DEZEMBRO DE 2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Reitor: Roberto Ramos
Vice-Reitora: Gioconda Martinez
Diretor da Editora da UFRR: Rafael da Silva Oliveira

CONSELHO EDITORIAL PROFESSORES CONSELHEIROS

Alexander Sibajev
Armando José da Silva
Fábio L. Wankler
Jací Guilherme Vieira
Marlene Grade

Nilza Pereira de Araújo
Rafael da Silva Oliveira
Robson Fernandes Farias
Rubens Savaris Leal
Simão Farias Almeida

TEXTOS & DEBATES

REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Comitê Editorial

Ana Lúcia de Sousa
Mária Luíza Fernandes

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Profa. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Profa. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dr. Jací Guilherme Vieira (UFRR)
Profa. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)

Profa. Dra. Maria das Graças Santos D. Magalhães (UFRR)
Profa. Dra. Maria Luíza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)

Conselho Consultivo

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)

Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)
Profa. Dra. Maria Denise Guedes (UFScar)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramòn Peña Castro (UFScar)

Projeto Gráfico: Hefrayn Lopes

Ilustração de Capa: Rafaella Ráfea da Silva Pereira

Diagramação: Luiz Cláudio Corrêa Duarte e Vera Paula Duarte

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade dos autores

Dados Internacionais e Catalogação na Publicação (CIP)

TEXTOS e Debates/Universidade Federal de Roraima,

Centro de Ciências Humanas - V.1,n.1 (Ago - Dez 1995)

Boa Vista/RR: Editora UFRR, CCH, 1995.

Periodicidade Semestral

ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História -
Universidade Federal de Roraima

CDU:0 (05)

5 APRESENTAÇÃO

SUMÁRIO

7 A CENTRALIDADE DO TRABALHO
NO MUNDO MODERNO
ANDRÉ BARRETO DE SOUZA

17 O MST E A SUA INSTALAÇÃO
NO ESTADO DE RORAIMA EM 2006
CARLOS ALBERTO DE SOUZA CARDOSO

41 UMA MANIFESTAÇÃO CULTURAL EM
SANTARÉM DO PARÁ
SAIRÉ:rito, festa e poder-1996 a 2004
CLÁUDIA LAURIDO FIGUEIRA
DANIELA REBELO BLANCO

69 EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL:
RELAÇÕES COM A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA
A FINANCEIRIZAÇÃO ECONÔMICA E O NEOLIBERALISMO
EDISON RIUITIRO OYAMA

103 REPRESSÃO, HIGIENE E DISCIPLINA NA BELLE-ÉPOQUE
BELENENSE 1890/1900
IPOJUCAN DIAS CAMPOS

130 A VIOLÊNCIA INDÍGENA NA ÓTICA
DO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA
PAULO SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA
JACI GUILHERME VIEIRA

152 PUEBLOS INDÍGENAS Y ESTADOS NACIONALES
EM LA AMÉRICA LATINA:
DESDE LOS DERECHOS HUMANOS
A LAS CIUDADANIAS INTERCULTURALES
MAXIM REPETTO

164 FEDERALISMO E MERCADO
RICARDO BORGES GAMA NETO

176 MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE
UMA ABORDAGEM PRELIMINAR
TERESA CRISTINA ESMERALDA BEZERRA

203 RESENHA
CRISTIANA CAVALCANTI FREIRE

LIVRARIA & PAPELARIA DA EdUFRR

Nossa livraria é a única em
Roraima que trabalha exclusivamente
com livros de editoras universitárias.
Faça-nos uma visita!

EDUSC - PUC/SP - EDUFMG - EdUFBA - EDUSP -
EdFSM - EdUFG - EDITORA DA UNISINOS - EdUFSCar -
EdUERJ - EdUFRJ - EdUFSC - EdUFRGS - EDITORA DA UnB -
EDITORA DA UNESP - EDITORA DA FIOCRUZ - ASSOCIAÇÃO
EDITORIAL HUMANITAS - EDIPUCRS - EDUA - EDITORA DA UFV -
EDUFLA - EDITORA DA ULBRA - EdFRO - EDUFPA -
ENTRE OUTRAS..

ALÉM DA CLACSO (ARGENTINA) E UNESCO



www.editoraufrr.com.br



APRESENTAÇÃO

Eis que vem a público mais uma edição da Revista Textos & Debates, continuando com seu objetivo de divulgar a produção da comunidade da Universidade Federal de Roraima, do Estado e do país.

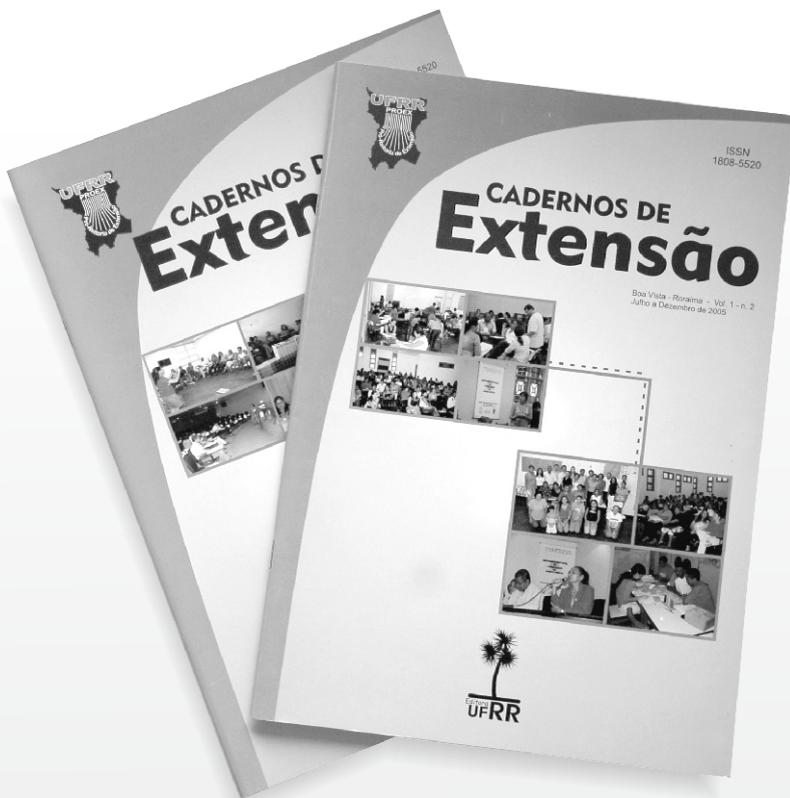
Nós, do Comitê Editorial, percebemos com grande satisfação a crescente procura pela Revista, demonstrando a produção dos pesquisadores e o respeito pela publicação do CCH. Assim, temos a convicção de estarmos contribuindo para o debate na área das Ciências Humanas, tendo em vista a qualidade dos artigos e a diversidade dos mesmos.

Nesse Número específico temos a colaboração de pesquisadores de outros estados da federação bem como artigos que versam sobre temáticas nos campos da Sociologia, História, Ciência Política, Antropologia e Educação.

No próximo número a Revista Textos & Debates deverá inaugurar uma nova etapa em sua trajetória, com a publicação de dossiês. Dessa forma, atendemos a uma reivindicação antiga de pesquisadores com a preocupação de aprofundar temas relacionados à realidade regional, através da publicação de dossiês temáticos.

Esperamos que os leitores apreciem os textos e se motivem a enviar suas produções para continuarmos trazendo o debate para o campo acadêmico e, assim, contribuir para uma melhor discussão no campo das Ciências Humanas.

Comitê Editorial



CADERNOS DE EXTENSÃO
Revista da Pró-Reitoria de Extensão
Publicação semestral



ARTIGO

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO MUNDO MODERNO*

RESUMO: O objetivo deste texto é confrontar a problemática do trabalho na sociedade moderna, utilizando o método comparativo para identificar os argumentos e as variáveis conceituais de Claus Offe, Ricardo Antunes & Giovanni Alves e Bila Sorj em relação à centralidade do trabalho. Atualmente a categoria trabalho juntamente com o mundo do trabalho vem sofrendo mudanças na forma de conceber a realidade social diferenciando-se do antigo conceito, mas não deixando de ser considerado por alguns a principal estrutura da sociedade.

Palavras-chave: Trabalho. Conceito. Modernidade.

INTRODUÇÃO

A questão do trabalho enquanto categoria sociológica, chave para entender a sociedade moderna¹, foi uma preocupação dos teóricos clássicos da sociologia (Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber), de modo que todas as teorias tinham o trabalho como fenômeno social principal. As sociedades

.Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Roraima, aluno de Filosofia – Universidade Estadual de Roraima. Bolsista do Departamento de Relações Internacionais – Universidade Federal de Roraima. E-mail: andrebt5@yahoo.com.br

*Agradeço a professora Dr^a France Rodrigues dos Santos pelas críticas e sugestões pertinentes ao trabalho

¹Entendemos por modernidade o período em que o homem dotado de razão, passa a ser a medida de todas as coisas e que: (...) A partir do seu advento, os fenômenos da natureza, a legitimidade da ordem social, do mundo humano, e os sentidos da história devem ser explicados à luz de princípios racionais e não míticos. Cabe à razão dar conta de uma tarefa outrora atribuída ao mito, à religião e a metafísica clássica, a saber: assegurar a unidade e a estabilidade do mundo humano, fundamentar a ordem, buscar e garantir um sentido e uma verdade para a vida e a própria história humana. (...) (BEZERRA. 2005, p. 5,6).

se organizavam e/ou estruturavam-se em torno do trabalho. Portanto, a partir da categoria trabalho buscou-se respostas para os problemas sociais.

As crescentes mudanças na estrutura da sociedade moderna; as transformações da família nuclear e da sociedade de classes sociais e, ainda, o enfraquecimento do Estado-nação fizeram surgir novas categorias de análises. Tais fatos fizeram com que, para alguns teóricos, o trabalho perdessem sua capacidade de explicar a estrutura da sociedade e a classe trabalhadora deixasse de ser o grupo social fundamental na sociedade moderna. Questionamentos devem ser feitos para entender o lugar da categoria trabalho no entendimento da atual sociedade. Portanto, o objetivo deste será o de buscar identificar as semelhanças e/ou diferenças entre teóricos da sociologia Ricardo Antunes & Giovanni Alves e Bila Sorj, os quais discutem o tema.

Dessa forma, o trabalho inicia-se demonstrando os argumentos dos autores acima descritos, acerca do conceito e das mudanças do trabalho e, por último, compara a abordagem de cada autor sobre a categoria trabalho na sociedade moderna. A utilização do método comparativo implica identificar as diferentes variáveis conceituais apropriadas por cada um desses autores e quais as suas teses em torno da questão do trabalho. Discutir-se-á o capítulo quinto: Trabalho: a categoria sociológica chave? (extraído do livro Capitalismo Desorganizado de Claus Offe); O artigo: As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital, publicado na revista Educ. Soc., de Ricardo Antunes & Giovanni Alves, ao final, o artigo: Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros, publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, de Bila Sorj.

A opção por estes autores deu-se a partir de um trabalho desenvolvido na disciplina Sociologia do Trabalho, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima. Esse trabalho se justifica pelo fato de que, enquanto formação das ciências sociais, esse tema é pouco abordado, deduzindo-se que o desinteresse pelo trabalho enquanto categoria central na sociedade, não está somente nos atuais cursos, mas na própria teoria sociológica atual.

CLAUS OFFE: “TRABALHO: A CATEGORIA SOCIOLÓGICA CHAVE?”

As teorias clássicas, tanto a marxista de Karl Marx quanto a funcionalista de Emile Durkheim, bem como o método compreensivo baseado em tipos ideais de Max Weber apontavam para o caráter da estrutura organizacional da sociedade moderna e buscavam dar respostas a questões como os conflitos e as interações na sociedade.

A teoria marxista concebe a idéia de que a sociedade moderna está dividida em classes sociais, caracterizada pela relação de tensão dos meios de produção versus tensão da força de trabalho, entre quem detém os meios de produção e quem detém a força de trabalho, ou seja, a burguesia e o proletariado. Esta sociedade tem suas regras e condutas e está inserida em um sistema de Produção Capitalista. Segundo Marx, existe nesta sociedade uma divisão social do trabalho, conceituada no dicionário do Pensamento Marxista “como o sistema complexo de todas as formas úteis de trabalho que são levadas a cabo independentemente umas das outras por produtos privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros. (...)” (BOTTOMORE, 1983, p. 112),

A divisão do trabalho é entendida, basicamente, como meio de produção de determinada mercadoria, levando em consideração também a divisão entre os indivíduos. Portanto, segundo Braverman (1980), a divisão social do trabalho pode ser interpretada como sendo o meio de segmentação da sociedade. No caso da divisão do trabalho, a produção busca valorizar o capital, por meio da mais-valia, ou melhor, o valor excedente produzido pelo trabalhador da indústria e que é absorvido pelos donos dos meios de produção.

Para Durkheim, a divisão do trabalho levou a identificar que os fatos sociais têm origem externa aos indivíduos e que em qualquer grupo ou sociedade existem formas padronizadas, seja de conduta, seja de pensamento. Baseado nesta categoria, Durkheim afirma que existem na sociedade dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica é aquela em que os indivíduos compartilham de uma consciência comum, sendo este tipo encontrado em sociedades pré-

capitalistas, onde a divisão social do trabalho ainda não se concebe, uma vez que os indivíduos que executam as mesmas tarefas se vêem compartilhando de uma consciência comum. No caso da solidariedade orgânica, os indivíduos estão unidos pela divisão social do trabalho, sendo esta de caráter tipicamente capitalista. Nesta concepção, a consciência coletiva se afrouxa, diferente da solidariedade mecânica. No caso da solidariedade orgânica, o que une os indivíduos é a divisão do trabalho, a qual gera uma interdependência, abrindo espaço para a consciência individual, que está expressa nas diferenças entre as pessoas. No entanto, a função da divisão social do trabalho, seria a de criar um sentimento de solidariedade entre os homens.

Para Weber, a partir da racionalização 'entendida como o predomínio de uma lógica objetiva e pragmática (...)' (BEZERRA. 2005, p. 11), e associando a ética religiosa à idéia de vocação, a qual se entende como valorização do cumprimento do dever dentro das profissões seculares, é possível conceber uma análise sociológica, fundada em uma ética protestante e na ordem econômica capitalista que foi desenvolvida, culturalmente, no mundo ocidental. Nessa perspectiva, o trabalho é antes de tudo, a finalidade própria da vida e onde se aplica as demais categorias dos indivíduos.

Claus Offe (1994) começa a discussão acerca do trabalho, sintetizando o pensamento desses autores, para os quais o trabalho assalariado está ligado à estrutura organizacional do capitalismo, juntamente com a divisão do trabalho. Portanto, todas as formas de resistência, seja política, seja econômica e cultural estavam intrinsecamente ligadas a essa forma de trabalho assalariado hierarquizada.

Segundo Offe, o paradigma centrado no trabalho tornou-se limitado, uma vez que se mostrou ineficiente para compreender questões mais focais como a família, os papéis sexuais, a saúde, o comportamento 'desviante' e a interação entre administração e o Estado, deram outras temáticas da realidade social. Essas novas categorias mais focais representam formas diferentes de se entender a realidade e diferenciam-se da visão dos clássicos da sociologia que buscavam compreender a sociedade na sua totalidade.

Claus Offe afirma que, mesmo com a mudança de paradigma, deve-se perguntar se o trabalho perdeu a importância enquanto categoria sociológica que estabelece a estrutura e a dinâmica da sociedade. Para Claus Offe:

(...) isso estimularia as seguintes questões: existem indicações na diminuição no poder determinante objetivo do trabalho, da produção e da compra em relação às condições sociais e ao desenvolvimento social como um todo? A sociedade está objetivamente menos configurada pelo fato do trabalho? A esfera da produção e do trabalho está perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla? É possível dizer, apesar do fato de uma parte esmagadora da população depender do salário, que o trabalho se tornou menos importante para os indivíduos quanto para a coletividade? (...) (1994. p. 174-175).

Esses questionamentos de Claus Offe a respeito da mudança no mundo do trabalho são baseados em rupturas que ficam evidentes durante a década de 1970. A partir desse período dividiu-se o mercado de trabalho em “primário e secundário; interno e externo”. Verificou-se que a “produção de bens e serviços ocorrem também fora das estruturas sociais do trabalho”. Os sociólogos de linha marxista concentravam suas análises na “divisão vertical dos trabalhadores” e no “crescimento das classes intermediárias”, enfatizando as diferenças entre as formas de trabalho “produtivo” e os “serviços”, (CLAUS OFFE, 1994. P. 177, 178.).

As teorias baseadas em um “mundo vivido” buscam trilhar um caminho diferente do pensamento clássico; tentam romper com a idéia de que o trabalho tem um relativo privilégio na teoria sociológica e que consegue dar respostas a todos os problemas na sociedade, a partir de modelos e categorias que padronizam em uma totalidade, deixando de analisar questões mais focais. Isso leva a perceber que algumas das atividades assalariadas relativas ao trabalho “nada mais têm em comum a não ser o nome”, fazendo ruir bases da identidade coletiva, seja política, seja cultural (CLAUS OFFE, 1994).

Portanto, pode-se conceber que a partir de então, as explicações para os problemas e conflitos na sociedade se dão em função de categorias focais em uma sociedade pós-industrial, ou seja, a sociedade de serviços, onde aparece uma classe média empregada neste setor e que vai influenciar a estrutura e a cultura consumista.

ANTUNES E ALVES: MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Ricardo Antunes e Giovanni Alves apontam de forma clara o objetivo do texto, que é mostrar as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do *trabalho*, proporcionando uma leitura alternativa e diferenciada em relação às teses de autores que defendem o esgotamento ou mesmo o fim da categoria *trabalho*. Afirmam que há de fato um processo complexo e heterogêneo em relação à categoria, mas seguem na contramão daqueles que defendem a tese do fim do trabalho (ANTUNES, ALVES, 2004.).

Para Antunes e Alves o trabalho não deixou de ser a peça principal da estrutura organizacional da sociedade. Tudo converge para as explicações em que todos os fenômenos sociais são analisados a partir do *trabalho*.

Os autores mencionados acima dizem que para compreender a realidade do trabalho é preciso partir de uma amplitude maior do conceito. Antunes e Alves, propõem:

(...) para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário (Antunes & Alves. 1994, 342).

Este conceito transcende do núcleo central, em que o proletariado industrial era tido como o centro, na medida em que produzia a mais-valia e aumentava o capital. Dessa forma ampliam os setores de serviços, ao mesmo tempo em que abrangem setores produtivos e não-produtivos diretos de mais-valia, mas não deixando de conceber o operariado industrial como elemento central na estrutura social. Portanto, para esses autores, o trabalhador é, por sua vez, compreendido na “totalidade dos assalariados”, nos seus “diferentes multiformes”, persistindo, ainda, na relação capital-trabalho, força motriz na geração dos conflitos e oposições na sociedade.

BILA SORJ: SOCIOLOGIA E TRABALHO: MUTAÇÕES, ENCONTROS E DESENCONTROS.

Nesse artigo, Bila Sorj fala da carência de explicações teóricas gerais que buscavam entender as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade. São diversas as teses e explicações nas ciências humanas que sentenciam o fim de algo, como está disposto na citação abaixo:

(...) o fim da história, o fim do social, o fim da sociedade industrial, o fim do iluminismo, o fim da modernidade, o fim do trabalho. Evidentemente, não precisamos aceitar versões cataclísmicas do presente para reconhecer a importância das transformações que estão em curso na atualidade” (SORJ, 2000. p. 25).

Para Bila Sorj, o trabalho parece ter perdido a importância que tinha em outros tempos, em que era categoria central da sociologia, uma referência na padronização de vida, de comportamento, identidade, modelo político, dentre outros. Outras categorias de análises baseadas em 'identidades, estilos de vida e movimentos sociais' fizeram com que o *trabalho* perdesse a capacidade de dar explicações a partir das estruturas sociais, que concebiam os conflitos e interesses como forma padrão de mudança na sociedade (SORJ, 2000. p. 25).

A autora busca assinalar dois movimentos teóricos diferentes: um que insiste na validade das explicações tradicionais, geralmente as de linha marxistas; outro que abraçou de vez o 'fim do *trabalho*'. Segundo Sorj, o trabalho, apesar da diversificação que vem ocorrendo, ainda continua sendo um dos elementos determinantes da vida social. Ela diz que é difícil estabelecer uma fronteira conceitual, na medida em que, os indivíduos continuam a depender da venda de sua força de trabalho e estão presentes em diversas esferas da vida social.

Bila Sorj expõe como a sociologia do trabalho construiu o seu objeto de pesquisa, identificando os limites dos modelos dominantes.

(...)a Sociologia do Trabalho sustentou, ao longo do tempo, um tipo de “consenso ortodoxo” que vem sendo recentemente desestabilizado pela

ação de, pelo menos, duas ordens de fenômenos: as contribuições dos estudos de gênero, que contestam tanto o limites daquilo que se considera trabalho, como a visão de que a esfera econômica possa ser tratada de maneira autônoma das demais esferas da vida, e as recentes mudanças nas relações de trabalho – denominadas por alguns de pós-fordismo, acumulação flexível ou sociedade pós-industrial (...) (SORJ. 2000, p. 28.).

Em relação aos estudos de gêneros que buscam salientar a importância da organização do trabalho, todas as abordagens destacam a influência de valores que estão ligados à questão cultural nesta organização. Afirmando que os resultados foram decisivos para expandir os limites do trabalho, cujo.

(...) o principal resultado dessas contribuições à Sociologia foi a expansão dos limites da definição de trabalho e o aprofundamento da reflexão acerca do caráter histórico e cultural deste conceito e das atividades que abrange. Tal conceito deixou de ter o significado objetivo, transcendente e auto evidente sobre o qual se alicerçou boa parte de nossa tradição sociológica. (...) passaram a ser visto como fruto de configurações culturais (...) (SORJ. 2000, p. 29.).

No entanto, Bila Sorj fala que revisando as tradicionais análises que diferenciam trabalho do não-trabalho, torna-se inevitável que as teorias sociológicas possam se harmonizar com as novas realidades no trabalho e na produtividade.

Para concluir, o *trabalho* segundo Bila Sorj, não deixa de ser um dos elementos principais à estrutura da organização social. Na medida em que surgem novas categorias dentro da sociedade, surgem também novas formas de entender essa realidade social atreladas ao trabalho. Para isso, é preciso identificar os limites do conceito *trabalho*, que segundo o entendimento da autora, está passando por mudanças que precisam ser levadas em consideração na hora das análises dos conflitos e interesses que surgem na sociedade. Assim é necessário perceber essas mudanças, juntamente com as novas configurações do mundo do trabalho, que envolvem as relações contratuais de emprego na sociedade atual.

TRABALHO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS CONCEPÇÕES DE BILA SORJ, CLAUS OFFE, RICARDO ANTUNES E GIOVANNI ALVES

Todos os autores estudados apontam para as mudanças na sociedade. Ainda vive-se em uma sociedade capitalista, onde conflitos emergem a partir da interação entre os indivíduos e grupos.

Claus Offe afirma que o trabalho não deixou de ter um caráter central na estrutura e na dinâmica da sociedade. Para Ricardo Antunes e Giovanni Alves, o trabalho não perdeu o sentido estruturante na organização da sociedade, pelo contrário, o trabalho continua sendo o elemento principal. Na concepção de Bila Sorj, o trabalho também é um dos principais mecanismos da sociedade. Nesse sentido, a autora não consegue ver de forma clara a fronteira que dissocia o trabalho da vida social. Portanto, o trabalho ainda continua sendo, basicamente, a espinha dorsal da sociedade, segundo os teóricos estudados.

Claus Offe aponta que o conceito de *trabalho* mudou, justamente pela aparição de novas questões mais focais que buscam se desprender das análises estruturais e homogeneizantes. O conceito clássico de *trabalho* não é mais viável para explicar os conflitos emergidos na sociedade onde o mundo é vivenciado. Assim, o pensamento que coloca o *trabalho* em lugar privilegiado na teoria sociológica é desfeito.

Ricardo Antunes e Giovanni Alves partem de uma concepção ampliada do conceito, no qual inclui toda forma de trabalho assalariado, em que homens e mulheres vendem sua força de trabalho, transcendendo do conceito clássico que tem o proletariado industrial como central, tornando desta forma limitado enquanto teoria geral. Bila Sorj prefere buscar uma alternativa que vá além das teorias que assumem totalmente o fim do *trabalho* e das que o toma como sendo ainda a categoria privilegiada de análises de problemas e conflitos na sociedade.

Na perspectiva de Bila Sorj, o conceito *trabalho* parece ter perdido a importância central que tinha em outros tempos, pois o seu caráter padronizador enquanto modelo de análise dá lugar a outras categorias. Em um contexto anterior, para entender um dado fenômeno social, por exemplo, tomava-se como perspectiva teórica o *trabalho*, para depois se chegar a explicar questões da vida cotidiana. Em determinado momento, Bila Sorj tenta sintetizar essas duas concepções teóricas. De um lado afirma ser o fim do trabalho e de outro, ainda insiste na validade da perspectiva macro do *trabalho*.

Uma questão ainda acrescida por Sorj é a variável gênero, utilizado para questionar modelos dominantes e identificar os limites conceituais daquilo que se entende por trabalho, não sendo possível dissociar a questão econômica das demais esferas da vida.

De fato, a perspectiva de Sorj é criteriosa na análise conceitual do *trabalho*, buscando sempre uma concepção que vai além das demais que estão localizadas em pontos opostos.

Enfim, o desinteresse pela categoria *trabalho*, entendida como a teoria predominante na sociologia durante muito tempo, se resume a uma questão puramente epistemológica. Iniciada em liames do século XX, mais precisamente com a escola de Frankfurt, quando esta inicia mensuráveis críticas ao projeto iluminista de modernidade, em que se baseia na razão pragmática e instrumental, onde tudo homogeneíza. Essas críticas são amplamente aprofundadas nas décadas de 1960 e 1970, marcadas pelo espírito do que veio a ser chamado de pensamento “pós-moderno” ou de “pós-modernidade”, tendo como centro as revoluções cultural e sexual, assim como a contracultura, as quais alcançaram sua expressividade na chamada revolução de maio de 68, quando novos atores sociais e políticos surgem no cenário.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.** Campinas, Vol. 25, nr. 87, p. 335-351, maio/agosto 2004.
- BOTTOMERO, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- BEZERRA. T. C. E. A modernidade e a pós-modernidade. **Modernidade e Pós-modernidade: uma abordagem preliminar**, Fortaleza, 28 p. Trabalho não publicado.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- OFFE, Claus. In: V TRABALHO: A CATEGORIA SOCIOLÓGICA CHAVE? **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.43, p.25-34, junho. 2000.

ARTIGO

O MST E A SUA INSTALAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA EM 2006

RESUMO: O presente artigo apresenta o processo de formação e consolidação do MST, a importância desse movimento para a luta pela reforma agrária no Brasil, bem como a sua instalação no estado de Roraima, investigando, preliminarmente, os objetivos dessa organização com a sua implantação na Amazônia Setentrional.

Palavras Chave: reforma agrária, Roraima, MST, camponeses.

INTRODUÇÃO

As discussões aqui apresentadas tratam de um recorte de nossa pesquisa de mestrado sobre a política de assentamentos rurais, desenvolvida pelo governo federal no Estado de Roraima, durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Portanto, discorreremos neste artigo sobre a história e o desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a instalação dessa organização na Amazônia Setentrional, região fronteira com a República Bolivariana da Venezuela.

Acreditamos que esse tema seja relevante considerando a novidade da presença recente do MST no extremo Norte brasileiro, o que provavelmente será do interesse de estudantes da área de ciências humanas e sociais e para pesquisadores dos movimentos sociais rurais.

¹Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRR e Mestrando em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, convênio MINTER UFMA/UFRR. cacaurr@uol.com.br

Assim, pretendemos compreender a caminhada histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como se configurou sua gestação, de que maneira sua forma organizativa foi se estabelecendo, quais suas articulações com outras forças sociais e os seus objetivos com a chegada em Roraima. Porém, lembramos que esse texto é uma exposição inicial de uma pesquisa em andamento.

O CENÁRIO NACIONAL E A QUESTÃO AGRÁRIA

Para escrever sobre o MST é necessário fazer uma visita à história do Brasil e conhecer melhor o processo de ocupação de terras, desde o período colonial, passando pelo período do império, até alcançarmos a república, buscando o entendimento da questão agrária brasileira.

A questão agrária no Brasil está relacionada principalmente com uso e o acesso a terra. Para muitos estudiosos a herança recebida pelos brasileiros da América Portuguesa, seja das Capitânicas Hereditárias ou das Sesmarias, sistema de distribuição de terras que perdurou até 1822, seria um dos problemas da nossa distribuição desigual de terras. Porém, outros pesquisadores, como José de Sousa Martins (1980 e 2003), consideram que a Lei de Sesmarias do Reino de Portugal não seria a maior responsável pela formação do latifúndio brasileiro, mas sim a escravidão tanto indígena, quanto a africana. Para este autor, a Lei de Terras de 1850 foi a maior garantia da grande propriedade e do acesso a terra para uma parcela diminuta da sociedade brasileira.

A apropriação de grandes extensões de terras faz parte da vida nacional desde os primeiros momentos de nossa história, porém o seu uso deveria atender aos interesses do Estado ou do Rei, caso contrário, as terras inadequadamente utilizadas poderiam ser retomadas pela Coroa. No entanto, quando o país torna-se independente a forma de acesso a terra é, de certa maneira, liberado, pois aquele sistema sesmarial baseado na raça, no sangue puro e na religião, deixou de existir e assim os homens livres com capacidade de cercar e explorar a terra o faziam tomando sua posse. Mas com o fim da escravidão, os senhores de terra anteciparam-se aos fatos e em 1850

pressionaram o Estado para o estabelecimento de uma regulamentação que definisse o acesso a terra, certamente com receio de que com terras livres e homens livres, não haveria força de trabalho para suas fazendas. Dessa maneira, é instituída a Lei de Terras.

Com a Lei de 1850, o Estado brasileiro perdeu sua função de regulador da terra, permitindo aos proprietários o domínio completo sobre o seu uso. Por outro lado, o acesso a terra passou a ser permitido independente de questões raciais e religiosas, contudo o meio de se conquistar a terra seria por intermédio da compra, uma forma legal de restringir a posse da terra aos indígenas, aos africanos e seus descendentes e aos colonos europeus que chegavam a partir da segunda metade do século XIX. Na prática, porém, muitos proprietários utilizaram de meios ilegais para ampliar suas posses ou conquistar novas terras, como a grilagem, falsificação de títulos e a corrupção, sempre com a complacência dos representantes do Estado.

Desde o período colonial, passando pelo Brasil Império, as grandes fazendas estiveram voltadas para exportação; o abastecimento com alimentos básicos para o dia a dia dessas propriedades e das cidades era efetuado por pequenos proprietários, em parte por ex-escravos que de alguma forma obtiveram sua liberdade, ou dentro das próprias fazendas, durante o período que não era dedicado a cultura principal (GARCIA, 2003). A monocultura para exportação permitiu acumulação de capital por parte dos chamados senhores de terra, mas propiciou uma forte concentração de poder, tanto em relação ao Estado, como na dominação dos milhões de trabalhadores que se dedicavam a produção agrícola e viviam, de forma dependente, ao redor dessas grandes lavouras.

Os latifúndios ou plantation, até 1888, contavam com a mão de obra escrava, inicialmente indígena e posteriormente com africanos e seus descendentes. Com o fim da escravidão, os senhores de terra solicitaram e receberam apoio do Estado brasileiro para atraírem imigrantes europeus para substituir aqueles trabalhadores.

Esta transformação nas relações de produção da grande lavoura estava relacionada a crise do modelo agroexportador e ao desenvolvimento do capitalismo. A substituição de escravos por trabalhadores livres não implicou

em uma relação salarial entre os proprietários e empregados, formas de pagamento foram criadas ou reinventadas, estabelecendo outras maneiras de dependência como um novo regime de trabalho que ficou conhecido como colonato.

Parte desses imigrantes foi direcionada para a região sul, onde havia disponibilidade de terras e receberam lotes de 25 a 50 hectares e outros seguiram para São Paulo e Rio de Janeiro, não dispondo de terras e foram obrigados a trabalhar em fazendas de café sob o regime acima mencionado.

De acordo com Martins (2003), os antigos escravos, por volta de 2 (dois) milhões de pessoas, espalharam-se por todo o país, muitos seguiram para cidades portuárias onde o emprego dependia basicamente da força física, pois simplesmente foram abandonados pelos senhores de terras e o Estado negou o acesso livre a terra com a Lei de 1850. Mesmo com todos os impedimentos milhares de ex-escravos partiram para os quilombos, mantendo uma vida ligada ao meio rural, porém sem a posse legal das terras ocupadas, situação que somente nos últimos anos vem sendo regularizada.

Ao final do século XIX, com a proclamação da República, a elite pretendia inserir o país, efetivamente, no modelo econômico que vinha sendo desenvolvido na Europa, buscando uma nova inserção no mercado mundial. Para isso seria necessário um maior desenvolvimento do capitalismo, iniciando, assim, um processo de industrialização e urbanização. Essas mudanças atingiram o campo, porém o sistema baseado na grande propriedade rural, mesmo perdendo parte do seu poder para a nascente burguesia industrial, manteve sua capacidade de influenciar as decisões do Estado brasileiro.

Para Oliveira (1988), as transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir de 1930, estão relacionadas ao processo de industrialização e ao fim da hegemonia do modelo agrário-exportador na economia brasileira. Dessa forma, o interesse do Estado brasileiro foi dirigido para o financiamento do setor industrial, ficando a agricultura em segundo plano, com custos financeiros maiores que os anteriores.

Essas mudanças causaram impactos no mundo do trabalho, pois os trabalhadores do campo foram expulsos para cidades, transformando-se em

“exército de reserva” para a emergente industrialização. Nesse aspecto, Oliveira (1988) discute o papel preponderante do Estado na constituição desse novo modelo de sociedade, introduzindo uma nova legislação trabalhista e apoiando o desenvolvimento industrial.

A forma encontrada para o avanço do capitalismo, a partir do pensamento acima apresentado, aponta para uma aliança entre setores chamados modernos e arcaicos para uma provável unificação e quebra de dualidade entre esses sujeitos.

A intervenção na agricultura teve propósitos de beneficiar o setor industrial. A política do Estado para agricultura, a partir dos anos 1930, foi de mantê-la como importante, porém, com reduzida autonomia para que não assumisse papel central na economia. Como também, a legislação trabalhista que atingiu os operários da cidade não foi estendida para os trabalhadores rurais.

Partindo da análise de Oliveira (1988), compreendemos a grande transformação que a sociedade brasileira vivenciou durante a era Vargas, com implicações e impactos para o futuro. O meio rural começou a viver o que seria concebido como modernização conservadora. O campo passou a receber uma maior influência das cidades, surgiram novas tecnologias e isso permitiu uma maior produtividade na agricultura. Assim, milhões de trabalhadores rurais sofreram com um novo processo de êxodo rural.

O passado escravista, o domínio dos senhores de terras das antigas plantations e a violência gerada por esse modelo não desapareceram por completo com o avançar do capitalismo. A aliança da burguesia industrial com os latifundiários levou aos moradores das grandes propriedades a situações mais precárias do que até então viviam.

Com toda modernização da sociedade brasileira, os direitos trabalhistas surgidos na era Vargas, só atingiram os trabalhadores rurais nos anos de 1960, já no período de ditadura militar. Assim, os deslocamentos das grandes lavouras para as cidades e novas fronteiras agrícolas se acentuaram. Os latifundiários por não pretenderem arcar com encargos sociais relativos aos moradores que viviam na área física de suas fazendas começaram a expulsar as famílias que a gerações ali residiam, ou pelo menos não aceitavam os filhos

dessas famílias e novos moradores. Dessa forma, a vida desses agricultores, que dependiam somente dos seus esforços para garantir sua sobrevivência, mesmo sob uma situação de subordinação aos proprietários, passou a enfrentar novos desafios, pois aquilo que livremente eles encontravam para sua subsistência, terra, água, lenha, transformou-se em mercadorias. Portanto, as famílias que não tiveram condições de gerar algum tipo de poupança, encontraram muitas dificuldades nesse novo ambiente.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o Brasil de certa forma, também vivenciou o processo clássico da questão agrária descrito por Kautsky (1980), onde as pequenas propriedades seriam absorvidas pelas grandes, assim como ocorreria com as indústrias, as maiores incorporariam as menores, onde os camponeses transformar-se-iam em operários das fazendas-empresas ou seriam expulsos para as cidades servindo como mão-de-obra para a indústria, com ciclos de menor e maior expansão da grande propriedade.

Porém, como demonstrado por Ianni (1979) e Martins (1980), os camponeses no Brasil seguiram destinos diversos daquela proposição de Kautsky. A Amazônia tornou-se o destino de muitos trabalhadores rurais em busca de terra livre para viver, um movimento que foi acentuado durante a ditadura militar, mas que prosseguiu ao longo dos anos seguintes. Os militares, mesmo sabendo da necessidade de uma reforma agrária, trataram o problema com forte repressão, pois temiam as manifestações que poderiam apresentar algum sentido revolucionário, ao mesmo tempo em que incentivaram a ocupação da região norte com projetos de colonização rural. Deve ser destacado que essas ações do Estado brasileiro estavam carregadas de interesses, tanto no aspecto da redução de conflitos sociais em algumas regiões do país, como de ocupar estrategicamente uma parte significativa do território nacional. A questão agrária foi tratada como um problema de segurança nacional e não com o estabelecimento de uma política de reforma agrária. As expressões criadas pelos militares parecem explicar muito bem esse momento de nossa história: “Amazônia, integrar para não entregar” e “Amazônia, uma terra sem homens, para homens sem terras”.

Outro fator importante, diante de todo o desenvolvimento do agronegócio que o país passou a contar, com o aprofundamento da chamada

modernização conservadora, foi a permanência ou a resistência da produção familiar para subsistência, também demonstrando que a leitura clássica da questão agrária no Brasil deve ser revista. Mesmo diante de todo o poder do novo sistema econômico, as pequenas propriedades e outras diversas formas de se viver no campo persistiram e permanecem até o presente, o que indica que em relação ao desenvolvimento rural, não existem destinos inexoráveis (GARCIA, 2006).

A CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MST

Como observamos no ponto anterior, a questão agrária brasileira está muito mais ligada a distribuição e acesso a terra do que efetivamente a um problema de produção agrícola. Assim, a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está vinculada ao panorama acima descrito e aos movimentos que ocorreram ao longo desses anos de lutas pelo direito a terra.

Formalmente, o MST foi constituído no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná. Entretanto, até essa data, várias lutas foram travadas nas áreas rurais por todo interior do Brasil (FERNANDES, 1999).

A luta pela terra que os sem-terra iniciaram ao final dos anos de 1970 não pode ser desvinculada da história de expropriação e exploração que a grande propriedade impôs a milhões de trabalhadores, desde o período colonial, principalmente aos acontecimentos do século XIX, em especial, com a Lei de Terras. A partir desse momento, o homem livre que desejasse lavrar a terra teria que ter capacidade de comprá-la do Estado, aqueles que não possuísem capital para comprar terra ou força e violência para grilar as áreas públicas e de posseiros, migrariam para as cidades ou viveriam das mais variadas formas no entorno dos grandes latifúndios, ou ainda, seguiriam para frentes de expansão. Milhões de trabalhadores transformaram-se em meeiros, posseiros, parceiros e em outras maneiras de trabalho que atenderiam ao desenvolvimento do capitalismo no campo, mas que não eram necessariamente formas assalariadas (FERNANDES, 1999 e MARTINS, 2003)

Assim, é a partir dessa época que podemos considerar que os sem-terra começam a surgir na sociedade brasileira, indígenas, ex-escravos, imigrantes e toda uma população que vivia na dependência ou no entorno das grandes propriedades e que foram proibidos de livremente terem acesso a terra.

Os processos de expropriação da terra causaram revoltas, mesmo que isoladas, em várias épocas de nossa história. Movimentos de resistência que mobilizaram milhares de camponeses, não apenas contra o latifúndio, mas contra grandes projetos de desenvolvimento que não eram discutidos ou apresentados a população em geral, mas que atendiam aos interesses das elites dirigentes no que diz respeito a inserção no mercado internacional e ao capitalismo.

Para ilustrar essas mobilizações sociais podemos considerar como referência histórica para formação do MST os movimentos de luta pela terra e pela liberdade iniciados com os indígenas resistindo ao aprisionamento e escravidão ou os vários quilombos que se transformaram em lugares de luta pela liberdade dos escravos africanos e seus descendentes. Do mesmo modo, as lutas do final do século XIX e início do século XX em defesa do direito ao acesso a terra, como o caso de Canudos e o Contestado, ou de rebeldia e violência como foi o caso do Cangaço no nordeste, onde homens e mulheres expropriados da terra ou cansados da exploração dos coronéis se juntaram em grupos para pilharem fazendas, comércios e vilas. Mesmo isolados, foram movimentos que representaram a luta dos brasileiros pelo direito a terra e demonstraram a capacidade da insurgência e do questionamento da ordem estabelecida. (FERNANDES, 1999)

Com a modernização econômica do país e o avanço do capitalismo no campo, novas formas de organização foram sendo criadas e a luta pela terra começava a se transformar em luta por reforma agrária, essas mudanças foram influenciadas por acontecimentos como a Revolução Russa e a chegada do partido comunista no Brasil. Então, em meados do século XX, surgem as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais, ampliando a resistência, o enfrentamento aos latifundiários, grileiros e ao próprio Estado (FERNANDES, 1999).

Não foram apenas as mobilizações sociais no campo que causaram uma efervescência no país na segunda metade século XX. Nas cidades os

trabalhadores também se organizavam e lutavam pela ampliação dos seus direitos e pelas chamadas reformas de base. Porém, com o advento da Revolução Cubana, a burguesia nacional se retraía no apoio as reformas. Dessa forma, a burguesia que optou por uma aliança com os setores conservadores da sociedade brasileira e com os militares, ao invés de aprofundar sua relação com os trabalhadores e ampliar a democracia no país, o que poderia propiciar, inclusive, um maior desenvolvimento capitalista, retrocedeu e articulou o golpe militar de 1964 (OLIVEIRA, 1988).

Todas as reformas de caráter popular foram canceladas, inclusive a reforma agrária, e as mobilizações sociais no campo e na cidade foram reprimidas. É certo que o Estatuto da terra foi aprovado no primeiro ano do regime militar, mas esta ação tinha muito mais o sentido de refrear os ânimos dos trabalhadores rurais em lutar pela reforma agrária, do que efetivamente implementar qualquer política pública com o objetivo de alterar e democratizar o acesso a terra (MEDEIROS, 1989).

Mesmo com a brutal repressão do regime, os trabalhadores rurais continuaram se organizando. Houve, inclusive, uma ampliação na sindicalização. Contudo, com o aparelhamento dos sindicatos pelo Estado, essas organizações, no geral, assumiram um caráter burocrático, assistencialista e conciliador.

Em virtude das precárias condições em que os trabalhadores rurais se encontravam, o avanço do capitalismo no campo com a ampliação dos latifúndios, da expropriação e exploração dos camponeses, várias lutas começam a eclodir em meados dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, eram lutas por terra e democracia. Assim, ressurgem velhos personagens e surgem novos sujeitos (MEDEIROS, 1989).

A participação e o apoio de religiosos na mobilização dos trabalhadores rurais foi bastante significativa, tanto por parte da Igreja Católica, especialmente os setores influenciados pela Teologia da Libertação, quanto membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana Brasileira.

Diversos religiosos assumiram as lutas camponesas, como foram os exemplos de Dom Pedro Casaldáliga, no Mato Grosso; Dom José Gomes, em Santa Catarina; Dom Tomas Balduino, em Goiás. Na luta pela terra, o

livro do Êxodo era uma das referências dos estudos e reflexões a respeito do estado de violência em que viviam os trabalhadores. Rompendo as cercas do latifúndio, da militarização, das injustiças, reiniciavam um novo período da história da formação camponesa. Nas lutas pela terra e pela reforma agrária, desmascararam as políticas e os projetos dos militares. Evidenciaram as artimanhas encobertas pelo discurso oficial e partiram para a conquista da terra. (FERNANDES, 1999, p.34).

A Teologia da Libertação foi uma das matrizes que influenciou o MST e, assim como o pensamento marxista, chegou ao movimento por meio de militantes originados em várias tendências de esquerda que foram extintas ou perderam força política durante a repressão da ditadura militar, e que passaram a atuar em conjunto na CPT, Comissão Pastoral da Terra e nas Comunidade Eclesiais de Base, CEBs (SADER, 1988).

Com o processo de modernização conservadora em curso as tensões no campo se ampliaram, com conflitos por todas as regiões do país, mas em particular, ocorreram alguns acontecimentos no Rio Grande do Sul importantes para formação da futura organização dos trabalhadores rurais sem-terra.

Fernandes (1999) quando retrata o surgimento do MST no Rio Grande do Sul, aponta como fato marcante a expulsão de 1.800 famílias de colonos da Reserva Indígena Nonoai, por parte dos Kaingang, em 1978. Essa luta dos indígenas vinha ocorrendo desde de 1974, com apoio do CIMI, Conselho Indígena Missionário. Na verdade essa terra indígena era utilizada como uma válvula de escape da reforma agrária, pois o Estado, por meio do antigo SPI, Serviço de Proteção ao Índio, arrendava terras aos colonos desde 1940. Da mesma forma, em 1963, 5.000 famílias ligadas ao MASTER, Movimento dos Agricultores Sem-Terra, foram despejadas da fazenda Sarandi e de outros acampamentos; parte dessas famílias que resistiram, receberam como proposta do Governo de transformarem-se em rendeiros do SPI. Com aquela ação, os Kaingang reconquistaram as terras de sua reserva criada em 1847.

Assim, para essas famílias de trabalhadores rurais expulsas pelos Kaingang restaram três possibilidades: seguir para os projetos de Colonização na Amazônia; transformarem-se em trabalhadores assalariados de empresas agropecuárias ou de indústrias, seguindo para as cidades; ou lutar pela terra no próprio local de origem. Muitos colonos preferiram a última opção, porém sem

existir uma entidade ou organização que os congregassem, muitos acamparam nas beiras de estradas, outros dependendo de parentes e conhecidos, vivendo em condições precárias; alguns ficaram sem ter para onde ir, perambulando pelos municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul.

Contudo, essa situação que era desoladora e que aparentava o fim de uma vida no campo se transformou em um momento de luta. Passados menos de dois meses da retirada da reserva indígena Nonoai, parte dos colonos iniciaram um processo de ocupações de terras públicas arrendadas para empresas particulares. Inicialmente de maneira isolada e sem uma forma de atuação e organização definida. Entre essas terras estava uma área da fazenda Sarandi. Assim, os colonos retomavam um movimento que tinha sido interrompido em 1963. Dessa forma, a luta dos colonos pela terra recomeçava com um sentido de resgate histórico de suas próprias lutas. Porém, com a chegada dos representantes do Estado e com a promessa de assentá-los, por meio de um programa de reforma agrária, os colonos foram dispersados. Mas o ato do governo de tentar desestimular os colonos na luta pela terra, acabou gerando o interesse em tantos outros que começaram a se deslocar na tentativa de serem cadastrados para participarem de um programa de assentamento do governo gaúcho.

Uma parte das famílias expulsas de Nonoai recebeu propostas de assentamento do governo estadual e do governo federal. Com isso, 128 famílias foram assentadas no município de Bagé, na região sul do estado e outras 550 famílias seguiram para um projeto de colonização em Mato Grosso.

Durante um longo processo de negociação alguns dos sem-terra, que não foram atendidos pelo governo estadual ou federal, ficaram vagando pelo interior do Rio Grande do Sul, solicitaram apoio de prefeituras, sindicatos e várias paróquias e por fim foram recebidos por um padre em uma casa paroquial. Esse grupo iniciou algumas discussões sobre o problema que enfrentavam e decidiram que a solução deveria ser encontrada por eles mesmos. Essa decisão foi influenciada pela leitura do Livro Êxodo que relata a libertação do povo de Deus em busca da terra prometida (FERNANDES, 1999).

Assim, passaram a visitar outros sem-terra com o objetivo de estabelecerem uma forma de organização e uma maneira de lutarem por seus direitos.

Inicialmente um dos caminhos encontrados foi a negociação com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, porém só obtinham promessas de estudo da situação e nunca se chegava a uma solução para os seus problemas; os representantes do governo sempre encontravam uma forma de ganhar tempo. Não vislumbrando mais nenhuma possibilidade de construir um acordo com o governo decidiram que essa questão apenas seria superada se o processo de ocupação de terras fosse retomado.

Então, na madrugada do dia 7 de setembro de 1979, 110 famílias iniciavam a ocupação das Glebas Macali e Brilhante. A influência da igreja nesses primeiros momentos foi marcante como podemos perceber em um dos primeiros atos dos acampados:

Haviam decidido nas reuniões que assim que entrassem na terra fincariam uma cruz, que significa tanto o sofrimento quanto a conquista. E na cruz colocaram a bandeira do Brasil, porque era o dia da pátria e porque lutavam para serem cidadãos.

Na tarde do dia 7 realizaram a primeira celebração. Recordaram a caminhada, passo a passo, como quem reconstrói a própria história, leram os versículos do livro do Êxodo, que descrevia a caminhada do Povo de Deus em busca da terra prometida. (FERNANDES, 1999, p. 42).

Nessa ocupação já eram percebidos os traços característicos dos Novos Movimentos Sociais, em todas as atividades havia a presença marcante das mulheres e das crianças, inclusive nos momentos de tensão e enfrentamento, quando a polícia militar tentava retomar a área. Assim, as mulheres desde as primeiras mobilizações, se colocaram a frente da luta conquistando seu espaço e respeito dentro do movimento que estava germinando.

A partir dessa ação, vários acampamentos começaram a se mobilizar para ocupar novas terras, porém a repressão do regime militar não havia terminado e as polícias militar, federal, rodoviária federal e o exército começaram a se infiltrar nos acampamentos e a ter informações das ações dos sem-terra, contribuindo para que algumas ações fossem frustradas.

Entretanto, a capacidade de repressão do Estado não conseguiu conter o movimento e as ações isoladas e organizadas continuaram a ocorrer. No dia 8 de dezembro de 1980 foi iniciado um novo acampamento, que ganhou

dimensões importantes, pois ao longo do seu desenvolvimento foi angariando simpatias da população em geral para a causa da reforma agrária e o movimento dos sem-terra começou a se articular com várias instituições. Esse acampamento assim como vários outros, adotou uma cruz para simbolizar a luta dos sem-terra.

Como símbolo de resistência, os sem-terra fizeram uma cruz rústica. Começaram a receber apoio e contribuições de sindicatos de várias categorias de trabalhadores, de comunidades de diversas paróquias, de alguns prefeitos, de agricultores e de estudantes. De modo que na festa da Páscoa comemoraram a caminhada e colocaram escoras na cruz, que tinham os nomes das entidades que auxiliavam na luta. No princípio, a cruz era fincada na terra. Depois com as ajudas que receberam, a cruz passou a ser sustentada pelas escoras que simbolizava os apoios. Assim, sempre que havia uma manifestação, a cruz era transportada e era mantida em pé pelas escoras. (FERNANDES, 1999 : 46).

Esse relato histórico de Fernandes (1999) nos remete a idéia discutida por Scherer-Warren (1993 e 2006) de redes de movimentos sociais. O MST ainda em seu processo de germinação já lançava as sementes de um movimento social em rede. A manutenção do Acampamento Encruzilhada Natalino contou com a solidariedade de vários setores da sociedade civil, o que mais tarde se transformaria em uma rede de apoio a nova organização que estava nascendo, seja da CPT, das Comunidades Eclesiais de Base, da OAB, de Sindicatos de Trabalhadores e de tantas outras entidades que viriam a apoiar sua luta.

O Acampamento Encruzilhada Natalino teve toda uma simbologia para o movimento dos sem-terra, pois sofreu uma violenta repressão do governo federal, inclusive com o controle de quem entrava e de quem saia. Alguns acampados receberam propostas de serem assentados em projetos de colonização da Amazônia; mais uma vez a demonstração de que os projetos de colonização eram na verdade programas de contra-reforma agrária. Muitos, devido as condições de precariedade em que viviam e por conta da pressão exercida pelo governo, acabavam aceitando as propostas. O governo estadual também entrou no processo de desmobilização, oferecendo empregos para os

acampados. Mas, mesmo diante de tantos desafios os sem-terra resistiram e o governo federal desistiu de controlar o acampamento. Porém depois de um ano de lutas, onde um modelo de organização começou a ser estabelecido, com os trabalhos do assentamento sendo realizados por comissões e as decisões tomadas coletivamente, o cansaço e o desânimo começou a tomar conta dos acampados.

Para evitar uma derrota completa dos acampados, que representavam na verdade uma opção de projeto de desenvolvimento alternativo ao do governo federal, a Igreja se propôs a comprar terras para o assentamento dos acampados. Ali, na Encruzilhada Natalino, estavam expostos dois caminhos, efetivamente se estava em uma encruzilhada: ou se seguia o projeto do governo de agronegócios, e de concentração de terras, ou se abria uma possibilidade de permanência e sobrevivência da agricultura de base familiar democratizando o acesso a terra. A decisão da Igreja, que foi proposta pelos próprios acampados, animou os sem-terra a permanecerem na luta pela reforma agrária.

Já era 1982 quando os acampados começaram a ser transferido para uma área adquirida pela Igreja no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, porém como a extensão de terras não era suficiente para todos, uma parte dos acampados continuou aguardando um novo assentamento. Mesmo estando em seu território os sem-terra continuaram sendo perseguidos pela polícia militar.

Em 1983, com a mudança do governo do Estado, mais três assentamentos foram criados. E assim a luta dos sem-terra se iniciava, ficando claro que o caminho para realização da reforma agrária era a sua união e organização e os assentamentos só seriam efetivados se o movimento pressionasse politicamente os governos com a ocupação de terras.

Nessa época, outros processos de ocupação já vinham ocorrendo, em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, entre outros estados e, mesmo sem uma articulação nacional organizada, os sem-terra eram solidários na sua luta. Como exemplo pode ser citado o fato dos acampados na Fazenda Burro Branco, no oeste catarinense, ocupada em 1980, enviarem para o Acampamento Encruzilhada Natalino alimentos oriundos da sua

primeira colheita. Esse tipo de relacionamento marcaria a história do MST, onde, posteriormente, os estados mais organizados colaborariam com a implantação do MST nas regiões onde os sem-terra precisariam de apoio (FERNANDES, 1999).

Da luta pela terra, nasceu o interesse em formar uma organização que representasse os interesses dos sem-terra; assim após algumas reuniões de lideranças de vários estados do Brasil, a Comissão Regional Sul promoveu na cidade de Cascavel, no Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984 o I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a participação de 92 pessoas entre sem-terras, sindicalistas, agentes da pastoral e assessores, momento em que o MST foi criado de fato. Estavam representados os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e do então Território Federal de Roraima (FERNANDES, 1999).

O primeiro encontro dos sem-terra teve o objetivo de trocar idéias e experiências entre os seus membros e a partir do conhecimento das lutas de cada estado, formular um modelo de organização e atuação nacional. Praticamente o modelo de organização do MST surgiu da prática dos acampamentos e assentamentos. Uma das distinções dessa organização era a base coletiva, portanto desde o início o movimento não teve um presidente, mas sim coordenações coletivas e uma série de outras instâncias de representação e execução, conforme o quadro abaixo compilado de Fernandes (1999):

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST

INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
CONGRESSO NACIONAL ENCONTRO NACIONAL COORDENAÇÃO NACIONAL DIREÇÃO NACIONAL ENCONTRO ESTADUAL COORDENAÇÃO ESTADUAL DIREÇÃO ESTADUAL COORDENAÇÃO REGIONAL COORDENAÇÃO DE ASSENTAMENTOS COORDENAÇÃO DE ACAMPAMENTOS	SECRETARIA NACIONAL SECRETARIAS ESTADUAIS SETOR DE FRENTE DE MASSA SETOR DE FORMAÇÃO SETOR DE EDUCAÇÃO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS SETOR DE COMUNICAÇÃO SETOR DE FINANÇAS SETOR DE PROJETOS SETOR DE DIREITOS HUMANOS SETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SETOR DE SAÚDE COLETIVO DE MULHERES COLETIVO DE CULTURA ARTICULAÇÃO DOS PESQUISADORES MÍSTICA

Esse modelo de organização foi ganhando forma ao longo dos Encontros e Congressos do MST e foi descrito por Fernandes (1999, p. 173 - 174), conforme segue:

1 - Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos, tem como objetivo a definição de linhas conjunturais e estratégicas, bem como a confraternização entre os sem-terra com a sociedade;

2 - Encontro Nacional, realizado a cada dois anos para avaliar, formular e aprovar linhas políticas e os planos de trabalho dos setores de atividades;

3 - Coordenação Nacional, composta por dois membros de cada estado, eleitos no Encontro Nacional, um membro do Sistema Cooperativista dos Assentados de cada estado e por dois membros dos setores de atividades, que se reúnem de acordo com um planejamento anual. É responsável pelo cumprimento das deliberações do Congresso e Encontro Nacional, bem como pelas decisões tomadas pelos setores de atividades;

4 - Direção Nacional, é uma representação composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional. As funções e

divisão dos trabalhos dos membros da Direção Nacional são ratificadas pela Coordenação Nacional, que devem acompanhar e representar os estados, bem como trabalhar na organicidade do Movimento por meio dos setores de atividades.

5 – Encontros Estaduais, realizados anualmente para avaliar as linhas políticas, as atividades e as ações do MST. Programam atividades e elegem os membros das Coordenações Estadual e Nacional;

6 – Coordenações Estaduais, compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais. São responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, pelos setores de atividades e pelas ações programadas nos Encontros Estaduais;

7 – Direções Estaduais, são representações compostas por um número variável de membros indicados pelas coordenações estaduais. Seus membros também são responsáveis pelo acompanhamento e representação das regiões do MST nos estados, bem como pela organicidade e desenvolvimento dos setores de atividades;

8 – Coordenações Regionais, composta por membros eleitos nos encontros dos assentados, contribuem com a organização das atividades referentes às instâncias e aos setores;

9 – Coordenações de Assentamentos e Acampamentos, compostas por membros eleitos pelos assentados e acampados, são responsáveis pela organicidade e desenvolvimento das atividades dos setores.

10 – Na formação das instâncias de representação e dos setores de atividades, nos assentamentos e nos acampamentos, com maior ou menor vinculação, foram formados grupos de base. Esses grupos são compostos por famílias, por jovens ou por grupos de trabalhos específicos: educação, formação, frente de massa, cooperação agrícola, comunicação, finanças etc., que compõem a coordenação do assentamento.

A estrutura organizativa do MST foi constituída a partir das experiências do dia a dia, da luta pela terra, das ocupações, dos acampamentos, dos assentamentos, no conflito com o governo e com o latifúndio, mas é uma estrutura que ao longo do tempo vai se adaptando ao próprio movimento e suas necessidades, como pode ser observado na citação abaixo:

Assim, nesse processo de construção de forma em movimento, os sem-terra construíram sua estrutura organizativa. Todavia, vale lembrar que essa estrutura está em constante transformação, conforme as necessidades da organização e desenvolvimento do MST. Desse modo, são nos assentamentos, nos acampamentos, nas secretarias, nas escolas, nas marchas, nas ocupações, nas diversas manifestações, nos encontros e congressos, nesses espaços, momentos e territórios de socialização e ressocialização que o MST materializa sua estrutura organizativa: das suas formas de organização das Atividades e das instâncias de representação. (FERNANDES, 1999, p. 174).

No seu processo de desenvolvimento, em suas lutas e embates, o MST foi construindo um conjunto de princípios, conforme segue: lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher (FERNANDES, 1999).

Para seguir toda essas orientações, o movimento dispõe de uma rígida disciplina, que passa a ser um princípio, como os mencionados acima e, assim como os demais, é construído na prática do dia a dia, no aprendizado nas experiências. “Por essa razão, o estudo é outro princípio organizativo básico. Não basta dizer que a luta é justa, é preciso aprender a lutar e fazer a luta” (FERNANDES, 1999, p. 77).

Dessa maneira, o MST foi sendo germinado entre 1979 a 1984, onde um conjunto de movimentos de trabalhadores sem-terra, pequenos proprietários, trabalhadores da agricultura, posseiros, meeiros, se organizaram em lutas pela posse da terra por todo o Brasil. Nas várias ocupações realizadas por esses agricultores que este novo movimento foi sendo construído. Essas ocupações representaram todo um aprendizado, do acampamento ao assentamento, até mesmo a reintegração de posse trouxe um aprendizado, pois geralmente os juízes são rápidos nessas ações, porém quando os sem terra são interessados em uma causa, como a desapropriação

de uma fazenda improdutiva, por exemplo, os processos se arrastam ao longo de anos, demonstrando para os sem-terra que o caminho para conquistar a reforma agrária é a união, a luta, a ocupação e a resistência, por meio de uma forte organização entre os próprios sem-terras de todo país.

O ESTABELECIMENTO DO MST EM RORAIMA

Após vinte e dois anos de existência o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra chegou a Roraima com objetivo de instalar suas bases no estado. Mais precisamente em julho de 2006 ocorreu a primeira ocupação do MST. Foram 150 famílias que ocuparam a antiga fazenda Bamerindus, localizada as margens da BR 174, no Município de Boa Vista, acerca de 30 quilômetro do centro da cidade. Esta fazenda, que pertenceu ao banco Bamerindus, na época já era de domínio da União e de responsabilidade do INCRA para fins da reforma agrária.

A implantação do MST em Roraima faz parte do processo de territorialização desse movimento. Assim, a partir de sua chegada, após a primeira ocupação várias outras ocorreram. Essa é uma das formas de mobilização do movimento, ou seja, é um meio de animar, organizar e politizar as famílias sem-terra do estado. Desse modo, logo em seguida outras três ocupações foram realizadas. Em 11 de agosto foi ocupada a fazenda Caju, na cidade de Bonfim, com 130 famílias; outra ocupação ocorreu no município de Mucajaí, na fazenda da EMBRAPA, Empresa Brasileira de Agropecuária, com 120 famílias. Essas ocupações ocorreram ainda em 2006. A terceira ocupação ocorreu no início do ano de 2007, na Fazenda Tabocas, com a participação de 80 família, no município do Cantá.

O primeiro Encontro Estadual do MST, em Roraima, foi realizado em janeiro de 2007 e contou com a participação de 120 pessoas, entre representantes dos pré-assentamentos e acampamentos do estado, convidados e simpatizantes do MST.

Durante o ano de 2007 o MST deixou a fazenda Bamerindus e a Fazenda Caju, centrando forças em assentamentos e pré-assentamentos no Município do Cantá. Um dos assentamentos é o Jatobá, que conta com 89 famílias. Havia

uma previsão para que, naquele mesmo ano, as famílias recebessem créditos referentes à sua instalação.

A instalação do MST em Roraima foi uma decisão da direção Nacional, e a tarefa coube a direção regional do estado de Pernambuco. Um dos objetivos do movimento é o de contrapor o modelo de desenvolvimento agrícola proposto para Roraima, pelo governo do Estado, ou seja, uma agricultura desenvolvida a partir do agronegócio voltada para exportação. Dessa maneira, o MST propõe um modelo de desenvolvimento agrícola sustentável com bases na agricultura familiar. A concretização dessa proposta deverá ser alcançada por meio da reforma agrária.

A trajetória do MST em terras roraimense segue os princípios do movimento em nível nacional, onde os estados que já possuem uma organização consolidada colaboram com a instalação nos estados que os sem-terra precisam de apoio para sua articulação.

Assim, a direção regional de Pernambuco enviou 10 militantes para coordenarem as ações do MST no estado. Logo na chegada, os militantes sentiram as dificuldades de instalar o movimento nessa região da Amazônia: problemas de saúde e de adaptação ao clima quente foram os entraves iniciais, mas a distância de outros núcleos do MST também representara mais um dos desafios que teriam pela frente.

Segundo a coordenação estadual a grande questão a ser desenvolvida é a da mobilização dos trabalhadores, pois a cultura paternalista e assistencialista do governo do estado é uma barreira a ser vencida.

Com a tarefa de mobilizar os sem-terra, no dia 16 de abril de 2007, durante o Abril Vermelho e a Romaria da Terra, realizou-se uma marcha de 35 quilômetros, do município do Cantá ao Centro da Cidade de Boa Vista com a participação de 400 trabalhadores. Na chegada realizaram várias manifestações e entregaram documentos reivindicatórios ao governo do estado, ao INCRA e ao Banco da Amazônia. (SEM TERRA, 2007)

Em agosto de 2007, com a falta de atendimento de suas reivindicações por parte do INCRA, realizaram mais uma mobilização: dessa vez foi interdita a BR 174, no trecho que liga a cidade de Boa Vista ao Município de Mucajaí. Os manifestantes chamavam a atenção do Superintendente do INCRA,

reivindicavam uma audiência e apoio para as famílias nos pré-assentamentos e acampamentos (MST BLOQUEIA BR 174, 2007).

Atualmente o MST vem reivindicando ao INCRA e ao Governo do Estado a melhoria da infra-estrutura dos assentamentos, com a construção de estradas e pontes ou a recuperação e manutenção das mesmas; a melhoria do acesso as escolas aos filhos dos assentados; construção de postos de saúde nos assentamentos; apoio ao desenvolvimento tecnológico dos assentamentos, com a construção de estufas e sistemas de irrigação, cestas básicas, liberação de crédito para o homem do campo; criação de novos projetos de assentamentos e investimentos na área de habitação, além da regularização fundiária.

A realidade das ações dos sem-terra na região Norte difere da atuação do movimento na região Sul, pelo menos no que diz respeito a ocupação de terras, como podemos observar na seguinte citação:

É preciso lembrar que são regiões diferentes da região Norte e Centro-Oeste, onde ainda está se deslocando a frente pioneira. No Sul e no Sudeste, entretanto, a luta não está baseada na disputa de terras devolutas ou desocupadas, mas no questionamento do uso da terra, da manutenção de extensos latifúndios. (MARTINS, 1985, p. 101).

Ainda que a citação remeta a uma realidade de mais de vinte anos atrás e que a região sofreu transformações nesse tempo, a observação de Martins é pertinente para o caso de Roraima, pois nesse estado, existe um estoque de terras significativo sob domínio da união. Para corroborar esse pensamento, podemos identificar o processo de territorialização do MST no estado de Roraima, e perceber que os acampamentos de sem-terras estão situados em terras da União. Atualmente, não existe nenhuma propriedade privada, em Roraima, ocupada por famílias vinculadas ao MST, conforme informações obtidas com a coordenação estadual.

Como o número de militantes ainda é pequeno, nem todas as formas de organização e instâncias de representação estão em atividade, mas a coordenação estadual já funciona, bem como os setores de mobilização, educação, produção e a secretaria estadual.

Com a chegada do MST em Roraima podemos perceber, por intermédio dos meios de comunicação local, especialmente a imprensa escrita, que o

problema dos assentamentos rurais ganharam uma nova dimensão, os problemas enfrentados pelas famílias assentadas receberam maior atenção e os governo federal, estadual e até mesmo o municipal (caso específico da Prefeitura Municipal de Boa Vista, capital do estado), passaram a oferecer maior atenção aos assentados.

No caso do Governo Federal, as ações são referentes ao trabalho do INCRA. Segundo a direção estadual do MST, os processos de regularização dos assentamentos e dos lotes passaram a ter maior agilidade, a Superintendência Regional ampliou o diálogo com os assentados e também regularizou o apoio aos acampados e assentados que enfrentam problemas de alimentação com a liberação de cestas de alimentos.

Assim, é possível perceber que a presença do MST no estado possibilitou um maior destaque na agenda política das questões relativas às famílias assentadas. Em pouco tempo o MST, em nível local, implementou aquilo que o movimento em nível nacional vem fazendo a mais de 20 anos: evidenciar a questão agrária e promover a luta pela reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise até aqui realizada percebemos que o MST tem desenvolvido um significativo papel político em prol de ações governamentais na execução de assentamentos rurais. A luta pela terra e o processo de ocupação de fazendas e áreas públicas impulsionam a política de assentamento do governo federal.

Os governos têm chamado essas políticas de assentamento rural de reforma agrária, alguns sociólogos acreditam que uma certa reforma agrária esteja em curso. Porém, as leituras até aqui realizadas demonstram que as ações governamentais são focalizadas e as políticas são compensatórias não assumindo um caráter universalizante, mantendo milhares de famílias sem-terra a margem dessas políticas.

A presença do MST em Roraima, a vigésima quarta unidade da federação a receber esse movimento, demonstra o esforço dessa organização em transformar a sua luta em uma dimensão nacional.

Em pouco menos de dois anos o MST já alcançou resultados positivos e, preliminarmente, diferentemente das críticas recebidas pela organização, esta vem dialogando com outros movimentos sociais rurais e urbanos, reforçando a luta pela melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas e principalmente apresentando uma alternativa de desenvolvimento agrícola, oposto ao hegemônico modelo neoliberal do agronegócio e da monocultura.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição aos estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciência Sociais. Vol. 21 n°. 62 outubro/2006. p. 27-42.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n° 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

GRAZIANO, Xico, O carma da terra. São Pauo: A Girafa Editora,2004.

IANNI, Octavio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da amazônia. 2ª Ed. Petrópolis : Vozes, 1979.

_____. Colonização e contra reforma agrária na amazônia. Petrópolis : Vozes, 1979.

MST BLOQUEIA BR 174 E REVOLTA POPULARES. Jornal Folha de Boa Vista on line. Boa Vista, 14 de agosto 2007. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?Id=27546> . Acessado em 21/08/2007.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo : Proposta Editorial, 1980.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência (a questão política no campo). São Paulo : Hucitec, 1980.

_____. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1981.

_____. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1984.

- _____. O sujeito oculto. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2003.
- _____. Reforma Agrária o impossível diálogo. São Paulo : EDUSP, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro : FASE, 1999.
- NAVARRO, Zander. “Mobilizações sem emancipação” – as lutas sociais dos sem terra no Brasil. Cap. 4. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. p. 189-231
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 6ª edição. Petrópolis : Vozes, 1988.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan/abr. 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais São Paulo : Edições Loyola, 1993.
- SEM TERRA realizam primeiro encontro em Roraima. Informativo disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2639> , acessado em 06/12/2007
- WEHRMANN, Magda E. S. F. A soja no cerrado de Roraima: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, como parte do requisitos para obtenção do título de Doutor, Brasília 1999.

ARTIGO

UMA MANIFESTAÇÃO CULTURAL EM SANTARÉM DO PARÁ SAIRÉ: rito, festa e poder – 1996 a 2004³

RESUMO: O propósito do texto é apresentar a trajetória que os moradores da vila de Alter do Chão, em Santarém do Pará, efetuaram para reorganizar uma prática cultural proibida durante 30 anos e como a memória foi utilizada para reconstruí-la, configurando-se em instrumento de poder. O Sairé marca a identidade desses moradores que compartilham tradições construídas e socializadas através da oralidade e se materializa na ladainha, nos mastros, na procissão, nos símbolos e nas danças. Utilizando a História Oral pretende-se refletir as narrativas desses comunitários num momento de mudanças no Sairé, período de 1996 a 2004, quando se afloram de modo significativo suas percepções sobre cultura, lembrança, tradição e poder.

Palavras-chave: Sairé, Poder, Tradição, Memória.

INTRODUÇÃO

Entender, no contexto atual, as mudanças e permanências no ritual do Sairé é traçar um itinerário em busca dos possíveis lapsos de memória, é perceber no hoje, as "marcas" do passado, mesmo diante das rápidas mudanças ocorridas atualmente na sociedade.

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, UFPA e em História pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú, UVA. claulaurido@yahoo.com.br

2 Graduada em Pedagogia pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém, ILES e em História pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú, UVA. blanco@bol.com.br

3 Este artigo surgiu de discussões em torno do trabalho de conclusão do curso de História em 2006. Agradecemos o Professor e Mestre Ipojuca Dias Campos pela orientação e contribuição no debate nesse trabalho.

O Sairé ocorre em Alter do Chão, vila localizada no município de Santarém, no Estado do Pará. Proibido pela Igreja Católica na década de 40, foi reiniciado por moradores em 1973. O Sairé é rito que ganha vida nos personagens que teatralizam a tradição na procissão, na ladainha e nos mastros. Como profano, materializa-se nas danças folclóricas. Em 1996, o poder público promove mudanças no Sairé incluindo o Festival dos Botos, provocando conflitos em torno da festa.

O interesse pelo tema surgiu da necessidade de se conhecer esse rito, mas também, é uma tentativa de iniciar o debate no período 1996 a 2004, época em que, foram introduzidas mudanças na parte profana do Sairé, quando o poder público assume consideravelmente a realização do mesmo. Nesse sentido, objetiva-se, dentre outras coisas, analisar os discursos dos sujeitos sociais participantes do Sairé para compreender o significado dessa prática social para a comunidade envolvida e perceber as tensões entre comunitários e poder público em torno de sua concretização. Além disso, é relevante discutir como os moradores através da memória reorganizaram uma prática cultural que esteve proibida pela Igreja Católica durante 30 anos.

A história oral como metodologia conduziu a maior parte do estudo. Acredita-se que a memória deve ser interpretada no contexto e entende-se que o passado, tal como ocorreu, não pode ser revivido e muito menos lembrado *ipsi literi*, pois o processo de lembrar está o tempo todo se articulando com o presente, formando novas imagens e percepções. Nesse sentido, nem tudo está perdido para a história, pois permanecem na memória, resíduos, marcas do passado, que no caso em discussão, se manifestam por meio do rito. Assim, “pela memória construímos nosso passado: re-coletamos cenas, re-conformamos episódios, distinguimos o ontem do hoje, confirmamos termos experimentado num dado passado”. (PINTO, 1981, p. 205).

Dar historicidade ao ritual do Sairé pressupõe articular os depoimentos no sentido de pensar uma história a partir da trama, dos desencontros, ressentimentos e tensões que dinamizam essa prática cultural. Dessa forma, fez-se necessário ouvir depoimentos daqueles que participaram da

reconstituição do Sairé em 1973, como também dos coordenadores da comissão organizadora, das agremiações dos botos Tucuxi e Cor-de-Rosa⁴, da presidente do Conselho Comunitário e dos barraqueiros. Através dos depoimentos, das análises dos recortes de jornais e observações, pode-se pensar os diferentes discursos que ora convergem e em outros momentos divergem, possibilitando uma compreensão da história como uma teia de relações que se estabelecem em meio a alianças e conflitos, visto que, o Sairé agrega diversos grupos sociais e instituições que o dinamizam de acordo com seus interesses. São sujeitos como pequenos e grandes comerciantes, agentes de turismos, poder público, catraieiros, barraqueiros, vendedores ambulantes, dentre outros envolvidos direta ou indiretamente na festa.

Assim, propõe-se refletir sobre as lembranças de moradores que participaram do ressurgimento do Sairé em 1973. Rememorá-lo pode possibilitar uma compreensão de como foi re-elaborado após trinta anos em silêncio e como os moradores compreenderam as mudanças no momento em que foi introduzido o Festival dos Botos em 1996. A busca nos “lampejos”, dos clarões da memória dos moradores da vila pode contribuir para repensar o passado, mediando o diálogo com o presente.

O RITUAL DO SAIRÉ

A programação do Sairé começa na segunda quinta feira do mês de setembro. Aproximadamente às 08 horas, acontece o culto religioso, conduzido por senhoras e senhores entre 60 e 80 anos em frente ao barracão construído para esse fim. Nesta parte, percebe-se resíduos de práticas católicas do período colonial presente na memória do povo da vila de Alter do Chão que se materializam na procissão, no mastro, na ladainha, no barracão, nos símbolos do Divino Espírito Santo e do Sairé. Segundo Abreu (1999, p.37), “[...] as festas religiosas invadiram o século XX e muitas foram incorporadas pela igreja oficial”. No entanto, isso não ocorreu com o Sairé que, ao ser retomado pelos comunitários, não foi incorporado pela Igreja, em decorrência disso, o culto religioso é presidido por leigos.

Terminado o culto religioso, os protagonistas do Sairé (Saraipora, mordomos, mordomas, juiz, juíza, alferes, foliões) entram no barracão - feito de

⁴ As agremiações, Boto Tucuxi e Boto Cor de Rosa são grupos folclóricos que se apresentam no Sairé desde 1996. Cada uma apresenta, dentre os personagens, o boto - animal típico desta região - enfatizando sua lenda.

palha e aberto nas laterais, tipo janelas largas e enfeitadas com cipó em formato de arco coberto com ramos de plantas. Ao fundo do barracão estão expostas duas mesas arrumadas com toalhas brancas e sobre uma delas está a coroa do Divino Espírito Santo enfeitada com fitas coloridas. A coroa fica sob uma pequena igreja que representa um santuário e contém três cruzes. A imagem do Divino Espírito Santo é simbolizada por uma pombinha que “[...]fica em cima do mundo [...]”⁵, sob a coroa enfeitada com fitas coloridas. Ao lado desta mesa está o símbolo do Sairé, em forma de um arco envolvido por fitas vermelhas, azuis, verdes e amarelas e quinze flores feitas de fitas com as cores citadas. Nele, há três cruzes. Na parte superior do símbolo, há uma cruz que, segundo os depoentes, representa a unidade entre as três pessoas da Santíssima Trindade. Abaixo dela há outra cruz que representa o Espírito Santo e está em cima de um arco menor que, segundo dona Lusía, é uma “espécie de altar”, separado por uma ripa horizontal. Abaixo, há outras duas cruzes semelhantes à cruz de cima, que representam o Pai e o Filho da Santíssima Trindade, como se pode observar na ilustração abaixo.

Símbolo do Sairé



Foto: Cláudia Laurido Figueira, 2006.

O símbolo do Sairé é enfeitado todos os anos. Esse trabalho é coordenado pela juíza. Mordomas, saraipora e procuradeira são responsáveis pela preparação do símbolo, o que nos remete à idéia de circularidade da cultura discutida por Ginzburg (2006, p. 10), em que os sujeitos sociais no seu cotidiano reformulam práticas culturais.

A saraipora, senhora que se apresenta vestida de branco com enfeites coloridos, é responsável em conduzir o símbolo do Sairé. Ela é auxiliada por

⁵ Informação fornecida por Lusía dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

duas jovens que seguram fitas do símbolo. Ao seu lado caminham o juiz e a juíza, esta carrega a coroa do Espírito Santo. Todos trajados de branco. A procissão é conduzida por um senhor vestido de marinheiro, o qual é denominado “capitão”. Ao lado deste, seguem dois senhores vestidos de vermelho e branco, denominados “alferes” que conduzem uma bandeira branca com um desenho de uma pomba vermelha representando a juíza e uma outra bandeira vermelha com a pomba branca representando o juiz. Em fila, nas laterais, se posicionam mordomos e mordomas vestidos de azul e branco, os quais carregam varinhas com enfeites coloridos. Em seguida, vêm os foliões acompanhando o ritual com seus instrumentos, vestidos de amarelo e branco.

Inicia-se assim a procissão do Sairé em direção à Praia do Cajueiro. É o momento da busca dos mastros. Todos que estão ali seguem também a procissão. Ao chegar à praia, os mordomos e mordomas carregam os mastros nos ombros e seguem ao som do batuque dos instrumentos dos foliões, até a Praça, onde os mastros são colocados no chão e todos se dirigem para frente do barracão do Sairé. O “capitão”, em um ato simbólico, dá a bênção com a espada na entrada do barracão e todos fazem o gesto de abaixar-se e dizem “amém”. Depois disso, são proferidas palavras de autoridades locais e do poder municipal, canta-se o Hino Nacional Brasileiro acompanhado do hasteamento de várias bandeiras. Terminado esse momento, o(a) prefeito(a) junto, com representante da comunidade de Alter do Chão, corta a fita do barracão. Este é o momento de inauguração do mesmo.

Em seguida todos se direcionam para os mastros - mulheres para um lado, e homens para o outro. É um momento significativo, do qual todos que ali estão podem participar, começam enfeitar os mastros com ramos e frutas, semelhante a uma competição. Depois de ornamentados com as folhagens e frutas, as bandeiras são colocadas na parte superior dos mastros junto com uma garrafa de cachaça. A bandeira branca corresponde às mulheres enquanto a vermelha, os homens. Terminada a ornamentação, inicia-se a “levantação” dos mastros. Este é um momento bastante divertido. Erguidos os mastros na praça, os personagens do Sairé se preparam para dar a volta em torno dos mesmos, ao som dos instrumentos e cantos dos foliões. Em seguida, retornam ao barracão e o símbolo do Sairé é acomodado em uma mesa ao lado

da coroa do Espírito Santo. Próximo ao meio-dia, termina esse momento. Às 19 horas, reinicia a programação com a realização do ritual da ladainha que se repetirá todas as noites. A ladainha é cantada em latim pelos personagens e, após a reza, estes saem em procissão ao som do batuque e canto dos foliões e dão voltas ao redor dos mastros e depois retornam ao barracão. À frente está o capitão, que, num ato simbólico, faz o sinal da cruz com a espada. Todos dizem “amém” e entram no barracão. Os foliões assumem a cerimônia cantando e tocando cantos referentes à virgem Maria. Nesse momento, cada integrante do Sairé se dirige até a juíza, que está sentada no trono segurando a coroa do Espírito Santo, para beijar a fita do Divino. Após todos os integrantes terem beijado a fita, qualquer participante ou visitante também pode fazer o mesmo gesto. Finalizado esse momento, inicia-se a parte profana, a festa realizada no sairódromo, local onde se apresentam as danças folclóricas, o "Festival dos Botos" e os shows.

A noite de quinta-feira é reservada as apresentações folclóricas, dentre as quais se destacam danças organizadas por moradores antigos de Alter do Chão, como o marambiré, o curimbó, a desfeiteira e a dança da peneira, nelas participam pessoas idosas. As crianças e jovens participam desse momento apresentando danças que contam a história dos Borari, índios que habitavam a vila antes dos portugueses chegarem. Grupos de carimbó completam esse momento folclórico. É uma noite tranqüila sem aglomeração de pessoas, pois nesse dia, o público é constituído por moradores da vila. Sexta e sábado à noite, após o ritual da ladainha, apresentam-se as agremiações folclóricas do Boto Tucuxi e o Boto Cor de rosa. O domingo fica reservado aos shows.

Segunda-feira, pela manhã, encerra-se o Sairé. É o dia da derrubada dos mastros. Os personagens iniciam esse momento com cantos e rezas no barracão. Depois, seguem em procissão em direção aos mastros, dão voltas em torno dos mesmos, cantando ao som dos instrumentos dos foliões. Em seguida, dois moradores sobem nos mastros, retiram as frutas e jogam-nas para as pessoas que estão próximas, à espera. Ao chegarem ao topo, retiram as bandeiras e as garrafas de cachaça e, em seguida, inicia-se a derrubada dos mastros. Cada visitante ou participante poderá dar um corte de machado. Após a derrubada, os personagens seguem em procissão acompanhando os modormos e mordomas

que levam nos ombros os mastros para um local próximo da praça. Na volta ao barracão, colocam os símbolos do Sairé e a coroa do Espírito Santo sobre a mesa e os foliões assumem cantando modinhas e todos em fila saem pela praça, juntos com mordomos e mordomas coletando entre os barraqueiros donativos para a festa dos comunitários da vila que ocorrerá à noite. Terminado esse momento, é distribuído no barracão o tarubá.⁶ Esse é um momento festivo, denominado pelos moradores da vila de Cecuiará e representa o final da festa, a “varrição”, a “comilança”. Como a vila cresceu e o número de pessoas também, a “comilança” hoje é simbólica, através da distribuição do tarubá; eis outro resquício que foi reelaborado pelos moradores.

LEMBRANÇAS, MUDANÇAS E CONFRONTOS: O COTIDIANO DE MORADORES QUE FORJAM A TRADIÇÃO

Para pensar nas mudanças ocorridas no Sairé, a partir de 1996, foi necessário buscar nas lembranças dos moradores, a trajetória da reconstituição do ritual na década de 70 para entender as mudanças, as permanências e como estes compreenderam essas transformações. Assim, para discutir essas questões, foram relevantes os depoimentos dos moradores antigos da vila para perceber, através de suas memórias, como estes se articularam para forjar uma prática cultural que há 30 anos havia sido proibida pela igreja.

Sabe-se que a memória é seletiva. É uma propriedade individual que se completa quando reafirmada pela lembrança de outros, por isso a memória também é coletiva e se torna referência, pois nela estão presentes resíduos e fragmentos transmitidos pelos antepassados às gerações futuras.

Desse modo, para entender o que é o Sairé, foi necessário traçar o itinerário sobre as lembranças individuais dos comunitários. Essas lembranças se constituem em memória coletiva que legitimam a história dos moradores vila. Estes buscaram no Sairé uma referência para a construção de sua identidade, reelaborando-o, como tradição, pois três coisas constituem o princípio espiritual de unidade: “[...] a posse em comum de um rico legado de

⁶ Bebida feita da mandioca e servida na segunda-feira no barracão do Sairé.

memórias [...] o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisiva, a herança que se recebeu." (HALL, 2005, p. 58).

A lembrança do ritual do Sairé constitui-se no “legado de memórias” que os moradores da vila desejaram reviver em conjunto para marcarem a história da vila através da “herança” recebida dos antepassados. O repasse desse legado fez-se num processo de envolvimento da família no ritual religioso e uma das marcas forte é a ladainha, passada de pai para filho. É a preocupação de “salvar” o ritual do esquecimento, como expressa o depoente:

Meu pai e a minha mãe eram envolvidos nessa festa e eu fui aprendendo, principalmente a parte religiosa do Sairé, com isso eu aprendi a ladainha. Eu aprendi com meu pai e minha mãe, porque eles já tinham aprendido há muitos anos com os pais deles e foram passando. Eu aprendi com eles e passei pra minha filha.⁷

A tradição oral é marca presente na história dos moradores. É expressivo pensar que o ritual religioso do Sairé era comungado entre membros das famílias e a “parte religiosa” deveria ser transmitida e lembrada pelos filhos, estes teriam a responsabilidade de serem continuadores dessa prática cultural. A proibição do Sairé pelos padres franciscanos, na década de 40, também é uma lembrança que ficou na memória dos moradores de Alter do Chão. É um fato recorrente nos depoimentos, como expressa dona Lusía Lobato, moradora antiga da vila:

O Sairé morreu 45 anos. O padre viu que já estava muito avançado o Sairé. Ele acabou e não consentiu e o pessoal deixavam levar por tudo que o padre dizia e aí acabou. Não me lembro o ano. Naquela época eram os padres americanos lá de Belterra que atuavam aqui.⁸

Corroborando com esse depoimento, sobre a chegada dos padres americanos em Santarém, SOUSA (1997, p. 32) destaca os nomes de frades norte-americanos, Junípero Freitag, Taddeus Prost, Severino Nelles e Conletho Ryan, os quais foram residir em Belterra e Fordlândia. Para os moradores da vila de Alter do Chão, o veto dos padres estava relacionado à postura dos

⁷ Informação fornecida por Luis Alberto Garcia de Jesus, em Caranazal, em dezembro de 2006.

⁸ Informação fornecida por Lusía dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

comunitários que acreditavam que o Sairé era santo e prestigiavam mais a essa festa do que a da padroeira⁹. Na compreensão de Laudelino Sardinha, “[...] a Igreja Católica não permitiu, porque já estava virando uma religião e o pessoal estava vindo de outras comunidades pra participar da festa do Sairé e não da festa da Padroeira”.¹⁰ Essas são as justificativas dos moradores para explicar a proibição da igreja diante da popularidade do Sairé. Pode-se considerar que por essa época a Igreja teria percebido a força e expressividade do Sairé entre os comunitários, estes aproveitavam as festas dos santos para expressarem e cultuarem suas crenças. Ainda pode-se pensar que a Igreja não se fazia presente regularmente, sendo rara a atuação do pároco na vila, e sua presença restringia-se aos momentos das festividades da padroeira, como diz dona Lusía Lobato “[...] naquele tempo era difícil a missa, se não era na época da festa [...]”.¹¹ Essa ausência da igreja pode ter influenciado no culto do Sairé, pois a comunidade de certo modo se sentia livre para viver um ritual que acreditava, agregando-o, as comemorações dos santos católicos.

A história do ritual, vinculada à proibição da igreja, está presente na memória coletiva dos comunitários, como observado nos discursos dos depoentes. No momento, por falta de outros documentos, essa questão poderá ser rediscutida posteriormente por outros estudos.

Assim, após 30 anos de proibição do Sairé, alguns moradores se reúnem e resolvem reorganizá-lo, por isso saem em busca de informações com antigos moradores. São expressivos nesse sentido os depoimentos de dona Lusía Lobato e Terezinha Lobato, respectivamente:

Quando Santarém começou a se movimentar, vamos preservar nossa cultura, vamos buscar nossa cultura pra mostrar como era. Então porque não resgatar o Sairé? Foi que partimos para as reuniões, principalmente, a Tetéia, que é a mulher do seu Mingote, foi que saiu na frente e levantamos o Sairé. Custou muito para chegar esse ponto.¹²
Aí no primeiro ano do Sairé em 1973 reuniram uns senhores pra fazer algum ganho e reuniu todo mundo [...] e então em janeiro fizeram reunião com a comunidade, fizeram uns bilhetinhos, aí eu tirei pra ser juíza e meu

⁹ A padroeira da vila de Alter do Chão é a Nossa Senhora da Saúde.

¹⁰ Informação fornecida por Laudelino Sardinha, em Alter do Chão, em setembro de 2006.

¹¹ Informação fornecida por Lusía dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

primo pra ser o juiz da festa. Agora vamos fazer a festa baseado como era. Aí saímos de tarde aquela turma, ia fazer pesquisa com uns velhos, uns contavam, outros não contavam, uns gostavam, outros não gostavam e nós pegamos alguma coisa como mais ou menos deveria ser. A gente via a casa de um senhor que guardava dois sairés, um de ferro e um feito de algodão como era [...]”¹³

Os depoimentos são significativos porque demonstram a mobilização da comunidade no sentido de trazer de volta o rito proibido pela Igreja. Essa reelaboração do passado vem da necessidade de forjar algo que possibilitasse algum “ganho” econômico, pois já não era suficiente apenas a economia baseada na pesca, na roça e na seringa. Assim, rememorar o ritual exigiu da comunidade um trabalho coletivo na busca de informações sobre Sairé com moradores antigos. Esse trabalho do “corpo a corpo” possibilitou que lembrassem do passado, principalmente quando visualizaram o símbolo do Sairé guardado por um morador em sua residência. O contato com o objeto fez o grupo de moradores relembrem o ritual: “[...] e aquilo a gente já se lembrava alguma coisa como era, como faziam a procissão, a gente tem essa idade, mas já via alguma coisa [...]”¹⁴. O objeto instiga o ato de lembrar, assim como o lugar onde o Sairé acontecia. É destaque nas falas a lembrança: do barracão, da ladainha, da procissão, dos mastros, das bandeiras, da praia com dunas que não existem mais e da praça como o local de divertimento, de festa, de venda, de dança, da comilança e de um tempo em que missa só era possível na época de festa da padroeira.

Então eles faziam um barracão, lá onde é o posto médico. Lá eles faziam o trono que a gente diz: aquela igrejinha que eles colocavam o Sairé, junto às varinhas. Lá eles tinham almoço, eles tinham uma cerimônia. Naquele tempo era difícil a missa, se não era na época da festa. Aí eles vinham de lá acompanhando a procissão até chegar aqui. Pra acontecer isso, eles iam buscar o mastro e deixava ali na coroa de areia; aonde é o cajueiral era uma duna enorme, agora não há, acabou. Pra levantar, ai

¹² Informação fornecida por Lusía dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

¹³ Informação fornecida por Tereza Lobato, em Alter do Chão, em dezembro de 2006.

¹⁴ Idem

eles vinham buscar e traziam pra praça e a gente enfeitava com aquela vassoureira, aquela murta, enchia de fruta e colocava uma bandeira vermelha e outra branca e quando terminava o negócio da cerimônia da reza eles saiam de lá com a procissão, cortavam o mastro e aí no término da festa eles quebravam.¹⁵

Lá onde é o posto médico era a praça do barracão [...] era lá que era feita a festa, rezavam na igreja, levavam pra lá o Sairé. Era mais que fazia na praça, fazia fogueira, dançavam pássaro, dançava boi, fazia tudo. Comia, bebia, era assim que a gente queria fazer, só que não deu mais certo, porque tinha que melhorar um pouco, a vila estava maior. Aí mandaram pra ser aqui, mas tudo combinado, as famílias faziam as barraquinhas, tudo igual, tudo bonitinho, a melhor sempre ganhava prêmio e davam seus filhos para dançarem enquanto os pais ficavam vendendo nas barracas [...]¹⁶

A vontade de trazer a “cultura como era” para fazer a “festa como era” relacionando-a com a idéia de “preservar a cultura” não foi possível. Os comunitários de posse de algumas informações abstraídas dos antigos tiveram que repensar o Sairé e apresentá-lo como tradição. É a tradição sendo inventada, é a memória de um povo utilizada para forjar uma prática cultural proibida anos anteriores. É a insistência de um passado presente na memória dos antigos que reafirmou a identidade dos moradores como continuadores dessa memória. Por isso, lembrar o momento religioso foi importante, pois, na concepção dos moradores, o Sairé é o ato religioso, composto de uma pompa que envolve mastro, procissão, cantos, ladainhas, os personagens do ritual e a imagem simbólica do Divino Espírito Santo e do Sairé, assim pode-se perceber esse momento no depoimento de D. Lusia Lobato,

[...] aí o que fazer com o Sairé, vamos fazer o mastro, o barracão, mas ele vinha como o dono da festa, porque antes ele participava da festa dos santos, da padroeira, do São José, do Santo Antônio, conforme o santo fosse festejado, mas ele não era o dono da festa. Então ele tinha aquela cerimônia de caixa, do escudo, que vinha mordomos, mordomas, mas ele vinha pra complementar a festa.¹⁷

¹⁵ Informação fornecida por Lusia dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

¹⁶ Informação fornecida por Tereza Lobato, em Alter do Chão, em dezembro de 2006.

De acordo com o depoimento, o Sairé é compreendido como rito religioso, por isso, os comunitários buscaram no passado a cerimônia do Divino, que era celebrado anteriormente em comunidades próximas de Alter do Chão. Mas, o Sairé não podia ter um caráter religioso se não fosse acompanhado por uma entidade divina. Assim, a escolha do Espírito Santo não foi aleatória, pois este tinha a cerimônia da ladainha que correspondia as intenções dos moradores que almejavam dá sentido ao rito do Sairé, como lembra dona Lusia Lobato:

[...] como o Sairé não pode ser santo, então a gente pediu uma imagem do Espírito Santo que uma pessoa tinha e que cedia pra ir pro barracão. Bem, aí não tinha reza para rezar no Sairé. Como o pessoal antigo fazia essa reza do Divino Espírito Santo que é aquela reza em latim né, então a gente rezava a ladainha. E aí canta o pai nosso, ave Maria, tudo, tudo é cantado. O Divino foi escolhido porque batia a festa do Espírito Santo com a cerimônia do Sairé que a gente queria fazer e dos outros santos não, não tinham essas cerimônias e sim do divino, que é a ladainha é por isso que foi escolhido. Essa festa do divino era festejada nas colônias, no centro. Inclusive ali na ilha da Santana que era uma festa muito bonita, aqui na Recordação, ali no Tapiri, lá no Laranjal. Antes de rezar a ladainha no barracão o padre ainda dava a igreja. A gente rezava e vinha pro barracão com Sairé e o santo ficava lá. Depois eles fecharam as portas, não deixaram mais a reza lá. A gente rezava no barracão, então a gente fazia a reza do Divino Espírito Santo e a gente reza até hoje pro Sairé.¹⁸

Na retomada do Sairé, os moradores ainda tinham um espaço na Igreja para cantarem a ladainha, porém, depois, este espaço não foi mais concedido, logo, não houve apropriação do ritual pela Igreja, o que não impediu os moradores de realizarem a cerimônia no barracão construído todos os anos na praça da vila para esse fim. Este tem importância para os moradores, pois é o espaço de socialização, da tradição, do rito. Então, do passado se mantém a construção do barracão, os mastros e a ladainha:

¹⁷ Informação fornecida por Lusia dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

¹⁸ Informação fornecida por Lusia dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

O barracão era montado aí na praça [...] e aí começamos a fazer o mesmo ritual, tirar o mastro, buscar, levantar na véspera da festa. E aí então esta cerimônia a gente faz tudo quinta-feira de manhã, tem a levantação dos mastros, levanta e vai embora e quando é de noite é que já tem esta bendita reza, aí faz a procissão e a batucada toda, os caixas que acompanham. Aí faz a procissão, roda o mastro todinho e aí vem, entra no barracão. Toda noite até domingo. O mastro é um pau enfeitado com vassoureira, erva todo traçado. Lá você põe frutas: banana, abacaxi, abacate do jeito que der e no fim põe uma garrafa de cachaça, mas isso já é sacanagem para chamar atenção.¹⁹

A última etapa do Sairé é a secuiara. “A secuiara dá o nome pro novo juiz, e a juíza [...]”²⁰, estes têm obrigação de preparar a festa é também o momento da varrição que “[...] antigamente era bem organizado, bem feitinho, mas agora não tem condições é muita gente [...]”.²¹

Então, pode-se conjecturar que o Sairé ressurge num processo de rememoração coletiva. Este não foi revivido como antes, pois as lembranças são construídas com representações do tempo presente, dessa forma, “[...] por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância. Essas imagens se alteram porque jamais seremos a mesma pessoa de ontem.” (BOSI, 1994, p.55).

Mas, o Sairé não é constituído apenas do ritual religioso, é a festa, o profano. Os comunitários ao repensá-lo em 1973 organizaram também a festa, a diversão e buscaram nas experiências passadas danças para animá-lo. Na região são comuns nas festividades religiosas os momentos de descontração e animação entre os comunitários. As danças antigas ganham espaço no Sairé, mas outras são criadas, como a dança do lenço. São tradições sendo recriadas e agregadas ao Sairé dando sentido as experiências e a vida dos comunitários, pois “[...] os elementos da 'tradição' podem ser reorganizados para se articular a diferentes práticas e posições e adquirir um novo significado e relevância”. (HALL, 2003, p. 260). Assim, o Sairé não podia constitui-se apenas do ato religioso, pois o “povo” apreciava as danças que eram comuns nas colônias. A

¹⁹ Informação fornecida por Lusia dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

²⁰ Idem

²¹ Idem

diversão também estava presente no puxirum, uma prática comum entre os ribeirinhos que se reúnem na comunidade para realizarem trabalhos coletivos. O trabalho conjunto e a descontração são marcas expressivas dessa prática é o que sugere o discurso da depoente.

A gente não tinha o que apresentar no salão para chamar a atenção do povo, além da reza. Aí fomos buscar nossas danças que a gente dançava nas colônias, nas festas antigas e nos puxirum, porque o nosso não é mutirão é puxirum.

Então a gente dançava e começava pelo curimbó, que o nosso não é carimbo, nós dançávamos o lundum, dançávamos desfeiteira, o marambiré, dançava marabaixo. Por sinal, a gente criou a valsa da ponta do lenço e outras apresentações. Existia o Espanta Cão. Eles eram um conjunto, eles ficam responsáveis por está dança e a gente se apresentava muito bonito.²²

A festa, além de descontração, diversão, era o momento também de ganhar um “trocado”, por isso “[...] a gente colocava ordem, as casinhas eram feitas só de um jeito. Uma vez jogamos uma casa de baixo dessa mangueira, a gente trabalha meses, vem gente lá da cidade colocava quatro paus, tira [...]”.²³ Pode-se perceber que as barracas construídas na praça, destinadas a venda de produtos, pertenciam aos moradores da vila. Regras foram estabelecidas entre os comunitários responsáveis pelas vendas, por isso, as barracas obedeciam ao estilo próprio da vila e as que fugiam aos padrões da comunidade eram desalojadas, em geral, consideradas de pessoas de Santarém.

O Sairé como festa representa para moradores o momento de comemorar, de dançar e garantir ganhos financeiros através da venda de produtos, mas desde 1973 já se afloravam os conflitos entre os comunitários e vendedores externos vindos de Santarém que disputavam espaço em Alter do Chão pela época da festa. Os moradores lembram também que as vendas e as danças eram realizadas pelo povo da vila e não havia tanta concorrência de bebida. Assim, para dona Tereza, as danças foram criadas para animar o Sairé

²² Informação fornecida por Lusía dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

²³ Informação fornecida por Tereza Lobato, em Alter do Chão, em dezembro de 2006.

e ao lembrar do seu tempo, diz que não havia tantas disputas de vendedores. Porém, hoje este adquiriu uma amplitude devido à sua divulgação, principalmente na década de 90, atraindo vendedores de várias localidades que disputam espaço durante as festividades em Alter do Chão.

[...] nós criamos as danças em 73 pra animar, porque só as rezas não iam ter graça e juntamos as danças. Não era pra ficar como ficou [...] o pessoal estão invadindo Alter do Chão [...] e ai é cerveja brigando com cerveja, ai que ambição meu Deus, no meu tempo dava que sobrava.²⁴

O processo de reorganização do Sairé na década de 70 ocorre num momento em que algumas melhorias chegam à vila, como o sistema de iluminação, é o que informa o Jornal de Santarém. Santarém, 15 de janeiro de 1972, p. 04:

Encontra-se em Santarém desde ontem o preclaro Fernando José Leão Guilhon, que acompanhado de seus auxiliares imediatos, inspeciona obras, presidem inaugurações e toma outras providências ligadas aos órgãos de sua administração, instalados em nosso município. A tarde de ontem S.Exa., em companhia do Dr. Everaldo Martins, prefeito do município [...] a comitiva governamental seguirá com destino à vila de Alter do Chão, onde assistirá à inauguração do novo sistema de iluminação da vila turística.

A vila de Alter do Chão já era percebida pelo poder público como ponto turístico. Por isso, além do sistema de energia era necessário também investir na construção do cais, como aborda o Jornal de Santarém. Santarém, 3 de fevereiro de 1973, p. 01:

Após visitar Alter-do-Chão, onde tomou providencias para o início da construção do Cais de Arrimo daquela vila o Dr. Everaldo de Souza Martins, Prefeito Municipal, seguiu para a localidade de Arapemã, onde presidiu a solenidade de inauguração da Escola Municipal construída pela sua administração.

²⁴ Informação fornecida por Tereza Lobato, em Alter do Chão, em dezembro de 2006.

Para a construção do cais, foram estabelecidos acordos entre poder público e a comunidade, esta se responsabilizou em trabalhar na obra como contrapartida. O governo pagaria a metade do salário para os moradores envolvidos na obra, como bem lembra dona Terezinha: “Agora reúne a comunidade e fizeram a proposta: pagar só a metade do salário; aí a metade era doada pela comunidade; aí fizeram o primeiro cais [...]”²⁵

Ainda em 1973 esteve em Santarém e Alter do Chão o diretor da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) para observar o potencial turístico e desenvolver projetos voltados para o turismo na região, é o que reforça o Jornal de Santarém. Santarém, 24 de março de 1973, p.01.

Domingo último estive em Santarém o Sr. Silva Maia, diretor da Embratur, o qual se fazia acompanhar de sua esposa, dois diretores do Banco internacional do Desenvolvimento, e de um técnico do Projeto Tapajós.

A visita dessas ilustres personalidades a Santarém prendeu-se ao fato de observarem os aspectos turísticos da cidade e regiões vizinhas, a fim de orientarem as atividades da Empresa Brasileira de Turismo, que pretende desenvolver o turismo em nossa cidade.

Os visitantes [...] dirigiram-se à vila de Alter-do-Chão, acompanhados do Prefeito Everaldo Martins e da Primeira Dama do Município Sra. Selma Martins.

Segundo as próprias palavras do Sr. Silva Maia, diretor da EMBRATUR, ele vai fazer o possível para nos próximos dias trazer a Alter-do-Chão o próprio presidente da empresa, a fim de que ele pessoalmente possa observar as belezas das praias e o potencial turístico da vila.

Tudo indica que na década de 70, as ações voltadas para o turismo em Santarém e Alter do Chão tenham despertadas na comunidade a necessidade de forjar alguma atividade cultural bem característica da vila e que possibilitasse, dentre outras coisas, uma alternativa econômica via turismo. Nesse sentido, é registrado no Jornal de Santarém. Santarém, 31 de março de 1973, p. 04, esse momento em que a comunidade de Alter do Chão irá reviver tradições, o jornal publicava:

²⁵ Idem.

A vila de Alter-do-Chão vai viver as grandes emoções de uma grande festa, transformando-se em centro de atração daqueles que apreciam as coisas pitorescas especialmente quando elas estão associadas com a tradição e cultura do povo.

A terra dos Sardinhas vai promover no próximo mês de junho uma grande festa folclórica na qual serão revividas as tradições da Velha Tupaiulândia, guardadas na lembranças daquela gente hospitaleira e boa.

De acordo com o programa, será uma semana de grandes atrações que certamente levará o povo de Santarém e de outras localidades a visitar a tradicional Vila que se prepara para transformar-se no centro de atração turística da região.

É provável que essa “grande festa” mencionada no jornal seja o Sairé, que é transmitida como algo próprio do lugar relacionada a idéia de “tradição e cultura do povo”, mas destacada como produto turístico.

A estrada que liga à vila de Alter do Chão a Santarém era um dos anseios da comunidade e foi negociada junto ao poder estadual através do governador Fernando José Leão Guilhon. Completavam-se as estruturas necessárias para viabilizar as atividades turísticas. A estrada melhorava relativamente o acesso à vila, pois antes da abertura da mesma, chegar a Alter do Chão, só era possível via fluvial. Dona Tereza Lobato relembra o dia em que a estrada foi aberta:

[...] em abril chegou o trator. Foi uma reunião que teve aqui, o governador estava aqui [...] no dia quatro a noite e no dia cinco eles começaram a estrada, a levantar daqui pra lá, aí até a curva. Seringueira caia para cá, seringueira caia pra lá, aí era aquela briga, uns queriam só piçarra, não queriam asfalto [...] até que colocaram asfalto. Até o nome do trator eu lembro era Orlando.²⁶

A abertura da estrada era sinal de “bons tempos”, pois se constituía em mais uma via de acesso e comunicação que se estabelecia entre a vila e Santarém. Ao lembrar a abertura da estrada, é comum mencionarem sobre seu cotidiano de trabalho na seringa, importante fonte econômica num momento difícil. A produção da seringa não era suficiente para suprir as necessidades básicas dos moradores da vila, sendo necessária à prática da

²⁶ Informação fornecida por Tereza Lobato, em Alter do Chão, em dezembro de 2006.

agricultura de subsistência, como relata D. Tereza Lobato: “Meus pais sempre trabalharam em roça, eles eram agricultores, naquele tempo cortavam seringa, naquele tempo a seringa tinha valor [...] naquele tempo não tinha aposentadoria, não tinha nada, trabalharam até o final”²⁷. Da mesma forma fala seu Silvito Malaquias:

Nasci no Tapajós, lugar por nome Nova Vista, próximo à vila de Boim. Cheguei aqui com 22 anos. Comecei a trabalhar na lavoura e mesmo cortando seringa, desde lá, o meu trabalho era a seringa e lavoura né. Só que essa lavoura nossa não era para vender, era só para se manter. A seringa a gente cortava para apurar o dinheiro, naquele tempo era 8 mil cruzeiros o quilo. Me aposentei pelo FUNRURAL e depois como soldado da borracha. Parei de trabalhar, estou com 84 anos.²⁸

Pelos depoimentos, pode-se pensar a vila de Alter do Chão na época em que o Sairé foi reconstituído, num cotidiano em que os comunitários se mantinham economicamente do trabalho na lavoura e da extração da seringa, cultura fundamental, pois gerava renda para as famílias. É interessante ressaltar que nesse processo de rememorar surge também a imagem da vila, que na época tinha apenas duas ruas e poucas casas, como relembra seu Silvito Malaquias:

Eu morava mais na colônia. A colônia era aqui próxima com o nome de São Francisco, um Igarapé que tem subindo daqui, é o primeiro ramal que tem [...] Quando eu baixei de lá eu estava com 32 anos [...] Aí meus filhos começaram a estudar e a mulher conseguiu esse terreno e aí viemos pra cá e até hoje estamos aqui. Só havia duas ruas aquela e outra na margem do rio, tudo era mato, não tinha casa nenhuma. O povo daqui morava em algumas casas, moravam mais na Colônia, só desciam no dia de Sábado para passar aqui, segunda-feira subia de novo.²⁹

Analisando o depoimento de seu Malaquias é possível imaginar Alter do Chão da época com baixa densidade demográfica. A colônia era o local onde os moradores viviam e praticavam a agricultura de subsistência, plantando a

²⁷ Informação fornecida por Tereza Lobato, em Alter do Chão, em dezembro de 2006.

²⁸ Informe fornecido por Silvito Malaquias Ribeiro, em Alter do Chão, em setembro de 2006.

²⁹ Informe fornecido por Silvito Malaquias Ribeiro, em Alter do Chão, em setembro de 2006.

mandioca, milho, arroz e feijão e somente nos finais de semana desciam para a vila. Outro aspecto interessante do depoimento refere-se ao momento do fixar moradia definitiva na vila, fato que ocorreu devido à necessidade de educar os filhos.

Relembrar o ritual do Sairé traz toda uma trajetória do povo de Alter do Chão, que, ao buscar no passado essa prática criou sua identidade cultural. Foi o momento de compartilhar o patrimônio cultural deixado pelos antepassados, guardado na memória daqueles que viveram o ritual. Nesse sentido, os moradores lançaram mão das lembranças e de suas experiências para forjarem a tradição, reforçada pelas práticas católicas populares quando incluem uma entidade religiosa, a cerimônia do Divino, para legitimar o rito.

“CULTURA NÃO ESTÁ DESVINCULADA DE PODER”: TRADIÇÃO, CULTURA E PODER.

O ritual do Sairé pode ser analisado considerando a concepção de cultura como “teia de relações” (GEERTZ, 1989, p. 04) que agrega significado próprio, particular, por isso deve ser entendido no seu contexto, pois o homem tem necessidade de construir significados para orientar sua convivência em sociedade e estes só podem ser interpretados no ambiente onde foram construídos. A interpretação é o procedimento necessário para entender a especificidade dos significados e comportamentos humanos. Desse modo, é preciso compreendê-los como um “[...] fenômeno histórico em sua singularidade, em sua unicidade [...]”. (GADAMER, 2006, p.19). Não basta apenas observar um rito e ouvir o depoente para compreender sua cultura, é preciso de algum modo “situar entre eles”, pensar a partir do seu tempo para chegar a uma análise interpretativa coerente, mas não conclusiva.

Na compreensão dos moradores da vila, o Sairé é entendido como rito vinculado ao aspecto religioso, identificado com tradição, que está perdendo espaço em detrimento da introdução do festival dos botos, como destaca Laudelino Sardinha, “[...] o festival dos botos foi muito grande e diminuiu a

participação do povo na parte religiosa do Sairé, na parte tradicional [...],³⁰ no discurso, se percebe a relação do tradicional ao antigo e original, reforçado pelo depoimento de Marlison Vasconcelos, “[...] Alter do Chão está apresentando o Sairé, enfatizando uma questão bem tradicional e original, a questão religiosa”.³¹

Desse modo, o rito religioso é compreendido como tradicional, e, embora alguns acreditem que a tradição está sendo esvaziada e desvalorizada, outros, porém, não consideram assim, mesmo com as mudanças, o Sairé contempla o religioso. O antigo está presente no novo, na compreensão do presidente da comissão organizadora do Sairé:

[...] o público pode observar que os botos estão enfatizando muito o religioso, porque o público que vai assistir o boto não é o público que vai assistir o religioso. A música do boto tem a batida do marabaixo que é a batida do ritual religioso do Sairé. Demos um espaço na festa do Sairé pra acontecer a questão religiosa, um espaço maior, a estrutura melhor. A gente não está deixando a questão religiosa de lado, deixando ser menos.³²

A tradição, tanto enfatizada pelos depoentes, está vinculada à prática religiosa. O público que prestigia o Festival dos Botos não é o mesmo que assiste ao ritual religioso, por isso existe a preocupação em incluir na apresentação do profano (Festival dos Botos), a “[...] batida do marabaixo que é a batida do ritual religioso [...]”.³³ É a tradição sendo reinventada, “é pensada como um mecanismo de seleção, e mesmo de invenção, projetada em direção ao passado para legitimar o presente”. (BLANCHE, 1988 apud CANCLINI, 2006, p. 219).

Outro aspecto, a ser analisado nos depoimentos é a compreensão do “antigo”, do “novo” e do “moderno”. O antigo, visto como algo ultrapassado para o momento e sem perspectiva para os tempos atuais. Por isso, faz-se necessário re-elaborar parte da tradição para dá novo sentido ao Sairé, como defende Luís Alberto, “[...] porque hoje a gente não pode parar no tempo, a gente tem que estar evoluindo, conforme a necessidade da situação [...]”.³⁴ Então, a tradição deve ser entendida no contexto da cultura popular enquanto

³⁰ Informação fornecida por Laudelino Sardinha de Vasconcelos, em Alter do Chão, em setembro de 2006.

³¹ Informação fornecida por Marlison Hélio Vasconcelos, em Alter do Chão, em outubro de 2006.

³² Informação fornecida por Marlison Hélio Vasconcelos, em Alter do Chão, em outubro de 2006.

³³ Informação fornecida por Luis Alberto Garcia de Jesus, em Caranazal, em dezembro de 2006.

³⁴ Idem

“campo de batalha”, além disso, “[...] as tradições pode ser fonte simultânea de prosperidade econômica e afirmação simbólica. Nem a modernização exige abolir as tradições, nem o destino fatal dos grupos tradicionais é ficar de fora da modernidade” (CANCLINI, 2006, p. 239).

Dessa forma, o passado não é anulado, visto que no seu limite dá suporte e sentido ao presente e dá legitimidade ao novo: “[...] a pessoa que conhece o Sairé, vai lá na folia e vê a batida como e esse ritmo nós pegamos pro boto, porque o ritmo que a gente fez o boto, é o ritmo do Sairé, é o ritmo da folia [...]”.³⁵ Não há um processo de exclusão e desvalorização do antigo frente ao novo, pelo contrário, fazem parte de um mesmo processo na trama social, e em torno destes a história se movimenta mostrando a dinamicidade da cultura popular, pois “[...] a tradição não pode ser entendida sem compreender a inovação”. (BLACHE, 1988 apud CANCLINI, 2006, p. 219).

Então, mediante situações concretas de sobrevivência, comunitários reformulam o antigo e tiram proveito de situações novas utilizando os meios de comunicação para dá visibilidade ao Sairé. O moderno, o novo não é sinônimo de destruição do antigo, do tradicional, pois os homens na sua luta pela sobrevivência criam maneiras de suprir suas necessidades, por isso, precisam reelaborar suas estratégias de luta. O Festival dos botos seria o moderno, o novo, introduzido no Sairé, é a novidade que trouxe mudanças expressivas, por isso, as tensões e as alianças que se formaram em torno da festa são compreensíveis, pois no contexto das produções culturais os conflitos fazem parte do processo.

Nesse sentido, vale aqui a reflexão de Le Goff (1996, p.198) “[...]o novo à beira do abismo do presente, volta-se para o passado [...]”, para o antigo, o tradicional. Se, por um lado, recusa o antigo, tende a refugiar-se na história”.

Porém, os conflitos estão presentes nos momentos cruciais de mudanças e nem sempre o novo, o reelaborado, é assimilado como algo necessário, pois o campo do tradicional é tênue, tenso, onde alguns aspectos são reinterpretados, suprimidos, mas outros se mantêm, como bem expressa dona Terezinha, quando não concorda com as mudanças no curimbó:

³⁵ Informação fornecida por Luis Alberto Garcia de Jesus, em Caranazal, em dezembro de 2006.

[...] eu não concordo que ela venha mudar os passos do curimbó, botar a música dela pra gente dançar, nós temos gente inteligente que pode criar outras letras, outras músicas do curimbó, ela vinha certa que ia mudar passos, mas no curimbó, ela não mete o bico.³⁶

No depoimento percebe-se a tensão diante das mudanças que seriam realizadas no curimbó, dança tradicional de Alter do Chão, criada na década de 70 para animar o Sairé. O Curimbó é semelhante ao Carimbó, porém os moradores são enfáticos em dizer que é uma dança específica da vila, é própria da comunidade: “[...] que o nosso não é carimbo é curimbó [...]”³⁷. O curimbó é visto como relíquia e só pode ser modificado por pessoas da comunidade.

Nesse campo de discussão sobre tradição é relevante o debate articulado por Hall que a desmistifica de um caráter fixo e imutável, pois considera que a tradição é reelaborada de acordo com as necessidades dos sujeitos. Por isso, deve ser compreendida como um campo tenso e não é possível pensá-la como algo fechado sobre si mesma, pois “[...] as tradições não se fixam para sempre [...]” (HALL, 2003, p. 260).

Assim, não se concebe a tradição como algo imutável, estagnado no tempo. Diante dos avanços dos sistemas de comunicação, não é concebível imaginar um lugar fechado sobre si mesmo que vela uma tradição intocável. Não existe saber popular desvinculado das mudanças ocorridas da atualidade e não há como conceber “patrimônio popular estável”, o que existe é uma interação constante entre o erudito e o popular.

Ao analisar cultura e tradição, é relevante discutir também a compreensão de popular no contexto do Sairé. O popular é um termo bastante impreciso. Christopher Hill discutiu o termo no contexto do século XVII, em que o povo tornou-se o principal assunto dos discursos políticos, no momento da implantação da República na Inglaterra. Para os ingleses, o termo povo não correspondia aos pobres, mas àqueles que possuíam bens e educação. Assim, a República inglesa não contemplava todos os habitantes da Inglaterra na categoria povo. O povo apto a participar do governo era aquele que tinha posse e instrução (HILL, 1998, pp. 36-37).

Considerando o Sairé como prática da cultura popular, deve-se discutir o termo “popular”. Nesse sentido, são diversos sujeitos envolvidos direta ou

³⁶ Informação fornecida por Tereza Lobato, em Alter do Chão, em dezembro de 2006.

³⁷ Informação fornecida por Lusía dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

indiretamente na sua realização. É comum a presença do pequeno e grande comerciante, catraieiros, barraqueiros, artistas, vendedores ambulantes, hippies, proprietários de hotéis, de transportes, vendedores de doces, de artesanato, do poder público de várias esferas. Assim, o Sairé, como prática cultural, não é exclusivo de um grupo social e “[...] é possível pensar que o popular é constituído por processos híbridos e complexos, usando como signos de identificação elementos procedentes de diversas classes e nações” (CANCLINI, 2006, p. 221).

Para Hall, a cultura popular é um espaço de lutas, de “tensão contínua”, em que “cultura popular e cultura erudita” se inter cruzam. É o que Carlo Ginzburg (2006, p.10) discute em sua obra ao afirmar que “existe uma circularidade entre o popular e o erudito”, sendo que um não se sobrepõe ao outro. Portanto, não existe “[...] cultura popular integrada, autêntica e autônoma, é preciso concebê-la numa dialética em que se estabelece uma relação de poder, de luta, entre a cultura popular e a cultura dominante” (HALL, 2003, p. 254).

Assim sendo, não se deve pensar as mudanças ocorridas no Sairé em 1996, como perda de originalidade, pois a cultura, nessa perspectiva, é vista como campo de luta. “Cultura não está desvinculada de poder [...]”³⁸ e quem coordena a festa tem influência, status e poder na comunidade. A prefeitura influencia na organização e promoção da festa, mas não tem o domínio total. Nesse sentido, o poder não é dado, transferido e nem está centrado em um sujeito ou uma instituição, mas está disseminado entre os sujeitos sociais que ora estabelecem alianças, ora se confrontam. (FOUCAULT, 1979, p.174)

É relevante destacar, neste contexto, o depoimento de dona Lusía Lobato, moradora antiga de Alter do Chão que participou da “reconstituição” do Sairé em 1973 e guarda na memória a história desse momento. Na sua compreensão tem autoridade na vila e assim, expressa de forma enfática: “[...] olha gente, nós todos somos autoridade, nós somos o dono da festa. Eu me sinto o máximo de uma autoridade. Eu me sinto uma líder comunitária [...]”.³⁹ Essa noção de autoridade é entendida como poder, pois, para chegar até aos comunitários, é preciso estabelecer contato com os líderes locais, estes não precisam necessariamente

³⁸ Informação fornecida por Laudelino Sardinha de Vasconcelos, em Alter do Chão, em setembro de 2006.

³⁹ Informação fornecida por Lusía dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

estar à frente de uma organização na comunidade, basta ser referência para articular reuniões. É o que sugere novamente o depoimento de dona Lusía Lobato: “Eu tava falando ontem numa reunião até que foi o Professor Aldo Queiroz veio fazer uma reunião conosco aqui, ele ligou pra mim, o Nicolau ligou, eu arrumei pra ele a reunião, lá em cima, na casa da Leila”.⁴⁰

De acordo com o depoimento, o poder se pulveriza, não se concentra na prefeitura. Moradores da vila também se impõem como autoridade. Ou seja, por mais que a prefeitura concentre parte do poder e interfira na realização da festa, isso não parece ocorrer de forma incisiva. É preciso antes negociar com as autoridades locais e nessa trama de poderes constituídos em torno do Sairé, vale analisar as “lutas, estratégias e táticas” dos agentes envolvidos no evento, compreendendo assim, a cultura como “forma de luta”, vinculada ao poder. É a “[...] cultura popular numa relação continua de tensão diante da cultura dominante [...]”. (HALL, 2003, p. 257).

Assim, o Sairé deve ser interpretado dentro da lógica de tensão, da luta entre o poder local e poder público, um espaço em que se articulam alianças e se confrontam tendências políticas. Dessa forma, não é uma prática cultural desvinculada do poder, pois diversos interesses se sobrepõem em torno dessa prática cultural. São interesses econômicos e políticos agregados à idéia de tradição, esta por sua vez, se adapta às mudanças decorridas das necessidades da comunidade como sugere o depoimento: “[...] os botos é mais comercial, gera emprego, o financeiro, o dinheiro rola mais em torno de sua apresentação, tudo é pago, então o povo também quer atribuir e ganhar nessa época [...]”.⁴¹ Portanto, o Sairé nesta perspectiva torna-se uma oportunidade de emprego e de ganho financeiro.

Mas, o Sairé deve ser visto muito além de uma simples oportunidade de emprego e venda de produtos. Representa o ritual religioso que se expressa na ladainha, no mastro, nos personagens⁴², no barracão e nos símbolos. São fragmentos, resíduos, transmitidos de geração em geração que sobreviveram ao tempo e se mantêm vivos na expressão de pessoas que acreditam na

⁴⁰ Informação fornecida por Lusía dos Santos Lobato, em Alter do Chão, em agosto de 2006.

⁴¹ Informação fornecida por Marlison Hélio Vasconcelos, em Alter do Chão, em outubro de 2006.

⁴² Os personagens do ritual que nos referimos são: o capitão, juiz, juíza, alferes, mordomos, mordomas, saraipora,

tradição e na memória. São rastros do passado expressos nos rituais, nos símbolos que se readaptam e chegam até o presente, tomando como referência o passado residual que é cognoscível, passível de ser conhecido e estudado. É interessante considerar também que esses resíduos do passado presentes na memória da comunidade se articulam com lugares e objetos e formam um cenário fragmentado de um passado rememorado e cabe ao historiador organizá-lo.

Corroborando com essa concepção Le Goff (1996, p. 472) discute que a

[...] pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais dos acontecimentos mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória [...]

Salvar a memória do esquecimento é ir além do simples registro, pois esta é “[...] um instrumento e um objeto de poder” e deve ser utilizado para a “libertação, não para a dominação dos homens”. (GOFF, 1996, p. 477)

O Sairé como prática cultural, constitui-se num processo de reconstrução de memória que afirma a identidade dos comunitários de Alter do Chão, expressando sua característica peculiar e única. É a luta contra a memória massificada e forjada pela mídia que ressalta apenas um dos aspectos da Festa, o profano, relacionando-o principalmente ao festival dos botos e pouco dá ênfase ao legado cultural construído pelos moradores em tempos anteriores. Não é só uma questão de “manter” a tradição, mas de não esquecer que foi na busca de uma tradição, de uma história adormecida na memória, que os comunitários forjaram a história do Sairé da vila de Alter do Chão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 1996, o Sairé vem passando por mudanças significativas, principalmente quando o festival dos botos foi incluído na parte folclórica. Mediante os discursos dos sujeitos sociais apresentados nesse trabalho pode-se perceber seus dilemas diante dessas mudanças e suas percepções sobre cultura e poder. Em suas narrativas é comum também a lembrança do tempo

em que o Sairé foi proibido pela Igreja e do momento em que o reorganizaram em 1973. Revivê-lo foi a forma que os comunitários encontraram para manter viva a identidade do povo da vila, compartilhando traços culturais significativos que repassados de pais para filhos se materializam na procissão, nos mastros, nos personagens, nos símbolos, na ladainha e nas danças. Nesse sentido,

[...] a memória não se reduz ao ato de recordar. Revelam os fundamentos da existência, fazendo com que a experiência existencial, através da narrativa, integre-se ao cotidiano fornecendo-lhe significado e evitando, dessa forma, que a humanidade perca raízes, lastros e identidades. (TODOROV, 1999 apud DELGADO, 2003, p. 17)

Assim, estudar atentamente o Sairé é uma oportunidade de acompanhar de forma sistemática a trajetória dos moradores que de posse da memória reorganizaram essa prática cultural que se configurou num momento de socialização da tradição, mas também como espaço de poder, pois as relações de força que se estabeleceram entre a igreja e os comunitários no momento em que foi proibido não significou seu esquecimento, e dado à força que essa prática tinha entre os sujeitos sociais foi possível num momento específico e oportuno retomarem o Sairé como tradição, mostrando o poder da comunidade quando tornam visível o que deveria ser lembrando.

Desse modo, a memória tem seu poder quando os sujeitos sociais se apropriam dela e de alguma forma exteriorizam como marca que deve ser lembrada. E nesse jogo de poder, os comunitários de Alter do Chão utilizaram das lembranças e reformularam suas crenças. Mesclaram símbolos católicos a símbolos profanos e marcaram sua história compartilhando a cultura, dando-a significado próprio e através dela criam e recriam mecanismos para se fazerem presente na comunidade, pois:

[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1996, p. 476).

DOCUMENTOS PESQUISADOS

Artigos de jornais:

Diretor da Embratur em Santarém. O jornal de Santarém, Santarém, 24 de mar. 1973. p. 01.

Governo Municipal. O Jornal de Santarém, Santarém, 3 de fev. 1973. p. 01.

Governador em Santarém. O Jornal de Santarém, Santarém, 15 jan. 1972. p. 04.

O Jornal de Santarém, Santarém, 31 mar. 1973. p. 02.

Documentação oral: entrevistas:

JESUS, Luis Alberto Garcia de. As mudanças no Sairé em 1996. Caranazal: 2006. 3 CD (30 mim): digital. Entrevista concedida a Cláudia Laurido Figueira.

LOBATO, Lusía dos Santos. As mudanças no Sairé em 1996. Alter do Chão: 2006. 1 CD (90 min.): gravação digital. Entrevista concedida a Cláudia Laurido Figueira e Daniela Rebelo Blanco.

LOBATO, Tereza. As mudanças no Sairé em 1996. Alter do Chão: 2006. 6 CD (30 mim): digital. Entrevista concedida a Cláudia Laurido Figueira.

RIBEIRO, Silvito Malaquias. As mudanças no Sairé em 1996. Alter do Chão: 2006. 5 CD (30 mim): digital. Entrevista concedida a Cláudia Laurido Figueira.

VASCONCELOS, Laudelino Sardinha de. As mudanças no Sairé em 1996. Alter do Chão: 2006. 2 CD (40 mim): digital. Entrevista concedida a Cláudia Laurido Figueira e Daniela Rebelo Blanco.

VASCONCELOS, Marlison Hélio. As mudanças no Sairé em 1996. Alter do Chão: 2006. 4 CD (40 mim): digital. Entrevista concedida a Cláudia Laurido Figueira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANCLINI, Nestor García. 4ª. ed. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 2006.

DELGADO, L.A.N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 6, p. 17-25, junho. 2003.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFF, Jacques Le. Memória. In: História e Memória. 4ª. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HILL, Christopher. Os pobres e o povo na Inglaterra do Século XVII. In: KRANTZ, Frederick. A outra história: Ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.

PINTO, Julio Pimentel. Os muitos tempos da memória. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, nº. 0, p. 203 - 211, novembro. 1998.

SOUSA, A.M.A. Do Sairé ao Çairé: a trajetória de uma manifestação folclórica, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Santarém.

ARTIGO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL:
RELAÇÕES COM A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, A
FINANCEIRIZAÇÃO ECONÔMICA E O NEOLIBERALISMO**

RESUMO: Nosso objetivo com o presente artigo foi tratar da educação escolar no Brasil e suas relações, determinações e implicações com três elementos combinados e interdependentes e ao mesmo tempo distintos em suas formas de manifestação: a reestruturação produtiva, a “financeirização” econômica e o neoliberalismo. Nesse sentido, identificamos que tanto sob os auspícios quanto à férrea necessidade de sobrevivência do capital, a educação escolar sofre graves conseqüências, tais como a implantação de uma política minimalista e focalizada; a tendência geral à mercantilização; a regressão progressiva das verbas destinadas à educação pública; a exacerbação tanto do seu caráter excludente e seletivo quanto da sua manipulação em prol do controle social e de manutenção do status quo.

Palavras-chave: educação escolar, reestruturação produtiva; financeirização econômica; neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo com o presente artigo foi tratar da educação escolar brasileira na atual fase do sistema capitalista. Assim, o recorte temporal refere-se ao período posterior a 1970, que para Hobsbawm (1995) é uma época de crise, que anuncia um futuro desconhecido e problemático. Para tanto, além desta

*Professor Assistente do Centro de Educação da Universidade Federal de Roraima e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Endereço eletrônico do autor:eroyama@predialnet.com.br

Introdução e das Considerações Finais, propusemo-nos a: a) caracterizar em linhas gerais o capitalismo contemporâneo; b) analisar três processos combinados e interdependentes, mas que apresentam particularidades em suas formas de manifestação: a reestruturação produtiva, a financeirização econômica¹ e o neoliberalismo; c) examinar as relações que se estabelecem entre esses processos com a educação escolar no Brasil: suas determinações, implicações e conseqüências.

No que se refere à educação escolar, esta foi considerada uma prática social determinada materialmente. Nesse sentido, partimos da premissa de que é necessário compreender a inserção da escola no processo global de produção da existência humana no modo de produção capitalista, num exame das relações e determinações entre o fenômeno educativo e o movimento do capital (SAVIANI, 2005).

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A época correspondente aos anos de 1970 até nossos dias caracteriza uma profunda crise do capitalismo, que encerra o ciclo áureo de crescimento pós segunda guerra mundial (1945-1970). Dessa forma, segundo o modelo de Kondratief, o período iniciado em 1970 configura o início de uma onda longa recessiva (GORENDER, 1995; HOBBSAWM, 1995), a qual corresponderia à terceira fase do estágio imperialista do sistema capitalista, cujo protagonismo ainda é dos monopólios (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p.212). Hobsbawm (1995, p.393), por sua vez, sem citar em sua obra os termos *imperialismo* ou *capitalismo monopolista*, relaciona tal período a uma nova era de decomposição, incerteza e desequilíbrio: “A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise.” Logo, para se entender a fase atual do capitalismo contemporâneo é necessário localizá-la num momento de rupturas e dúvidas que ocorre posteriormente aos “Anos Dourados”,

¹ A expressão *financeirização econômica* é empregada por Chesnais (1996) e foi adotada por nós ao longo deste trabalho.

relacionado com fatores depressivos de natureza tanto estrutural como conjuntural, os quais se associam de forma mutuamente dependente².

Sob o ponto de vista estrutural, citamos o esgotamento tanto do modelo fordista-taylorista de produção quanto da política do Estado do Bem Estar Social. Sobre o primeiro, a evidência mais significativa foi a ocorrência da queda da taxa de lucro das principais empresas capitalistas e sobre o segundo aspecto, mencionamos a queda do PIB dos países capitalistas centrais (GORENDER, 1995; PAULO NETTO; BRAZ, 2006); da África subsaariana (de 14% para 8% entre 1960 e 1987) e dos países do ex-bloco socialista – o PIB da Rússia caiu 17% em 1990-91, 19% em 1991-2, e 11% em 1992-3. O da Polônia 21% em 1988-92, da Tchecoslováquia quase 20% e a Romênia e a Bulgária aproximadamente 30% (HOBSBAWM, 1995, p.395).

No que concerne aos elementos conjunturais, apontamos a fase descendente da economia americana (queda da produtividade industrial, superada pelo Japão e Alemanha; déficit decorrente dos gastos com a Guerra do Vietnã, corrida armamentista e espacial); os choques do petróleo (1973 e 1979); o rompimento unilateral por parte dos Estados Unidos do Acordo de Bretton Woods. Assim, para Leher (2001, p.56), a fase posterior à década de 70 do século XX evidencia uma crise “[...] que tem como raiz a redução da taxa de lucro do setor manufatureiro, deslocando o capital para o setor financeiro [...]”. Considerando ainda o desmoronamento do modelo keynesiano, que grosso modo está associado à diminuição do poder e da atuação do Estado-Nação, tal momento também está relacionado à derrocada do “[...] sistema de regulação *nacional* das economias capitalistas [...]” (SINGER, 1991, p.59, grifo do autor).

Outros sintomas da crise: a) o aumento do desemprego. Na Europa, por exemplo, houve um acréscimo de 1,5% (1960) para 4,2% (1970) em média. Na Comunidade Européia, foi de 9,2% ao final de 1980 e 11% em 1993; b) o declínio da economia mundial; c) o aprofundamento do fosso entre países ricos e pobres; d) o aumento da pobreza e da miséria (HOBSBAWM, 1995).

² Paulo Netto e Braz (2006) não diferenciam os elementos estruturais dos conjunturais. Antes, empregam os termos detonadores, considerando que toda crise do capitalismo é inerente e estrutural ao sistema.

Portanto, considerando-se a necessidade imperiosa de recomposição das taxas de lucro, bem como da própria sobrevivência e manutenção do capitalismo, uma série de medidas foram tomadas. Conseqüentemente, a resposta do capital pode ser sintetizada num conjunto de estratégias articuladas num tripé que foram implementadas: a reestruturação produtiva, a financeirização econômica e a ideologia neoliberal³ (PAULO NETTO; BRAZ, 2006).

A SOBREVIVÊNCIA DO SISTEMA EM XEQUE: A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, A FINANCEIRIZAÇÃO ECONÔMICA E O NEOLIBERALISMO

A reestruturação produtiva

A base sobre a qual se ergue a reestruturação produtiva é o esgotamento do modelo fordista-taylorista de produção, ou segundo Paulo Netto e Braz (2006), de acumulação rígida, o qual foi substituído por aquele denominado de acumulação flexível - flexibilização dos processos e mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo; inovação tecnológica, comercial e organizacional; “desterritorialização” da produção. Ainda, para Harvey (2005), são dois os processos básicos que comandam tais transformações: a reorganização da produção e os mecanismos de gestão e administração das empresas.

Sobre o assunto, destacamos: a) essencial à reestruturação produtiva foi a intensa incorporação de tecnologias resultantes de avanços científico-tecnológicos à esfera da produção (informática, robótica, microeletrônica), o que determinou o desenvolvimento das forças produtivas e promoveu enorme redução da demanda pelo trabalho vivo. Noutras palavras, seria a potencialização ao máximo da substituição do trabalho humano pelo das máquinas (HOBBSAWM, 1995); b) no caso da desterritorialização da produção, ocorreu a exportação de plantas industriais inteiras de países capitalistas centrais para países da periferia do sistema, o que foi possível, entre outros aspectos, mediante o barateamento dos custos dos transportes. Ademais, as

³ Paulani (2006) emprega a expressão doutrina neoliberal ao invés de *ideologia neoliberal*. Em nosso trabalho optamos pelo uso da expressão *doutrina neoliberal*.

matrizes das empresas é que têm função estratégica, contando com poucos funcionários estáveis e bem pagos, enquanto que nos rincões do terceiro mundo predomina a existência de funcionários via de regra mal pagos e contratados muitas vezes sob regimes de trabalho precarizados:

[...] na década de 1990 o que marca a estratégia dos grupos transnacionais é a busca permanente de se livrar dos investimentos de longa duração, ganhando flexibilidade para explorar oportunidades lucrativas. Isso faz com que as grandes corporações, num movimento desenfreado, operem “deslocalizações” de suas atividades, inclusive de sua capacidade produtiva, para qualquer lugar do planeta, sempre que isso for visto como uma possibilidade de redução de custos. Com isso, muitas vezes, as atividades transferidas são aquelas mais simples e rotineiras, como as operações de montagem, enquanto as etapas mais complexas do processo produtivo (concepção do produto, definição do *design*, pesquisa e tecnologia, *marketing*) terminam, na maior parte dos casos, não sendo externalizadas. (PAULANI, 2006, p.84-85)

Ainda, para a autora, tal modelo de divisão internacional do trabalho se caracteriza principalmente pela intensificação da exploração do trabalho mediante a extração do valor por meio da criação de mais valia absoluta.

c) finalmente, cabe destacar o papel fundamental desempenhado pela organização empresarial, que promoveu transformações necessárias à potencialização da exploração do trabalho mediante os processos de gestão e administração de pessoal. Assim, um dos motes da atualidade é vender a idéia de que os trabalhadores são considerados parceiros, representantes, colaboradores, associados, etc., para quem a empresa é a casa e todos fazem parte da mesma “família”. Outro expediente empregado é tornar a administração impessoal e a hierarquia dos postos menos verticalizada - na verdade, são procedimentos que, além de enfraquecer a consciência de classe, recrudescem as formas de expropriação.

Com relação ao pólo trabalho de uma forma geral, houve uma verdadeira ofensiva contra os sindicatos e os direitos trabalhistas e a diminuição do quantitativo de operários industriais nos países capitalistas centrais; a desregulamentação das relações de trabalho; o crescimento vertiginoso do desemprego e o desemprego como fator estrutural e a naturalização de ambos; a

criação e a intensificação de formas de exploração do trabalho (aumento da jornada de trabalho, exploração do trabalho infantil, emprego sistemático e em larga escala do trabalho escravo ou semi-escravo, etc.).

A financeirização econômica

A origem da financeirização econômica como hoje a conhecemos está associada à criação de um mercado paralelo para negociação de dólares em meados de 1960, em que os capitais multinacionais que operavam na Europa, particularmente os americanos, passaram a buscar outras formas de valorização ao abrigo de um espaço *offshore* do território americano (no caso, em Londres). De acordo com Paulani (2006, p.72): “[...] foi-se criando assim um volume substantivo de capitais que buscavam valorização exclusivamente financeira, num movimento que foi se desenvolvendo ao desabrigo de qualquer tipo de controle estatal.” Mais tarde, na década de 1970, somaram-se a esse mercado os dólares provenientes dos lucros obtidos por filiais de empresas multinacionais que sofriam restrições pela atuação do Estado-Nação e aqueles oriundos do aumento do preço do petróleo (os “petrodólares”). Contudo, diante de uma recessão que impossibilitava a obtenção de taxas de lucro compensadoras no âmbito da produção, tal enxurrada de dinheiro buscou sua valorização no mercado de capitais.

É dessa forma que as “[...] finanças passaram a constituir, nos últimos trinta anos, o sistema nervoso do capitalismo - nelas se espelham, particularmente, a instabilidade e os desequilíbrios da economia dessa fase do estágio imperialista.” (PAULO NETTO; BRAZ, 2005, p.233). Ou seja, é a esfera financeira que domina o movimento geral do capitalismo mundial e é nela que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados e onde sua mobilidade é maior (CHESNAIS, 1998, p.11). Podemos assim inferir que o capitalismo atual é cada vez mais comandado pelo capital financeiro, para o qual converge e é drenada a riqueza produzida social e coletivamente por meio da atuação do Estado-Nação, das instituições econômicas internacionais, das principais empresas capitalistas e da esfera econômica em geral.

Neste trabalho, o capital⁴ se expressa segundo a fórmula $d - M - d'$, sendo d dinheiro de quem vai extrair sobretrabalho; M processo de produção, valorização via exploração do trabalho e d' capital valorizado ou capital acrescido de mais valia. Por sua vez, Fontes (s.d., p.9) acrescenta a essa fórmula o capital financeiro (o qual a autora denomina de capital portador de juros ou capital monetário) da seguinte maneira: $D - d - M - d' - D'$. Onde: D - capital financeiro, ou dinheiro nas mãos de detentores de grandes massas monetárias (bancos, fundos de pensão, etc.) e ao final do processo D' - pagamento de juros ou remuneração ao capital financeiro, como parcela do lucro obtido no processo produtivo (informação verbal)⁵.

Isso significa que o capital financeiro, que para Lenin (1986) é o resultado da fusão do capital bancário com o industrial, deixa de ser um coadjuvante do sistema para se tornar estrutural ao processo de reprodução ampliada do capital. Contudo, devemos atentar para o fato de que, de modo diferente em que muitas vezes o assunto é discutido, o capital financeiro absolutamente não prescinde do capital produtivo e da valorização via exploração do trabalho. *Antes, ele sobrevive disso.*

O denominado capital portador de juros também personifica o máximo da concentração da propriedade capitalista, indo além de sua mera função como capital bancário, na condição de crédito a serviço dos proprietários dos meios de produção. Em verdade, ele se converteu na ponta mais concentrada da propriedade das condições sociais de produção capitalista, a cada dia

⁴“O que é então capital? Uma soma de dinheiro? Meios de produção sendo movidos pelo trabalho de assalariados? Produtos de trabalho assalariado postos à venda?

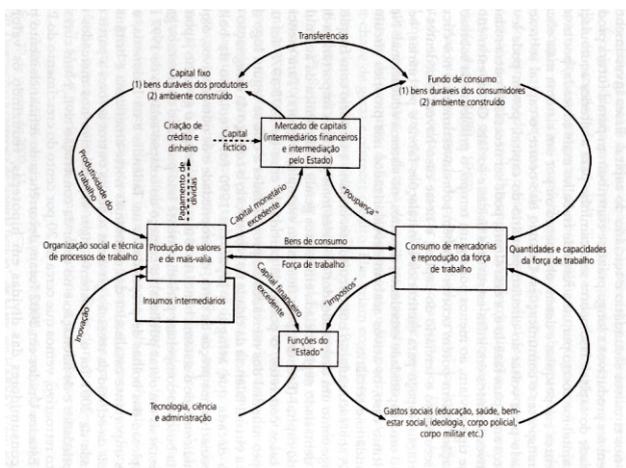
Capital é tudo isso e, sobretudo, é tudo isso *em relação*. Capital é a contínua transformação do valor através do processo de produção e de circulação. Na produção, o valor-capital se valoriza; na circulação, o capital-valor já prenhe do mais-valor, da mais-valia, se realiza. É por isso que a melhor maneira de entender o que é capital é entendê-lo como relação social. No fundo, capital é uma forma específica de relacionamento entre homens em sociedade, na qual proprietários de riqueza empregam o trabalho de não-proprietários para produzir mais riqueza.

Capital é portanto uma relação social que se materializa em objetos: em dinheiro, em meios de produção, em trabalho pago por salário, em produtos vendidos em mercados. É claro que cada forma material do capital corporifica relações específicas que, em seu conjunto, formam a relação-capital. Dinheiro corporifica a relação entre quem paga e quem recebe. Mercadorias corporificam a relação entre quem compra e quem vende. Destas relações específicas, a que é essencial ao capital é a de compra e venda de força de trabalho. Porque é através desta relação que o capital se valoriza. O lucro é trabalho não pago, é produto da exploração do trabalhador assalariado. A relação-capital é essencialmente uma relação de exploração.” (SINGER, 1991, p.28-29)

⁵ Informação proferida quando da realização da conferência intitulada *Financeirização e superexploração do trabalho*, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 29/05/2007.

envolvendo dimensões mais extensas e exigindo um volume cada vez maior de inversões, de forma cada vez mais intensa e veloz. Em outros termos, o advento do capital monetário (o capital como mercadoria) socializa, torna expandido e crescentemente social – nacional e internacionalmente – o processo de extração de mais-valor. (FONTES, s.d., p.17). As considerações acima nos auxiliam na compreensão dos circuitos do capital apresentados por Harvey (2005, p.95), cujo esquema é reproduzido na a seguir:

Figura 1: Os caminhos da circulação do capital



Fonte: Harvey (2005, p.95)

Na figura, Harvey distingue os circuitos primário, secundário e terciário dos fluxos de capital. O circuito primário corresponderia à fórmula geral do capital apresentada anteriormente – é o domínio da produção e do consumo, conforme figuras centrais do esquema (quadros “Produção de valores e de mais-valia” e “Consumo de mercadorias e reprodução da força de trabalho” e setas interligando-os). O circuito secundário corresponde aos processos ilustrados nas figuras superiores ao circuito primário, a saber: “Capital fixo” e “Fundo de consumo”, bem como os processos de intermediação entre as duas esferas que compõem este circuito. Por sua vez, o circuito terciário corresponde aos processos ilustrados nas figuras inferiores ao circuito primário:

“Tecnologia, ciência e administração” e “Gastos sociais” e os processos de intermediação entre essas duas esferas.

Assim, a financeirização econômica corresponde ao processo pelo qual o dinheiro excedente ou decorrente da superprodução (“Criação de crédito e dinheiro”) é direcionado para o mercado de capitais (quadro “Mercado de capitais”), o qual opera essencialmente pela geração de uma “[...] inflação do valor dos ativos [e] à formação de capital fictício [...]” (CHESNAIS, 1996, p.15). De fato, o capital financeiro participa de todos os circuitos do capital, na medida em que sua circulação envolve a intermediação financeira em vários níveis. Logo, é o processo pelo qual o capital que é direcionado para o mercado de capitais se valoriza sob os auspícios da denominada “ciranda financeira”, mediante a obtenção de lucros decorrentes basicamente da especulação de ativos financeiros que se encontram na forma de títulos (ações, debêntures⁶, outros).

Já o termo *mundialização financeira* é empregado por Chesnais (1998, p.12) e designa as ligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros em nível nacional e internacional, resultantes da liberalização e desregulamentação do mercado à livre circulação do capital, o que propiciou a emergência de um espaço financeiro mundial. Contudo, esse espaço é fortemente hierarquizado e centralizado. Seu centro nervoso é o sistema financeiro dos EUA, em função principalmente do volume das transações internacionais que ocorrem com base no dólar: 2/3 do comércio mundial; 3/4 dos créditos internacionais; 80% das transações no mercado de câmbio internacional (BRUNHOFF, 1998).

Tal sistema está baseado na tríade Wall Street – Tesouro Americano – FMI/Banco Mundial, que por sua vez é a base do tripé formado juntamente com os principais centros financeiros da Europa (Alemanha, França, Inglaterra) e Ásia (Japão, China) (HARVEY, 2005; PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p.229). É no interior desse circuito que são feitos os negócios e de onde partem as decisões estratégicas sobre a finança mundializada que afetam a humanidade como um todo. Porém, é um sistema sem supervisão, sem controle e caótico, pois é praticamente impossível acompanhar e antecipar os fluxos de capital e financeiro em sua totalidade.

⁶ Debêntures são títulos de dívida remunerados a juros, emitidos por empresas no mercado de capitais para captar dinheiro. Informação disponível em: <<http://www.monitorfinanceiro.com.br>>. Acesso em: 07/08/2006.

A unidade dos mercados é assegurada pelos operadores financeiros interligados pela tecnologia (telecomunicações, informática), com base na liberalização e interligação do sistema em tempo real, cujas decisões são tomadas pelos gestores das carteiras mais importantes e mais internacionalizadas. Os investimentos em capital fictício são muito mais concentrados e muito mais voláteis e crescem mais do que os investimentos na produção, PIB mundial ou comércio exterior, sendo que a parcela mais elevada das transações ocorre no campo fechado das instituições financeiras e não tem nenhuma contrapartida em termos de intercâmbio de mercadorias e serviços. É o caso de 1,4 trilhão de dólares dos quais apenas 5 a 8% têm correspondência num lastro real. Trata-se de uma massa de dinheiro elevada à esfera financeira que se valoriza ficticiamente, inchando o montante nominal dos ativos. Conforme já apontado, é um dinheiro especulativo, predatório e altamente concentrado - aproximadamente 300 bancos e corretoras de ações e títulos controlam as finanças globais onde se valoriza.

Vale lembrar que apenas na esfera da produção é que se cria valor (MARX, 1985). Desse modo, aconteceu que uma parcela significativa do capital investido na produção desviou-se para a esfera da circulação e que se valoriza mediante juros, dando origem ao capital fictício. Portanto, a financeirização econômica que ocorre na esfera da circulação tornou as transações econômicas hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção, tornando-as especulativas - daí a origem das crises financeiras.

Atualmente, boa parte desse montante se dá pela absorção do superávit primário⁷ dos países inicialmente endividados com a crise da dívida externa das décadas de 70-80. A base desta riqueza é o trabalho social, sugado na forma de impostos, contribuições e outras formas de espoliação via principalmente instituição Estado. No caso brasileiro, além do superávit primário, a política de elevação da taxa básica de juros da economia está subordinada à necessidade dos ganhos obtidos pela compra dos títulos da dívida pública remunerados por essa taxa no mercado financeiro (contrariamente ao que se apregoa sobre a falácia da necessidade do controle da inflação).

⁷ Superávit primário: recursos do orçamento destinados ao pagamento dos juros da dívida pública. Informação disponível em: <http://www.ibase.br/pubibase/media/Superavit_Primario.pdf>. Acesso em: 17/09/2006.

Segundo Harvey (2005, p.151) esse sistema serve aos interesses de uma burguesia transnacional, alimentando os lucros de classes rentistas que ganham com a especulação financeira⁸. Paulo Netto e Braz (2005, p.233) também nos informam que:

Envolvendo interesses monumentais e instituições tentaculares, a oligarquia que as controla (não mais que 500 "investidores") dispõe de um poder que desafia a soberania dos Estados nacionais e a autoridade dos seus bancos centrais; deve-se a esse poder a *livre mobilidade* de que os capitais puramente especulativos ("capitais voláteis") passaram a desfrutar e, com ela, a sua capacidade de arruinar inteiras economias nacionais [...]. (grifo dos autores)

O neoliberalismo

De maneira bastante esclarecedora, Paulani (2006) nos explica a forma pela qual o neoliberalismo, sob a liderança de Friedrich August von Hayek se torna hegemônico na condição de doutrina e não na de teoria. Desse modo, destituído de bases teóricas consistentes, o que se fez foi simplesmente afirmar a crença e a supremacia da ação do mercado, numa profissão de fé em suas inigualáveis e insuperáveis virtudes, em que ele (o mercado) seria o comandante indisputado de todas as instâncias do processo de produção material da sociedade.

Para tanto, era preciso primeiramente solapar as bases do *Welfare State*⁹, promovendo o desmonte das políticas a ele correspondentes, suprimindo especificamente os direitos e garantias relacionados ao pólo trabalho e ao mesmo tempo limitando o Estado às funções essenciais para garantir as regras do jogo capitalista. Nesse sentido, foram abolidas as atribuições ligadas aos direitos sociais (saúde, educação, previdência e assistência social) e mantidas as de cunho fiscal, de controle macroeconômico, de segurança e de manutenção da ordem social (HAYEK, 1998). A idéia foi também controlar os gastos públicos, aumentando a eficácia operacional e impedindo problemas inflacionários, privatizar as empresas estatais e abrir a economia.

⁸ De acordo com Arcary (2005, p.44), cerca de 20 mil pessoas físicas recebem aproximadamente R\$ 500 mil por mês com a rolagem dos juros da dívida interna brasileira, que em junho de 2007 é a "bagatela" de R\$ 1,3 trilhões.

⁹ Hobsbawm (1995) afirma que o principal objetivo dos neoliberais era o desmonte do Estado do Bem Estar Social, sendo este o principal "inimigo" a ser derrotado.

Evidentemente, a doutrina neoliberal foi consentânea com outros processos estruturais do capitalismo antes mencionados (a reestruturação produtiva e a financeirização econômica), pois o objetivo a ser alcançado era a exacerbação da capacidade do capital em suplantar quaisquer limites, regulamentação ou óbices sociopolíticos ao regime de acumulação que agora se configurava. Sendo assim, no tocante aos imperativos do capital financeiro, houve uma pressão crescente pela liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros e de capitais; pela definição de regras de política monetária que favorecessem os credores, rentistas e todos os que auferissem lucros na ciranda financeira; e pela redefinição do papel do Estado (controle de gastos, privatização de empresas estatais, atuação restrita no mercado, etc.).

Desse modo, tal “agenda” foi aplicada primeiramente¹⁰ na Inglaterra com Margareth Thatcher (1979 - 1990) e depois nos EUA com Ronald Reagan (1981 - 1989), posteriormente espalhando-se por praticamente todos os outros países capitalistas centrais, vindo depois a ser implantada nos países da América Latina, do terceiro mundo, ou aqueles endividados com a crise da dívida externa, mediante o Consenso de Washington (CW)¹¹.

A OFENSIVA DO CAPITAL: SUAS IMPLICAÇÕES E RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

A reestruturação produtiva e seus reflexos na educação

As implicações da reestruturação produtiva são imensas e dramáticas. Sob o ponto de vista da formação para o trabalho, à medida que se tornam cada vez mais complexas e amplas as tarefas ligadas à produção material, lhes são requeridas atividades intelectuais correspondentes. Isso acarreta a necessidade de uma alta qualificação e ao mesmo tempo, capacidade de o trabalhador participar de atividades múltiplas. Seria a necessidade da

¹⁰ Segundo Fiori (1996), o primeiro país no qual foi implantada a doutrina neoliberal foi o Chile, em 1973, mas ainda em caráter experimental.

¹¹ Para obtenção de mais detalhes sobre o denominado Consenso de Washington consultar Batista (1995) e Fiori (1996).

formação altamente qualificada e polivalente, ou a formação visando a qualidade total, o trabalho participativo, a formação flexível, abstrata e polivalente (FRIGOTTO, 2001).

Além disso, o Brasil é um dos exemplos do processo de desterritorialização da produção, em que plantas industriais foram importadas e instaladas visando o barateamento dos custos de mão de obra, infra-estrutura e insumos, além de contar muitas vezes com incentivos fiscais e desoneração de tributos. É isso o que ocorre na montagem de telefones celulares e seus acessórios, produtos eletrônicos, microcomputadores, aparelhos de áudio-TV e outros na Zona Franca de Manaus, cujas mercadorias atendem ao mercado interno e externo. Porém, as atividades mais “nobres”, como pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e materiais e o conhecimento propriamente dito do funcionamento e produção dos componentes centrais dos aparelhos concentram-se nas matrizes das empresas.

Portanto, ao assumirmos uma posição periférica e secundária na divisão internacional do trabalho, ocorreu um processo de “desindustrialização”, gerando mudanças importantes nas empresas que atuavam no Brasil, mediante a adoção de novos programas de gestão e produção, reorganização do trabalho, inovação tecnológica, precarização do emprego e aumento do desemprego. Assim, se as grandes empresas transnacionais conseguiram adequar-se às mudanças em curso muitas vezes à custa da fragilização do pólo trabalho, de outro lado, na ponta da cadeia produtiva operou-se o retraimento, fechamento e a informalização do setor produtivo.

Acrescente-se que o baixo nível de investimentos tanto privados quanto públicos no setor produtivo da economia compromete seriamente o desenvolvimento do país – de acordo com Beck e Rodrigues (2007), enquanto os pagamentos do governo com o Projeto Piloto de Investimentos somaram R\$2,2 bilhões até agosto de 2007, o superávit primário (cuja meta foi cumprida com folga) consumiu R\$43,7 bilhões para o mesmo período. Não é à toa que o PIB brasileiro, quando comparado ao grupo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) é medíocre, apresentando uma média histórica abaixo da metade dos valores alcançados pelos outros países.

Simultaneamente, ocorreu uma pressão crescente pela liberalização dos mercados financeiros e de capitais e sua desregulamentação, estendendo-se ao

mercado de serviços e mercadorias. Assim, à importação de produtos semi-manufaturados e manufaturados combinou-se o aquecimento das exportações. Desse modo, a produção industrial foi sendo em parte substituída por produtos importados e na medida em que a estabilidade monetária aconteceu (na década de 1990) associada à maior oferta de produtos e ao ingresso de recursos externos, o PIB sofreu uma recomposição, na qual o setor secundário da economia perdeu participação significativa (POCHMANN, 2006, p.118).

Também ocorreu um processo de “reprimarização” da economia brasileira com a produção de *commodities* (alta escala de produção, baixo preço unitário, simplificação tecnológica, baixo valor agregado, ênfase na exportação), sendo os exemplos mais flagrantes o petróleo, o minério de ferro, a soja e atualmente a “menina dos olhos” da economia brasileira: os biocombustíveis (com destaque para o etanol e o biodiesel). Desnecessário salientar que tal opção, operada pelas classes dominantes nacionais e transnacionais promove uma regressão histórica, colocando-nos novamente como produtores e exportadores de produtos primários, com sérias conseqüências no que se refere ao setor produtivo, ao pólo trabalho, à questão ambiental e à produção de alimentos.

Dessa forma, tal tipo de industrialização apenas coloca os países periféricos num patamar inferior em relação ao desenvolvimento científico, tecnológico e industrial. Concordamos com Paulani (2006), quando a autora afirma que num mundo de aceleração do desenvolvimento e difusão de novos conhecimentos e tecnologias (nanotecnologia, robótica, informática, telecomunicações, desenvolvimento de novos materiais, biotecnologia, engenharia genética, etc.) e de crescimento da produtividade do trabalho, nosso país engatou a marcha à ré. A explicação para isso é que a informação, a ciência e a tecnologia não são universalizáveis, estando hoje muitas vezes protegidas na forma de caixas pretas e patentes, o que exige um esforço de investimento dos países periféricos que está além das suas possibilidades. Assim, a nós resta a produção de *commodities* e de bens de consumo descartáveis e efêmeros.

À guisa de uma síntese, o raciocínio de Pochmann (2006, p.114) é pertinente: “[...] está em curso um novo modelo econômico, com baixa taxa de

expansão produtiva, forte vinculação à financeirização da riqueza e à revalorização do setor primário exportador [...]”. Portanto, esse tipo de demanda não requer uma educação ou uma produção de conhecimento de alto nível e sofisticada: uma educação superior aligeirada e minimalista, de nível secundário e que não requer altos investimentos em ciência e tecnologia é satisfatória. Com relação ao ensino fundamental, o quadro também é pouco alentador, pois uma educação simplificada e focalizada é suficiente para cumprir com as responsabilidades sociais mínimas de um “cidadão educado”. Nesse sentido, ler, escrever, somar, subtrair, multiplicar, dividir, minimamente, enquadra-se de modo apropriado ao projeto social adotado.

Educação e financeirização econômica

No tocante ao tema educação e financeirização, dois aspectos foram examinados: a mercantilização da educação e a educação nos circuitos do capital.

Sobre o primeiro, Ianni (1988, p.8) nos diz que “Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais valia. Ele mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas.” Ou seja, o processo de mercantilização é inerente e essencial ao capitalismo. Contudo, existem peculiaridades e contextos históricos específicos sobre como isso se dá – o comércio de produtos têxteis ingleses à época da Revolução Industrial é diferente do que ocorre atualmente com a educação escolar.

Neste segundo caso, mesmo que em algum momento progresso ela tenha assumido a condição de um direito social, sob os influxos do capitalismo contemporâneo a educação se transformou numa mercadoria *stricto sensu*, por conta da necessidade férrea e implacável de se obter lucros com qualquer coisa e em qualquer lugar, bem como pela já apontada liberalização e desregulamentação do mercado de capitais, produtos e serviços em nível mundial e a privatização dos serviços públicos. Nesse sentido, a atuação de organismos supranacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) têm importância fundamental.

De acordo com Meyer Jr. e Mugnol (2004, p.5), a OMC tinha a intenção (no ano de 2004) de incluir a educação como um dos onze setores de serviços catalogados no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS),

transformando-a assim numa *commodity* sujeita à livre comercialização. Surgiu então no mercado internacional a presença de empresas do ramo educacional com atuação mundial – nos EUA, onde existem 5.000 instituições de ensino superior e 13 milhões de matrículas, operam organizações como a *University of Phoenix*, que conta com aproximadamente 100.000 alunos. Há ainda aquelas que atuam em outras partes do mundo, como o grupo Apollo, a *Devry Incorporated*, a *Career Education Corporation* e a *Sylvan Learning Systems*, que em quatro anos investiu U\$400 milhões na aquisição e expansão de nove instituições em nove continentes, num total de 86.000 alunos matriculados em sua rede.

Ou seja, abre-se agora um mercado bastante promissor à obtenção de lucros, que atrai investimentos em nível nacional e internacional - segundo Prieto (2000), a empresa *Cannacord Capital* (uma firma canadense de consultoria financeira) estima que o mercado educacional no mundo envolva a cifra aproximada de U\$ 2 trilhões, sendo que a educação, a mídia e a internet serão os três maiores ramos de negócios do futuro, pois essas áreas é que vão produzir e distribuir conhecimento, o qual é considerado a principal matéria prima da nova economia. O autor cita um empresário do setor: “Vamos ter uma verdadeira revolução no setor da educação no Brasil, e o momento é propício para novos investimentos. A educação é um ótimo negócio.” (p.2, grifo nosso). Sob a ótica mercantil, realmente não há nenhuma sombra de dúvida sobre a veracidade de tal afirmação.

Contudo, supomos que a expressão *mercado educacional* implica não apenas a mera compra e venda da mercadoria educação, mas se relaciona com uma gama muito maior de negócios que envolvem direta e indiretamente o comércio ligado ao setor educacional. Sobre o assunto, Hill (2003, p.25), nos informa que setores da classe capitalista dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha desenham os seguintes planos para esse setor (provavelmente em nível mundial): 1) um Plano de Negócios para a Educação, que se concentra em produzir a força de trabalho necessária para as empresas capitalistas; 2) um Plano de Negócios na Educação, cujo objetivo é liberar as empresas para lucrar com a educação; 3) um Plano de Negócios para as Empresas Educacionais: este é um plano para as “Edubusinesses” (empresas educativas) inglesas e americanas lucrarem com as atividades internacionais de privatização.

Meyer Jr. e Mugnol (2004, p.4) também nos informam que o mercado brasileiro da educação é muito atraente e bilionário – a estimativa é de que o setor movimente aproximadamente 13,5% do PIB brasileiro. Nesse sentido, o dinheiro que circula entre os 230 mil estabelecimentos de ensino no país passou a ser quantificado por grandes empresas e investidores que vêem no mercado da educação superior um enorme potencial comercial. Com relação às universidades e instituições de ensino superior presentes nos principais centros urbanos do país, Reis e Rodrigues (2005, p.6) identificaram um duplo movimento. Por um lado, assiste-se a uma tendência em que estabelecimentos educacionais privados são incorporados ao espaço de *shoppings centers*, que, juntamente com o já conhecido e tradicional *mix* de lojas, tornam-se verdadeiras “lojas-âncora”. De outro lado, tratando-se dos *campi* universitários de instituições públicas e privadas, é muito comum encontrarmos tanto internamente quanto no entorno dos *campi* bares, casas de shows, comércio de serviço de cópias, livrarias, papelarias, restaurantes, lanchonetes, “[...] postos de atendimento bancário, inclusive bancos 24 horas em profusão, quiosques ofertando cartões de crédito, agências de veículos (incluindo a possibilidade de um *test drive* de novos modelos), salões de beleza, comércio de roupa e acessórios, camelódromos etc.”

Outrossim, o mercado da educação privada no Brasil faturou no ano de 2003 o total de 35,5 bilhões de reais, sendo que de todos os níveis, o ensino superior foi o mais lucrativo, movimentando 14,9 bilhões, seguido pelo ensino fundamental, com 13,3 bilhões (ESTRANGEIROS..., 2003). Sob a mesma ótica, a Faculdade Anhembí Morumbi de São Paulo teve 51% de sua participação comprada por um grupo educacional americano (o Grupo Laureate), no valor de R\$ 158 milhões (“AMEAÇA”..., 2006; GOIS; TAKAHASHI, 2005). Em transação similar, a Anhangüera Educacional, do interior de São Paulo, recebeu investimentos da ordem de US\$ 12 milhões do Banco Mundial, por meio de seu braço privado, a *International Finance Corporation* (IFC) (BANCO..., 2006).

Ainda sobre a questão dos lucros que podem ser obtidos no mercado educacional brasileiro, a atuação da instituição Estado tem um papel fundamental, por conta da utilização do fundo público em prol do ganho de setores privados ligados à educação. Noutras palavras, é sob os auspícios do

aparato estatal que parte significativa desse tipo de lucro se consuma: para a compra de livros, alimentos, pagamento para prestação de serviços, entre muitos outros. Desse modo, de acordo com o artigo FNDE... (2006), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) vai gastar R\$ 456,7 milhões para compra de livros, apenas no ano de 2007. Sobre o mesmo assunto, o artigo LIBERADOS ... (2006) nos informa que o FNDE, por meio de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, destinou cerca de R\$ 145 milhões ao setor, além dos recursos do salário educação, no montante de R\$ 485 milhões.

Ao tratarmos agora da educação nos circuitos do capital, retomamos a Figura 1 – Os circuitos do capital, de Harvey (2005), à página 5 deste trabalho. Segundo tal esquema, os fluxos de capital são retirados do domínio da produção e do consumo e direcionados para os circuitos secundário e terciário. No caso, esses circuitos absorvem o capital excedente do circuito primário em investimentos de longa duração, sejam eles instalações físicas, infra-estrutura, investimentos em gastos sociais (educação, saúde). Trata-se basicamente do processo de exportação de capitais, cujo objetivo é propiciar as condições necessárias para o ciclo de acumulação do capital, muitas vezes a médio/longo prazos.

No que concerne à educação escolar, é flagrante a correlação positiva entre as ondas longas de expansão do capitalismo (especificamente a fase áurea do capitalismo pós segunda guerra mundial) e a expansão da escolarização, conforme indicam Hobsbawn (1995, p.289) e o artigo MUDANÇA... (2005), para quem, na primeira metade do século XX, na Europa, a expansão da escolarização se dá principalmente quanto ao ingresso dos jovens nas escolas do ensino fundamental e médio. Assim, temos: Itália - entre 1921 e 1936, os estudantes do ensino médio passaram de 367.000 (10% da faixa demográfica correspondente), para 685.000 (22%, idem). Em 1951, houve retração para 10%, com aumento vertiginoso nos anos posteriores: 22% em 1961, 45% em 1971 e 99% na atualidade (após o ano 2000). França: entre 1914 e 1936, as matrículas no ensino fundamental e médio passaram de cerca de 300 mil para um milhão. Contudo, o caso mais significativo é o do ensino superior - a) EUA: em 1900 eram 200.000 estudantes. Em 1947,

2.200.000 e em 2003, 15.927.987; b) Alemanha: em 1900 eram 68.000. Em 1947, 147.000 e em 2003, 2.334.569; c) Japão: em 1900 eram 5.000. Em 1947, 460.000 e em 2003, 3.966.667; d) Mundo: em 1900 eram 390.000. Em 1947, 5.750.000 e em 2003, 121.543.191.

É interessante notar que os fatos relatados acima só podem ser compreendidos quando inseridos no modo de regulação anterior à década de 1970, no qual a sobreacumulação foi responsável pelos investimentos em capital fixo. Todavia, o quadro atual é bastante diverso, pois a lógica “curtoprazista” se sobrepõe aos investimentos de longa duração.

Portanto, num desdobramento do esquema de valorização do capital, a então mercadoria educação, ao gerar grande volume de dinheiro e em função do processo de financeirização, também se torna uma forma de ganho no mercado financeiro. Assim, no Brasil, a Universidade da Cidade de São Paulo obteve autorização para emissão de R\$ 40 milhões em debêntures. Já a Universidade Luterana do Brasil e a UniverCidade do Rio de Janeiro captaram respectivamente R\$ 174 milhões e R\$ 22 milhões com a mesma operação (CONTRA ..., 2006; UNIVERSIDADES ..., 2006). Mais recentemente, a empresa Kroton Educacional, a qual administra o Grupo Pitágoras¹² de Minas Gerais abriu seu capital conseguindo negociar R\$374,7 milhões em ações. Por sua vez, a maior universidade do país em número de alunos (atualmente são 176 mil estudantes distribuídos em 59 *campi*), a Estácio de Sá do Rio de Janeiro, conseguiu captar R\$446 milhões com a mesma operação na Bolsa de Valores de São Paulo, apesar de sua estimativa inicial ser de captar R\$800 milhões (CAFARDO, 2007a; CAFARDO, 2007b).

A nosso ver, o lançamento de ações na Bolsa de Valores por parte daquelas que a partir de agora podem ser chamadas mais apropriadamente de empresas educacionais do que estabelecimentos educacionais se relaciona com a supracitada “revolução na educação” (à página 9). Para se ter uma idéia da magnitude e do volume de dinheiro envolvido em tais operações, Rosa (2007) nos informa que o valor de mercado de todas as companhias com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) atingiu em setembro de 2007 o nível

¹² O Grupo Pitágoras é de propriedade da família do então Ministro das Relações Institucionais Walfrido dos Mares Guia, envolvido no escândalo do “valerioduto mineiro” - o financiamento ilegal da campanha de Eduardo Azeredo ao governo de Minas Gerais no ano de 1998 (CRUVINEL, 2007).

recorde de R\$2,250 trilhões - montante próximo à estimativa para o PIB brasileiro desse mesmo ano: R\$2,423 trilhões (!). Até o momento (dezembro de 2007) apenas três empresas compõem a relação das companhias oficialmente listadas na BOVESPA, na denominada *Classificação Setorial - Consumo Cíclico - Setor Educacional*¹³. São elas: Anhangüera, Estácio Part. e Kroton. Entretanto, podemos supor que esse expediente se torne não apenas uma opção, mas uma necessidade dos estabelecimentos educacionais com condições financeiras e operacionais de fazê-lo. Se isso acontecer, os possíveis desdobramentos de tal acontecimento serão profundos.

Em primeiro lugar, cumpre destacar que a abertura de capital ou o lançamento de ações na bolsa de valores significa entre outras coisas que o comprador das ações (o acionista) espera que suas ações dêem lucro no futuro. Noutros termos, assim como qualquer outra empresa que tem papéis negociados na bolsa de valores, seja ela a Microsoft, a Exxon, a Petrobrás, a Vale, o Banco Itaú, entre centenas de outras, as empresas educacionais necessitam ter em primeiro lugar a premissa da expectativa de serem rentáveis (senão ninguém compraria suas ações) e em segundo lugar têm a obrigação, frente aos seus acionistas, de gerar lucro (se isso efetivamente vai acontecer é outra história, já que o mercado de capitais no varejo é volátil, descontrolado e imprevisível). Além disso, esse acontecimento retrata de modo insofismável que a educação escolar se transforma numa *commodity* como qualquer outra: petróleo, minério de ferro, soja, milho, trigo, etc.

Vale lembrar que a centralização do capital é uma tendência inerente ao sistema, num processo em que empresas mais poderosas se apropriam daquelas com menor capacidade de sobrevivência no mercado. Ademais, conforme exposto anteriormente, o setor educacional está sendo invadido por grandes corporações e empresas de investimentos com interesse no setor. Portanto, não seria motivo de espanto se descobríssemos que os compradores das ações das empresas acima listadas sejam essas mesmas empresas de investimentos. Ou seja, a educação provavelmente vai se tornar um negócio cada vez mais internacionalizado e concentrado.

¹³ Para mais detalhes, sugerimos consultar o site oficial da BOVESPA: <<http://www.bovespa.com.br/Empresas/ClassifSetorial/>>.

Dessa forma, seria interessante perguntar: como fica a situação da denominada educação pública nesse turbilhão de acontecimentos? Quais as implicações dessa busca desenfreada e doentia pelo lucro na relação professor-aluno, ou na relação ensino-aprendizagem? O que os estabelecimentos educacionais de médio e pequeno porte sem condições de concorrer com as megacorporações do setor educacional farão para sobreviver num mercado cada vez mais concentrado e competitivo? Como fica a disputa entre as frações burguesas ligadas ao mercado educacional, considerando-se o setor industrial e o agora setor financeiro (RODRIGUES, 2007)? Como as empresas de educação farão para sobreviver num mercado altamente instável e descontrolado que é o mercado de capitais, quando explodir alguma crise financeira do porte das que abalaram a Ásia, Rússia, México e Argentina nas décadas de 1980 e 1990 e mais recentemente, a crise do mercado de hipotecas *subprime* dos EUA, cujos desdobramentos ainda não são completamente conhecidos?

O neoliberalismo na educação

Neste momento, ao retomarmos o Item *O neoliberalismo*, é com pesar que constatamos que no Brasil a submissão aos imperativos do CW foi quase absoluta (desde Collor de Mello, acentuada com FHC, mantida e aprofundada com Lula da Silva), mas com alguns requintes de sofisticação: nós assumimos a condição de “economia emergente” na posição de plataforma de valorização financeira internacional, num plano arquitetado e alinhado com o espírito rentista e financista, que está sendo implementado ao longo de anos e que vem se aprofundando ininterruptamente. “A tendência, portanto, é que a financeirização da economia brasileira se internacionalize [e se intensifique] cada vez mais.” (PAULANI, 2006, p.95).

Tanto é verdade, que o Brasil está perto de obter a chancela de *investment grade* pelas agências de avaliação de risco internacionais - algo que é perseguido com sofreguidão pelos governos e que justifica qualquer esforço e privação, obviamente, da população em geral e não das classes dominantes, as quais vão ter seus lucros e privilégios aumentados. Isso significa que

seremos considerados um país com baixa vulnerabilidade externa, ou um país confiável e atraente aos investimentos estrangeiros (CONJUNTURA..., 2004; RIBEIRO, 2007).

Contudo, de acordo com o economista chefe do banco Itaú e ex-diretor do Banco Central, Sérgio Werlang, para a obtenção do grau de investimento é necessário que o país mantenha a condução da atual política econômica (com superávits primários, responsabilidade fiscal e inflação baixa), acelere as reformas institucionais e amplie os acordos de comércio com outros países. Num estudo feito pelo mesmo Sérgio Werlang, a confluência dessas ações levaria o país a dobrar os volumes financeiros da balança comercial até 2009 e elevar o nível anual de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) para US\$ 16 bilhões, o que promoveria uma redução das relações dívida/PIB e dívida externa/exportações em patamar suficiente para o Brasil conseguir o chamado *investment grade*. Ainda, segundo o mesmo profissional, esse processo pode ser acelerado, caso o governo se disponha a elevar a meta de superávit primário dos atuais 4,25% para 6% do PIB (!)¹⁴. Além disso, sugere, é preciso empenho em iniciativas como o da reforma da Lei de Falências, a melhoria da infra-estrutura (especialmente dos portos), as reformas trabalhista e tributária (CONJUNTURA..., 2004).

Desse modo, ao pacote de medidas impostas pela doutrina neoliberal acrescentou-se uma política específica para a pilotagem do câmbio, dos juros e das finanças públicas, transformando a política econômica numa *business administration* do Estado (PAULANI, 2006, p.78), o qual é administrado como se fosse um grande negócio, no sentido de garantir sob várias formas e níveis o processo de acumulação do capital. Para tanto, foi preciso implementar uma política macroeconômica que combinou de forma perversa, entre outros aspectos, o enxugamento dos gastos públicos, cortes nos gastos sociais, aumento da carga tributária e manutenção de elevada taxa de juros.

Nesse sentido, segundo dados de Duarte (2007), de 2003 a 2006 o Brasil desembolsou R\$ 590,639 bilhões para pagamento dos juros da dívida, os quais superam em quase R\$90 bilhões o volume total dos investimentos previstos até 2010 para o Programa de Aceleração do Crescimento e equivale a mais de 13

¹⁴ Conforme diz um ditado popular, desgraça pouca é bobagem.

vezes os gastos do governo com saúde no ano de 2006. Ademais, o superávit primário durante o período de 2003 a 2006 alcançou a cifra de R\$330,935 bilhões (!), variando entre 4,25% e 4,83% do PIB. Como não poderia deixar de ser, a área social no orçamento federal tem apresentado regressão ao longo do tempo – entre 2001 e 2004, a diminuição foi de aproximadamente 8,5% de redução real por habitante. No caso da educação e cultura, houve decréscimo de 9,7% para o mesmo período (POCHMANN, 2006). Assim, nós convivemos, de um lado, com um brutal desvio da riqueza social que alimenta o padrão de acumulação fundado na financeirização e de outro, com a estagnação econômica, o endividamento público, a retração dos investimentos e dos gastos sociais, o que torna impraticável manter setores sociais como saúde e educação públicas com um alto padrão de qualidade, posto que a riqueza produzida socialmente é desviada para os circuitos do capital.

Sendo assim, não é surpresa constatar que a educação no Brasil é uma das piores, quando comparada com os países da América Latina, alguns países ditos emergentes (Índia, China, Rússia, Coreia do Sul) e países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme podemos depreender das informações listadas abaixo:

Segundo o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), pesquisado em meados de 2005, apenas 25% dos brasileiros entre 15 e 64 anos dominam a leitura e a escrita (ESTUDO..., 2005). Ainda, para Cafardo (2005), 75% da população apresentam dificuldade para ler e escrever, sendo que tal porcentagem inclui os analfabetos absolutos (7%) e os analfabetos funcionais (68%). Com base na síntese de indicadores para 2005, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os brasileiros com 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo era de 11%, ou 14,9 milhões de pessoas, índice comparável ao da África do Sul (12,9%). Segundo Lins, Menezes e Marqueiro (2007) essa taxa sofreu diminuição, contudo o contingente de analfabetos ainda é muito alto – 14,4 milhões – o que nos coloca em 20º lugar num *ranking* de 28 países da América Latina e Caribe (na América do Sul o Brasil só não está pior do que a Bolívia). Tratando-se do analfabetismo funcional, a conclusão é de que aproximadamente um entre quatro brasileiros está nessa condição (MENEZES; LOUVEN, 2006).

-Conforme o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), no ano de 2003, cerca de 55% dos alunos da 4ª série do Ensino Fundamental apresentaram desempenho crítico ou muito crítico em Língua Portuguesa, sendo 26,8% dos alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e 38,6% dos alunos da 3ª série do Ensino Médio (ALUNOS..., 2006);

-De acordo com os dados do Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes (PISA), que é um sistema de avaliação criado pela OCDE, cujo objetivo é avaliar a qualidade dos sistemas educacionais de 60 países, no ano de 2000 o Brasil ficou em último lugar no ranking geral no quesito leitura e no ano de 2003 em penúltimo na prova de desempenho em matemática (PISA..., 2006);

- sobre os índices de conclusão dos estudantes brasileiros (considerados muito baixos) Weber (2006) assevera que de cada cem alunos que ingressaram na 1ª série em 1997, apenas 53 concluíram a 8ª série em 2004;

-Sobre o acesso à educação formal, com base num estudo do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) realizado em 2005, Weber (2007) informa que apenas 45% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentavam o ensino médio e 11% da população de 18 a 24 anos freqüentava a universidade. Ainda, sobre o tema, somente três em cada 100 alunos que se matriculam no ensino formal conseguem ter acesso a uma Instituição de Ensino Superior pública ao final do ciclo de escolarização e nós chegamos ao século XXI com a População Economicamente Ativa do Brasil com uma escolaridade média de 4 anos (informação verbal)¹⁵.

Contudo, supomos que as mazelas relacionadas principalmente com o sistema educacional público¹⁶ (a má qualidade generalizada, a extrema seletividade, a precariedade das condições materiais e físicas das escolas, etc.) devem ser examinadas segundo uma dupla determinação – tanto sob o ponto de vista especificamente econômico (conforme abordado anteriormente) quanto político. É sob tal ótica que retomamos uma das teses de Frigotto (2006), expressa pelo paradoxo segundo o qual a escola é produtiva

¹⁵ Informação fornecida por Roberto Leher, em conferência intitulada Crise e democracia no Brasil e a reforma universitária, proferida em 29/09/2006, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, quando da realização do Seminário Crise e democracia no Brasil, promovido pela Seção Sindical da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense e Secretaria Regional RJ do Sindicato Nacional da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

¹⁶ Segundo Editorial (2007), o acesso à escola para a faixa etária de 7 a 14 anos está praticamente universalizado. No entanto, a rede pública atendeu, em 2006, a 88,3% desses estudantes e a rede privada 11,7%. Ou seja, a maior parte da população escolarizada na faixa etária dos 7-14 anos está na escola pública.

ao capital por ser improdutivo. Noutros termos, significa dizer que a escola é improdutivo dentro das relações capitalistas de produção: o ensino fundamental que não ensina a ler, escrever, somar, subtrair, multiplicar, dividir; o ensino profissionalizante que não profissionaliza, etc. e portanto pouco úteis do ponto de vista do processo de valorização. Todavia, tal improdutividade se torna produtiva ao se constituir numa mediação necessária para a manutenção da dominação e dos privilégios de classe.

Ou seja, a desqualificação e a má qualidade da educação pública não podem ser encaradas apenas como resultado das falhas ou problemas decorrentes da falta de dinheiro, mas também por uma ação *voluntária e consciente* das classes dominantes em negar e ao mesmo tempo impedir o acesso da maior parte da população brasileira a uma educação de qualidade: “[...] a negação do acesso aos instrumentos que facultam a apropriação do saber e a própria visão deformada de formação profissional constituem-se numa disfuncionalidade necessária, uma 'improdutividade produtiva'. A escola é funcional pelo que nega, e subtrai.” (FRIGOTTO, 2006, p.209)

Certamente, os responsáveis por tal distorção têm plena consciência da importância e do papel fundamental que a educação escolar desempenha no processo de constituição e formação do ser humano em sua totalidade, inclusive como elemento determinante no lócus a ser assumido pelo indivíduo no conjunto das relações de produção numa sociedade dividida em classes, em que a educação é também um fator de mobilidade social. Ou seja, ter acesso e usufruir de uma educação de qualidade é também um privilégio de classe, o que deve ser garantido, pelos processos de exclusão e seleção, apenas àqueles que já detêm outras tantas vantagens.

Porém, além de elemento de seleção e exclusão, a escola desempenha também importante papel de controle social, como forma de contenção de conflitos/convulsões sociais, na medida em que, entre outros aspectos, retarda o ingresso de jovens e crianças num mercado de trabalho cada vez mais restrito e competitivo, mantendo a população mais “propícia” ou “exposta” à violência (crianças e jovens em idade escolar) e aos problemas sociais “ocupada” numa atividade que incute a disciplina e a incorporação de regras e condutas socialmente aceitáveis (cidadania, ética, respeito ao próximo e à Pátria, obediência, subserviência, etc.).

Sobre esse aspecto, seria interessante notar a preocupação e o empenho das autoridades e sociedade em geral em aumentar progressivamente tanto o período de escolaridade e o número de horas em que os jovens e as crianças permanecem na escola, quanto induzir a permanência dos alunos em ambas as situações. Com seu artigo no mínimo curioso, intitulado “Empresas privadas apóiam o ensino público”, Auler (2007a) parece corroborar nosso raciocínio. Trata-se de uma iniciativa da ONG Junior *Achievement* que tem o apoio, inclusive financeiro, de 26 empresas (entre elas a Shell e a Universidade de Harvard) que busca a “valorização da escola pública”, desenvolvendo um programa de combate à evasão escolar no município do Rio de Janeiro por meio da campanha denominada “As vantagens de permanecer na escola” -, sendo que o desafio dos abnegados voluntários é “[...] despertar o interesse dos estudantes pela escola pública.” (p.19). Idem, com relação ao artigo “Um exemplo dentro da escola” (AULER, 2007b)¹⁷.

Por sua vez, a Prefeitura do Rio de Janeiro parece ir ao encontro do mesmo expediente (BELCHIOR, 2007; KOPSCHITZ, 2007). Além do seu caráter assistencialista, trata-se de um decreto municipal que estipula uma premiação em dinheiro para os estudantes que obtiverem bom desempenho nos três últimos anos do ensino fundamental, sendo que o valor do benefício pode variar de dois a doze salários mínimos de acordo com o rendimento do aluno. Detalhe: quem não completar o ensino fundamental não ganha nada. Segundo a Secretária Municipal de Educação (segundo semestre de 2007), o objetivo do programa é incentivar a permanência dos alunos na escola, evitando a evasão escolar. Contudo, perguntamos: como ficam os alunos com desempenho insuficiente para obter tal prêmio?

Cabe-nos também apontar o “papel produtivo da improdutividade da escola”, no tocante a como a “falta” de educação, que em última instância se relaciona com a impossibilidade de acesso à informação, à limitação na capacidade de reflexão e de um *ser e estar no mundo*, se transforma em poderoso mecanismo de manutenção e legitimação do *status quo*. Assim, um breve exame dos índices de aprovação do governo Lula da Silva revela que o

¹⁷ Eduardo Auler foi responsável por pelo menos quatro artigos escritos recentemente sobre o assunto.

presidente, mesmo envolvido numa série de problemas de natureza administrativa, ética e política, obteve um índice de 48% de aprovação, com os conceitos ótimo ou bom (PESQUISA..., 2007), provenientes principalmente da população com ensino fundamental e médio, que correspondem a aproximadamente 88% da população brasileira (PEREIRA, 2007)¹⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explicitado na Introdução deste trabalho, nossa proposta foi a de investigar a educação escolar no Brasil, sob os influxos do capitalismo contemporâneo. Evidentemente, tal proposição pode apresentar certa fragilidade - tanto teórica quanto conceitual - na abordagem um tema polêmico, abrangente e extremamente complexo. Além disso, os processos aqui denominados de reestruturação produtiva, financeirização econômica e neoliberalismo não apresentam relações mecânicas e lineares. Antes, são superpostos, interdependentes e que apresentam provavelmente determinantes em comum, mas com manifestações diferenciadas.

Porém, a tarefa se mostrou necessária, na medida em que uma visão de conjunto pode nos dar uma percepção sintética dos problemas e temas que envolvem a educação escolar no Brasil, sob a lógica do capital.

Assim, hoje o mundo se vê diante de novas mercadorias e novas formas que propiciam a circulação das mesmas; da exacerbação do fetichismo e da mercantilização; das transformações do mundo do trabalho; do aumento vertiginoso da possibilidade de se obter velocidade, comunicação e transporte. Além disso, o capitalismo alcançou a recomposição das taxas de lucro, que voltaram aos patamares dos anos dourados. Mas os custos humanos e materiais disso tudo foram incomensuráveis, terríveis e dramáticos, envolvendo a destruição de economias, países e povos e a criação de desertos humanos, geográficos e sociais.

¹⁸ Evidentemente que nossa afirmação deve ser considerada com reservas. Em primeiro lugar, porque a relação aprovação nível de escolaridade não pode ser considerada de causa e efeito, de forma mecânica e simplificada. Além do mais, certamente existem outros fatores que porventura tenham contribuído ou determinado o resultado da pesquisa supracitada, como o Bolsa Família, a relatividade estabilidade alcançada pela economia brasileira, etc.

Ademais, o sistema não resolveu suas contradições fundamentais (a apropriação privada da riqueza que é produzida socialmente; a tendência decrescente da taxa de lucro; dentre outras). Antes, recrudescceu e aprofundou as formas de exploração e expropriação da riqueza, aumentando de modo nunca antes visto o fosso entre ricos e pobres. Em função disso, formaram-se megacorporações com poder planetário, encabeçadas por uma burguesia transnacional, que tem jogado no lixo as conquistas dos direitos sociais, o resto da população mundial que não participa minimamente da renda e do consumo, e o conceito de República Democrática, estabelecendo uma relação de “simbiose” e ao mesmo tempo submetendo o Estado-Nação a um títere ou no máximo coadjuvante de suas decisões e ações:

[...] esses homens [...], os mais influentes do planeta, possuidores de poderes jamais vistos na história da humanidade, se encontram regularmente em centros de conferências virtuais e em "espaços" privilegiados de articulação, seguros e afastados do "olho público". [...] Com uma visão global e referências mentais supranacionais, as novas elites orgânicas agem transnacionalmente [...], contornam Estados nacionais e governos, reafirmando a autonomia política das corporações estratégicas e contribuindo para a formação do [...] "pensamento único". [Esse tipo de articulação] viabiliza e perpetua o segredo político-estratégico, subtraindo as questões vitais do olhar público [...]. Por outro lado, muitos dos tradicionais locais de representação e agregação de demandas sociais (congressos, parlamentos, governos estaduais, autarquias estatais, associações e instâncias políticas diversas) se mostram ineficazes, enquanto os mecanismos e as práticas convencionais da política passam a ser vistos como inadequados. (DREIFUSS, 1996, p.175-176 apud PAULO NETTO; BRAZ, 2005, p.224)

Nessa perspectiva, o Brasil não pode deixar de ser um exemplo dos mais infelizes. Sob os imperativos dessa citada burguesia transnacional, o Estado age como garantidor dos interesses e necessidades da mesma, por meio da atuação de organismos supranacionais, de acordos multilaterais, da coerção, da operação de grandes empresas e instituições financeiras, etc. No plano interno, o aparato estatal se associa a poderes paralelos, conformando uma ampla rede de corrupção, resultando na geração de uma miríade de graves e

insolúveis problemas, tais como a exacerbação da violência, o narcotráfico, o tráfico e o contrabando de armas, o emprego de novas e velhas formas de exploração do trabalho (trabalho infantil, escravo, feminino), a falência dos sistemas públicos de saúde e educação, os quais configuram um verdadeiro “esgarçamento” e deterioração das relações sociais em geral.

No que se refere à educação escolar, seus valores mais nobres e seu potencial de realização do ser humano são desvirtuados e diminuídos, de modo que ao invés de ser um mecanismo fundamental para se evitar e prevenir a transformação de indivíduos em massa de manobra, ela mesma opera como um dos elementos mais dinâmicos para isso através da sua má qualidade, da seletividade do sistema, entre outros. Como forma de compensação, promove-se uma política social de cunho essencialmente assistencialista, minimalista e focalizada, cujos objetivos não declarados são o controle social e a manutenção do *status quo*.

Hobsbawm (1995, p.562) nos alerta:

[...] Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão. (p.562)

Enfim, a verdade é que o capitalismo esgotou sua capacidade civilizatória, de criação de potencialidades de progresso e de solucionar os problemas e as contradições essenciais do sistema, dentro dos seus próprios limites e possibilidades. Em pelo menos duas situações (no *Manifesto do Partido Comunista* e na *Introdução à Crítica da Economia Política*), Marx asseverou que em certos momentos da história o desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações de produção a elas correspondentes, sobrevivendo então uma *época de revolução social*. Tratando-se especificamente da expressão época de revolução social, quem pode afirmar que não se trata disso que estamos vivendo hoje?

Nesse sentido, acreditamos mais na revolução e na transformação do que na escuridão – e que, em última instância, são algumas das poucas

perspectivas existentes à humanidade. A nosso ver a questão crucial que se coloca é “[...] *trabalhar a contradição forças produtivas/relações de produção para romper com os limites da ordem burguesa.*” (LEHER, 2001, p.148, grifo nosso). Esse parece ser o nosso maior desafio e talvez uma das poucas alternativas para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALUNOS têm dificuldades em leitura. **Correio do povo**, Porto Alegre, 28 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em: 29 abr. 2006.

“AMEAÇA” estrangeira? **Portal Universia**, [S.l.], 27 abr. 2006. Disponível em: <>. Acesso em: 28 abr. 2006.

ARCARY, Valério. Cinco observações sobre a crise da educação pública para uma estratégia revolucionária. **Cadernos de Debates ILAESE**, São Paulo, p.41-51, nov. 2005.

AULER, Eduardo. Empresas privadas apóiam o ensino público. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 set. 2007a. Rio, p.19.

_____. Um exemplo dentro da escola. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 set. 2007b. Rio, p.34.

BANCO Mundial investe US\$12 mi em faculdades. Portal Aprendiz, [S.l.], 31 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em 01 ago. 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**. São Paulo: PEDEX, 1995. (Coleção Cadernos da Dívida Externa).

BECK, Martha; RODRIGUES, Lino. Com PAC, economia para pagar juros cai 42%. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 set. 2007. Economia, p.27.

BELCHIOR, Luisa. Rio pagará até R\$4.560 ao aluno que tirar notas altas. **Folha Online**, São Paulo, 27 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/>>. Acesso em: 27 set. 2007.

BRUNHOFF, Suzanne de. A instabilidade financeira internacional. In: CHESNAIS, François. (Coord.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998. p.35-59.

CAFARDO, Renata. 75% dos brasileiros não sabem ler direito. **Agência Estado**, São Paulo, 08 set. 2005. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em: 08 set. 2005.

_____. **Estácio abre seu capital, outras vêm aí**. São Paulo. 30 jul. 2007a. Disponível em: <<http://blog.estadao.com.br/blog/renata/>>. Acesso em: 13 set. 2007.

_____. **Educação na bolsa**. São Paulo. 30 ago. 2007b. Disponível em: <<http://blog.estadao.com.br/blog/renata/>>. Acesso em: 13 set. 2007.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Introdução geral. In: CHESNAIS, François. (Coord). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998. p.11-33.

CONJUNTURA: Brasil pode ter investment grade em 2008. **Universia Brasil**, São Paulo, 18 nov. 2004. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/investnews/vernorticia_ehceci.html>. Acesso em: 30 set. 2007.

CONTRA a crise, universidades lançam debêntures. **Portal Último Segundo**, [S.l.], 26 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2006.

CRUVINEL, Tereza. Esqueletos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 set. 2007. Editorial, p.2.

DUARTE, Patrícia. Meio trilhão em juros. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2007. Economia, p.23.

EDITORIAL. Na faixa de 15 a 17 anos, só 47% no ensino médio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 set. 2007. Economia, p.13.

ESTRANGEIROS querem comprar universidades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2003.

ESTUDO aponta que só 25% dos brasileiros dominam leitura e escrita. **Folha Online**, São Paulo, 08 set. 2005. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em: 08 set. 2005.

FIORI, José Luis. **O consenso de Washington**. Rio de Janeiro, 04 set. 1996. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/internacional/washington.asp>>. Acesso em: 30 jan. 2007.

FNDE compra 102,5 milhões de livros didáticos para 2007. **Agência Estado**, São Paulo, 04 set. 2006. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em: 04 set. 2006.

FONTES, Virgínia. **Notas para estudo do imperialismo contemporâneo – Marx, capital monetário e capital funcionante**. Rio de Janeiro: [s.n.], [s.d.]. Mimeografado.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p.77-108.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006

GOIS, Antônio; TAKAHASHI, Fábio. **Grupo dos EUA compra a Anhembi Morumbi**, [S.l.], 02 dez.2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_checa.html>. Acesso em: 03 dez. 2006.

GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9, n.25, p.93-112, 1995.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. Os princípios de uma ordem social liberal. In: CRESPIGNY, A. de., CRONIN, J. **Ideologias políticas**. 2.ed. Brasília: Ed. UnB, 1998. P.47-63.

HILL, Dave. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, p.24-59, jul./dez. 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Karl Marx**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.

KOPSCITZ, Isabel. Decreto da prefeitura premia melhores alunos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 set. 2007. Rio, p. 21.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **A cidadania negada**. São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001. p.145-176.

LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LENIN, Vladimir Ilich. **V. I. Lenine. Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. (Volume 1).

LIBERADOS recursos do salário-educação e da merenda escolar. **Portal MEC**, [S.l.], 11 set. 2006. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em: 11 set. 2006.

LINS, Letícia; MENEZES, Maiá; MARQUEIRO, Paulo. Apesar da redução nas taxas, Brasil ainda tem 14,4 milhões de analfabetos. **O Globo**, Rio de Janeiro,

29 set. 2007. *Economia*, p.13.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MENEZES, Maia; LOUVEN, Mariza. Taxa de analfabetismo no país ainda é comparável à da África do Sul. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2006. *Economia*, p.35.

MEYER JR., Victor; MUGNOL, Gisele. Competição e estratégia no contexto das instituições de ensino superior privadas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.4, n.11, p.153-165, jan./abr.2004.

MUDANÇA imperialista e escolarização de massa. **Intervenção Comunista**, Niterói, Ano III, n.25, p.9-10, set. 2005.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p.67-107.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

PEREIRA, Merval. Visão crítica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 ago. 2007. Editorial, p.4.

PESQUISA mostra que Lula mantém aprovação, apesar de crise aérea. **Estadao.com.br**. São Paulo, 05 ago. 2007. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac29968,0.htm>. Acesso em 30 set. 2007.

PISA analisa conhecimento científico dos jovens no mundo. **Portal aprendiz**, [S.I.], 03 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em: 03 jul. 2006.

POCHMANN, Márcio. Economia brasileira hoje: seus principais problemas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p.109-31.

PRIETO, Carlos. A prática na teoria. Profissionais com vivência em empresas e no governo criam escolas de administração. **Veja Online**, São Paulo. Edição 1669, 4 out. 2000. Disponível em <[http:// veja.abril.com.br/041000/p_153.html](http://veja.abril.com.br/041000/p_153.html)>. Acesso em: 13 set.2007.

REIS, Ronaldo Rosas; RODRIGUES, José dos Santos. **O declínio da universidade pública**. (2005). Disponível em <[http:// www.unicamp.br/](http://www.unicamp.br/)

cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT5/gt5m3c5.pdf
>. Acesso em: 16 set. 2006.

RIBEIRO, Ana Paula. Tesouro espera “investment grade” para este ano. **Folha Online**. São Paulo, 29 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u115652.shtml>>. Acesso em: 30 set. 2007.

RODRIGUES, José. Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.12, n.34, p.120-136, jan./abr.2007.

ROSA, Bruno. Bolsa dá a volta por cima. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 set. 2007. Economia, p.21.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3.ed. Campinas, S.P.: Autores Associados, Histedbr, 2005. p. 13-24. (Coleção educação contemporânea).

SINGER, Paul. **O capitalismo**. São Paulo: Moderna, 1991.

UNIVERSIDADES vão ao mercado financeiro para fugir da crise. **Portal Terra – Educação**, [S.l.], 26 jul.2006. Disponível em: <<http://www.clippingeducacional.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2006.

WEBER, Demétrio. Cai número de alunos que concluem ensino básico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 dez. 2006. O País, p.15.

_____. IPEA critica ação do MEC e cobra investimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 jan. 2007. O País, p.10.

ARTIGO

REPRESSÃO, HIGIENE E DISCIPLINA NA BELLE-ÉPOQUE BELENENSE (1890 / 1900)²

RESUMO: As reflexões a seguir procuram localizar a cidade de Belém nos interstícios das dinâmicas e dos diálogos que se organizaram em torno de seu projeto de higienização e embelezamento acontecido no final do século XIX. Em conformidade com isso, repressão, higiene e disciplina são algumas categorias de que as páginas seguintes tratam, assim como a tentativa de segregação da população pobre do centro da cidade a partir de articulações ocorridas entre a Intendência e o Governo do Estado. A rigor, o artigo concentra-se na análise das tentativas de extirpação de todo e qualquer sujeito social e espaço geográfico considerado embaraçoso ao bem-estar, à norma e à higiene dos ricos bellepoqueanos que a economia da borracha produzia.

Palavras-chave: Repressão, higiene e disciplina.

APRESENTAÇÃO

O objetivo central deste artigo é o de fazer perceber como as tentativas de disciplina e de repressão estabeleceram articulações constantes com a fantasiosa campanha de higienização [entre 1890-1900] em uma parte da cidade de Belém, assim como analisar os diversos atos e esforços realizados pela Intendência e o Estado para levarem a rigor as

1 Professor Assistente I do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutorando e Mestre em História Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/ SP.

2 Às muito amadas Anna Luíza Amorim Dias Campos e Érika Amorim dedico este artigo

suas concepções de salubridade. Esta questão inicial une-se a um outro argumento, qual seja o de que a Intendência e o Governo do Estado articularam forças na tentativa de segregar os agentes sociais desfavorecidos que perambulavam pelas ruas da cidade. Nesse pretérito vivia-se o desenvolvimento econômico infra-estrutural que a economia da borracha proporcionava. Dessa maneira, foi em virtude da importância que essa matéria-prima [a borracha] despertou no mercado europeu e norte-americano, que mudanças em uma parte da cidade [centro da capital] passaram a consolidar-se.

O modo de vida conhecido como Belle-Époque chegou da Europa no caso de Belém, leia-se principalmente de Paris a várias cidades do Brasil, entre as quais Belém, Manaus e Rio de Janeiro. (DIAS, 1999, CHALHOUN, 2001a & NEEDELL). As transformações acentuaram-se nessas cidades porque a República descentralizou o poder no que diz respeito aos gastos dos Estados republicanos, ou seja, estes tomaram-se autônomos em suas finanças, o que antes não acontecia. Assim sendo, ao interpretar as peculiaridades da capital paraense, este artigo busca também perceber que a Belle-Époque foi invenção social, cultural e política de que apenas as elites compartilharam diretamente, não se estendendo ao conjunto da sociedade belenense uma vez que os pobres apenas a perceberam como um desdobramento dos aparelhos repressivos, entendidos como asilos, hospitais, proibições de banhos em fontes públicas e mesmo a extinção destas. Segundo Roberto Santos, assim como a historiadora Bárbara Weinstein, em relação às particularidades da cidade de Belém, a opulência foi sustentada pelo preço que a goma elástica alcançou no mercado internacional, isto é, foi a partir das descobertas de suas propriedades que [a borracha] se tornou interessante às indústrias automobilísticas européias e norte-americanas; destarte, cidades como Belém e Manaus passaram a se constituir em centros de interesse para os mercados internacionais. (SANTOS, 1980 & WEINSTEIN, 1993).

Então, como a categoria Belle-Époque pode ser pensada para a cidade de Belém? Enquanto pequena parte da população usufruiu da remodelação urbana que o centro da cidade conheceu por meio de ruas pavimentadas, saneamento básico, abastecimento de água, serviço de bondes elétricos, coleta regular de

lixo, construção de um grande porto para escoar a produção gomífera, arborização das principais vias da cidade, houve também a tentativa de segregação da população desfavorecida. No entanto, o período bellepoqueano não representou somente alteração infra-estrutural, uma vez que deve ser igualmente entendido a partir de mudanças no direcionamento das relações sociais como o uso de linguagem mais afrancesada na agora chamada “Paris dos Trópicos”. De tal sorte, para Belém, surge uma desejada divisão do espaço público que as leis da municipalidade e as do governo do Estado procuraram estabelecer com os Códigos de Posturas e dos diversos Decretos estaduais; assim uma redivisão da territorialidade deve ser interpretada como parte do outro lado da Belle-Époque. Maria de Nazaré Sarges, em artigo intitulado “A cidade de Belém no tempo da borracha”, considera que mesmo havendo esforços à higienização e “modernização”, existiram agentes sociais que questionavam as práticas da Intendência e do Estado, pois diversas imposições destas instâncias conflitavam com hábitos e costumes seculares como o de tomar banho nos igarapés que cortavam a cidade. (SARGES, 2003). Então, reforça-se aqui que parte dos argumentos que seguem concentram-se no domínio de que os poderes instituídos atuavam contra aspectos sócio-culturais de boa parte da população belenense que não compartilhava diretamente da riqueza que a borracha proporcionava. Por exemplo, os mendigos, as prostitutas, os capoeiras os classificados como desvalidos pelo discurso normatizante descortinaram essas transformações tão somente de forma violenta: quando se procurava excluir as suas relações sociais através das leis contidas nos Códigos de Posturas e nos Decretos Estaduais.

De qualquer modo, o importante a ser ressaltado são as novas formas e feições culturais e principalmente urbanísticas que a cidade passava a vivenciar e como estes campos encontraram resistências cotidianas em um mundo já estruturado havia séculos. No entanto vale notar que, para transformar a “cidade” numa Belle-Époque nos moldes das principais capitais européias dentre as quais Paris, fez-se necessário edificar projetos urbanísticos que viabilizassem a empreitada. Neste sentido, os empreendimentos passaram a centrar forças no centro de Belém; entenda-se nos bairros de Nazaré, Batista Campos e adjacências do porto, isto é, espaços

onde as classes dominantes que compunham a sociedade belenense trafegavam. Mas o que se entende por classes dominantes nos limites cronológicos deste artigo? Seriam todos aqueles sujeitos que desfrutaram das benesses que a exploração do leite da seringueira trouxera à Amazônia: comerciantes, aviadores, seringalistas, fazendeiros e profissionais liberais, estes oriundos de famílias que enriqueceram com a exploração da borracha.

Assim sendo, caro leitor, far-se-á uma análise onde se procurará interpretar a forma como os poderes públicos [Intendência e Estado] se relacionaram com o projeto que buscavam levar a cabo, assim como com os segmentos menos favorecidos da cidade de Belém. Em conformidade com isso, é justamente sobre estes domínios de instâncias de poder que se concentram as razões dos argumentos que seguem.

É TEMPO DE DISCIPLINA URBANA: CONLUIOS ENTRE INTENDÊNCIA E ESTADO

A metamorfose urbanística que Belém sofreu foi sentida apenas nos bairros considerados abastados da época. Compreendidas deste ângulo, as melhorias do urbano não se apresentaram sensíveis ao conjunto da sociedade; os sujeitos sociais que se encontravam às margens da riqueza da resina elástica somente sentiram tais transformações na contramão de seus interesses, por exemplo quando as suas casas foram consideradas anti-estéticas – casas essas construídas de pinho, barro e palha, construções características do período colonial. Com o objetivo de demoli-las criou-se o decreto 247 de 18 de dezembro de 1890 que sancionou o Código de Posturas da Intendência de Belém de 1890³; este decreto do Governo do Estado foi o que aprovou o primeiro Código de Posturas republicano. Nos artigos e incisos sugeriam-se dois postulados, o primeiro objetivava executar uma intervenção na vida privada dos habitantes da capital enquanto o segundo mostrava grande preocupação com a reacomodação das áreas urbanas centrais. Assim, palavras como asseio, higiene e embelezamento são adjetivos que figuraram

³ Ver: “Título III Capítulo XV e Título V Capítulo XXIV”. In: *Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890*. Belém: Typ. d’A República, 1891.

constantemente no projeto infra-estrutural da “Paris dos Trópicos”. Outro instrumento contido no Código e manipulado pela municipalidade foi o da Polícia Municipal, cuja principal tarefa era a de tentar manter a ordem pública, procurando vigiar aqueles considerados “amigos da boa vida”: bêbados, desocupados, mendigos, enfim, os classificados como perturbadores da ordem que vigia na sociedade.

Quanto às construções, o Código de Posturas considerava:

“Art. 240. É expressamente proibido: § 2º Cobrir casas de palha no perímetro da cidade existente e projectado e a reconstrucção da mesma maneira da coberta das que existirem. § 3º empregar madeiras de pinho na construcção das casas”⁴.

Pode-se presumir que o processo de urbanização não tinha somente como alvo a geografia considerada visível, ou seja, a recuperação ou construção de prédios públicos, alargamento de ruas, arborização ou construção de praças, mas também procurava focalizar pelo menos mais um objeto: os domicílios considerados em contínuo desregramento com os postulados de reorganização do espaço urbano. Em outros termos a Intendência procurou excluir do cotidiano as casas que não representavam ou que não convergiam para o projeto de regramento estético do cenário urbano que estava sendo levado a cabo na Belém oitocentista. Assim existiam dois poderes trabalhando em conluio a Intendência e o Governo do Estado no sentido de desarticular a presença dos segmentos desfavorecidos do centro da cidade [mendigos, prostitutas, pobres em geral] que não se enquadravam nesse projeto de embelezamento; representavam o desregramento e a degradação, segundo o discurso dominante. Diante disso, o Estado a todo o momento promulgava decretos que modificavam o Código de Posturas. No entanto, uma das representações mais notórias que o Estado desempenhou frente ao projeto de urbanização tomou corpo com o decreto 341 de 25 de maio

⁴ O Decreto 403 promulgado pelo governo do Estado em 12 de setembro de 1891 revogava o Artigo 240, Capítulo XXIV: da regularidade da edificação, do Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém. Dessa maneira, o Código de 1890 que geriu a sociedade belenense entre 1890 a 1897, era bruscamente modificado conforme as conveniências da burguesia gomífera que gerenciava a sociedade naquele momento. Estas alterações nos Artigos e Incisos do Código de 1890, entre outras coisas, foram para facilitar as expulsões dos desfavorecidos para os arrabaldes da cidade, uma vez que, a modificação do artigo é bem incisiva quanto à construção de casas que viessem embaraçar o projeto infra-estrutural da capital.

de 1891. Este documento assinado pelo governador Duarte Huet Bacelar Pinto Guedes, considerava:

“Art. 1º Fica a intendencia municipal de Belem auctorizada a despender pela verba “desapropriações”, de seu orçamento no corrente anno, até a quantia de 150:000\$000 com desapropriações de utilidade publica, como sejam do forno crematorio de lixo e de diversos predios que embarcem a regularidade e o embelezamento das ruas e praças da cidade, entre os quais se acham dois, situados á estrada de Nazareth.”

A partir da leitura documental pode-se conjecturar que o Estado esforçava-se em extirpar os segmentos de menos posses que há muito estavam instaladas no raio de ação do projeto de embelezamento que se processava no centro da capital paraense. Em outras palavras, a este interessava excluir e também moldar os agentes sociais que embarçavam a pretensa elaboração de uma sociedade civilizada; assim os casebres que se encontravam desalinhados em relação aos padrões estabelecidos, os cortiços formados e os que poderiam formar-se, os indigentes que proliferavam em Belém, os loucos, as mulheres de “vida fácil” eram alvos da Intendência e do Estado⁵. Entretanto, tratava-se de uma pretensa civilidade, pois não se comunga com a idéia, mesmo que metafórica, de que Belém se civilizava com a riqueza que trazia a economia gomífera, porquanto esta visão pode denotar que, antes, a cultura Amazônica seria secundária. Metaforicamente ou não, crê-se que tal proposição seria erro teórico e metodológico sério, porquanto e ajuda a consolidar a premissa de que antes da economia gomífera a Amazônia, o Pará e a cidade de Belém seriam incultos e incivilizados. Compreende-se naturalmente que as expressões “chegada da civilização ou civilização” que alguns historiadores utilizam são usadas no sentido figurado fazendo alusão, entre outras dimensões, às novidades lançadas no mundo da moda na Europa, principalmente o que saía na França e em relação à própria arquitetura que foi importada do Velho Continente. Note-se que, neste debate, sempre haverá necessidade de precauções.

O documento sugere de modo direto e lacônico que a Intendência poderia dispor da quantia de cento e cinquenta mil contos de réis para processar

⁵ Ver: “artigos 1º e 2º da lei número 238 de 3 de julho de 1899”. In: Leis e resoluções municipais do conselho municipal de Belém de 1899. Primeira parte, Pará-Belém: Typ. Tavares Cardoso e CA. 1900.

desapropriações no sentido de melhorar a paisagem urbanística da cidade. Para os indigentes, em número bastante volumoso, construiu-se o instituto público da mendicidade, inaugurado em 1902. A Intendência contratou a empresa Mendes e Companhia, 1899, para edificar uma casa que pudesse recolher mendigos de ambos os sexos que perambulassem pelas ruas bellepoqueanas; o asilo foi edificado com características da arquitetura clássica italiana, e com ele buscava-se contemplar um dos principais objetivos: recolher e excluir do centro pessoas que não tinham ocupação, ou seja, que não desenvolvessem a virtude do trabalho no interior da Belle-Époque; em linhas gerais, sua criação foi instrumento que o poder público municipal forjou no sentido de tentar tirar esses agentes do cenário social belenense.



Imagem retirada do livro *Belém da saudade*:

a memória da Belém do início do século em cartões-postais. Belém: SECULT, 2004.

Foi a lei número 238 de 03 de julho de 1899 que criou, na capital paraense, o Asilo da Mendicidade, instituição inaugurada em 1902⁶ e destinada a receber gratuitamente todos os indigentes que sobrevivessem esmolando a caridade pública. A referida lei, no segundo artigo, afirmava que o prédio seria construído em local apropriado, às margens da Estrada de Ferro Bragança-Belém, o que foi feito na administração de Antonio Lemos Intendente da época e de modo proposital distante geograficamente do centro que se embelezava, pois se apresentava imperioso afastar agentes sociais considerados pelas elites inoportunos à Belém da Belle-Époque. No entanto,

⁶ Veja-se: “Lei número 238 de 3 de julho de 1899: cêra nesta capital um hospício de mendicidade”. In: *Leis e resoluções municipais do Conselho Municipal de Belém de 1899*. Primeira parte, Pará-Belém: Typ. de Tavares Cardoso e CA., 1900.

pode-se notar que havia o intuito de vender boa imagem dos espaços destinados a segregar sujeitos indesejáveis. É possível notar tal conjectura a partir dos detalhes do jardim interno do Asilo da Mendicidade, ou seja, tudo deveria ser muito bem apresentado, forjando a imagem de que a Intendência preocupava-se com os de menos posses. Em outros termos se o objetivo era o de segregar, camuflar esse sentido tornava-se essencial, pois que expor nos domínios regional, nacional e no exterior a imagem de que a Belle-Époque se constituía em unidade homogênea, mostrava-se importante à Intendência. Dessa maneira, explica-se o ar salubre, tranqüilo, estético que a municipalidade procurava oferecer aos hóspedes da mendicidade; mas não se deixe enganar, caro leitor, a harmonia que também passava pela arquitetura e arborização fazia parte de estratégias políticas e ideológicas da Belle-Époque idealizada, o que não quer dizer naturalmente que houvesse preocupações reais com o bem estar dos sujeitos sociais para lá encaminhados.

Estado e Intendência atuavam por todos os lados. Retomando o documento atrás impresso, o montante cedido pelo Governo do Estado à Intendência poderia ser utilizado por esta como melhor lhe conviesse, todavia sugeriam-se investimentos no que foi categorizado de utilidade pública - construção do forno crematório para que o lixo e animais mortos fossem incinerados⁷- e também na demolição de prédios que constrangessem o projeto embelezador, como alguns localizados na Estrada de Nazaré. A partir do impresso pode-se deduzir que o governo do Estado despendia preocupação significativa em relação ao projeto desodorizante a que o centro de Belém estava sendo submetido, porquanto compreendia importante edificar um forno crematório e demolir prédios que embaraçavam o cenário urbano.

A imagem a seguir é a do forno crematório. Trata-se do segundo construído em Belém pois o anterior, localizado no bairro de Batista Campos, já não suportava as exigências da urbe belenense que passou a crescer de forma significativa a partir da economia gomífera. Este novo forno de incineração tinha como principal objetivo auxiliar o projeto de salubridade em curso na

⁷ Consultar: “Lei número 229 de 13 de junho de 1899, artigo 1º: auctorisa o Intendente a realizar varios serviços nesta capital”. In: Leis e resoluções municipais do conselho municipal de Belém de 1899. Primeira parte, Pará-Belem: Typ. de Tavares Cardoso e CA, 1900.

capital paraense, isto é, a medida profilática de construí-lo foi exigência do afã higienizante por que parte da capital paraense passava. Assim a Intendência contratou os serviços da firma Pereira & Pinto Companhia para a edificação do prédio da usina entre as Avenidas 22 de Junho, atualmente Alcindo Cacela, e a 9 de Janeiro, no atual bairro da Cremação. (CRUZ, 1992). Em 1891, conforme o decreto atrás analisado, o governo do Estado manifestava preocupação com a salubridade da cidade e sugeria que fosse construído um forno crematório, para melhorá-la o que somente seria concretizado em 31 de janeiro de 1901, data da inauguração do empreendimento.



Imagem retirada do livro de SARGES, Maria de Nazaré. Belém: *riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

Sobre a higienização e a boa estética do espaço urbano, o decreto sugere como a Intendência deveria gastar a verba intitulada “desapropriações”. Assim a proposta de remodelação do urbano contida no documento indica que a municipalidade desapropriasse e colocasse abaixo alguns prédios que embaraçavam o projeto infra-estrutural da cidade, sendo que dois desses edifícios localizavam-se na então Estrada de Nazareth, hoje Avenida Nazaré.

A imagem seguinte é a da Estrada de e depois Avenida Nazaré na passagem do século XIX para o XX. Para localizar o leitor que não conhece Belém, o sentido da imagem vai do centro (embelezamento urbano) à periferia (os bairros que não conheceram calçamento, arborização, saneamento, como

o de São Brás). O que se deseja expor é que esta área geográfica da cidade interessava sensivelmente às suas elites, tanto que o dinheiro vertido à sua higienização - pelo governo do Estado - chamado de “desapropriações”, poderia destinar-se à demolição de prédios [localizados nesta Avenida] que estavam embaraçando a proposta bellepoqueana. Assim sendo, dos cento e cinquenta mil contos de réis, uma quantia seria destinada a dar sentido urbanístico moderno à referida via pública, ou seja, dotá-la de arborização, bondes, trilhos, casas imponentes, esgoto e água de modo a não destoar do desejado para a Belle-Époque dos trópicos; desta maneira as casas indicadas à demolição compreendiam-se como embaraçosas, ao que tudo indica de forma inquestionável, às articulações entre Estado e Intendência. Esta, no Artigo 240 do Código de Posturas de 1890, afirmava: “É expressamente proibido a construção de cortiços”. Neste sentido é possível deduzir duas premissas sobre estes discursos: a de recuperar os olhares proibitivos e vigilantes tanto da Intendência quanto do Estado sobre as pessoas de menos posses e a de que as expressões embaraçar a regularidade e o embelezamento das ruas convergiam para um mesmo ponto: disciplinamento do espaço urbano que deveria ser recuperado segundo o discurso estético.



Imagem retirada do livro *Belém da saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais*. Belém: SECULT, 2004.

Alicerçados sobre essas mudanças urbanísticas infra-estruturais ocorridas neste perímetro - arborização, iluminação e linhas de bondes - conjectura-se que a atual Avenida Nazaré em 1891, ano da promulgação do decreto, seria um perímetro que interessava às elites de Belém. As diversas regiões da cidade que sofriam mutações do projeto embelezador, higienizante e estético apresentavam-se como alvo de interesse dos grandes proprietários citadinos, processo que Jussara Derenji cunhou como “especulação imobiliária”, porquanto os habitantes desses lugares, pessoas que compunham as classes desfavorecidas do tecido social, passaram a ser expulsas para locais afastados desses novos centros que se formavam, isto é, para o Guamá, o Marco da Léguas, a Cremação e o Jurunas. (DERENJI, 1994). Essas expulsões também são explicadas porque tais construções representavam o anti-higiênico, o desregramento, por divergirem do discurso de reacomodação estético que se realizava desde os primeiros anos da segunda metade do século XIX. Como afirmou Alain Corbin, visão, olfato, audição, ou melhor dito, tudo quanto considerado destoante do equilíbrio que se queria dar, vinha sendo perseguido pela imagem de saúde, isto é, por aqueles que propagandeavam estas concepções: sanitaristas, médicos, advogados, enfim, as elites que conseguiam perceber ameaça nos domínios da pobreza. (CORBIN, 1987).

A proposição que se levanta, a da “especulação imobiliária” toma musculatura quando se analisa a Lei 243 de 21 de setembro de 1899 que afirmava:

“Art. 1º Fica a Intendencia actorisada a construir a Avenida Independencia, entre a Travessa Vinte Dois de Junho e a Praça Floriano Peixoto; a calçar as Travessas Ruy Barbosa, entre a Rua Vinte e Oito de Setembro e o Litoral, e Quintino Bocayuva, entre as Estradas Nazareth e Gentil Bittencourt”⁸.

Observa-se que os melhoramentos infra-estruturais a que a lei se refere ficavam nas adjacências da atual Avenida Nazaré próxima à geografia urbana onde, oito anos antes, o governo do Estado sugeriu fossem desapropriados alguns prédios que embaraçavam o cenário estético, como mostra o

⁸ “Lei número 243 de 21 de setembro de 1899 em seu Artigo 1º”. In: *Leis e resoluções do Conselho Municipal de Belém de 1899*. Primeira parte, Pará-Belem: Typ. de Tavares Cardoso e CA, 1900.

documento anterior. Com os melhoramentos em saneamento público, as classes de menos posses não poderiam aí permanecer, porquanto mudanças como calçamento e esgoto eram implantados onde antes moravam homens e mulheres despossuídos economicamente e que passaram a ser expulsos dessas áreas que se metamorfoseavam e se transformavam em centro na última década do século XIX. Enfim, o Decreto 341 de 25 de maio de 1891 e a Lei 243 de 21 de setembro de 1899, citados atrás, dão liberdade a que se deduza que o Governo do Estado e a Intendência tinham interesses tendenciosos sobre as áreas a serem demolidas. Com efeito, é bastante presumível que neste momento histórico o Governo Estadual se articulasse à Intendência no sentido de demolir prédios e cortiços que embaraçavam a proposta de remodelação do centro da cidade, mas também que as duas instâncias consolidavam acordos para “desapropriar” e depois demolir construções que ficavam em “certos” espaços urbanos, como os de Nazaré, que naquele momento mostrava-se área da urbe que interessava aos segmentos de mais posses.

Mendigos e loucos também eram sujeitos históricos centro de preocupação dos ricos, uma vez que essas personagens embaraçavam o projeto de remodelação cidadina. Quanto à mendicidade, a Intendência podia contar com o instrumento do Governo Federal para combater este domínio considerado motivo de celeuma. Em outras palavras, o Código Penal de 1890 dava subsídios para reprimi-los, pois afirmava em um dos artigos: “é proibido mendigar sendo anhabil para trabalhar, nos logares onde existem hospícios e asylos para mendigos”⁹. Caso este artigo fosse infringido o contraventor era recolhido à cadeia pública e pagaria pena celular de cinco a quinze dias de reclusão. Dessa forma é bastante presumível supor que as elites desejavam lançar para os arrabaldes do centro os sujeitos que, segundo elas, embaraçavam a estética da Belle-Époque. Tratava-se de uma medida prescritiva que veio facilitar a repressão sobre os que não trabalhavam no seio

⁹ Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890. “Livro III: Das contravenções em especie, Capítulo XII: Dos mendigos e ebrios, do Artigo 392”. In: *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Décimo fascículo de 1 a 31 de outubro de 1890, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

da sociedade bellepoqueana, enfatize-se. O Artigo 394 do Código Penal afirmava sobre a mendicância: “Mendigiar aos bandos, ou em ajuntamento, não sendo pae ou mae e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu condutor”, para esta contravenção o transgressor receberia a pena de prisão celular de cerca de um a três meses na cadeia pública.

Por seu turno, quanto aos loucos, o olhar proibitivo da Intendência era suficientemente denso:

“Art. 172 . Todo aquelle que conservar sob a sua guarda ou em casa qualquer louco será obrigado a detel-o com segurança quando, por falta de meios necessarios, não possa tel-os em boa guarda e tratamento, dará parte a intendencia para que o faça recolher a algum estabelecimento ou casa para tal fim destinada. Aos infraectores a multa de 10\$000”¹⁰.

Este artigo do Código de Posturas, responsabiliza num primeiro ângulo a família pela boa guarda dos insanos; se porventura esta não tivesse proventos para tal empreendimento teria que pagar uma multa de dez mil réis e informar o fato ao poder público municipal para que fossem tomadas providências. Num segundo plano, a própria municipalidade se encarregaria da empreitada recolhendo-os em casas especializadas. O certo é que documentos analisados permitem conjecturar que os familiares ou o poder público eram os responsáveis em colocar os loucos fora do convívio social, pois entendia-se que conturbavam e denegriam o discurso estético, mas também representavam perigo à salubridade e à segurança pública.

Em artigo seguinte discorria-se acerca dos loucos que fossem encontrados perambulando pela cidade. Neste caso seriam devolvidos aos parentes; entretanto não sendo possível, seriam recolhidos em casas adequadas para este fim.

“Art. 173. Os loucos que andarem vagando pelas ruas ou praças da cidade serão entregues ás pessoas incumbidas de sua guarda, ou na falta d`estas, recolhidas a logar para esse fim determinado”¹¹.

¹⁰ “Título III, Capítulo XV: Providências sobre loucos, bebados e feras em jaula”. In: *Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890*. Belém, Typ. d` A República, 1891.

¹¹ Idem.

Os documentos alimentam igualmente a conjectura de que um dos objetivos da Intendência era o de excluir ao máximo aqueles que não convergissem ao intento dos segmentos de maiores posses, enfim, os que não compartilhassem diretamente com a riqueza que a economia gomífera proporcionava eram considerados de uma forma ou de outra empecilho ao bom funcionamento da sociedade que se pretendia mais ordenada. Desta maneira, a municipalidade tinha duas ferramentas para combater “esses segmentos indesejáveis”: o Código Penal e os Códigos de Posturas, instrumentos que procuravam tolhê-los do cenário social, já que se tratava de uma questão de segurança pública.

Neste sentido, muita coisa era decidida perifericamente. Os mais aquinhoados e os desfavorecidos defrontavam-se no interior da sociedade belenense, isto é, sentiram de modos diferentes as modificações modernizantes empreendidas na cidade. Procura-se pois delinear a existência de antíteses, isto é, um outro lado desse projeto infra-estrutural urbanístico. Melhor explicado, no seio das ações embelezadoras encontravam-se os que insistiam em resistir às correções que a Intendência, o Governo do Estado e o Governo Republicano proporcionavam. Os opostos a que se faz alusão são aqueles que se procurava excluir, mas que igualmente faziam parte do tecido social belenense, inclusive tornando-o tenso: nesta linha de raciocínio, figuravam os indigentes, os loucos, os ambulantes, as mulheres do baixo meretrício, enfim, todos aqueles que não desfrutaram da mesma posição social que os “novos parisienses” tiveram oportunidade de degustar. Para eles, “gente do povo”, a chegada da modernização foi extremamente danosa e trágica visto que procurou destituí-los, entre outras coisas, de sua premissa fundamental: a liberdade de circulação pela cidade¹².

Mas o que pode significar o termo “gente do povo” no sentido em que se coloca? Todos os que fizeram parte daquele contexto histórico, mas que estavam alijados da riqueza produzida, ou seja, os que com os seus atos, ações

¹² Em muito o Código de Posturas de 1890 procurou cercear, de fato, a livre circulação da população comum pelo interior da cidade de Belém em seu Título III, Capítulo XIV e Artigo 143 afirmava: “*É prohibido nas carroças o chlar dos eixos, sob pena de 10\$000 de multa.*” Assim, as proibições procuravam se consolidar sobre representações sociais que há tempos faziam parte do cotidiano da população desfavorecida da Belle-Époque Amazônica. Consultar: *Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890*. Belém: Impresso na Typ d` A Republica, 1891.

e inquietudes plasmavam um modo próprio de vida cotidiana; aqueles que não participaram e que não viram circular pelos portos de Belém a riqueza produzida pela goma elástica; aqueles que não viajaram nos vapores nem tampouco financiaram viagens aos filhos para Paris; aqueles que não comungaram com os hábitos, práticas, costumes e etiquetas importadas da França; o termo também pretende significar os que em seu dia-a-dia não utilizavam palavras afrancesadas; os que não mandavam buscar na Belle-Époque parisiense pianos, vestidos, tecidos ou mesmo que não os comprassem na capital paraoara. Enfim, o termo referenda a rica história promovida pela gente comum, os que não descortinaram Belém a partir da riqueza proporcionada pela economia gomífera, mas através dos funestos resultados que essa riqueza lhes proporcionou.

Com efeito, no final do último quartel do século XIX, imprimiam-se mudanças de longo alcance ou melhor, buscava-se metamorfosear o centro da capital paraense a partir da pavimentação de ruas com paralelepípedos, melhorias na rede de iluminação pública, construção de praças, arborização das principais vias, coleta regular de lixo, construção de um sistema de abastecimento de água, edificação da rede de esgoto. O embelezamento esquadrinhado em Belém representava o carro chefe da Intendência e do Governo do Estado. Neste sentido, em relação à edificação da rede de esgoto, fazem-se necessárias algumas ressalvas, porque o Governo do Pará dispendeu grandes esforços em colocar em curso esse ideário considerado obra de “incontestável utilidade pública”, pelas elites.

Quanto à obra, definia-se:

“Considerando a necessidade inadiável de sanear a cidade de Belem, capital do Estado; Considerando que entre os meios de saneamento o mais efficaz e exigido pela hygiene e o estabelecimento de exgottos para a derivação e desinfecção dos materiaes fecaes, aguas servidas e pluviaes; Considerando que o actual systema de exgottos pelas galerias destinadas ao escoamento das aguas pluviaes é condenado por defeituoso e prejudicial á saude dos habitantes da capital, tornando-se essas galerias conductos de miasmas; Considerando que esse serviço está no plano das attribuições de Conselhos de Intendencia Municipal, mas attendendo que a este fallecem os meios de subvencionar tal

melhoramento; Considerando que, n`essas condições o meio mais econômico, é commeter esse serviço á industria particular, privilegiando-a e garantindo-lhe uma contribuição que compense o capital empregado, o amontise e occorra ás despesas da conservação; Considerando que essa contribuição, imposta á população da capital e arrecadado pelo thezouro de Estado, não é onerosa, attendendo a que ella importa a retribuição de um serviço de primeira necessidade e incontestavel utilidade publica”¹³.

Neste documento encontram-se alguns motivos que o Governo do Estado alinhavava quanto à importância da construção de uma rede de esgoto em Belém. Assim o poder público compreendia que já não era sem tempo que a capital precisava ser saneada e higienizada no combate a possíveis miasmas. Para este fim, saneamento, embelezamento, higienização, desodorização, enfim, no combate ao anti-higiênico, tanto a Intendência quanto o Estado lutavam afanosamente. Exemplar neste sentido é uma parte da introdução do Decreto Estadual que afirmava: “Esse serviço está no plano das attribuições do Conselho de Intendencia Municipal, mas attendendo que a este fallecem os meios de subvencionar tal melhoramento”¹⁴, o governo do Estado do Pará tomou para si tal responsabilidade. Com efeito, as instâncias de poder andavam nos passeios da Belle-Époque paraense de mãos dadas no sentido de melhorar o saneamento público dos bairros centrais da cidade, pois este serviço era considerado de primeira grandeza e de necessidade urgente para combater o que se revelava anti-higiênico na “Paris dos Trópicos”.

No entanto, não se pode compreender que o saneamento se resumisse apenas na construção da rede de esgoto ou na edificação do forno crematório. Naturalmente, as ações profiláticas romperam essas fronteiras, porquanto o saneamento urbanístico englobou também e em vários sentidos a vigilância da moral pública e uma tentativa de remodelação dos hábitos e dos costumes, como fica bastante presumível no Código de Posturas de 1890.

Veja-se o excerto:

¹³ “Decreto 135 de 11 de Abril de 1890”. In: Atos do Governo Provisório do Estado do Pará. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893.

¹⁴ Idem.

“Art. 190. Proibido, sob pena de 20\$000 de multa: § 1º Proferir nas ruas e logares publicos palavras obscenas. § 2º Escrever ou desenhar nos muros e paredes dos edificios phases, palavras ou figuras immoraeas ou obscenas. § 5º Andar em publico em completa nudez ou com trajo indecente, ou dilacerado, ou sem trazer pelo menos calça e camisa”.

Reafirme-se que esse contexto [histórico] mostrava-se repleto de vieses nos quais um leitor mais desatento pode ser envolvido. As mudanças urbanísticas, as transformações de caráter infra-estrutural, não podem ser entendidas de forma homogênea, isto é, como um projeto que tenha vindo a mudar a coletividade de Belém, visto que os reordenamentos foram sentidos somente entre aqueles que tinham ligação direta com a exploração do látex. Por outro lado, a “gente do povo” sentiu a metamorfose da urbe de modo invertido, comparada com os que manipulavam o sistema de aviamento, por exemplo. Em outras palavras, os componentes das classes desfavorecidas da cidade eram considerados agentes que se encontravam na contramão do projeto embelezador, e sempre foram os principais alvos dos Códigos de Posturas. As normas neles contidas não faziam a menor questão de contemplar os valores sociais e culturais daqueles que se encontravam à margem da riqueza bellepoqueana. Isto ocorreu em virtude das elites estarem preocupadas em arquitetar e idear signos de distinção que evidenciassem e legitimassem as desigualdades contidas no seio de uma sociedade profundamente influenciada pelos modelos bellepoqueanos europeus, em particular o francês.

Como acima se procurou deixar claro, o Código de Posturas de 1890 buscou privar da riqueza parcelas da população belenense, criando uma série de entraves no sentido de excluí-los do “cenário parisiense”. Nesta vertente pode-se sentir como a Intendência e o Governo Estadual corroboraram e uniram forças para procurar normatizar o cotidiano da cidade. Estes dois níveis de governo procuraram excluir interações sociais que em tempos passados faziam parte do cenário da cidade de Belém, dentre os quais o de tomar banho

despido no chamado litoral da cidade. Em outras palavras, o poder público forçou transformações nos hábitos e nos costumes a partir do entendimento sobre aquilo que as elites compreendiam ser atos corretos¹⁵. Outra proposta existente no seio do Código era a intervenção na vida privada dos habitantes; esta dedução levantada vem impressa no artigo 190 em seu inciso 7º, onde se encontra uma das propostas normatizadoras das ações individuais da população: “Chegar á janella em traje indecente ou em completa nudez, ou conservar-se em casa d`esta maneira, podendo ser visto pelos transeuntes”¹⁶. A partir desse inciso pode-se conjecturar que se queria formar uma cadeia que conseguisse vigiar as ações da população de Belém do final do século XIX. Buscava tal empreendimento confundir-propositadamente - público e privado naquele momento. Richard Sennett problematizou com maestria estas dimensões ao considerar que as duas categorias não podem ser entendidas como cristalizadas ou localizadas em determinado tempo e espaço, mas sim que público e privado interagem e mantêm relações de poder e de força entre si. (SENNETT, 1988.).

No mesmo Artigo 190, Inciso 4º, nota-se como o poder público interveio com prescrições e preceitos no cotidiano dos atores sociais que não se enquadravam nas propostas higienizadora e moral da Belle-Époque. Desta maneira, afirmava tal inciso que era “proibido praticar em publico actos ou gestos reputados immoraes e indecentes”, nesta parte do Código nota-se que a municipalidade não estava somente procurando tolher quem andava sem camisa pelos passeios públicos, mas sim buscava cercear a proliferação do baixo meretrício. Também é possível presumir que a denotação de atos imorais não se constituía em um mesmo objeto entre as classes sociais que forjaram tal Código e os segmentos desfavorecidos. Tomar banho no litoral em estado de nudez, por exemplo, era relação social comum a determinados agentes, pois esta ação havia séculos fazia parte do seu cotidiano. Com efeito, formava-se uma dicotomia entre os postulados das classes sociais aquinhoadas com as demandas dos segmentos que não dividiram a riqueza produzida na época.

¹⁵ Seja-se neste sentido: “Título IV: dos costumes públicos em seu Capítulo XIX: ofensas a moral pública e aos bons costumes, inciso 6º: era proibido “*Tomar banho nos poços e fontes publicas, ou despido no litoral*”. In: *Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890*. Belém: Typ. d` A República, 1891.

¹⁶ “Título IV: dos costumes públicos e capítulo XIX: ofensas a moral pública e aos bons costumes, inciso 7º”. In: *Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890*. Belém: Typ. d` A República, 1891.

É bastante relevante compreender, no entanto, que havia diferença muito grande quando se passava a comparar, mas também a sentir aquilo que estava impresso no Código de Posturas e nos Decretos do Governo do Estado. Diferença marcante faz-se presente entre o escrito nos artigos e incisos do Código de Posturas de Belém para os atos que a população praticava, isto é, do escrito ao que era feito existia distância significativa, como se vem demonstrando. Foi nesta dinâmica de normatizações e saneamento das relações individuais e coletivas que tanto a Intendência quanto o Estado procuraram levar a cabo transformações infra-estruturais que se fizeram sentir em parte do cenário urbano. Por estes órgãos oficiais foram bastante discutidas questões como o saneamento em detrimento da insalubridade, a remodelação em detrimento dos cortiços, do carcomido, do antigo, do velho. Neste contexto de euforia econômica, Belém descortinaria mudanças em uma parte de seu espaço urbano, ou seja, o centro da cidade conheceu mutações como melhorias sanitárias, arborização e calçamento.

Além dessas, outras transformações importantes foram sentidas, dentre as quais a ampliação da linha férrea urbana, pois os bondes elétricos que serviam à população da capital transformaram-se num dos meios de transporte da época. A Pará Electric Railways and Lighting Company, uma das inúmeras empresas estrangeiras que ganharam capitais com a economia gomífera, inauguraria os bondes movidos a energia em 1907; a mesma empresa conseguiu concessão para a exploração do sistema de iluminação pública. (CRUZ, 1973).

Em reflexão localizada não muito atrás, afirmou-se que o projeto de modernização das cidades brasileiras não foi idéia ou projeto particular do período republicano brasileiro, pois esta proposta já existia nos postulados da Monarquia. Neste sentido quer-se expressar, repita-se, que a cidade já conhecia e desfrutava em sua realidade cotidiana dos serviços de transporte coletivo de Bondes.

Por volta do início da segunda metade oitocentista, em 1868, o cônsul dos Estados Unidos da América, James Bond, conseguiu a concessão para explorar este serviço público na capital paraense. De conformidade com isso, no que diz respeito ao transporte da população, a cidade de Belém o conheceu bem antes da tão decantada administração de Antônio Lemos e algumas

décadas antes da República. (CRUZ, 1973). Mas em relação aos bondes, tratava-se de serviço insuficiente, pois não conseguia atender bem ao conjunto da população.

Tomando como base os documentos analisados, este serviço continuou precário nas primeiras décadas novecentistas como denuncia a imagem seguinte:



A Semana. Belém, 10 de maio de 1919, p. 02.

Logicamente, a introdução dos bondes elétricos na Belle-Époque não resolveu a problemática do transporte público da cidade. Foram publicadas notas em jornais onde a sociedade reclamava dos atrasos constantes, do preço dos bilhetes e da lotação exagerada. Nas primeiras décadas do século XX, como deixa conjecturar a imagem, a população da cidade permanecia com sérios problemas em relação ao transporte, ainda segundo a crônica de autoria desconhecida: “O caso do bond é isto, Sempre este supplicio atroz ... Têm pressa os pobres de Christo, E o bond passa veloz. Grita a imprensa num berreiro E o Jaca berra por cem ... Sob o pé do motorneiro, A campá berra também”¹⁷. Caro leitor, qualquer proximidade ou lembrança que se possa ter com o presente não é simples coincidência. No início do século XX, a população

¹⁷ A Semana. Belém, 10 de maio de 1919, p. 02.

de Belém sofria com atrasos, ausência de regularidade, bondes não obedecendo aos pontos determinados, preço do bilhete muito aquém do serviço prestado, lotação, incidentes, imprudência dos condutores, atropelamentos. Não se está problematizando a Belém contemporânea, embora para quem a conhece neste limiar de século (XXI) seja possível confundir os momentos históricos. Veja-se que os problemas já apresentados por uma cidade dos primeiros anos do século XX atravessaram o período novecentista adentrando o século XXI. O documento afirma que tomar um bonde era “supplicio atroz” aos “pobres de Christo” de Belém; em outros termos, o transporte não atendia satisfatoriamente a população; não atendia os de menos posses da cidade; os trilhos não alcançavam os arrabaldes da capital. Então a tese de Jacques Le Goff aqui é de suma importância. O historiador apreende que existem relações diretas entre passado e presente e, nesta argumentação, considerar as reminiscências faz-se necessário para se pensar os bondes e o atual transporte público da cidade. (LE GOFF, 1996).

Já na década de 1890, a cidade de Belém conheceria outra importante mudança de caráter infra-estrutural: a energia elétrica, que ficou sob responsabilidade da Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense e da empresa alemã Siemens e Halske. Todavia esta empreitada mostrou-se insuficiente em um contexto geral ao se comparar a expansão urbana com o espaço social que a iluminação domiciliar e pública conseguia abarcar aquando da inauguração de tal empreendimento. Em outros termos, o serviço somente conseguia atingir alguns pontos da cidade, as principais Ruas, Avenidas, Travessas, Praças, sendo excluída, no entanto a periferia. Para se preservar as transformações calçamento e iluminação das ruas, desinfecção e arborização das praças que estavam sendo operadas, tudo em nome do “bem-estar social da coletividade”, o Governo do Estado achou melhor dar novas funções à polícia. Por meio do Decreto 149 de 3 de julho de 1890, o Governo Estadual atribuiu novo regulamento ao Corpo Militar de Polícia, sendo que a justificativa encontrava-se nas necessidades em que se tinha de “atender á conveniencia do serviço publico”. Em outras palavras, a nova regulamentação do Corpo Militar justificava-se, porque as elites compreenderam que se fazia necessário criar um instrumento pretensamente capaz de executar ação disciplinar e vigilância efetiva entre os munícipes. Esta proposição conjetura-se a partir do que foi impresso no capítulo XII: das rondas e patrulhas: Inciso 5º - Letra C: “Enviar imediatamente ao posto os que forem surpreendidos

damnificando arvoredos, edificios ou obras publicas ou particulares”. Na Letra G trazia: “Os que forem encontrados em estado de embriaguez ou de alienação mental, bem como os que estiverem dormindo nas ruas, praças, adro dos templos e logares similares”. O mesmo inciso continuava as imposições na Letra H: “Os que, vestidos de modo que offendam a moral e os bons costumes, transitarem pelas ruas e praças ou n`esse estado estiverem a lavar-se de dia em qualquer lugar público”¹⁸. Neste decreto promulgado pelo Governo do Estado, existem algumas palavras chave que levam a inferir acentuada vigilância e disciplinarização sobre os segmentos populares. Enfim, dimensões como embriaguez, trajar de modo que ofenda a moral e os bons costumes e banhar-se em lugares públicos são elementos que levam a considerar essas deduções. Por seu turno, a municipalidade criaria, sete anos mais tarde em 1897, a Polícia Municipal que, em linhas gerais, tinha as mesmas funções da Polícia Militar no corpo social de Belém: procurar vigiar hábitos e costumes.

Marcos Luiz Bretas, analisou dinâmicas e funções do corpo de polícia no Rio de Janeiro no momento em que a cidade se “modernizava”. O historiador analisou que uma das funções das polícias civil e militar, no início do século XX, era a de procurar deixar para trás as imagens de desordem que imperavam no Rio de Janeiro antes das reformas urbanas. Naturalmente Bretas não entrou no jogo da construção de que havia uma ordem implantada, isto é, que os órgãos policiais conseguiram reprimir em sua totalidade as expressões dos populares; com efeito, o autor considera que se tratava de um desejo e não de efetiva ocorrência naquele momento. Como exemplo de que existem distâncias entre o possível e o real, o historiador apresentou o fracasso das empreitadas da polícia nos interstícios da Revolta da Vacina, isto é, mesmo com todo o esforço a população conseguia burlar as forças policiais da capital do país. (BRETAS, 1997). Para Belém, a municipalidade forjou a Lei número 158 de 17 de dezembro de 1897 que criou a polícia lemistá que tinha como objetivo procurar reprimir os sujeitos históricos classificados como “amigos da boa vida”, aqueles que tinham “fraca formação moral”, os protagonistas que cultivavam desídias, enfim, esta ferramenta de disciplinamento foi elaborada para

¹⁸ “Decreto nº 149 de 1890, Capítulo XII: Das rondas e patrulhas, em seu Artigo 105: Às praças rondantes e patrulhas competentes. Inciso 5º Letras: C, G e H”. In: *Actos do Governo Provisorio do Estado do Pará de 1890. Belem-Pará: Typ. do Diario Official, 1893.*

procurar excluir todos aqueles que destoavam do discurso estético, de um pretense “bem estar social da coletividade” largamente propagandeado pela municipalidade aos seus munícipes.

É neste contexto de reurbanização, embelezamento e ações profiláticas, que se procurou perceber a riqueza de estratégias que foram plasmadas por aqueles que não convergiam para o projeto saneador em curso. As estratégias forjadas por esses personagens caracterizam-se muito além do que as elites belenenses queriam impor a partir da remodelação, e que incluía, como se sabe, comportamentos higiênicos e disciplinares. Enfim, as resistências daqueles classificados como pertencentes às “classes perigosas” ultrapassaram as caricaturizações e estereotipações com que os abastados de Belém acharam por bem taxá-los. Debatiam-se então as imagens de classes perigosas o que para os discursos do final do século XIX, segundo Sidney Chalhoub seriam os negros depois da abolição, o que se apresentava como momento nevrálgico. Tal alteração foi travada na “Câmara dos deputados em maio de 1888” e neste debate os parlamentares chegaram à conclusão de que classes perigosas e classes pobres (em sua maioria negros) aproximavam-se. Os termos classes perigosas ou pobres no século XIX foram lançados sobre os atores históricos colocados à margem do tecido social e que de uma forma ou de outra punham em xeque [a partir das funções desempenhadas no cenário histórico público e privado] o bom funcionamento da ordem estabelecida. (CHALHOUB, 2001b). Enfim, o próprio Código de Posturas e o Código Penal Brasileiro de 1890 institucionalizavam como sinônimos “classes pobres” e “classes perigosas”, pois as leis faziam convergir as palavras pobre/perigosa ensejando ser tanto pobres quanto perigosas pessoas como mendigos, ajuntamentos, vadios, bêbados, capoeiras, os que vagavam pela cidade, os que não trabalhavam, aqueles que faziam batuques, as mulheres do baixo meretrício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se de maneira sucinta reconhecer aqui algumas das articulações e argumentos desenvolvidos pelo Estado e Intendência para tornar possível a construção de uma Belle-Époque às elites. Como exposto, havia conluios entre as duas instâncias de poder para construir uma Paris nos Trópicos; assim sendo não se pouparam esforços para embelezar uma parte da cidade. Tomando como base as pesquisas realizadas para a elaboração destas reflexões chegou-se a várias ramificações, dentre as quais as de que as instâncias municipal e estadual no Pará corroboravam e firmaram acordos para conduzir as transformações infra-estruturais exigidas pelos segmentos sociais que enriqueciam com a exploração da seringueira, mas ao mesmo tempo reforça-se a população se fez presente nesta dimensão por meio de expulsões ou por resistências a essas expulsões. Todavia, há de se considerar que tais inferições não se constituem nas únicas possíveis, pois certamente existem várias outras que podem ser feitas, porquanto o trabalho aqui propôs-se analisar apenas as proximidades entre Intendência e Estado e também os movimentos de alguns sujeitos sociais que se colocavam contrários às articulações destas instâncias de poder.

Desta maneira foram alvos do projeto embelezador segmentos como mendigos, loucos e prostitutas. Mas, como se desejou articular, estes ajudaram a produzir e a enriquecer aquela sociedade a partir de valores sociais e de ações cotidianas. Com efeito, não é possível compreender a Belle-Époque distanciada, historicamente, destes importantes agentes sociais aliás, imagens como as do Asilo da Mendicidade apenas existiram e existem em virtude daqueles que “importunavam” os transeuntes pedindo esmolas. A Belle-Époque ideal somente existiu na cabeça daqueles que conheceram o glamour que trouxe a economia extrativa da borracha e assim se afirma que apesar da repressão, tolhimento, desconforto e cerceamento que parte da população sofria, a remodelação não foi como imaginavam as elites de Belém, visto que as ações normatizadoras sofreram condicionamentos por parte dos que não representavam os interesses dos segmentos dominantes.

Considerando tudo o que foi dito, o artigo buscou a análise de uma parte da sociedade belenense que procurava levar a cabo um projeto embelezador, profilático e reorganizador do espaço urbano, mas enfatizar que neste projeto existiram sujeitos sociais que não foram contemplados como devido e formularam relações de resistência e de força na cidade de Belém. Com efeito, os objetivos da Intendência e do Governo Estadual concentravam-se em planos de reestruturação de parte da capital paraense, muito embora esta dimensão não passasse apenas pelo domínio da demolição de cortiços e de qualquer local considerado anti-higiênico, mas também pela vigilância dos corpos, de agentes ditos insalubres, normatizador das ações das personagens sociais e da organização de suas atitudes.

Então, caro leitor, o projeto embelezador era circunscrito e alvo de resistências no âmago da Belém oitocentista.

LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

“Artigos 1º e 2º da lei número 238 de 3 de julho de 1899”. In: Leis e resoluções municipais do conselho municipal de Belém de 1899. Primeira parte, Pará-Belém: Typ. Tavares Cardoso e CA. 1900.

A Semana. Belém, 10 de maio de 1919.

Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890. Belém: Impresso na Typ d` A Republica, 1891.

Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890. “Livro III: Das contravenções em especie, Capítulo XII: Dos mendigos e ebrios, do Artigo 392”. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Décimo fascículo de 1 a 31 de outubro de 1890, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

“Decreto nº 149 de 1890, Capítulo XII: Das rondas e patrulhas, em seu Artigo 105: Às praças rondantes e patrulhas competentes. Inciso 5º Letras: C, G e H”. In: Actos do Governo Provisorio do Estado do Pará de 1890. Belem-Pará: Typ. do Diario Official, 1893.

“Decreto 135 de 11 de Abril de 1890”. In: Atos do Governo Provisório do Estado do Pará. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1893.

Decreto 403 promulgado pelo governo do Estado em 12 de setembro de 1891 revogava o Artigo 240, Capítulo XXIV.

“Lei número 229 de 13 de junho de 1899, artigo 1º: auctorisa o Intendente a realisar varios serviços nesta capital”. In: Leis e resoluções municipais do conselho municipal de Belém de 1899. Primeira parte, Pará-Belem: Typ. de Tavares Cardoso e CA. 1900.

“Lei número 243 de 21 de setembro de 1899 em seu Artigo 1º”. In: Leis e resoluções do Conselho Municipal de Belém de 1899. Primeira parte, Pará-Belem: Typ. de Tavares Cardoso e CA. 1900.

“Lei número 238 de 3 de julho de 1899: crêa nesta capital um hospício de mendicidade”. In: Leis e resoluções municipais do Conselho Municipal de Belém de 1899. Primeira parte, Pará-Belém: Typ. de Tavares Cardoso e CA. 1900.

“Título III, Capítulo XV: Providências sobre loucos, bebados e feras em jaula”. In: Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890. Belém, Typ. d` A República, 1891.

“Título IV: dos costumes públicos em seu Capítulo XIX: ofensas a moral pública e aos bons costumes, inciso 6º: era proibido “Tomar banho nos poços e fontes publicas, ou despido no litoral”. In: Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890. Belém: Typ. d` A República, 1891.

“Título IV: dos costumes públicos e capítulo XIX: ofensas a moral pública e aos bons costumes, inciso 7º”. In: Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890. Belém: Typ. d` A República, 1891.

“Título III Capítulo XV e Título V Capítulo XXIV”. In: Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém de 1890. Belém: Typ. d` A República, 1891.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Belém da saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. Belém: SECULT, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907 / 1930). Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001a.

CHALHOUB, Sidney. “Cortiços: classes pobres, classes perigosas”. In: Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.

CORBIN, Alain. Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações. Belém: CEJUP, 1992.

CRUZ, Ernesto. “Sistema de transporte e iluminação”. In: História do Pará. Vol. II. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973, pp. 573 / 579.

DERENJI, Jussara da Silveira. “A seleção e a exclusão do meio urbano: reformas do fim do século XIX em Belém do Pará”. D` INCAO Maria Angela & SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs). In: Amazônia e crise da modernidade. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1994, pp. 269 / 270.

DIAS, Ednea Mascarenhas. A ilusão do fausto: Manaus 1890 / 1920. Manaus: Valer, 1999.

LE GOFF, Jacques. “Passado / presente”. In: História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, pp. 203 / 231.

NEEDELL, Jeffrey. Belle-Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800/1920). São Paulo: T. A Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. “A cidade de Belém no tempo da borracha”. In: Contando a história do Pará: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (Séc. XX). Vol. II. Belém: E-motion, 2003, pp. 03 / 25.

ARTIGO

A VIOLÊNCIA INDÍGENA NA ÓTICA DO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA

RESUMO: Este artigo trata da questão da violência contra os povos indígenas de Roraima e a cobertura dado pelo jornal Folha de Boa Vista, no período de 2003 a 2005, enfatizando o assassinato do índio Aldo da Silva Mota, em 2003. Essa temática surgiu da necessidade de compreendermos como são passadas para a população as notícias relacionadas à violência indígena, pois, localmente, percebe-se uma aversão grotesca quando se fala de “índio”. Alguns fatos sobre a violência ganham espaço na mídia impressa, outros simplesmente são silenciados e não entendemos o porquê. Assim, é interessante analisar o papel da imprensa - jornal Folha de Boa Vista e o jogo de interesses das classes dominantes: políticos, fazendeiros, rizicultores, mineradores, empresários que, além de deterem os meios de produção, também controlam ou têm influência nos meios de comunicação no Estado.

Palavras chave: Povos indígenas. Imprensa escrita. Violência. Ideologia.

ABSTRACT: This article treats of the violence against the indigenous people of Roraima and the informes given by the newspaper Folha de Boa Vista, in the period from 2003 to 2005, emphasizing the murder of the Indian Aldo da Silva Mota, in 2003. That theme appeared to understand how the news are

¹ Especialista em História Regional pela Universidade Federal de Roraima, professor substituto de Filosofia no Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Roraima.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Pernambuco, professor de História no Departamento de História da Universidade Federal de Roraima.

noticed to the population in relation to the indigenous violence, because locally it is noticed a grotesque aversion when it is spoken about "Indian". Some facts on the violence win space in the media printed other they are simply silenced and we didn't understand the reason. Like this, it is interesting to analyze the paper of the press - newspaper Folha de Boa Vista - and the interests of the dominant classes: political, farmers, rice producers, owner's mines, master builders that control the production and the communication means in the State.

Key words: Indigenous people. Written press. Violence. Ideology.

O MITO DA CONVIVÊNCIA PACÍFICA

Em Roraima é evidente o envolvimento tendencioso ou o silêncio da mídia impressa em relação às questões indígenas, não veiculando os fatos com o mínimo de imparcialidade, como se deve esperar de uma imprensa livre e democrática. Sempre há suspeitas a respeito da falta de imparcialidade da imprensa local, principalmente quanto à veiculação de notícias sobre a questão indígena, passando uma imagem de que os índios “são violentos e atrapalham o desenvolvimento da Região”, muito bem destacada na historiografia oficial. Conforme Freitas ao falar da expansão das terras indígenas definidas pelas demarcações: “[...] o Estado de Roraima dispõe, na verdade, de pouco mais de 20% de sua área total. São apenas nestas terras que o Governo Estadual pode planejar e trabalhar livremente sem depender do aval da União. Isto é um obstáculo que impede a ação governamental estadual plena”. (2001, p.135).

No processo de luta pela demarcação da terra Raposa Serra do Sol³, localizada na região nordeste do estado de Roraima, várias ações violentas contra populações indígenas, principalmente os Macuxi, foram cometidas por invasores de terras. O Conselho Indígena de Roraima (CIR), em diversos relatórios, narra uma seqüência de atrocidades cometidas em relação aos

³ A terra Raposa-Serra do Sol foi homologada pela Portaria n° 534, 15 de abril de 2005, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A extensão da área é 1.747 de hectares. Ficou excluído da área a sede do município de Uiramutã, os equipamentos públicos (como escolas e linhas de transmissão de energia elétrica), e o 6° Pelotão Especial de Fronteira do Exército e o leito das estradas estaduais e federais localizadas na área. Informação disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1969>. Acesso em: 2 dez 2007.

indígenas nas áreas de conflitos, incluindo assassinatos, queima de aldeias, tentativas de homicídios, cárcere privado, destruição de roças, agressões físicas e ameaças de morte. Alguns desses acontecimentos foram noticiados e ganharam destaque de forma distorcida, enquanto outros se quer foram mencionadas, passando a idéia de não existir conflitos violentos e que as relações entre fazendeiros e índios sempre foram pacíficas, amigáveis e harmoniosas, como é colocado no cotidiano e na historiografia positivista local.

Essa idéia da convivência pacífica é recorrente em muitos outros escritores locais, podemos encontrar em Xaud Júnior referência que assim expressa: “O convívio entre colonizadores e índios, exceto nos primeiros contatos de aproximação, sempre foi pacífico, em comparação com os processos de ocupação de outros países”. (1999, p. 27).

Também podemos verificar em Amazonas Brasil, ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado -TCE-RR e jornalista, uma análise superficial sobre a falsa convivência harmoniosa entre brancos e índios, nega que tenha havido atrocidades dos conquistadores em relação aos índios sendo a única forma de violência admitida por ele foi a catequese. Acrescenta também que os pioneiros, como ele denomina os primeiros a chegar ao Rio Branco, promoveram a integração pacífica entre índios e não índios, seguindo, é claro, a política da Coroa Portuguesa. Finaliza o autor, lastimando a situação dos que se apossaram das terras indígenas injustamente:

Infelizmente, depois de quase dois séculos de convivência pacífica e entrelaçamento familiar, hoje são considerados invasores estão sendo expulsos das terras que ajudaram a preservar para o Brasil, visto que sempre viveram nas fronteiras com a Venezuela e a então Guiana Inglesa (BRASIL, 2004, p. 02)

Essa posição é ideológico. Segundo Marx, em **A Ideologia Alemã**, as ideologias são as classes sociais quem as criam. Aqui em Roraima, essas classes estão ligadas às explorações sobre áreas indígenas, na pecuária, mineração e agricultura. Marx (1998) comentando a respeito da ideologia em geral e, em particular, numa crítica ferrenha às idéias do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 a 1831) e ao sistema capitalista e seu modo de

produção em que os meios de produção são controlados pela burguesia e os proletariados vendem sua força de trabalho, mostra com muita clareza a gênese de todo o processo ideológico, enfatizando que a classe detentora dos meios materiais, isto é, do poder material também exerce o poder “espiritual” dominante, através da produção intelectual. Para reforçar essa discussão Chauí afirma que a ideologia “[...] se inicia como um conjunto sistemático de idéias, que os pensadores de uma classe em ascensão produzem para que essa classe apareça como representante dos interesses de toda a sociedade [...]”. (1994, p.180).

A história da colonização no Rio Branco foi marcada por ações violentas. Nunca foram pacíficas as relações entre índios e brancos, muitos grupos étnicos foram totalmente dizimados pelos colonizadores. O indígena no Rio Branco não foi o que o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712 a 1778), na sua visão romântica, chamou de o “bom selvagem”, houve luta, revolta, mortes e também resistência aos projetos da Coroa e aos projetos das fazendas particulares instaladas aqui na segunda metade do século XIX.

Os conflitos se estenderam durante todo o século XX e início do século XXI, em alguns momentos um pouco escamoteado ou latente na mídia impressa. Na verdade, a luta sempre esteve presente e nunca desapareceu. Com o princípio da organização indígena e a estruturação dos movimentos indígenas a luta pela terra passou a ter uma pauta constante, isso já nos anos 1970 em diante, e como consequência dessa mobilização, os conflitos se acirram, deixando muitas vítimas, fatos que aparecem muito frequentemente nos relatórios do Conselho Indígena de Roraima CIR⁴.

O olhar da imprensa local para os conflitos indígenas foi marcado pela distorção proposital da informação. Assim, podemos nos perguntar: quais as intencionalidades no jogo de interesses ideológicos subjacentes à mídia impressa - Jornal Folha de Boa Vista - ao mostrar certo desprezo histórico em relação à questão da violência contra os povos indígenas e como são tecidas nos bastidores do jornal as notícias sobre a violência em relação aos povos indígenas?

⁴ CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA-CIR. Relatório de Violências contra a População Indígena da T.I. Raposa/Serra do Sol. Agosto de 1999.

PARABÓLICA - A PARCIALIDADE DA OPINIÃO

Para entender melhor nosso objeto de estudo, é essencial olharmos criticamente para a coluna Parabólica do Jornal Folha de Boa Vista. Dificilmente a nossa compreensão da questão indígena, a partir da mídia impressa, será ampla se desconsiderarmos os posicionamentos dessa coluna. Para fins de análise, foram selecionadas 54 colunas do período de 2003 a 2005.

A coluna mostra vários pontos de vista sobre tudo e sobre todos, mas as ênfases dos discursos apontam em direção ao desenvolvimento do grande capital em Roraima, para manifestação de apoio aos interesses dos grupos empresariais e políticos, afinados com suas idéias liberais. Em tal coluna foi possível perceber sua clara aversão aos movimentos sociais e as Organizações não Governamentais - ONGs. O autor da coluna parece ter uma boa desenvoltura ao falar da questão indígena, especificamente da demarcação da Área Indígena Raposa Serra do Sol. No entanto, não é difícil perceber qual a postura ideológica do colunista.

Sobre o desenvolvimento econômico do Estado, ponto central da coluna, apareceram referências em mais de 70% das colunas analisadas. Citamos algumas dessas alusões:

Os setores produtivos, notadamente o dos rizicultores, ameaçam paralisar a sua produção, como protesto ao anúncio feito pelo Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, de que a homologação se dará em área única ainda neste mês. O temor dos produtores de arroz é de perderem todos os investimentos feitos naquela área. A situação é das mais delicadas para todos que se preocupam com o desenvolvimento e progresso de Roraima". (Folha de Boa Vista, p. 03, 6/01/2004, p.03)

[...] a solução para o desenvolvimento da Amazônia não passa por esse discurso ecológico e míope, quando as condições de inserção do Brasil nesta etapa da expansão capitalista globalizado. (Idem, 20.01.2004, p.03)

Os pontos de vista sobre a demarcação da área Indígena Raposa Serra do Sol, sob tom enfático do colunista, anunciam características tendenciosas com relação ao movimento popular que fazia eco aos interesses de meia dúzia de rizicultores instalados indevidamente na Área Raposa Serra do Sol que, em

protesto à iminente demarcação, é notório na Parabólica do dia 09.01.2004: “[...] tem uma enorme surpresa o amplo apoio da população ao movimento protagonizado por produtores e índios contra a atuação do Governo Federal em Roraima. Não é bom subestimar o movimento. Ele está enraizado em todos os segmentos da sociedade loca”. Será que todos os segmentos sociais fizeram coro aos protestos e estiveram de acordo com seus pontos vista? E o que dizer dos movimentos e partidos políticos que levantaram a bandeira da demarcação em área contínua, o que ganhou repercussão local, nacional e ate internacionalmente? O próprio jornal noticiou, em 22 de abril de 2005: **PT nacional confirma apoio à homologação**, e, no dia 26 de abril de 2005, **PT assume postura pro-homologação**⁵. E não para a lista dos movimentos, partidos, sindicatos, pastorais da Igreja Católica, basta ler a nota publicada no próprio jornal Folha de Boa Vista, do dia 26 de março de 2004:

Nós, entidades indígenas, organizações indígenas, movimentos sociais, autoridades e pessoas comprometidas com a causa dos povos indígenas no Brasil, vimos a público manifestar nossa preocupação com a demora do Governo Federal em homologar a terra Indígena Raposa Serra do sol. Manifestamos também nossa apreensão com as articulações de grupos políticos, que têm interesses econômicos naquela terra e buscam inviabilizar sua homologação em área contínua, com o objetivo claro de proteger interesses particulares de invasores, a exemplo de rizicultores que se instalaram no local mesmo depois da definição dos limites do território tradicional. (Folha de Boa Vista, 26/03/2004, p.01)

Essa nota de manifesto paga foi assinada pelos movimentos: Nós-Existimos, Conselho Indígena de Roraima - CIR; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia - COIAB, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima - OMIR; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Central Única dos Trabalhadores - CUT-RR; Grupo de Trabalho Amazônico - GTA; Diocese de Roraima; Movimento das Mulheres Camponesas; Pastoral da Juventude Rural - PJR; Instituto de Estudos Socioeconômico - INESC; Movimento Nacional

⁵ Getúlio Cruz esteve filiado ao Partido dos Trabalhadores concorrendo a primeiro senador do partido em 2002. Informação disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2328>. Acesso em 7 set 2007.

de Direitos Humanos; Comissão Pastoral da Terra - CPT; Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Sindicato dos Bancários; Sindicatos dos Vigilantes de Roraima; Talher Roraima; Pastoral Indígena e outros.

Isso mostra quão falaciosa a afirmativa de que o movimento contra a demarcação em área única havia tomado conta de todos os segmentos sociais de Roraima, mais uma clara manifestação de um pequeno grupo que contou com o apoio de uma parcela da população menos esclarecida ou afinada com o discurso ideológico dos donos do poder local. Adverte Guimarães que: “Quando as elites, sobretudo os políticos, se unem em torno de uma causa que inclui o povo é bom desconfiar: Classes sociais antagônicas não têm interesses comuns”. (2005, p.02).

Sempre com uma postura anti-demarcação das áreas indígenas, o colonista na edição dos dias 11 e 12 de janeiro de 2004, em tom de repúdio, tristemente afirma:

Está confirmado: o Governo Federal não tem mesmo o menor apreço pelo renegado Estado de Roraima. A confirmação feita na tarde de ontem, pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça), de que a homologação da Raposa/Serra do Sol será mesmo em área única deixou isso bem claro”. (Folha de Boa Vista, 11 e 12/01/ 2004, p.03).

Essa fala traduz os mesmos sentimentos dos que se dizem pertencer à classe produtora de Roraima, qualquer semelhança não é mera coincidência. Basta recorrer à nota paga, publicada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima:

Os proprietários rurais do Estado de Roraima, representados através de seus sindicatos pela Federação da Agricultura e Pecuária de Roraima, vêm de público manifestar o seu protesto contra as decisões tomadas em Brasília que ferem de morte o processo de desenvolvimento de nossa terra, especialmente em relação ao decreto de homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. (Folha de Boa Vista, 20/04/2004, p.01).

A polêmica local em torno da homologação das terras indígenas, medida pela força de interesse do grande capital, que necessita se expandir de todas as formas, tem seus porta vozes que, em nome do desenvolvimento do Estado,

anunciam a inviabilidade econômica com a homologação. A coluna do dia 04 de fevereiro assim traduz: “Aos poucos, a principal atividade de Roraima (a criação de gado bovino) foi sendo inviabilizada pela expansão das reservas indígenas e hoje ocupa um modesto lugar dentre as atividades econômicas locais”. (Folha de Boa Vista, 2004, p.03,). Também no dia 30 de março de 2004 o mesmo colunista volta ao assunto e, utilizando de sofisma, desvia a atenção do leitor para o ponto que não é central a inviabilidade econômica em decorrência da demarcação das terras indígenas:

Quem mora aqui, sabe que a maioria do povo roraimense luta para sair da chamada 'economia do contracheque', da falta de emprego e de perspectiva para a juventude. Mesmo assim, os adversários do desenvolvimento local insistem que é apenas a elite local, e não a maioria da população, quem luta contra a demarcação indiscriminada de áreas indígenas e quer ver os lavrados produzindo grãos”. (Folha de Boa Vista, 30/03/2004, p. 03)

Corroborar-se o mesmo sentimento de que os povos indígenas em Roraima são um “estorvo”⁶ para o desenvolvimento do Estado, na coluna do dia 19 de abril de 2005, logo após a demarcação das terras Raposa Serra do Sol em área única:

É generalizada a idéia de que a decisão de Lula da Silva vai inviabilizar definitivamente o futuro econômico do Estado. Muitos vêem com o golpe de morte para agropecuária local, principalmente no que se refere ao agro negócio. Nós que fazemos a Parábola, não compartilhamos desse sentimento extremado. Sem dúvida, a demarcação da Raposa/Serra do Sol, da forma como foi feita, traz enorme complicação para o futuro do Estado, sobretudo porque injeta insegurança nos negócios de quem já está em Roraima ou que planeja investir por aqui. (Folha de Boa Vista, 19/04/2005, p.03).

⁶ No dia 2 de maio de 2005 os empresários da classe produtiva de Roraima, em reunião para discutir as conseqüências da homologação da Área Indígena Raposa Serra do Sol, “pintam” um futuro sombrio para continuarem com suas atividades no Estado de Roraima. O maior lamento dos empresários e políticos nesse encontro foi contra o Governo Federal que não escutou a classe produtora e desprezou a opinião da população local. Assim afirmou o ex-deputado Rodolfo Pereira: “Não podemos aceitar esse processo que atenta contra a história de centenas de pessoas que vivem nessa reserva e não só os arrozeiros”. (PIRES, p. 04, 2005). Quem são mesmo as centenas de pessoas que vivem nessa “reserva”? Certamente os povos indígenas de várias etnias que há mais de 30 anos lutam para o reconhecimento do seu chão.

Tal opinião é compartilhada pelo economista Haroldo Amoras, Secretário de Planejamento no governo de Ottomar de Souza Pinto, nos anos de 2004-2008. Quanto ao futuro de Roraima, acredita na estagnação da economia local e acrescenta, como conseqüência, o aumento da violência, já que uma parcela da população deixará de produzir culturas de altos investimentos, para produzir “culturas” que trazem retorno imediato, referindo-se às atividades ilegais (FREITAS, 2004). Mais outra ficção dos economistas locais para um futuro tão incerto e dinâmico que não cabem previsões da economia como ciência acostumada a lidar com o real, com os fatos concretos do cotidiano. No entanto, o colunista da Parábola, utilizando-se do fator ideológico continua a afirmar que o futuro econômico de Roraima, com a homologação da Área Raposa Serra do Sol, terá prejuízos incalculáveis e um comprometimento irreversível no que se refere à integridade territorial do país. (Folha de Boa Vista, 29/04/2005, p. 03).

A hipótese de que o jornal Folha de Boa Vista é porta voz da elite roraimense e dos interesses capitalistas pode ser comprovada nas entrelinhas da Parábola. Na edição do jornal Folha de Boa Vista, 24/09/2004, o colunista se diz preocupado com as ONGs, pois, a luta pelas demarcações indígenas vai “[...] conter o crescimento da produção de soja na Amazônia”. No dia 04/04/2004 o colunista alega que “[...] a sociedade local não aceitará mais novas demarcações em Roraima”. Entendemos por sociedade local, no contexto desta pesquisa e linha de raciocínio, os grandes proprietários de terras, os rizicultores, empresários, classe política e as organizações indígenas cooptadas pelos políticos, empresários e fazendeiros e que não conseguiram fazer uma leitura crítica da sua própria historicidade.

Por fim, há um claro desprezo do colunista pelas minorias: “E não se venha dizer que é preciso respeitar o direito das minorias... imaginar que grupos minoritários possam decidir sobre o futuro da maioria é uma violência inominável contra a democracia”. (Folha de Boa Vista, 3 e 4/04/2004, p. 03). Esta afirmação foi proferida logo após a imprensa nacional noticiar que lideranças indígenas de Roraima e do Amazonas estiveram com o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, para apresentar propostas compensatórias para o Estado de Roraima, em troca da demarcação em área única.

AS CHARGES - UMA BREVE ANÁLISE

A charge jornalística é caracterizada por ser um texto visual humorístico e opinativo, que critica um personagem ou fato político específico. A construção da charge é baseada na remissão a um universo textual geralmente dado pelo próprio jornal. Acrescenta Souza que as “[...] charges jornalísticas mantêm relações intertextuais com textos verbais, visuais e verbais e visuais conjuntamente. O que torna singular é a demonstração perspicaz da propriedade carnavalesca da charge de congregar, num jogo polifônico, o verso e o reverso do que tematiza”. (2007, p.01).

A análise de 78 charges do jornal Folha de Boa Vista no período de 2003 a 2005, todas relacionadas às questões indígenas, possibilitou uma compreensão da linha editorial do jornal. As charges retratam a questão indígena de forma preconceituosa, a imagem do índio é de um sujeito manipulado pelas ONGs e também pela Igreja Católica. O índio é mostrado como um “coitadinho” dependente do homem branco. Por meio da charge, o jornal mostra a sua posição contrária à homologação em área contínua (LIMA, 2001).

Para Kossoy (2005), a mídia, ao utilizar a imagem, muitas vezes apóia uma postura etnocentrista, preconceituosa e até racista.

Escolhemos quatro das charges pesquisadas, para melhor analisá-las. Nas charges a proximidade com a linha editorial é evidente. Segundo Liebel (2007, p.01) a charge é “[...] Uma visão plena de parcialidade, pois carrega consigo não só as idéias e preconceitos do seu autor-desenhista, mas também toda a linha editorial do meio no qual ela é inserida”.



FOLHA DE BOA VISTA, 03 e 04 de julho de 2004. Caderno Opinião.

Olhando minuciosamente para os personagens que compõem a ilustração, percebe-se que a charge acima reproduz a ideologia dos que negam a luta e autodeterminação dos povos indígenas na luta pelos seus processos existenciais e históricos. Na charge, dois indígenas comentam uma decisão da justiça favorável a demarcação em ilhas. O primeiro índio, com uma camiseta estampada com a expressão ILHAS, e o outro, com uma placa onde podemos ler: CONTÍNUA, referência à homologação em área contínua. O índio que carrega a placa, sob a ótica do chargista, é manipulado pelos “gringos” e ONGs. Uma mão atrás do índio gira o botão que dá corda. Portanto, o índio que levanta a bandeira da área contínua não sabe o que quer, não tem vontade própria e faz apenas o que os “gringos”, ou seja, os estrangeiros querem.

A sintonia da charge com a Coluna Parabólica não é coincidência, mas afinidade na linha editorial. Vejamos o que o colunista afirma: “[...] o Brasil não sabe cuidar dos seus índios e florestas, restando necessária a autodeterminação desses povos, e a administração compartilhada da Amazônia por organismos internacionais [...]”. (F.B.V. 2005, p.03,). Em outro momento o colunista assim se manifesta: “Lula continua tentando demarcá-la em área contínua, sob a pressão de organizações não governamentais e de países estrangeiros”. (Idem, p. 03, 2005). Os índios, para o colunista da Parabólica, são os “biombos” das ONGs internacionais (Folha de Boa Vista, 2004, p. 03,). Em outro momento, o colunista afirma que “Os índios querem decidir o seu próprio destino. Deveriam ser escutados”. (Folha de Boa Vista, 2004, p. 02). Mas a que índios o colunista está se referindo? Obviamente os que não seguem as orientações da Igreja Católica e da FUNAI (Folha de Boa Vista, 2004) e, portanto, não são “manipulados” nem mesmo pelos “arrozeiros”, complementa o colunista da Parabólica na edição do jornal Folha de Boa Vista do dia 22 de setembro de 2005.

A visão do índio “manipulado” é uma imagem construída para desmoralizar, fragilizar a base da organização diante da opinião pública. Nesse sentido, é bom observar as palavras de Vieira (2007) que afirma a necessidade de eliminar os equívocos extremamente difundidos de que as populações indígenas são incapazes de pensar, de entender a realidade que as cerca e, portanto, sujeita à manipulação. Como sujeitos históricos, os índios são capazes de formular propostas, definir políticas a serem adotadas em suas comunidades.

Os índios ditos “manipulados” pela mídia local foram capazes de um feito inédito: promover a própria organização política. Na verdade, a organização dos povos indígenas provocou uma ruptura com as forças do poder instaladas nas próprias terras indígenas. Até então, o modo como os fazendeiros lidavam com os problemas com as populações indígenas incluía a cooptação das lideranças, utilização da força física, tomada das terras e acordos, onde o principal beneficiado era o próprio fazendeiro. As etnias indígenas foram capazes de organizar um movimento e conquistaram seus espaços políticos ameaçados pelos grupos dos setores produtivos locais. (VIEIRA, 2007).



FOLHA DE BOA VISTA, 07 de janeiro de 2004. Caderno Opinião/ A REAÇÃO

Numa outra charge, percebemos os elementos semióticos dispostos da seguinte forma: no caminho que aponta para a sociedade civil há uma seta com a inscrição RESERVA. Do lado da “Reserva” encontra-se a sociedade civil de braços cruzados, em posição de passividade, à espreita, olhando atentamente em direção aos três personagens. Do outro lado: um sacerdote à moda tradicional; um representante de uma ONG com uma bomba de borrifar apontada para a sociedade civil, onde podemos ler DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) e, no bolso, um rolo de papel com a seguinte inscrição: “Aval Brasília”. De frente para o padre ou bispo e o suposto estrangeiro, um índio com uma manivela de corda em suas costas para representar a “manipulação” do

clero e do representante da ONG. O índio voltado para o padre e o suposto “gringo” confirma a idéia de que deve obediência aos dois. O título da charge assim aparece: “Enfim, uma reação!”.

Qual a intencionalidade do chargista nessa representação? mais uma vez firmar que os índios são submissos aos princípios das ONGs e da Igreja? dizer que os “gafanhotos” que “comeram” a folha de pagamento do Estado foram eliminados e que as ONGs e Igreja estão com o caminho aberto para combater a sociedade civil, dentro da “reserva”? fazer acreditar que realmente os “gafanhotos” foram definitivamente “dedetizados”?

Liebel (2007), no texto sobre a análise das charges na História diz que as mesmas têm como arma o humor que atua como agente corrosivo. Partindo desse princípio encontramos alguns indícios publicados no jornal Folha de Boa Vista capazes de manifestar o mesmo tom da representação imagética da charge. O primeiro indício parte de uma nota de responsabilidade da Associação dos Arrozeiros de Roraima publicada na edição dos dias 07 e 08 de junho de 2003: “Passados tantos anos novamente Roraima e os roraimenses estão imobilizados e indefesos a espera do próximo 'iluminado' [...]”. A sociedade civil da charge são os roraimenses imobilizados e indefesos, afinal, estão de braços cruzados. Continua a nota: “A que interessa a indústria da demarcação, a esterilização de imensas áreas produtivas? A quem interessa o despovoamento da Amazônia?” Estariam as ONGs e a Igreja a serviço da indústria da demarcação? E o que dizer da ideologia do “despovoamento” da Amazônia?

O segundo indício para entender a charge é uma nota publicada no jornal Folha de Boa Vista edição do dia 22 de julho de 2004, assinada pelos representantes da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima - SODIUR, Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima - ALIDICIR, Conselho do Povo Ingariko - COPING e Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima - ARIKON. Nela, os representantes das entidades indígenas ligadas aos mesmos interesses das classes produtoras de Roraima chamam de manipuladores as ONGs, os movimentos de apoio à causa indígena e a Igreja Católica. Acusam de agirem solenemente na instigação das práticas de crimes e a induzirem os índios menos letrados a atos violentos. E continua a nota: “Estas organizações

ornam-se com a formosura da causa indígena, para resolver os seus conflitos com a sociedade civil e valem-se da inocência e da capacidade relativa de alguns indígenas na prática de delitos”. (SODIURR, ALIDCIRR, COPING, 22/07/2004 p.01). A Carta da Amazônia assinada pelos membros da Loja Maçônica A.'.G.'.D.'.A.'.D.'.U'. de Boa Vista, publicada no Folha de Boa Vista, 30/03/2004, recomenda aos órgãos governamentais que combatam todas as ações de ONGs, grupos religiosos, grupos econômicos que utilizam o índio como massa de manobra.

A presença da Igreja Católica na charge, representada por um padre a caráter é uma forma de mostrar o outro lado da Instituição religiosa que abandonou as práticas do proselitismo (OLIVEIRA, 2003) para uma atuação mais social junto às comunidades indígenas. Essa atuação incomodou a elite roraimense, acostumada às práticas sacramentais dos padres. No ano de 2004, quando o ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, o Cardeal Dom Geraldo Majella, esteve em Roraima para uma visita de solidariedade à Diocese e aos missionários agredidos na invasão da Missão Surumu (PIRES, 2004), o reverendo, em entrevista afirmou que “A corrupção é o grande câncer que existe na vida do Brasil. Mas não é privilégio só nosso. Está em toda a parte do mundo, mas parece que aqui tem terreno propício para se cultivar cada vez mais”. (Folha de Boa Vista, p. 04, 28 e 29/02/2004). A afirmação do cardeal foi algo com decretar a sua sentença de morte por parte da classe política, a repercussão foi imediata. “Colocar o dedo na ferida” dos políticos que nunca tiveram honra com o povo e que se mantêm no poder à custa do paternalismo (SOUZA, 2004) foi uma afronta tamanha para aqueles que desejam ouvir Igreja falar do amor de Deus (GOMES, 2005). Nossa pesquisa constatou que à reação a afirmação do cardeal foi apenas da elite política e empresarial, ou utilizando um dizer popular dos que têm “culpa no cartório” ou “têm comprometimento com as injustiças sociais” do Estado, o que o impede de crescer potencialmente. Vejamos algumas das reações:

Mecias de Jesus, presidente da Assembléia Legislativa: “Preocupa-se tanto com outras coisas que se esqueceu dela própria. Assim foi com a Santa Inquisição, as Cruzadas e agora com as questões políticas e áreas para os indígenas”. (Folha de Boa Vista, p.04, 02/03/2004).

O ex-deputado Alceste Madeira: “[...] seria melhor que ele desse uma orientação mais humanística ao CIR, no sentido de propiciar aos desamparados indígenas uma condição de vida mais digna”. (Idem, ibidem);

Mozarildo Cavalcante, senador de Roraima:

[...] A igreja não tem um passado muito tranqüilo para falar sobre estas coisas. Temos aí a Inquisição, quando morreram milhões de pessoas, as Cruzadas, onde também morreram outros milhões de pessoas, e a própria ação no que tange à questão indígena em que se prega o monopólio da verdade, inclusive passando por cima do direito de outras pessoas. (Idem, ibidem);



FOLHA DE BOA VISTA, 04 de maio de 2005. Caderno Opinião/VOLTA AO PASSADO.

Continuando com as análises podemos ver na terceira charge, vários elementos simbólicos representativos dos discursos de empresários, políticos, jornalistas ligados às elites e outros. A charge publicada logo após a homologação da Área Indígena Raposa Serra do Sol, em 15 de abril de 2005, tem o título “Volta ao Passado”. Quatro personagens aparecem em cena, da esquerda para a direita um senhor de óculos e de terno e gravata aponta com o braço esquerdo para um homem e uma mulher “pré-históricos” e anuncia o

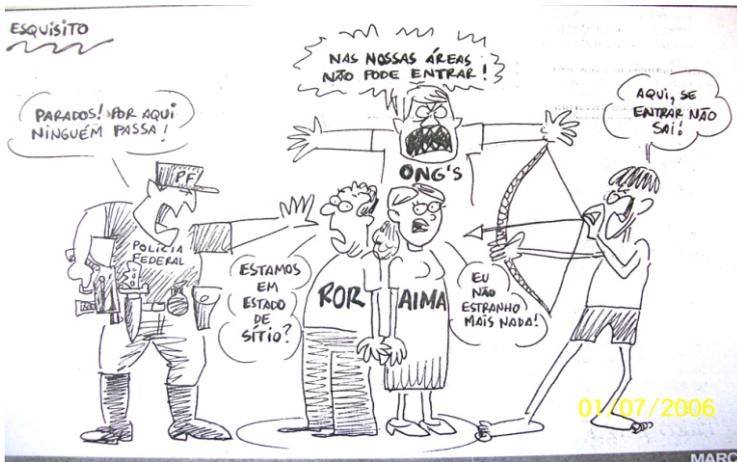
homem que surgirá após as demarcações das terras: “[...] nós vamos fazer florescer um novo homem: mais viril, sem ambições e totalmente integrado à natureza. Eis o roraimense ideal!”. O segundo personagem, possivelmente um “gringo”, vestido com uma camiseta onde lê-se ONGs, com uma postura ereta, de olhos fechados e aparentando certo sorriso disfarçado, aplaude os dizeres do personagem ao lado, como se estivesse dizendo: “É isso mesmo!”. Os dois últimos personagens, homens pré-históricos do “período das cavernas” situados dentro de um círculo, provavelmente significando a delimitação da área indígena demarcada. O homem em pé segura uma borduna, arma utilizada para defesa, ataque ou caça, e cabisbaixo puxa a mulher pelos cabelos e escuta atentamente os dizeres do primeiro personagem.

Muitos discursos antes e depois da homologação veiculados pelo jornal Folha de Boa Vista procuraram incutir nas populações indígenas e não indígenas de que haveria um retrocesso das populações indígenas e que ficariam mais atrasadas e isoladas. Tais discursos foram assimilados sem criticidade por muitos índios e não índios. Podemos ver isso na matéria publicada no jornal Folha de Boa Vista, 22/04/2005, com o título: **Prefeito de Normandia e índios temem que homologação provoque isolamento**. Na matéria jornalística o prefeito de Normandia o indígena macuxi Orlando Justino, repete o chavão da convivência pacífica e diz que as comunidades indígenas já têm mais de 200 anos de bom convívio com os não-índios e se diz preocupado com a expulsão dos produtores de arroz, pois, será uma grande perda para o município, apesar de não pagarem impostos à Prefeitura e nem ao estado. O indígena Silvestre Leocádio, presidente da SODIUR na Comissão do Senado para debater a questão fundiária e a homologação da Área Raposa Serra do Sol, assim esclareceu: “O que quero dizer é que não queremos voltar a ser índio de 500 anos atrás e andar nu. Queremos desenvolvimento e união com os não índios”. (Folha de Boa Vista, 2004, p. 04). Já o líder indígena Jonas Marcolino, da Maloca do Flexal, de forma mais polida, em uma entrevista à Folha de Boa Vista, 29/04/2005, comentando sobre as conseqüências da homologação da área indígena ataca:

Entendemos que nós indígenas estaremos condenados à miséria, à pobreza, uma vez que a reserva é um habitat silvícola... Nós chegamos à conclusão que é objetivo do presidente e do ministro da Justiça fazer os

índios regredirem e voltarem a ser primitivos, isolados, sem nada, nem dependência tecnológica. (Folha de Boa Vista, 2005, p.03).

Com a pesquisa realizada em mais de 200 matérias jornalísticas, charges, artigo de opinião, foi possível concluir que o medo do retrocesso ao estágio primitivo ou estado da natureza teorizado pelo filósofo inglês Thomas Hobbes (1588 a1679) foi mais presente nas comunidades indígenas ligadas aos movimentos contrários à homologação em área contínua como SODIUR e outros. Tais movimentos têm recebido forte influência de grupos interessados nas terras pertencentes às comunidades indígenas e vêm se utilizando dessas populações como porta voz dos seus interesses (ROCHA, 2003).



FOLHA DE BOA VISTA, 27 de abril de 2005. Caderno Opinião/ESQUISITO.

A charge analisada foi publicada alguns dias depois da homologação da Área Raposa Serra do Sol. É uma imagem rica em elementos simbólicos dispostos em várias formas, que possibilita múltiplas interpretações. Vários atores do cenário histórico local estão envolvidos na trama da charge. No centro da imagem, um casal simbolicamente sitiado em um pequeno círculo e o homem até pergunta: “Estamos em Estado de sítio?” A mulher responde que não estranha mais nada. Apontando para o casal, um policial federal armado “até os dentes” em tom de ameaça, com o braço impede que os roraimenses

entrem nas áreas indígenas, no alto, um homem de uma ONG com os braços abertos procura impedir a passagem e afirma que naquelas terras ninguém entra e, por último, um índio em posição de ataque com uma flexa na mão apontado para os dois diz: “[...] se entrar não sai!”. É importante observar nas mais de 78 charges analisadas a mudança no perfil do índio, antes da homologação a imagem perpassada era de um índio submisso, manipulado pelas ONGs e Igreja. Na charge acima, pós-homologação, o índio aparece como violento, com uma postura ereta, pronto para a luta com o arco e flexa e quase seminu, resquício ainda do romantismo.

O autor, ao colocar o casal representando a população não-indígena de Roraima numa redoma como refém, vem confirmar o discurso elitista a favor das classes produtoras que a coluna Parabólica vem constantemente afirmando sobre a necessidade de uma demarcação que atendesse o interesse de todos, no entanto, seriam retirados 50 mil hectares da área indígena, isso geraria tranqüilidade e harmonia entre os índios e a população envolvida, como podemos ler na edição do dia 20/04/2005:

Bastaria apartar da imensa reserva, apenas cinqüenta mil hectares, que o interesse e a aspiração de todos os personagens envolvidos estariam atendidos, gerando paz entre a maioria dos índios e a população envolvente. Isso significa menos de 3% da área pretendida. O resto é mistificação enganosa. Uma vergonha. (PARABÓLICA, 2005, p. 03).

O autor se esquece de apontar que esses 3% ao qual se refere está localizado nas melhores áreas da Raposa Serra do Sol, especificamente as terras banhadas pelos principais rios da Região.

As charges e a Coluna Parabólica seguem uma mesma linha editorial, muito bem definida e clara quanto aos posicionamentos em relação às questões indígenas. Fica evidente nas charges e colunas analisadas o posicionamento em favor das elites e menosprezo às populações indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim diz a historiografia local sobre a convivência entre índios e não índios:

Do início do século XX até 1970, os índios **viviam em clima de harmonia** (grifo nosso) com os não-índios, segundo se aludiu inicialmente. Nesse período, houve uma integração social e até cultural. Os índios passaram a conhecer e utilizar os objetos e alguns equipamentos de produção trazidos pelos não índios, como terçado, enxada, machado, serrote e outros. (MIRANDA, 2004, p.113).

Tais afirmações ideológicas não resistem a uma investida epistemológica da história, enquanto ciência que investiga, analisa e critica os fatos ditos como verdadeiros. Desmascarar as versões oficiais da história, que somente agradam a uma pequena elite e mostrar outras leituras foi uma tarefa que exigiu uma ampla pesquisa em várias fontes. As fontes pesquisadas mostraram que a versão oficial da história são facilmente refutadas pela vasta documentação que apontam para conflitos extremamente violentos. Então, o que justifica para os ditos historiadores e mídia local sustentarem uma versão mentirosa da história? A resposta é óbvia: a ideologia.

Difícilmente a realidade roraimense foge a essa seqüência teórica, sendo um jogo articulado entre políticos, imprensa e outros atores sociais. Lövy afirma que “[...] as visões de mundo, as ideologias, a superestrutura, não configuram idéias isoladas, mas um conjunto orgânico”.(2003:105). Tudo se encontra articulado com finalidades bem definidas e claras, no caso específico à situação da questão indígena em Roraima, os políticos, como representantes da classe social dominante, utilizam-se da imprensa para impor a sua visão de mundo e negar toda a história de conflitos e violência.

Joaquim (2003) confirma essa proximidade da imprensa com os políticos: “Esses atores, na sua maioria, se utilizam da imprensa local para divulgar seus posicionamentos contrários à demarcação contínua através das páginas dos noticiários dos jornais, mostrando às autoridades competentes e ao público leitor, a inviabilidade da demarcação”. (2003: 26). Assim, boa parte da população adere à ideologia política, tomando a imagem do discurso pelo real, construindo, desta forma, uma falsa representação do quadro histórico roraimense.

Observa Joaquim que no caminhar histórico dos jornais em Roraima: “Nenhum deles, desde a fundação apresenta preocupação com os índios, como seres que fazem parte do cenário roraimense, com seus costumes, suas lendas, seus mitos, a não ser como empecilho para o desenvolvimento de Roraima [...]”. (2003:177).

As classes sociais dominantes ao fazer valer sua visão de mundo procuram anular a história de violência praticada historicamente pelos colonizadores, fazendeiros, garimpeiros, mineradores, rizicultores, para isso contam com o auxílio da imprensa para negar os fatos afirmando que sempre “brancos e índios viveram pacificamente” em Roraima.

Entendemos também que não são as demarcações das terras indígenas que são o empecilho para o desenvolvimento regional, mas sim a ausência de políticas públicas e projetos econômicos dos governantes, que envolvam as comunidades indígenas (VIEIRA, 2007). O maior problema brasileiro não são os índios com suas terras, muito embora se apregoe o contrário, uma parte dos problemas do Brasil é a concentração de renda e de terras nas mãos dos grandes empresários e latifundiários e também a corrupção política e administrativa (GUIMARÃES, 2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Amazonas. Carta da Amazônia. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 30 de mar. 2004, p. 01

BRASIL, Amazonas. Índios, pioneiros e a violência. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 28 e 29 fev. 2004. Caderno Opinião, p. 02

CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 38^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros passos: 13)

CORREIA, Cyneida. Manifestantes fecham sete rodovias. **Folha de Boa Vista**, 07 jan 2004. Caderno Cidade, p. 03-A.

CORREIA, Cyneida. PT assume postura pró-homologação. Caderno Política. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 22 abr.2005.

CORREIA, Cyneida. PT nacional confirma apoio à homologação. Caderno Política. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 26 abr.2005.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2001.

FREITAS, Marilena. Decisão poderá estagnar economia. Caderno cidade. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 06 jan.2004, pág. 05

FREITAS, Marilena. Manifestação resulta em bloqueio de estradas e detenção de padres. **Folha de Boa Vista**, 07 jan 2004. Caderno Política, p. 03-A.

GOMES, Loide. Mecias pede discurso moderado de bispo. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 19 jul. 2005. Caderno Política, p. 04

GUIMARÃES, Bezaleel Gonçalves. A homologação, o povo e os políticos. **Folha de Boa Vista**, 22 abr. 2005, Caderno Opinião, p. 02

http://aurea500.blogspot.com/2007/09/pesquisa-sobre-os-gneros-discursivos_3944.html. Acesso em: 18 de nov. de 2007

JOAQUIM, Jupira Simões Sandoval. **Raposa/Serra do Sol: Demarcação Territorial. Disputa Ideológica dos Atores nas Notícias da Imprensa Roraimense**. 2003. 186 f.. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

KOSSOY, Boris. In: Bragança, Aníbal; Moreira, Sonia Virgínia (org.) **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo, Intercom, 2005

LIEBEL, Vinícius. **Humor gráfico - apontamentos sobre a análise das charges na História**. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/VIN%C3%8DCIUS%20AUR%C3%89LIO%20LIEBEL.pdf>. Acesso em: 9 de junho de 2007

LÖVY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. 16.ed. São Paulo: Córtext, 2003.

MAMOU, Yves. **“A culpa é da imprensa!” Ensaio sobre a fabricação da informação**. (Tradução: Felipe José Lindoso). São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARCO. Charge: E na Raposa/Serra do Sol. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 03 e 04 jul. 2004. Caderno Opinião, p. 02

_____. Charge: Enfim Uma Reação. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 07 jan. 2004. Caderno Opinião, p. 02

_____. Charge: Volta ao passado. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 04 maio 2005. Caderno Opinião, p. 02

_____. Charge: Esquisito. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 27 abril de 2005. Caderno Opinião, p. 02

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MIRANDA, Alcir Gursen de (Coord.) Área Indígena Raposa/Serra do Sol: Visão Regional. Boa Vista, GTE/RR, 2004.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2003. xv, 405 pp.

PARABÓLICA. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 19 abr.2005. Caderno Política, p. 03

PIRES, Carvílio. Igreja ameniza visita da cúpula da CNBB. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 27 fev. 2004. Caderno Cidade, 06

_____. CNBB pedirá a Lula pressa na homologação. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 28 e 29 fev. 2004. Caderno Política, p. 04

_____. Empresários criticam Governo Federal. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 03 mar. 2005. Caderno Política, p. 04

_____. Parlamentares reagem contra acusação do presidente da CNBB. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 02 mar. 2004. Caderno Política, p.04

PREFEITO de Normandia e índios temem que homologação provoque isolamento. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 22 abril 2005. Geral, p. 04b

ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado, as Fronteiras e os Índios no Brasil: Algumas Considerações** in GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. I Encontro de Estudos Questões Indígenas. Brasília, 2003.

SOUZA, Jessé. Lavoura empestada. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 03 mar. 2004. Caderno Opinião, p. 02

SOUZA, Olga Moreira. **A charge como manifestação ideológica**. Disponível em: VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra 1777 a 1980**. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

XAUD JÚNIOR, Jamil Moisés. **A construção da realidade macuxi, segundo a mídia**. Boa Vista: DLM, 1999.

ARTIGO

PUEBLOS INDÍGENAS Y ESTADOS NACIONALES EN AMÉRICA LATINA: DESDE LOS DERECHOS HUMANOS A LAS CIUDADANIAS INTERCULTURALES

RESUMO: No presente texto discutimos a situação vivida pelos povos indígenas no contexto dos Estados Nacionais na América Latina. A partir dessa ótica podemos analisar como o os direitos humanos e dos direitos indígenas se relacionam com os debates para ampliar o conceito de cidadania, permitindo-nos pensar em cidadanias diferenciadas e interculturais. Desta forma pode-se garantir uma participação dos povos indígenas e valorar suas contribuições para com a sociedade.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Direitos Indígenas, Interculturalidade, América Latina.

En las últimas décadas el mundo se vio forzado a discutir nuevos temas para comprensión del desarrollo humano en un sentido amplio. La idea de que los estados nacionales eran homogéneos, puros e unitarios viene siendo desconstruida. Al mismo tiempo se reconoce la validez de nuevos valores, que colocan a la diversidad social y cultural en el centro de los debates, buscando consolidar el respeto a los derechos humanos y el reconocimiento de la posibilidad de construir nuevos conceptos de ciudadanía interculturales, que den base teórica y política para la construcción de estados plurinacionales y pluriculturales.

Este nuevo contexto internacional, sea producto de intensos movimientos migratorios tanto al interior de nuestros países o en dinámicas internacionales, o por la constatación de que la diversidad es una realidad que parece fragmentar al

¹ Profesor de antropología y educación indígena del área de Ciencias Sociales del Curso Licenciatura Intercultural del Núcleo Insikiran de Formación Superior Indígena de la Universidad Federal de Roraima / UFRR Brasil.

estado nacional desde dentro, en América Latina, han surgido nuevos desafíos teóricos y metodológicos para pensar la participación social y el propio proceso de construcción del Estado. Estos contextos nos hablan de conflictos sociales, de “luchas de clases”, de “fricción interétnica”, de exploración del trabajo en los nuevos contextos de tratados de libre mercado.

Una investigación en curso² nos permitió entrar en el tema y discutir sobre el papel de la educación y su necesaria relación con temas de vital importancia, tales como: derechos humanos; ciudadanías; multiculturalismo e interculturalidad. Constatamos que el abordaje de estos temas se ha hecho desde una perspectiva que aísla los conceptos y el debate teórico de sus concretizaciones prácticas y concretas. En este sentido el presente proyecto recoge una experiencia de investigación educativa en una perspectiva de las ciencias sociales, y en especial de la antropología social, en la formación de profesores indígenas en Roraima / Brasil y la transforma y amplía para la investigación social en México y Chile.

En primer lugar, tenemos conciencia de que los conceptos de multiculturalismo e interculturalidad no son sinónimos. El multiculturalismo, ampliamente utilizado en la tradición anglosajona, viene haciendo una auto-crítica al sentido del *melting pot*, que podría superar todas las diferencias culturales e de origen histórico de los inmigrantes en los Estados Unidos. Pero que no pudo separar las injusticias culturales, de las económicas y sociales. En este sentido Tubino (2003) compara al *melting pot* con las teorías latinoamericanas del mestizaje cultural. En este contexto el multiculturalismo en los Estados Unidos surgió como un movimiento social de actuación política en la vida nacional, en el marco de las luchas por el reconocimiento de derechos civiles y políticos de minorías. Estos movimientos abrían incorporado en la agenda pública cuestionamientos sobre la discriminación sexual, racial y cultural. Para esto se utilizaron de los principios liberales e ilustrados de la tolerancia y la autonomía, para generar políticas de discriminación positiva que buscasen dar igualdad de oportunidades (TUBINO, 2003, p.175). En esta sociedad el principal argumento para defender el derecho a la diferencia está en los derechos individuales, aunque como Tubino resalta, ya Kimlicka los relaciona con los derechos colectivos, puesto que no se oponen.

Sin embargo la crítica a este modelo surge cuando en teoría se separa el estado de la etnicidad, puesto que si por una parte el Estado se declara liberalmente neutro, culturalmente posee estructuras comprometidas que son

² Educación Ciudadana Intercultural en el contexto de la escuela indígena en Roraima / Brasil, como parte del Proyecto: Educación ciudadana intercultural para pueblos indígenas en América Latina en contextos de pobreza, de la Red Internacional de Estudios Interculturales-RIDEI.

impuestas a los migrantes, como el uso del inglés, por ejemplo. En esta perspectiva el multiculturalismo en los Estados Unidos termina aislando a las diferencias culturales.

Desde otra vertiente, en América del norte, Wil Kymlicka (2003) hace una lectura liberal al sistema social de los países occidentales, donde a partir de una lectura crítica reflexiona sobre los derechos indígenas y los argumentos para una justicia ambiental y social del planeta. Sus argumentos se fundamentan en la necesidad de pensar una justicia distributiva en las relaciones internacionales, lo que replantea la necesidad de pensar la justicia social en este contexto mundializado de economías cada vez más articuladas, monopólicas e donde aumenta las diferencias entre el “primer mundo” y el “tercer mundo”. En esta perspectiva liberal, la defensa de los derechos es un apelo a los fundamentos teóricos de los Estados Nacionales, cumplir el contrato social de la modernidad que no se concretizó.

En este sentido, el multiculturalismo permite reconocer los derechos de cada grupo social, respetarlos. Y da bases para generar esas políticas de acciones afirmativas y discriminación positiva, que buscarían dar igualdad de oportunidades, pero siempre dentro del sistema liberal. Podemos ver a partir del a crítica canadiense al multiculturalismo anglosajón, como las reivindicaciones para que el francés sea una lengua oficial en Quebec, se transforman en un intento de que los valores filosóficos se concreten en acciones políticas, que generen tolerancia, una especie de ecología cultural que preserve culturas en proceso de extinción. Pero esto no es una política de ciudadanía, y aquí se centra su crítica (TUBINO, 2003, p.177)

Bueno entonces el debate sobre multiculturalismo nos lleva a repensar las ciudadanías. A este respecto el profesor Ernesto Díaz-Couder, de la Universidad Pedagógica Nacional de México, hizo una interesante explicación en la reunión del RIDEI ocurrida en Cochabamba, Bolivia, entre 09 a 11 de Abril de 2007. Cuando a raíz de analizar metáforas sobre la diversidad cultural, nos mostraba que las identidades son difusas y que pueden ser activadas en diferentes momentos e circunstancias, donde el futuro de las comunidades no está apenas en el pasado histórico, sino en su capacidad de actualizarse y reconstruirse.

En este sentido las imágenes que genera el multiculturalismo nos llevan al **Relativismo Cultural**, que muchas veces genera segregación. Pues se reconoce la diversidad, pero al mismo tiempo se la encapsula, donde el paso de una identidad a otra se proscriben. Ya una metáfora de **Constructivismo Cultural**, nos puede mostrar que las culturas son externas a los individuos, los que pueden ser multicolores, pero donde la sociedad es una, donde no caben las dimensiones de inequidad e injusticia. Esta metáfora se puede usar al interior de los pueblos indígenas para hablar de sus diferencias internas y de la

necesidad de reconstrucción de una unidad cultural y social, ejemplificado en la Literatura en lengua indígena; Educación indígena; Campañas de difusión de las culturas indígenas, etc. Ya una perspectiva de **Interacción**, se propone reconocer identidades múltiples y comunidades cambiantes. En estas sociedades no hay un paso libre de un foco cultural a otro, pues está prescrito, pero no proscrito. Como ejemplos Díaz-Couder nos dice: “No soy ingles, soy británico; Somos vascos, no españoles; Totonaco punk, rock zapoteco”.

El Prof. Juan Ansión (2007), también del RIDEI, nos llamó la atención, en primer lugar, para que reconozcamos que la interculturalidad es un hecho, una realidad concreta, y que a este respecto tenemos que reconocer que los pueblos indígenas tienen una larga tradición de relaciones entre pueblos social, cultural y ecológicamente diferentes, como lo ejemplifica en la complementariedad del mundo andino. Así podemos reconocer que hay una interculturalidad de hecho. Por otro lado existe la necesidad de construcción de un proyecto intercultural en relación a la sociedad contemporánea y al Estado Nacional, pues ha sido este el que ha negado la diversidad cultural. Recordemos que la teoría clásica del Estado Nacional define una unidad basada en: una nación, una lengua, un territorio y una ley.

En este sentido la interculturalidad es un discurso político al interior del Estado y nos hace reflexionar sobre la ciudadanía, que muchas veces generó discriminación y exclusión. Así por ejemplo, el sentimiento de patriotismo, que debería generar una unidad de afinidades dentro del estado, para los pueblos indígenas y las clases subalternas significó una integración forzada, que los obligó a abandonar sus lenguas, sus religiones, su cultura, sus formas de organización social y política, y a “integrarse” en los sectores desfavorecidos, oprimidos, marginalizados y excluidos de los beneficios que la modernidad prometió junto con el Estado Moderno.

Tubino (2003, p.181) a este respecto critica el multiculturalismo liberal, pues si bien permitió un tratamiento un poco más simétrico de las diferencias y ha contribuido para generar equidad de oportunidades y tolerancia cultural, genera islas étnicas, sociedades paralelas, fortaleciendo el etnocentrismo. En este sentido las acciones afirmativas deben ser consideradas transitorias, pero también debemos tener claro que no llegan a transformar las estructuras económicas y simbólicas que están en la base de la sociedad.

El profesor Luis Villorro (1999, apud TUBINO, 2003) argumenta que la ciudadanía consiste en el ejercicio de derechos y deberes iguales frente al Estado. Pero donde es necesario reconocer una diferencia fundamental. Los pueblos indígenas existen antes de existir el Estado. Y si bien los derechos del ciudadano son posteriores a la constitución del Estado, y en esto funda su legitimidad, los derechos de los pueblos indígenas son condiciones previas a la

constitución de los Estados, mientras que la ciudadanía es su resultado (TUBINO, 2003. p.182).

En esta perspectiva surge la idea de defender ciudadanías diferenciadas que alteren la supuesta igualdad jurídica de los ciudadanos. Esto no deja de traer complicaciones, en especial por las “ventajas” que podría dar para algunos grupos sociales, así como la división que produce en la sociedad y más todavía por la dificultad de encontrar criterios objetivos de adscripción. Lo cierto es que surge una cuestionamiento serio: como un indígena que ha sido privado de su cultura por un proceso histórico de violencia y exclusión, que no habla su lengua, que no conoce su historia ni la trayectoria de su pueblo, o los procesos de colonización y dominación, como esta persona puede vivir en plenitud su ciudadanía? Como puede ejercer el derecho a una ciudadanía plena si se les han negado los derechos humanos colectivos históricos?

A este respecto Villoro argumentaba, en reunión del RIDEI en Quito, Ecuador, entre 19 y 21 de julio de 2007, que era necesario buscar las bases culturales e históricas de la Indoamérica para poder buscar las transformaciones que el Estado necesita vivir. Siendo que resalta una diferencia entre Estado y Nación. El primero relativo al poder legal y político, que busca una homogeneidad. La Nación por su vez representa a las personas y si estas son diversas y plurales, la nación debería representar la pluralidad de concepciones de mundo. En este sentido cada nación implica en una cierta unidad de cultura, pero debe ser reconocida la diversidad de culturas. Así la forma de salir del impase que nos coloca esta diferencia entre Estado y Nación, es dar un nuevo sentido al Estado, el cual debe reconocerse plurinacional.

Los Estados homogéneos están crisis. Creo que no porque la diferencia no existiera antes. Sino porque la forma de enfrentar esa crisis fue homogeneizar, unificar, excluir lo diferente que se podría transformar en un peligro para el Estado político. Hoy los Estado Nacionales han perdido autonomía delante de los procesos de globalización y dominación capitalista mundial, las políticas de identidad nacional han sido golpeadas por los regionalismos, por la invasión cultural del consumo y de la industria cultural, por las deudas externas y las políticas del Banco Mundial y del FMI, por los tratados de libre comercio para los poderosos, mientras que los trabajadores, los pueblos indígenas, etnias y clases sociales, continúan sufriendo la exploración del hombre por el hombre. Es por esto que las identidades se han transformado en lugares de refugio, en espacios de resistencia.

Esta resistencia ha levantado las banderas de los derechos colectivos, del derecho a un territorio que permita la preservación física y espiritual, en defensa de la cultura, de las esencialidades, de la necesidad de construir espacios colectivos donde se ha impuesto el individualismo y el consumo como

prácticas culturales nefastas, como cuestionaba Milton Santos al referirse a los espacios donde no se vive la ciudadanía.

Así la necesidad de construir un proyecto intercultural tiene un sustento político, en la búsqueda de justicia y de respeto. La interculturalidad en América Latina viene cuestionando los procesos hegemónicos de construcción del Estado, cuestiona la idea de homogenización cultural, cuestiona la apatía de amplios sectores sociales que delante de la necesidad de refugiarse, han perdido la capacidad de lectura crítica del mundo.

Hasta aquí hemos visto un panorama del concepto de interculturalidad y la necesidad de discutir el concepto de ciudadanía. Queremos también hablar de Derechos Humanos, pues defendemos que la concretización de una sociedad plural, donde la ciudadanía deje de ser un concepto abstracto y homogeneizante, pasa por una sociedad que respete el derecho de las personas y de las colectividades de personas. Como Stavenhagen (2006) muestra, los Estados Nacionales en América Latina, se construyeron violando los derechos de los pueblos indígenas, de las poblaciones africanas y sus descendientes, de los sectores mestizos populares y castigando a todos aquellos que no fueron serviles al sistema de dominación. La conquista, que se fundamentó y legitimó en el conocimiento militar, económico y religioso, apoyado en una especie de impunidad estructurante, legalizado en sistemas jurídicos occidentales, redujo la humanidad de grandes sectores sociales. Hasta hace poco en el papel y todavía en la práctica, en varios países de nuestra América Latina, entre estos Brasil, los indígenas eran considerados menores de edad relativos, lo que justificaba una tutela del Estado sobre los pueblos indígenas.

Diversos instrumentos se han levantaron para defender los derechos de los pueblos indígenas, desde el primer Congreso Indigenista Interamericano en 1940, pasando por el Convenio 107 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), modificado en 1989 como Convenio 169, y los esfuerzos actuales de la ONU por consolidar una Declaración sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, que fue firmada en 2007. Uno de los aspectos más conflictivos para el respeto de los derechos humanos en relación a los pueblos indígenas es la dificultad del Estado y de amplios sectores de la sociedad, que reducen el debate de los derechos humanos a aspectos individuales del ser humano, en cuanto persona e individuo. Esta postura desconoce el carácter colectivo de la construcción de la cultura y del ser humano como ser social.

Anaya (2006) muestra como diversos instrumentos internacionales de defensa de los derechos indígenas comienzan a ser reconocidos y a ser consagrados en el Derecho Internacional Consuetudinario, lo que produce efectos positivos en relación a diversos aspectos. Entre los principales podemos destacar: 1) autodeterminación, en el entendimiento de que son

grupos sociales diferenciados y que como tales tienen derecho a controlar su propio destino; 2) derecho a integridad cultural, que garante el derecho a identidades culturales diferenciadas; 3) derecho a propiedad y uso de las tierras tradicionales y de los recursos naturales; 4) bienestar social y desarrollo humano, que cuestiona la pobreza y marginación que históricamente han sufrido; 5) Autogobierno, que es la dimensión política de la autodeterminación; 6) Especial obligación de cuidado, que viene siendo una superación del término “tutela”, retirando así el carácter paternalista al reconocimiento de deudas históricas de los estados para con los pueblos indígenas.

Desde España Etxebarria cuestionó el universalismo abstracto de la tradición de los Derechos Humanos, que no deja de tener un trasfondo ideológico: “son derechos humanos aquellos que poseemos todos los individuos humanos por el mero hecho de ser humano” (ETXEBERRIA, 2006, p. 65). A esto deben incluirse aspectos culturales que permiten redimensionar los derechos indígenas en el campo jurídico internacional y, además, que respeten las condiciones y posibilidades de diálogo intercultural, así como las posibilidades concretas de ejercicio de derechos dentro del Estado.

Así diversos aspectos son identificados como de grande importancia para pensar los derechos humanos de los pueblos indígenas. En primer lugar, los derechos históricos de los pueblos originarios; en segundo lugar la dimensión colectiva que cuestiona el individualismo posesivo y la necesaria relación que debe haber entre los derechos individuales y los colectivos, donde se supone que la pertenencia un contexto colectivo no puede ser apenas por nacimiento, debe haber un consentimiento y adscripción; en tercer lugar la necesidad de diálogo y relación entre los derechos identitarios y las reivindicaciones de género, que pueden permitir pensar nuevas formas de relacionamiento y complementariedad; e por último la necesidad de comprender y respetar la cosmovisión y espiritualidad indígena (ETXEBERRIA, 2006, p.82-83).

Debemos también dejar claro que los desafíos para con el respeto a los derechos humanos no afectan apenas a los pueblos indígenas, sino a la sociedad como un todo, lo que ha quedado en evidencia en las últimas décadas a partir de la fragilidad de los sistemas democráticos en América Latina.

Al traer este debate al campo educativo, podemos ver en los estudios españoles e italianos la necesidad de que la escuela pública necesita dar respuestas para la grand diversidad cultural que los países europeos viven hoy en día, producto de los fuertes movimientos de migración.

Ha surgido en España una importante línea educativa que resalta la necesidad de combatir actitudes racistas y pre conceptuosas que se generan contra las poblaciones inmigrantes, en especial latino-americanos y

magrebíes, que han aumentado en las últimas décadas, al mismo tiempo que se registran tasas cada vez más bajas de natalidad en la población Europea. El debate por propuestas educativas interculturales se propone básicamente dos aspectos: “favorecer la integración escolar de los alumnos pertenecientes a grupos culturales minoritarios, haciendo compatible la igualdad de oportunidades con el derecho a la propia identidad cultural; y, desarrollar la tolerancia y prevenir el racismo, más allá de la información sobre las diversas culturas y del contacto interétnico”. (BESALÚ, 2004, p. 50)

En esta perspectiva los esfuerzos realizados en educación intercultural en España, buscan luchar contra los estereotipos que colocan a los extranjeros en una situación francamente desfavorable. Estos preconceptos contra los extranjeros se fundamentan en tres aspectos, uno relativo a la diferencia nacional, donde la naturalización del Estado hace superiores a los nacionales; una segunda, amparada en la lógica de la modernidad, que genera un etnocentrismo modernizador que se opone a lo tradicional y alternativo, donde las culturas de los inmigrantes son imaginadas como entidades cerradas y antimodernas; y finalmente, la lógica igualitaria, que preconiza una igualdad básica para todos los seres humanos y la universalidad de los derechos humanos, que derivando hacia un paternalismo humanista incluye a los migrantes entre los pobres y marginados (BESALÚ, 2004, p. 52).

De esta forma nuevas propuestas y preocupaciones en educación intercultural en España buscan desarrollar y estimular un conocimiento amplio de la realidad, un dominio de destrezas didácticas y actitudes interculturales, las que deben ser dirigidas a los inmigrantes y al conjunto de la población. Sin embargo la preocupación de Besalú, va mas allá de apenas buscar modelos educativos críticos, sino preparar a las personas para vivir en sociedades abiertas y plurales, como se han desarrollado diversas experiencias, en espacial en Cataluña (BESALÚ, 2004, p. 73).

Esto nos llama la atención para aspectos teóricos y metodológicos sobre los cuales es necesarios reflexionar, pues la convivencia intercultural en el contexto escolar exige no apenas capacidad crítica por parte del profesor y de la comunidad, sino también buscar mecanismos para la resolución de los propios conflictos interculturales en sala de clases (AGUADO, 2004), lo que envuelve competencias cognitivas, emotivas, comprensión y respeto por la diferencia, etc. Estos aspectos serán importantes en nuestro proyecto, pues nos invitan a buscar no apenas nuevos enfoques teóricos para discutir los derechos humanos y la interculturalidad, sino que nuevas metodologías y técnicas para desarrollar nuevas metas educativas.

A este respecto Aguado define la pedagogía intercultural, como “la reflexión sobre la educación, entendida como elaboración cultural, y basada en la

valoración de la diversidad cultural. Promueve prácticas educativas dirigidas a todos y cada uno de los miembros de la sociedad en su conjunto. Propone un modelo de análisis y de actuación que afecte a todas las dimensiones del proceso educativo. Se trata de lograr la igualdad de oportunidades, la superación del racismo y la adquisición de competencia intercultural en todas las personas, sea cual sea su grupo cultural de referencia” (AGUADO, 2003, p. 63).

Nuestra experiencia en los últimos doce años nos permitió colaborar en la creación del primer curso de licenciatura intercultural en Brasil, el cual es destinado a la formación de profesores indígenas, donde tenemos por principios la dialogía social, o sea el reconocimiento de polifonías sociales concretas. La interculturalidad, entendida como la necesidad del diálogo intercultural, la transdisciplinaridad como orientación política y pedagógica, y finalmente, la formación del profesor a partir de la investigación, lo que implica estimular el proceso de toma de conciencia y de creación de conocimientos. Esta experiencia que es pionera en Brasil, nos permitió cuestionar los modelos y planes educativos que el Estado impone a los pueblos indígenas a partir del estudio de temas contextualizados en la realidad de las comunidades, estudiando así, las problemáticas concretas que las comunidades enfrentan y buscando generar competencias, actitudes, valores y habilidades entre profesores y estudiantes indígenas para dar respuesta a esos desafíos contemporáneos (REPETTO et al., 2007).

Esta vivencia con más de seis pueblos indígenas, por una década, nos permitió entrar inicialmente en esta investigación y nos mostro un camino interesante que hoy quiero llevar a otros lugares.

Podemos ver, de esta forma, que nuestra propuesta articula una reflexión sobre educación, sobre derechos humanos y sobre ciudadanías en contextos interculturales. Estas líneas que se encuentran bien trabajadas por diversos investigadores, pero que tradicionalmente se abordan de forma separadas una de la otra, necesitan articularse entre sí. Por esto lo que proponemos es una articulación entre estos campos de conocimientos, para que juntos se potencialicen y ganen profundidad de análisis y de reflexión. Proponemos así que a partir de una reflexión sobre los alcances de la educación, se aborden los temas relativos a los derechos humanos y sobre el ejercicio de las ciudadanías. De esta forma buscamos contribuir para que en Brasil, México, Chile y los demás países latinoamericanos se generen conocimientos que ayudarán a reconstruir el Estado y la sociedad, a partir de la valorización de la diversidad y de la diferencia, para que la sociedad se reconozca plural y libertadora.

En este sentido nuestra propuesta de investigación busca discutir la discriminación, la desigualdad y la interculturalidad como cuestiones que son

de interés de las políticas públicas, abandonando la visión por la cual se piensa la discriminación y el prejuicio como si fueran aspectos apenas relativos a la conciencia individual.

Debemos tener una visión clara de que la convivencia social y las condiciones del diálogo y de la interculturalidad, envuelven la justicia social, la igualdad real de oportunidades, las posibilidades y condiciones del diálogo, de tal forma que podamos contribuir a la transformación de la sociedad a través de los estudios sociales comprometidos con los sujetos históricos y con los desafíos de la sociedad en su conjunto.

BIBLIOGRAFÍA

AGUADO, Teresa. **Pedagogía Intercultural**. Madrid España: Mc Graw-Hill / Interamericana de España, 2003.

AGUADO, Teresa. Convivencia y Resolución de Conflictos interculturales en el Aula. In: **La Formación del Profesorado en Educación Intercultural**. Sierra, José Antonio; Besalú, Xavier; Pina, Margarita; Odina, Teresa; García, Concha; Sanz, Marta. Madrid España: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte Los Libros de la Catarata, 2004. p. 123-148.

ANAYA, James. Los Derechos de los Pueblos Indígenas. In: **Pueblos Indígenas y Derechos Humanos**. Mikel Barraondo (Coord.). Bilbao - España: Instituto de Derechos Humanos - Universidad de Deusto, 2006. p. 29-60.

ANSIÓN, Juan. La Interculturalidad y Los Desafíos de una Nueva Forma de Ciudadanía. In: **Educación en Ciudadanía Intercultural**. Lima Perú: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú - Universidad de la Frontera (Chile), 2007. p. 37-61.

BESALÚ, Xavier. La Formación Inicial en Interculturalidad. In: **La Formación del Profesorado en Educación Intercultural**. Sierra, José Antonio; Besalú, Xavier; Pina, Margarita; Odina, Teresa; García, Concha; Sanz, Marta. Madrid España: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte Los Libros de la Catarata, 2004. p. 49-92.

ETXEBERRIA, Xabier. La tradición de los derechos humanos y los pueblos indígenas: una interpelación mutua. In: **Pueblos Indígenas y Derechos Humanos**. Mikel Barraondo (Coord.). Bilbao - España: Instituto de Derechos Humanos - Universidad de Deusto, 2006. p. 63-83.

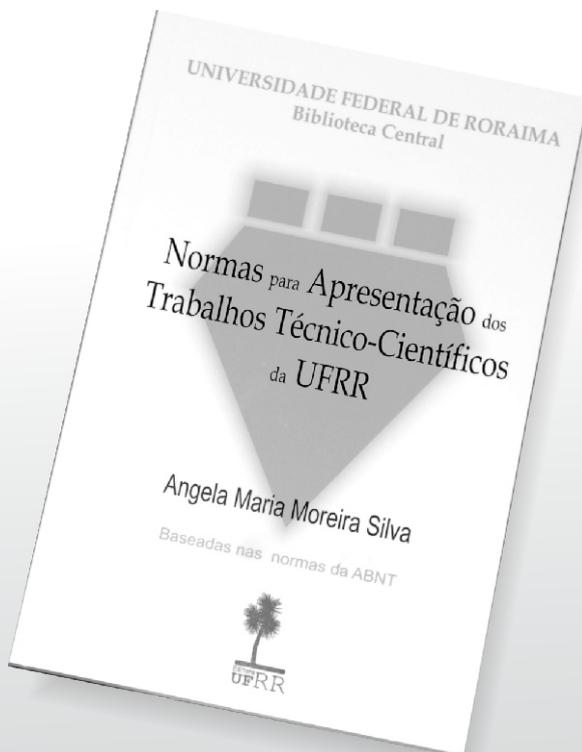
KYMLICKA, Wil. Derechos Indígenas y Justicia Ambiental. In: **Ciudadanías Inconclusas. El ejercicio de los derechos en sociedades asimétricas**. Vigil, María & Zariquiey, Roberto (editores). Lima, Perú: GTZ / PUC-Perú, 2003. p. 111-131.

REPETTO, Maxim; FERNANDES, Maria Luiza; FONSECA, Isabel Maria; CARVALHO, Fabio Almeida de. La Propuesta del Núcleo Insikirán y el Papel de las Ciencias Sociales en la Formación de Profesores Indígenas. In: **Educación Escolar Indígena: investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina. Stella Maris Garcia & Mariana Paladino (organizadoras). Buenos Aires Argentina:** Editorial Antropofagia, 2007. p. 297-320.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Los Derechos de los Pueblos Indígenas: esperanzas, logros y reclamos. In: **Pueblos Indígenas y Derechos Humanos.** Mikel Barraondo (Coord.). Bilbao - España: Instituto de Derechos Humanos - Universidad de Deusto, 2006. p. 21-28.

TUBINO Arias-Schreiber, Fidel. Ciudadanías Complejas y Diversidad Cultural. In: **Ciudadanías Inconclusas. El ejercicio de los derechos en sociedades asimétricas.** Vigil, Maria & Zariquiey, Roberto (editores). Lima, Perú: GTZ / PUC-Perú, 2003. p. 167-191.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO
DOS TRABALHOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS
DA UFRR - BASEADAS NAS NORMAS DA ABNT
Núcleo Histórico Socioambiental



ARTIGO

FEDERALISMO E MERCADO

RESUMO: O artigo analisa a discussão teórica que existe na literatura da Economia Política e a Ciência Política sobre as relações entre federalismo e economia nas democracias. O objetivo do texto é apresentar o conceito de federalismo preservador de mercado, desenvolvido a partir da década de 80. Para cumprir este objetivo apresentam-se as contribuições dos principais teóricos do federalismo fiscal, como Richard e Peggy Musgrave. Também analisa-se a contribuição da Teoria da Escolha Social de James Buchanam e Gordon Tullock.

Palavras chave: Federalismo, Mercado, Economia

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma discussão teórica sobre a relação entre federalismo e economia, sendo a análise centrada no conceito de federalismo preservador de mercado. Esta abordagem das relações federais pertence ao approach neo-institucionalista e surgiu na Economia e na Ciência Política na década de 80, dentro do bojo da revolução neoliberal. A preocupação principal deste modelo analítico é entender como o desenho institucional de um regime federalista promove ou não, o desenvolvimento econômico de um país.

FEDERALISMO E MERCADO NA ECONOMIA E CIÊNCIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Na teoria política encontram-se duas perspectivas na definição de federalismo. A primeira, mais normativa, define a federação como uma forma ideal de arranjo político democrático para sociedades heterogêneas. Desta perspectiva, sistemas

¹Doutor em Ciência Política, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima e Pesquisador Associado ao Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco.

federais são reuniões de associações políticas locais (estados) e têm como objetivo maior, garantir simultaneamente a unidade de objetivos políticos (união) dentro da diversidade territorial, definindo a partir da Constituição os espaços e os limites da dupla soberania dos entes. O reconhecimento desta união na heterogeneidade, permite a convivência de múltiplos mecanismos de constituição e integração de identidades regionais e uma identidade nacional.

Federalismo pode ser definido como um modo de organização política que une separados corpos governamentais dentro de um sistema político como um todo, distribuindo poder entre a União e as unidades subnacionais de maneira a proteger a existência e autoridade de ambos. Requerendo que as políticas públicas possam ser feitas e implementadas através de processos de negociação que envolvam todas as partes concernentes, sistemas federais são capazes de compartilharem todo o sistema de decisão e execução deste processo. De maneira simples, federalismo significa integração através da combinação de sistemas políticos que continuam a existir dentro do novo todo. Em um sentido mais amplo, federalismo é mais do que um acordo de estruturas governamentais; é um modo de atividade política que requer a extensão de certos tipos de relações cooperativas através de qualquer sistema político (ELAZAR, 1987: 02).

A segunda definição, mais positiva, enfatiza o federalismo como uma construção institucional de natureza pragmática, o arranjo federativo resulta da barganha política entre elites nacionais e locais no momento da fundação de um estado. O desenho da federação pode assumir diversas formas, dependendo das condições históricas em que ocorre a negociação política, será a correlação de forças, a crença de cada ator e o jogo estratégico que definirão o resultado da barganha. A constituição, desta forma, é menos resultado de uma visão ideal de democracia republicana, e mais a força de cada ator no processo de negociação. A questão essencial a ser analisada é: como as regras constitucionais, conseqüências da correlação de forças, definem o poder político que cada instância governamental possuirá?

Eu interpreto federalismo como uma barganha entre líderes nacionais e governos locais para o propósito de agregar território, melhor cobrar impostos e constituir exércitos. Esta barganha pode ser definida de modo quase tão preciso que, quando apresentado como uma instância da constituição, se possa dizer ou não que pertence a uma classe de federalismos. A regra de identificação é: uma constituição é federal se 1) dois níveis do governo governarem a mesma terra e povos, 2) cada nível tem ao menos uma área de ação em que é autônomo, e 3) existe alguma garantia (mesmo que somente meramente indicada na constituição) da autonomia de cada governo em sua própria esfera. Desde que tais constituições apareceram freqüentemente no último século e em três

quartos deste, a classe de barganhas federais é grande o bastante para admitir algumas generalizações que o envolvem. Porque a classe é ao mesmo tempo definida precisamente e relativamente grande, uma pode levantar-se acima da singularidade indisciplinada característica do comentário histórico, mesmo que cada exemplo de um negócio federal naturalmente seja encaixado em um contexto histórico original. (RIKER, 1964: 12-3).

Os modelos de relações federativas são definidos pelas constituições, podem ser vistos como contratos políticos que determinam as regras do jogo, um pré-requisito da vida democrática que promovem compromisso e coordenação na ação dos atores. Pode-se perceber as constituições como contratos com dois objetivos centrais: o primeiro é “(..) retirar certas decisões do processo democrático, isto é, atar as mãos da comunidade” (MELO, 2002: 32), e o segundo é fornecer soluções a problemas de ação coletiva. Toda federação sofre sua versão da “Tragédia dos Comuns”, e o desenho institucional do federalismo precisa equacionar a questão da independência dentro da interdependência, da unidade política dentro da heterogeneidade estrutural, que promove a necessidade do arranjo federalista. O contrato político estabelece os trâmites legais para implementação da estrutura federativa, desta forma, reduz incertezas e promove a capacidade de previsibilidade dos atores nos processos políticos. Como coloca Mueller (1997: 140), “(..), a democracia constitucional é um problema principal-agente em escala colossal”. Uma constituição limita a possibilidade do surgimento de um “Dilema do Prisioneiro” no interior da federação ao reduzir a possibilidade de atores comportarem-se como free-riders, promovendo a economia de custos de transação. A Constituição ao garantir simetria de poderes e deveres aos entes federativos, leva-os a buscar um comportamento cooperativo.

Em qualquer abordagem teórica sobre arranjos federativos, o ponto de inflexão da análise é o tipo de federalismo fiscal¹ que deve ser implementado. A questão como o federalismo impacta na elaboração e implementação das políticas públicas, diz respeito a como se estabelece no pacto federativo a distribuição de competências, de recursos e encargos entre os diferentes níveis de governo, segundo critérios constitucionais, que permita o estabelecimento de um ponto de equilíbrio entre as preferências dos seus componentes. Existem três tipos de competências alocativas: a) exclusivas - são aquelas funções específicas a cada ente, e vedadas aos demais, como por exemplo, relações exteriores e defesa, que são atribuições de competência

¹ Federalismo fiscal é a análise dos meios como são distribuídos os recursos fiscais entre as instâncias de governo, e quais bens e serviços, ou responsabilidades governamentais, podem ser melhor providos por eles.

exclusiva da União; b) concorrentes - são aquelas áreas em que todos os governos atuam, contudo são exercidas de diferentes formas, como saúde e educação; e c) complementares - quando um ente federativo complementa a ação de outro, como ocorre na área de infra-estrutura de transporte, onde existem estradas federais e estaduais. Desta forma, o federalismo fiscal torna-se para muitos, o eixo de todo o arranjo federativo.

Como o federalismo impacta nas escolhas de políticas econômicas do governo central, e por conseguinte, nas escolhas privadas de alocação de investimento? O capitalismo é um sistema econômico onde os recursos escassos existentes na sociedade são apropriados privadamente. Existem dois mecanismos através do qual estes recursos (bens e serviços) são alocados para os atores individuais: o mercado e o estado. No primeiro, os recursos são alocados por seus proprietários de forma descentralizada e a sua circulação é resultante de um conjunto n de interações. O objetivo básico da ação de troca no mercado é a busca do lucro - ou de alguma forma de satisfação, ou sentimento de ganho. O estado, como autoridade política, também tem capacidade de realocar os mesmos recursos privados. O aparelho estatal pode utilizar diversos mecanismos para distribuir a propriedade: estabelecendo taxas e impostos, regulando custos e interferindo através de instrumentos regulatórios nos cálculos inerentes às decisões privadas. A crise do welfare state, a partir dos anos 70, promoveu o desenvolvimento de novas teorias sobre o impacto do desenho federativo nas economias nacionais.

Segundo Qian e Weingast (1997) existem duas gerações de teorias de federalismo fiscal. Na primeira geração, encontramos as desenvolvidas pela teoria neoclássica de finanças públicas e as de *Public Choice*. A segunda é composta pelos modelos desenvolvidos pelo neoinstitucionalismo econômico. As teorias do federalismo fiscal foram desenvolvidas para tentar explicar os problemas que surgiram nas relações entre o Estado e o mercado, a partir da grande depressão dos anos 30, na perspectiva das relações federalistas.

A principal temática da teoria econômica no século XX foi, como lembra Musgrave e Musgrave (1980), a existência das falhas de mercado. Por isso, os modelos teóricos de primeira geração centraram suas análises nas formas que tinham ou deveriam ter a intervenção do estado na economia para combater os efeitos negativos do mercado. O núcleo das discussões era a necessidade do processo de centralização do poder, em torno do governo central, e o estabelecimento de programas de proteção social, que ocorria desde os anos 30 e foi fortemente acelerado depois da Segunda Guerra Mundial. Federalismo nesse sentido, significa essencialmente descentralização de gastos públicos e eficiência fiscal.

Embora os problemas concretos do federalismo fiscal estejam intimamente ligados à evolução histórica do país, é mais adequado iniciar nossa análise por uma visão normativa do problema. Com tal propósito, vamos admitir que apenas as fronteiras nacionais sejam dados do problema e que as subdivisões políticas possam ser redesenhadas de forma a assegurar o desempenho mais eficiente possível das funções fiscais dos governos. Considerando as funções fiscais básicas alocação, distribuição e estabilização nós vamos analisar se cada uma dessas funções deve pertencer ao governo central ou a níveis mais baixos de jurisdição, ou mesmo a ambos. (MUSGRAVE E MUSGRAVE, 1980: 532).

O federalismo fiscal neoclássico teoriza um perfil ideal de distribuição de encargos e competências, em termos estritamente fiscais, entre os diferentes níveis de governo. Sua pergunta norteadora é a seguinte: se os níveis de governo em uma federação possuem populações e economias diferentes, com preferências por bens e serviços públicos que se alteram com o tempo, como conseguir um sistema de federalismo fiscal que seja eficiente? Os estados e os governos estaduais, em razão de sua proximidade com o consumidor-eleitor, são mais capacitados do que o governo central de atender às demandas por bens e serviços públicos de acordo com as preferências da população, ou seja, com mais eficiência alocativa. Ao governo federal cabe ofertar bens e serviços para os quais as demandas ultrapassam os limites das fronteiras regionais, como as políticas macroeconômicas e de desenvolvimento econômico.

Em uma federação, as transferências fiscais têm como objetivo permitirem que as diversas instâncias de governo exerçam adequadamente os encargos sob sua responsabilidade. Cada ente federativo possui uma estrutura produtiva, e por conseguinte, de arrecadação fiscal diferente. As potencialidades de recurso fiscal próprio implicam distintas necessidades de gastos públicos, com efeito, existem nas regiões menos desenvolvidas economicamente o agravamento da relação entre capacidade de arrecadação e desembolso fiscal, produzindo mais desequilíbrio regional. A redução destas desigualdades exige uma repartição do “bolo tributário” capaz de produzir mais equilíbrio social e econômico entre as unidades da federação.

O federalismo fiscal de uma nação deve buscar otimizar a satisfação da população por serviços e bens públicos, equacionando a questão das demandas dos consumidores à capacidade de arrecadação dos recursos fiscais necessários. Isto dinamiza a democracia, pois permite aos consumidores-eleitores controlar o uso dos recursos públicos. Contudo, elementos políticos, jurídicos, culturais e sociais no jogo federativo são dados

“exógenos” ao modelo². A constituição é vista apenas como um instrumento de garantia da autonomia dos governos locais na provisão e execução de serviços, que tem de responder, dado a necessidade imperativa da descentralização, as preferências dos consumidores-eleitores. A falha mais clara da teoria neoclássica do federalismo é imaginar a política como um elemento externo nas relações fiscais, e não como parte integrante do processo.

A segunda teoria do federalismo fiscal de primeira geração é derivada da *Public Choice*, que surge nos anos 60, promovendo um ataque frontal ao *Welfare State* e seu papel na sociedade contemporânea. Seus principais representantes são James Buchanan e Gordon Tullock, que com *The Calculus of Consent*, fundamentam todo um novo campo de estudos para a economia: a análise, a partir de modelos racionais da teoria econômica, da democracia constitucional, ou em termos do federalismo fiscal, como a sociedade, nas suas relações com o sistema político, decide sobre quais bens e serviços públicos lhe serão oferecidos em cada nível de governo.

A teoria da *Public Choice* tenta ultrapassar as fronteiras entre a Economia e a Ciência Política, incorporando explicações políticas e institucionais no contexto específico do fenômeno das relações entre o mercado e o Estado³. Para Buchanan e Tullock (1962), o instrumental analítico da economia neoclássica é insuficiente para uma crítica mais consistente sobre a expansão do papel do Estado na economia. A teoria da Escolha Pública parte do princípio de que os agentes privados e os públicos são regidos pelas mesmas regras de comportamento, pelo auto-interesse individual, onde todos seriam motivados pela maximização de utilidade esperada, alguma forma de

² Para Musgrave e Musgrave (1980), “em parte, a existência de um governo pode refletir a presença de ideologias sociais e políticas, que divirjam das premissas adotadas quanto à soberania do consumidor e quanto à preferência por um sistema de decisões descentralizadas. Mas este é apenas um aspecto secundário do problema. Tem maior importância o fato de que o mecanismo de mercado não pode desempenhar sozinho todas as funções econômicas. A atuação governamental é necessária para guiar, corrigir e suplementar este mecanismo em alguns aspectos” (p.42).

³ Como esclarece Rezende (2006), “grande parte das teorias contemporâneas na economia política confere status causal às variáveis políticas e institucionais para explicar a expansão dos gastos públicos. A premissa central destes modelos é a de que a política e as instituições desempenham importante papel na explicação teórica. Uma quantidade considerável de estudos produzidos nas duas últimas décadas vem consolidando uma compreensão mais apurada sobre a importante conexão entre ação política, instituições, e expansão dos gastos públicos. A política e as instituições políticas desempenham papel decisivo para compreender o diversificado conjunto de mecanismos que produzem a expansão da interferência governamental via políticas públicas. Nos modelos contemporâneos, fatores tais como regimes políticos, sistemas eleitorais, federalismo, accountability, tamanho do legislativo, desenho institucional das regras fiscais e orçamentárias, estrutura do legislativo, poder de veto do executivo, tipos de sufrágio, configuração dos distritos eleitorais, e poder de iniciar legislação passaram a adquirir considerável status na explicação das teorias da economia política contemporânea” (p. 276).

ganho, consumo, lucro, voto ou poder. A premissa de que o comportamento dos atores é de maximização de suas preferências permite considerar a política como mercado.

Mecanicamente o modelo é simples: os políticos buscam sempre vencer eleições, para isto procuram elaborar programas de governo que satisfaçam as preferências difusas do eleitorado, que serão apresentados no momento das eleições. A política se materializa como uma forma específica de mercado no processo eleitoral, onde votos são trocados pela promessa de que as políticas públicas serão executadas. A escolha dos bens e serviços públicos é realizada no mercado político pelo eleitor-consumidor, ele soberanamente escolhe através do voto racional, maximizando suas preferências, o que acha melhor para sua vida.

Segundo Buchanan e Tullock (1962), uma das características mais importantes do mercado político é sua tendência a oligopolização. A natureza dos mercados políticos, informação assimétrica, alta incerteza e elevados custos de transação, impedem que haja concorrência perfeita. A política é um espaço restrito de negociação. Os indivíduos em mercados não competitivos contam com pouco incentivo para investirem os escassos recursos estratégicos que possuem no processo de decisão coletiva, por isso tenderiam a comportar-se como *free-riders*. O federalismo, com sua divisão radical de poder, é uma solução contra a monopolização do poder político. A divisão de competências e funções entre os diferentes níveis de governo deve refletir as preferências da população, e isto deve acontecer de forma descentralizada, porque vai reproduzir no mundo político a competição que existe no mercado econômico. A existência de vários governos locais, disputando a preferência dos eleitores no oferecimento de bens e serviços, reduz os custos impostos pela ação coletiva na tomada de decisões, promovendo eficiência com democracia.

Para Qian e Weingast (1997), as teorias de primeira geração promoveram um importante desenvolvimento na compreensão do federalismo enquanto fenômeno econômico e político, contudo, estas não foram capazes de explicar adequadamente as funções e benefícios que possui o arranjo federalista, teriam ignorado “ (...) o problema do porquê governantes têm incentivos para comportar-se da maneira descrita pela teoria” (p.84). No entender de Qian e Weingast (1997), a existência legal do federalismo não implica necessariamente que os agentes políticos operacionalizem seu funcionamento. Para eles, as teorias de primeira geração não foram capazes de explicar “(...) como governantes comprometem-se a prover eficientes bens públicos e preservar incentivos de mercado?” (*ibidem*).

O federalismo preservador de mercado pertence ao *approach* neo-institucionalista econômico que vem sendo desenvolvido desde os anos 80, sua

preocupação principal é entender como o desenho institucional de um regime federalista promove ou não, o desenvolvimento econômico de um país. Weingast (1995), Wibbels (2005) e Rodden (2003 e 2006) argumentam que a descentralização promovida pelo federalismo *per se* não é garantia de eficiência econômica, como muitas vezes faz crer os teóricos da primeira geração do federalismo fiscal, importa tanto quanto a descentralização da administração de bens e serviços públicos à natureza e as restrições institucionais que existem contra a ação negativa do estado no mercado. A teoria do federalismo preservador de mercado incorpora mais decisivamente o impacto das regras institucionais e o desenho do estado sobre a descentralização e o desenvolvimento econômico.

Como se observou anteriormente, os teóricos do federalismo preservador de mercado argumentam que uma análise efetiva dos efeitos do federalismo sobre o desenvolvimento econômico, deve levar em conta a natureza da descentralização mais do que a descentralização em si. O fato é que o aumento de intervenção na economia pelos governos centrais, a partir dos anos 30, como resposta à necessidade de maior concentração do poder estatal na administração das economias nacionais, para solucionar as falhas de mercado e implementar políticas de *welfare state*, foi revertido nos anos 80 e 90 com a grande transformação executada pela revolução neoliberal e as políticas pró-mercado. Houve incentivo à descentralização da administração das políticas públicas, com forte apoio institucional e financeiro de organizações internacionais de ajuda multilateral, como por exemplo, FMI e Banco Mundial. A lógica subjacente ao processo era que mais descentralização e liberalização econômica significava mais democracia e crescimento. Contudo, a despeito dos *insights* existentes na literatura que regia o pensamento liberal, os estados federados passaram a exibir desempenhos econômicos bastante diversos. Alguns demonstraram mais sucesso do que outros. Os efeitos da descentralização sobre os indicadores econômicos tinham tanto efeitos positivos quanto negativos. Países como Brasil e Argentina, com estruturas fiscais bastante descentralizadas, enfrentavam problemas sérios de estabilização macroeconômica, em contraste, nações com sistemas fiscais mais centralizados, como Índia e México, demonstravam melhor desempenho⁴.

A estrutura da representação política tem um papel importante no desempenho fiscal dos estados. Os mecanismos institucionais que regulam a competição e as carreiras políticas incentivam a forma como os legisladores

⁴ Wibbels (2005: 81) afirma que "(...) instituições federais importam para a política macroeconômica e performance elas negativamente afetam a capacidade dos governos nacionais de implementarem reformas. O resultado é a tendência para fragilidade macroeconômica, volatilidade e crises".

atuam no parlamento. Sistemas políticos com partidos políticos fortes e coesos, baixa fragmentação eleitoral, coalizões governamentais com poucas legendas partidárias e presidentes com fortes poderes legislativos, tendem a ser identificados com resultados fiscais positivos. E no sentido contrário, sistemas partidários frágeis, coalizões amplas e presidentes com poucos poderes de decreto, são associados com balanços orçamentários negativos.

A percepção de que estados federados, especialmente em países em desenvolvimento, apresentavam dificuldades na execução de reformas do estado pró-mercado, promoveu uma profunda mudança na agenda de pesquisa da Ciência Política e da Economia Política norte-americana, nos estudos sobre o federalismo⁵. A perspectiva de análise centrada na dicotomia clássica estado unitário *versus* estados federados, tradição especialmente derivada dos trabalhos de Riker (1964), foi substituída por um *approach* neo-institucionalista, que tem como *hard core* analítico o estudo dos impactos das regras institucionais, que rege o jogo federativo sobre a capacidade do governo central em implementar reformas na estrutura do Estado nacional. Desenvolveu-se a crença de que a dispersão do poder político em vários níveis de governo, ao contrário de ser benéfica, poderia produzir um aumento de atores políticos com poder de veto (TSEBELIS, 1997), aumentando a estabilidade das políticas públicas, *vis-à-vis*, às propostas de mudança do status quo defendidas pelo governo central. O maior número de atores no jogo político em países federados aumenta bastante os custos de transação dos processos de reforma do estado, tornando muitas vezes inócuos os resultados obtidos pelas reformas (WIBBELS, 2005).

A teoria do federalismo preservador de mercado Weingast (1995), Qian e Roland (1997), Qian e Weingast (1997), Inman e Rubinfeld (1997), Rodden, Eskeland e Litvack (2003) e Wibbels (2005) aponta quatro condições necessárias para o sucesso das federações no desenvolvimento da economia⁶. Estas são: a) a existência de hierarquia governamental clara, com delimitação do poder regulatório exclusivo de cada ente no jogo federativo governo central,

⁵ Como argumenta Wibbels (2005:1-2), "federações através do mundo em desenvolvimento estão com problemas econômicos. Argentina, Brasil, Índia, Nigéria, Paquistão, México e outros estão, todos lutando em vários níveis com profundos desafios econômicos. Somente recentemente, entretanto, acadêmicos, jornalistas e a comunidade financeira internacional começaram a reconhecer as distintas raízes federais de alguns destes problemas (...), em 1999 conflitos intergovernamentais sobre a dívida estadual no Brasil ajudaram a provocar uma corrida contra moeda nacional, o real".

⁶ Para Wibbels (2005: 33), as barganhas entre os estados e o governo central é moldada por quatro fatores: Incentivos políticos regionais, que são uma função de competitividade da política regional. As coalizões de atores regionais com influência no policy making process nacional. Os meios pelos quais os políticos regionais influenciam políticos nacionais, particularmente o sistema partidário. O sistema fiscal intergovernamental que prove incentivos para políticos em ambos os níveis de governo *vis-à-vis* a política

governos subnacionais e municipalidades devem possuir esferas de autoridade claras, de forma, que cada uma possa exercer sua autonomia e responsabilidade; b) os governos subnacionais devem possuir controle primário sob sua economia, os estados devem possuir completo poder de regulação sobre o mercado local; c) o governo nacional deve possuir autoridade regulatória exclusiva sobre o mercado comum, é função da União impedir que governos subnacionais (ou coalizões políticas) executem ações anti-mercado; e d) cláusulas de restrição orçamentária rígidas - a limitação dos governos subnacionais de tomar empréstimos, separação fiscal e monetária entre os entes federativos e a União⁷, redução da partilha das receitas e das transferências intergovernamentais. Todas estas medidas teriam como objetivo impedir que governantes locais adotassem políticas fiscais irresponsáveis.

CONCLUSÃO

Resumindo a argumentação podemos afirmar que, para o federalismo preservador de mercado, os governos, em todos os níveis, devem possuir restrições institucionais claras a quaisquer atitudes anti-mercado. Limitações a descentralização e a fragmentação política podem funcionar como fortes estímulos para o aumento da eficiência das políticas macroeconômicas. A lógica inerente às regras do federalismo preservador de mercado propostas é clara: todos os entes federativos devem competir. As regras gerais estabelecidas pelo poder central devem ser obedecidas por todos, e a discricionariedade das normas devem ser mínimas. Restrições orçamentárias rígidas e a impossibilidade de socorro financeiro (bailout) devem inibir políticas de incentivos fiscais irresponsáveis. A competição entre os entes federais, inclusive a União, e regras que limitem a intervenção no mercado, devem conduzir a uma maior eficiência econômica e a mais desenvolvimento. O leitmotiv neo-institucionalista e da economia política do federalismo fiscal é que regras formais moldam os incentivos ao comportamento dos atores. Desta forma, as restrições fiscais existentes no arcabouço institucional dos países federados e a estrutura do sistema partidário e eleitoral são consideradas por esta literatura, importantes variáveis independentes na explicação do comportamento fiscal dos vários níveis de governo.

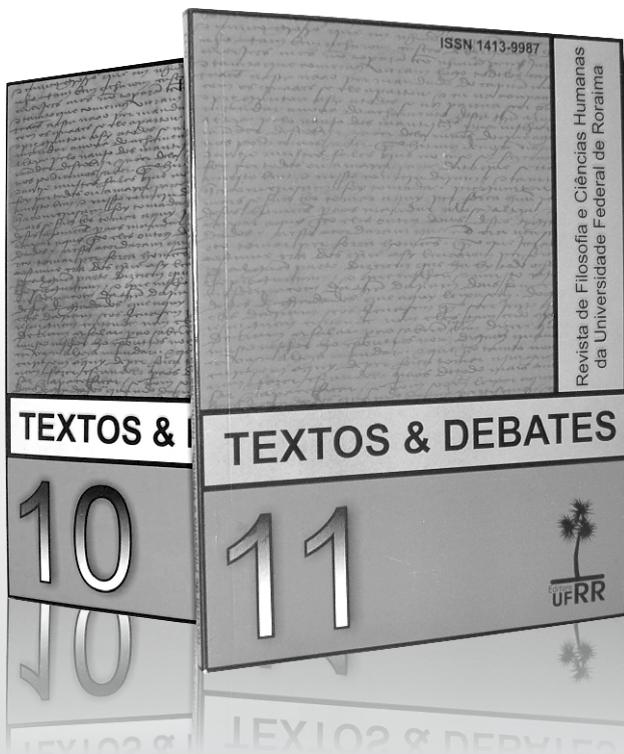
⁷ Este, provavelmente, é o ponto onde o federalismo brasileiro mais se afasta do modelo. Como Couchene (2004) observa "(...) é surpreendente que a separação monetária continue a ser uma questão no funcionamento interno de algumas federações. O Brasil e a Argentina estão dentro desta categoria" (p.43).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BUCHANAN, James e TULLOCK, Gordon. *The Calculus of Consent: logical foundations of constitutional democracy*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1962.
- ELAZAR, Daniel E. *American Federalism: a view from the states*. New York: Harper & Row, 1984.
- INMAN, Robert P. and RUBINFELD, Daniel L. Rethinking Federalism. *Journal of Economic Perspectives*, 1997, 11(4), pp. 43-64.
- MELO, Marcus A. *Reformas Constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- MULLER, Dennis C. Constitutional Public Choice. In: *Perspectives on Public Choice: a handbook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MUSGRAVE, Richard e MUSGRAVE, Peggy. *Finanças Públicas: teoria e prática*. São Paulo: Edusp, 1980.
- QIAN, Yingyi e WEINGAST, Barry. Federalism as a Commitment to Preserving Market Incentives. *Journal of Economic Perspectives*, vol 11, nº 04, 1997, p.83-92.
- QIAN, Yingyi e ROLAND, Gerard. Federalism and The Soft Budget Constraint. *CEPR Discussion Paper, nº 481*, Stanford Univesity, 1997.
- REZENDE, Flávio. Fatores Políticos e Institucionais nas Teorias Contemporâneas sobre a Expansão dos Gastos Públicos. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 26, nº 02, p. 274-89, abril-jun. 2006.
- RIKER, William. *Federalism: Origin, Operation, Significance*. Boston, Little Brown, 1964.
- RODDEN, Jonnathan. *Hamilton's Paradox: the promise and peril of fiscal federalism*. Cambridge, Cambridge Univesity Press, 2006.
- _____. Federalism and Bailouts in Brasil. In: Rodden, Jonnathan; Eskeland, Gunnar e Livack, Jennie (org). *Fiscal Decentralization and The Challenge of Hard Budget Constraints*. Cambridge: The MIT Press, 2003.
- RODDEN, Jonnathan; ESKELAND, Gunnar e LIVACK, Jennie. Introduction and Overview. In: *Fiscal Decentralization and The Challenge of Hard Budget Constraints*. Cambridge: The MIT Press, 2003.
- WEINGAST, Barry. The Economic Role of Political Institutions: Market-Preserving Federalism and Economic Growth. *Journal of Law, Economics and Organization*, nº 11, 1995, p.1-31.
- WIBBELS, Erik. *Federalism and The Market: intergovernmental Conflict and Economic Reform in the Developing Word*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TSEBELIS, George. *Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CONFIRA AS EDIÇÕES ANTERIORES DA REVISTA
TEXTOS & DEBATES

Publicação semestral



ARTIGO

**MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE:
UMA ABORDAGEM PRELIMINAR²**

RESUMO: O texto trata do debate sobre a modernidade e a pós-modernidade, considerando sua emergência no âmbito das ciências sociais e da filosofia, bem como seus impactos na construção e legitimação do saber. Busca iniciar a reflexão, com base no conceito clássico de *modernidade ambígua*, situando autores inscritos nesta tradição e as críticas por eles construídas ao projeto civilizatório moderno e ao saber postulado pelo esclarecimento: a denominada ciência moderna. Segue o mesmo procedimento quanto ao debate sobre a pós-modernidade, contextualizando seu acontecimento e destacando as contribuições de Lyotard e Vattimo sobre o que consideram como pós-modernidade. Destaca quer a contribuição do pensamento pós-moderno na relativização do projeto cartesiano de saber, quer as críticas direcionadas a tal pensamento.

Palavras chaves: modernidade, modernidade ambígua, iluminismo, ciência moderna, pós-modernidade.

ESCLARECENDO OS LIMITES E O RECORTE DO TEMA

O tema sugerido para o debate remete a questões complexas sobre a “natureza” das sociedades contemporâneas,

1 É mestre em sociologia e professora do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Comunicação apresentada na mesa Modernidade e Pós-Modernidade, promovida pela.

2 Trabalho apresentado no **Ciclo de Debates sobre a modernidade e pós-modernidade**, promovido pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Estadual do Ceará-UECE, no mês junho de 2007.

em especial, às mudanças nas suas formas de sociabilidade, as transformações no estatuto do conhecimento científico e suas implicações éticas e políticas. As ciências sociais e a filosofia têm se debruçado sobre esta temática, de uma maneira mais evidente, desde as décadas de 60 e 70 do século passado. No entanto, há quem tome como ponto de partida para tal reflexão, também a década de 50, quando se costuma identificar, nas sociedades “desenvolvidas”, a intensificação das transformações tecnológicas no pós-guerra e uma *viragem epistemológica* que pôs em questão o processo de legitimação do saber, até então prevalecente.

Diante da complexidade do tema, da existência de uma longa tradição de análise sobre a questão, das diferentes possibilidades de interpretação, dependendo do horizonte em que cada abordagem possa se situar, bem como das minhas limitações como pesquisadora, escolhi um caminho para apresentar o que me foi possível sistematizar, mediante um percurso preliminar na bibliografia que tive acesso até o momento.

Neste sentido, gostaria de alertá-los, ainda, que não tenho a pretensão de dar conta da tarefa hercúlea que seria expor o estado dessa discussão nas ciências sociais, hoje. Muito menos de esclarecer todas as polêmicas suscitadas durante o debate, pois acredito que tal iniciativa seja a motivação central de consideráveis pesquisadores, os quais têm se dedicado ao tema com afinco há anos, o que não é o meu caso. Apenas posso apresentar-lhes o que me foi possível apreender dentro dos limites anunciados.

Feitos esses esclarecimentos, gostaria de lhes propor como fio condutor de minha exposição algumas indagações preliminares, as quais podem orientar o debate, a saber: O que se costuma considerar por modernidade? O que autores situados nesta tradição nos têm a dizer acerca da modernidade? Trata-se de um conceito periodizante e que demarcaria uma passagem nas noções de espaço, tempo e experiência social, configurando uma época em relação à outra, da qual se distinguiria por características singulares? E se assim o for, sua emergência anunciaria a construção de uma outra forma de sociedade, como também de uma outra perspectiva de saber? Que visões de modernidade nos são apresentadas pelos modernos? Quais os problemas e as críticas levantadas à modernidade por autores inscritos nesta mesma tradição?

E o que dizer da chamada pós-modernidade? O que pensadores ditos pós-modernos pensam acerca da pós-modernidade? Também se trataria de um conceito periodizante? E se o for, indicaria, igualmente, uma passagem a uma outra época, que se distanciaria em termos de tempo, espaço e experiência social em relação à chamada modernidade? O que teria contribuído para tal passagem na ótica dos pós-modernos? Que críticas são desenvolvidas à pós-modernidade? Quais as repercussões, em termos da construção do conhecimento, do debate acerca da modernidade e pós-modernidade?

Muito embora não tenha a pretensão de dar respostas a todas estas questões, tentarei trabalhá-las com base nas reflexões de alguns autores considerados inicialmente como modernos ou a estes identificados, na intenção de apresentar-lhes algumas das visões sobre a modernidade, tomando como ponto de partida o seu próprio horizonte de sentido. Em seguida, procurarei elencar certos problemas e críticas levantadas à modernidade por pensadores situados nesse mesmo horizonte.

Também buscarei seguir o mesmo procedimento no que se refere à pós-modernidade, esclarecendo-lhes, no entanto, que as críticas aqui sistematizadas não podem ser situadas no mesmo horizonte de pensamento dos próprios pós-modernos, pois não tive acesso a estas. Optei por seguir este procedimento na tentativa de evitar o risco das classificações e categorizações rápidas que, a meu ver, apenas turvam a nossa compreensão e só conduzem a simplificações, deixando de lado a riqueza e a complexidade que envolve esse debate.

O CONCEITO CLÁSSICO DE MODERNIDADE AMBÍGUA E O PROJETO ILUMINISTA

Sobre o uso da palavra *modernus*, Habermans (2001, p.168) menciona seu aparecimento já no Século V, para diferenciar um presente histórico considerado “cristão”, de um passado romano “pagão”. Para o autor, esta expressão, a partir daí, passou a traduzir uma idéia de descontinuidade proposital do novo diante do antigo. Na Europa, a mesma palavra continuou a ser utilizada, muito embora a cada uso com conotações diversas, para demarcar o que este pensador interpreta como a *consciência de uma nova época*.

Segundo esta mesma concepção, acontecimentos como o Renascimento, o Iluminismo e a Revolução Francesa são considerados, então, marcos importantes que sinalizam o evoluir da modernidade, configurando o traço distintivo de *um novo início, que se destaca daquilo que então deve ser transcendido* (Idem, p.68). Habermans argumenta, em seguida, sobre os desdobramentos dessa compreensão e acerca da exigência que ela coloca para a sua própria autofundação, a saber:

[P]orque se deve quebrar com uma tradição que alcança até o presente, o “espírito moderno” deve valorizar essa pré-história imediata e distanciá-la para fundar-se de modo normativo a partir de si mesmo (2001, p. 168).

Marx e Engels (1990), ao revelarem suas impressões sobre a experiência social do seu tempo, particularmente em uma das passagens do *Manifesto do Partido Comunista*, nos permitem captar esse sentido epocal da modernidade, bem como o *espírito moderno* de que trata Habermans (2001), pois nas suas palavras:

[t]odas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas (Marx e Engels, 1990, p.69).

O escritor e poeta Baudelaire (1859-1860), na obra *O Pintor da Vida Moderna*, também nos convida à percepção deste mesmo sentido da modernidade. Ao expressar sua visão sobre a vida e a arte modernas, ele menciona: *[p]or modernidade, eu entendo o efêmero, o contingente, a metade da arte cuja outra metade é eterna e imutável* (Apud Berman, 1986, p.130). Para ele o pintor, o romancista ou o filósofo da vida moderna é aquele cuja energia vital e concentração se volta para *sua moda, sua moral, suas emoções, procurando se deter no instante que passa e (em) todas as sugestões de eternidade que ele contém* (Idem, p.130).

Esta compreensão sobre a modernidade presente nas passagens de Marx e Engels e de Baudelaire pode ser interpretada à luz do *conceito clássico*

de *modernidade ambígua* discutido por Habermans (2001), Harvey (1994), Carvalho (1989), Berman (1986) e outros autores. Sua configuração peculiar traduz a idéia de uma tensão originária inerente à modernidade, qual seja: a destruição do velho, a ruptura com o passado, a quebra com antigas tradições, que instaura a experiência da descontinuidade, do diverso, da instabilidade, da efemeridade, da contingência e, ao mesmo tempo, anuncia a possibilidade e a promessa de se inaugurar e desvendar uma “nova” ordem original e autêntica, a qual se gestaria em meio ao turbilhão de mudanças, ao caos.

É neste sentido, também, que se costuma realçar o caráter de orientação para o futuro presente na modernidade, uma vez que tudo está por criar, tudo está por fazer, tudo está por inventar, em meio ao horizonte de ruptura, revolução e instabilidade anunciado com a quebra da tradição.

Em outras palavras, o conceito de *modernidade ambígua* expressa, portanto, a tensão entre destruição e criação, velho e novo, continuidade e descontinuidade, diversidade e unidade, igualdade e diferença, estabilidade e instabilidade, eternidade e contingência, ordem e caos, entre tantas outras aparentes dicotomias.

Como, então, em meio ao caos descobrir, criar, inventar, representar o eterno, o contínuo, a unidade, a ordem? Esta é, no entender de Harvey (2002, p.30), uma das questões fundamentais auto-elaboradas pelos modernos, em suas dimensões existencial, estética e político-social, e que traduziria a outra metade da modernidade mencionada por Baudelaire, ao se referir, particularmente, à busca pelo eterno e imutável na experiência artística.

A visão de Marx sobre a modernidade pode ser interpretada como portadora desta tensão originária, que ao mesmo tempo expressa as perspectivas da destruição e da criação. Assim, ele revela uma compreensão da modernidade como transformação, mudança, novidade, revolução, que faz desmoronar antigas tradições, relações sociais, hábitos e preceitos até então rígidos e fixos.

Com a expressão *tudo o que é sólido se desmancha no ar*, Marx vai anunciar o sentido da modernidade como experiência societal de dessacralização da natureza, das relações e instituições sociais, onde tudo é profanado, e o homem, visto como ser histórico e social é, então, entregue a si

mesmo para imprimir sua marca no mundo, criando uma nova ordem, por meio do pensamento e da ação social e política. O homem, liberto das antigas certezas, seguranças e amarras garantidas pelas cosmovisões míticas e supersticiosas do mundo, bem como da rigidez e da estabilidade dadas pelas tradições teológica e religiosa, é posto no mundo para enfrentar, no entender de Marx, *as suas reais condições de vida e sua relação com outros homens* (Apud Berman, 1986, p.93).

Esclarecendo melhor esse sentido da modernidade, Habermans (2001, p.170) nos ajuda a entender que *é justamente porque a modernidade compreende a si mesma em oposição à tradição*, portanto, em ruptura com o pensamento mítico, religioso e com a metafísica clássica, em suas buscas pela ordem eterna e imutável das coisas, que ela vai buscar apoio na RAZÃO.

Podemos aqui compreender a modernidade como a época em que o homem, entendido como ser dotado de razão, passa a ser a medida de todas as coisas. A partir do seu advento, os fenômenos da natureza, a legitimidade da ordem social, do mundo humano, e os sentidos da história devem ser explicados à luz de princípios racionais e não míticos e religiosos. Cabe à razão dar conta de uma tarefa outrora atribuída ao mito, à religião e à metafísica clássica, a saber: assegurar a unidade e a estabilidade do mundo humano, fundamentar a ordem, buscar e garantir um sentido e uma verdade para a vida e a própria história humanas. E é nesta perspectiva que Habermans argumenta:

[a] modernidade deve se estabilizar a partir da única autoridade que lhe restou, a saber: da razão. Pois apenas em nome do Iluminismo ela desvalorizou e superou a tradição (2001, p. 170).

Esta crença na autoridade da razão está na base do Projeto Iluminista ou do Esclarecimento. Um movimento intelectual, filosófico, político, ideológico e cultural deflagrado no século XVIII, cujas premissas contribuíram para construção das grandes utopias emancipatórias modernas e que estiveram no centro das revoluções sociais e políticas desde os séculos XVIII e XIX, até o século passado, quer as de tradição liberal, quer as de tradição socialista.

Sua proposição fundamental é aquela que articula RAZÃO e EMANCIPAÇÃO³, qual seja: o homem, mediante o uso da razão, é capaz de se

³ Acerca da relação entre razão e emancipação no Projeto Civilizatório Moderno, cf. Manfredo Araújo de OLIVEIRA. A filosofia na crise da modernidade. P.p.9-83.

libertar do jugo da natureza e das concepções míticas, religiosas e metafísicas do mundo. A razão passa a ser entendida, pois, como processo de esclarecimento, autoconsciência e desencantamento da natureza e do mundo, na perspectiva de garantir a autonomia e a liberdade do homem.

Descartes, um dos pensadores considerados centrais na defesa desta proposição, argumenta em uma das passagens de sua obra *Discurso do Método*, que os homens, em conhecendo a natureza, suas leis, e dessacralizando-a podem, então, dominá-la, tornando-se, assim, seus senhores e possuidores (1991, p.63). Seguindo uma lógica semelhante, Bacon também afirma na obra *Novum Organum*, sua (...) *disposição (...) de investigar a possibilidade de realmente estender os limites do poder ou da grandeza do homem e tornar mais sólidos os seus fundamentos* (Apud Andery, et al, 1988, p.191).

Para Rouanet, o *Projeto Iluminista compreendido como o projeto civilizatório da modernidade*, pode, então, ser sintetizado como *a busca de auto-emancipação da humanidade, através da razão, e que se traduz em um conjunto de valores e ideais como o racionalismo, o individualismo e o universalismo* (1993, p. 97).

Na acepção deste autor, o racionalismo, em sua dimensão negativa, *exigia o desencantamento, a crítica da religião, da tradição, dos valores herdados, sedimentados pela história*. Outrossim, em sua positividade, implicava *a fé na razão, em sua capacidade de fundar uma ordem social, e na ciência, como instância habilitada a sacudir o jugo do obscurantismo e a transformar a natureza para satisfazer às necessidades materiais dos homens* (Idem, p.97).

Emancipar significaria, então, *racionalizar, libertar a consciência humana da tutela do mito e utilizar a ciência para tornar mais eficientes as instituições econômicas, sociais, e políticas, contribuindo, assim para uma maior liberdade do homem como indivíduo e cidadão* (Ibidem, p.97).

Quanto ao individualismo, tido como um dos outros pilares do Iluminismo, na ótica de Rouanet, expressaria a intenção de uma

... [r]uptura com as antigas cosmovisões comunitárias, em que o homem só valia como parte do coletivo o clã, a tribo, a pólis, o feudo , e a transição para uma nova ética e uma nova política, descentrada, liberta do coletivo, em que o homem vale por si mesmo, e não pelo estatuto que a comunidade lhe outorga (1993, p.97).

Assim, o caráter emancipatório enunciado quando da ruptura com a tradição também estaria associado a essa busca por autonomia e individualização.

Já o universalismo, compreendido como mais um dos fundamentos da modernidade, traduziria, por último, a sua dimensão genérica, em termos da magnitude e da abrangência deste projeto civilizatório. O iluminismo partia, então, de postulados universalistas sobre a natureza humana, *compreendida como idêntica em toda parte e em todos os tempos*, e se dirigia, assim, *a todos os homens, independentemente de raça, cor, religião, sexo, nação ou classe*. Emancipar, afirma Rouanet, *equivale a universalizar, dissolver os particularismos locais, removendo, assim as causas dos conflitos entre os homens (Idem, p.97)*.

Em outras palavras, o projeto civilizatório da modernidade expresso no Iluminismo apresentava, pois, a pretensão de criar uma nova ordem social e política guiada pelas luzes da razão universal. Razão esta, a qual fundamentaria uma ciência capaz de assegurar o conhecimento das “leis objetivas da natureza e da sociedade”, conduzindo a humanidade ao esclarecimento, à autonomia, à liberdade, ao progresso.

Para a realização deste projeto, segundo Harvey (1994), o esforço intelectual dos pensadores iluministas se voltou, então, para o desenvolvimento de uma ciência objetiva, que viabilizasse um conhecimento seguro e verdadeiro da natureza e do mundo humano, assegurado pelo princípio do método científico; para a criação de uma moralidade fundada em escolhas racionais; para a construção de leis universais gestadas à luz de princípios racionais, e que garantissem a legitimidade da nova ordem social; e para a invenção de uma arte autônoma, independente do contexto religioso e do caráter sagrado até então lhe atribuído.

Pensadores, poetas e escritores aqui citados como Descartes, Bacon, Marx, Baudelaire, além de Hegel, Kant, Rousseau, Hobbes, Locke, Weber, Durkheim, entre tantos outros, costumam ser identificados quer como construtores, quer como herdeiros dos ideais iluministas, muito embora com diferentes perspectivas quanto às suas visões sobre a razão, a ciência, a realidade, a arte, a história, etc. Estas diferentes interpretações são

fundamentais para compreendermos a aproximação e/ou distância crítica destes pensadores quanto ao projeto apresentado pelo iluminismo, bem como suas posições face à tensão originária presente na modernidade, e, sobretudo, a sua realização histórico-social como projeto civilizatório.

MARX E O PROJETO CIVILIZATÓRIO DA MODERNIDADE: CRÍTICA E CONTINUIDADE

Marx, por exemplo, muito embora considerado como um dos *pensadores da suspeita*⁴, ao lado de Nietzsche e de Freud, também pode ser situado no horizonte de sentido iluminista por acreditar no potencial libertário da razão, da ciência, e na idéia de que a história tem uma teleologia, um sentido - a emancipação humana - do ponto de vista histórico e social. Desconfia, entretanto, de que esta se realize por meio de um sujeito abstrato do conhecimento, portador de uma razão transcendental, situado para além das relações econômico-sociais e políticas que engendram a história, e desvinculado, portanto, dos conflitos de interesses e dos antagonismos protagonizados pelas diversas forças sociais aí situadas.

Num mesmo sentido, para este pensador, o projeto de uma ciência neutra, objetiva, que serve a valores universais, baseada em princípios racionais abstratos, puramente fundados na lógica do espírito, capazes de assegurar uma ordem social acima dos interesses dos grupos, e, sobretudo, das classes sociais em disputa na sociedade, revelou-se ideológico, no sentido de ilusório e fantasioso⁵. A razão e a ciência servem a interesses de classe.

Assim, no entender de Marx, a razão pura e uma ciência neutra, com suas pretensões universalizantes, teria contribuído para a criação e a

⁴ Esta é uma das denominações atribuídas a estes pensadores, graças às suas contribuições no sentido da desconfiança quanto à razão moderna e ao projeto de uma ciência neutra, objetiva e que serviria a valores universais. Suas críticas demonstraram o caráter parcial desta razão, ao esclarecerem os nexos entre razão e dominação, conhecimento e interesse, saber e poder. Igualmente, graças às contribuições destes pensadores puderam-se antever outras dimensões da experiência humana não contempladas no projeto cartesiano de ciência, a saber: a imaginação, o inconsciente, os interesses de classe, as ideologias.

⁵ Sobre o conceito de ideologia em Marx, cf. Karl MARX e Friedrich ENGELS. A Ideologia Alemã, p.p.42-52.

legitimação da ordem capitalista e para garantir a hegemonia dos interesses particulares da classe burguesa, uma minoria, em detrimento da maioria, a classe trabalhadora. Favoreceu, portanto, ao processo de exploração e dominação de classe na sociedade capitalista, o qual excluiu do acesso às benesses do progresso técnico-científico, a maioria, a classe trabalhadora.

Muito embora aí se revele uma das críticas mais contundentes ao projeto civilizatório moderno, Marx não chega a abandoná-lo, ao contrário, ele tenciona sua realização plena. Neste sentido, ele argumenta ser necessário, então, que a ciência se transforme numa teoria crítica da sociedade capitalista, da ordem burguesa, contribuindo para a sua superação, mediante a descoberta de sua essência, das contradições que determinam seu movimento, utilizando-se, para tanto, de um método filosófico-científico capaz de captar a sua dinâmica: o método dialético⁶.

A tarefa da teoria crítica seria, pois, a de desmistificar as ilusões presentes na sociabilidade capitalista e que contribuem para a alienação histórico-social dos homens⁷. Em outras palavras, desvendar a ideologia que mascara e encobre a “verdadeira essência” das relações sociais capitalistas e o caráter de exploração e dominação de classe que a sustenta.

No entanto, a função desta teoria não se reduziria apenas a produção de uma síntese visando expressar os fundamentos da ordem burguesa. Deveria contribuir, também, para o esclarecimento da classe trabalhadora, no sentido da construção de sua consciência de classe, portanto, da sua condição de sujeito da história, capaz de “verdadeiramente”, por meio da práxis revolucionária, universalizar os pressupostos do Iluminismo, tendo em vista sua condição histórica de maioria assujeitada sob o julgo da dominação capitalista.

Em linhas gerais, podemos afirmar que os pressupostos acima apresentados estão na base do projeto marxista de desenvolvimento da modernidade, que sob a condução da classe trabalhadora esclarecida, tida como o sujeito universal da história, levaria a humanidade à conquista de sua emancipação histórico-social, superando as contradições fundamentais da

⁶ Sobre o método dialético, cf. Karl MARX. Para a Crítica da Economia Política, p.1-32. Francisco José Soares TEIXEIRA. Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital, p.p.35-46.

⁷ Acerca do conceito de alienação em Marx, cf. Karl MARX e Friedrich ENGELS. A ideologia alemã. Op.Cit.

sociedade capitalista rumo a uma nova ordem societária, sem exploração e dominação de classe: o comunismo.

WEBER E A CULTURA MODERNA: A CRÍTICA À RACIONALIZAÇÃO

Weber, outro pensador situado na tradição moderna, mas cuja relação com o projeto civilizatório da modernidade expresso no Iluminismo é de natureza crítica, também revelou o caráter ilusório deste projeto, sobretudo quanto à relação proposta entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal. Para ele, a ordem social construída sob a égide da proposta iluminista o capitalismo acabou por se traduzir no seu contrário, pois ao invés de libertar o homem, o processo de racionalização da sociedade o *aprisionou* numa verdadeira *jaula de ferro*.

O triunfo da racionalidade objetivista, instrumental, pragmática e burocrática nas instituições sociais e nas próprias relações entre os indivíduos modernos, os conduziu à condição de prisioneiros em uma sociedade administrada, sob o crivo do poder da burocracia, que não deixou espaço para as questões relativas ao sentido e ao valor.

Para Weber, a peculiaridade da cultura moderna reside no princípio da *racionalização* entendido como o predomínio de uma lógica objetivista e pragmática, fundada no cálculo de resultados e que *exige precisão, constância e acima de tudo, rapidez de operação* (1982, p. 250).

Esta lógica é compatível com a divisão social do trabalho e a subsequente especialização das funções na moderna sociedade, regida segundo postulados objetivistas, os quais orientam o cumprimento de tarefas baseadas em regras calculáveis e impessoais. Assim, para Weber,

a peculiaridade da cultura moderna, e especificamente de sua base técnica e econômica, exige essa calculabilidade de resultados. A natureza específica da burocracia, bem recebida pelo capitalismo desenvolve-se mais perfeitamente na medida em que a burocracia é "desumanizada", na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio e todos os elementos pessoais, irracionais e

emocionais que fogem ao cálculo. (...) Quanto mais complicada e especializada se torna a cultura moderna, tanto mais seu aparato de apoio externo exige o perito despersonalizado e rigorosamente objetivo, em lugar do mestre das velhas estruturas sociais (...). (1982, p.251).

Nesta forma de sociedade dominada pela racionalização, Weber não enxerga com bons olhos a possibilidade de realização da liberdade humana. Gerth e Mills (1982) interpretam esta posição de Weber como reveladora de um *pessimismo defensivo quanto ao futuro da liberdade* e que se configura como um dos temas principais da sua obra. Ainda no entender destes autores, quando Weber salienta, por exemplo, o declínio do mestre ou do humanista e a ascensão do especialista técnico ou do perito nas sociedades burocratizadas, ele estaria a revelar mais *uma das provas das menores oportunidades de realização de liberdade* na sociedade moderna (1982, p.92).

A CRÍTICA AO ESCLARECIMENTO NA DIALÉTICA NEGATIVA DA PRIMEIRA ESCOLA DE FRANKFURT

No decorrer do século XX, principalmente após as experiências das 1ª e 2ª Guerras Mundiais, dos campos de concentração, do nazismo, do fascismo e do stalinismo, bem como das catástrofes ecológicas, o otimismo diante do projeto iluminista torna-se cada vez mais problemático. Na acepção de Harvey (1994), o iluminismo perde, então, suas bases de sustentação, pois aumentam as suspeitas de que o seu projeto estava fadado a voltar-se contra si mesmo e a transformar a busca pela emancipação num sistema de opressão universal, em nome da libertação humana.

É neste cenário marcado pela desilusão com o projeto iluminista, que os teóricos marxistas da primeira Escola de Frankfurt, principalmente Adorno e Horkheimer, particularmente na obra *Dialética do Esclarecimento*, publicada inicialmente em 1944, e reeditada em 1947 e 1969, retomam a reflexão weberiana sobre o triunfo da razão instrumental na modernidade e a desenvolvem ao máximo, nas suas críticas ao Iluminismo. Ao discutirem sobre o conceito de Esclarecimento, Adorno e Horkheimer argumentam que

[n]o sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. (Adorno e Horkheimer, 1985, p.19).

Nessa passagem, logo de início, fica claro o teor da crítica desenvolvida por Adorno e Horkheimer (1985), pois segundo eles, a pretensão do esclarecimento em libertar os homens do medo e torná-los senhores, mediante o uso da razão, acabou por eliminar a imaginação e conduzi-los à *calamidade triunfal*, à *vida danificada*⁸, considerada, então, como conseqüência do desenvolvimento do programa do esclarecimento e de sua adequação aos preceitos da dominação burguesa. A expressão máxima deste programa, ainda de acordo com estes pensadores, pode ser traduzida na hegemonia do positivismo tecnicista e de sua racionalidade instrumental e pragmática na experiência moderna, dando origem a fenômenos como o nazismo, o fascismo e o stalinismo.

Argumentando ainda sobre o esclarecimento, Adorno e Horkheimer (1985) ressaltam o quanto Bacon, ao articular saber e poder conseguiu perceber, de fato, a natureza da ciência que se desenvolveu após suas proposições. Ciência esta interpretada pelos frankfurtianos como essencialmente de caráter dominador, pois como salientam,

Bacon capturou bem a mentalidade da ciência que se fez depois dele. O casamento feliz entre o entendimento humano e a natureza das coisas que ele tem em mente é patriarcal: o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem a escravização da criatura, nem a complacência em face dos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no

⁸ Estas são expressões utilizadas pelos dois pensadores para se referirem ao triunfo da racionalidade instrumental e pragmática na vida cotidiana moderna, cujas premissas, segundo eles, conduzem à homologação cultural, à padronização das condutas e comportamentos, portanto, a indiferenciação como marca da experiência societal. E isto em razão da potencialização dos meios e instrumentos de manipulação do sistema, com o advento da indústria cultural, do nazifascismo e do stalinismo.

campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem. (Idem, p.20).

No entender destes pensadores, a essência deste saber que se desenvolve com base no programa do esclarecimento, a chamada ciência moderna, é a técnica, a qual,

(...) não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital (...) No trajeto para a ciência moderna, os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e a probabilidade (...) O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento. (...) O esclarecimento é totalitário. (Idem, p.p. 20, 21,22).

Mediante estas reflexões, Adorno e Horkheimer (1985) se posicionam de forma crítica e se distanciam do projeto iluminista, pois para eles este projeto já nasce com uma pretensão totalitária, na sua intenção de desmistificar, desencantar e dominar a natureza. É esta pretensão que acaba por favorecer o triunfo do objetivismo, da razão pragmática e instrumental, que a tudo homogeneiza, contribuindo para a eliminação do incomensurável, a saber: a diferença, o que não pode ser quantificado e mensurado, num mundo completamente racionalizado e administrado burocraticamente.

A chamada *dialética negativa* desenvolvida por estes pensadores e sua posição pessimista em relação ao programa do esclarecimento chega ao seu ápice na obra intitulada *A mínima moralia: reflexões a partir da vida danificada*, uma espécie de diário escrito por Adorno nos anos 40, em que tece considerações sociais e antropológicas sobre a vida cotidiana nas sociedades dominadas pela racionalidade instrumental e pragmática. Publicada em 1951, sua dedicatória é oferecida a Horkheimer, *in memoriam*. Em alguns trechos desta dedicatória pode-se perceber a radicalidade das reflexões de Adorno, quando analisa a sociabilidade de seu tempo, cuja marca, a seu ver, seria a homologação cultural:

[O] olhar lançado à vida transformou-se em ideologia, que tenta nos iludir escondendo o fato de que não há mais vida. (...) Em face da concórdia

totalitária que apregoa imediatamente como sentido a eliminação da diferença, é possível que, temporariamente, até mesmo algo da força social de libertação tenha-se retirado para a esfera individual. Nela a teoria crítica se demora e isso não somente como má consciência. (Adorno, 1993, p.8,10).

As reflexões de Adorno e Horkheimer (1985) emergem num contexto em que tanto a experiência do nazifascismo, quanto àquela do stalinismo são vivenciadas e compreendidas por eles como expressões máximas do ideal da ciência moderna. Em razão da emergência destes fenômenos e da indústria cultural na era fordista-keynesiana⁹, os dois pensadores passam a investigar os novos meios de “manipulação” histórico-social do sistema capitalista. A indústria cultural e sua incidência na vida privada dos indivíduos; o comportamento e a formação da personalidade autoritária; bem como a indiferença social, a apatia e a crise nos laços sociais tornam-se questões fundamentais discutidas por ambos.

Podemos afirmar, então, que na ótica destes pensadores, a pretensão da ciência moderna em construir um saber com vistas a tornar os homens senhores e possuidores da natureza não conhecerá limites, pois além de abolir as perguntas relativas ao sentido e ao valor, contribuiu para consolidar os processos de manipulação e dominação político-culturais da burguesia e das burocracias socialistas. Para eles, essa perspectiva de ciência acha-se consubstanciada na hegemonia do positivismo tecnicista na modernidade, cuja forma de racionalidade instrumental e pragmática não deixa espaço para as questões relativas ao sentido, ao valor e oblitera as diferenças, impedindo sua auto-expressão.

⁹ O fordismo-keynesianismo é interpretado por Harvey (1994) como regime de acumulação e modelo de regulação social emergente após a 2ª Guerra Mundial, o qual se tornou uma experiência hegemônica nos países ocidentais, cujos traços constitutivos são: a produção em massa, padronizada e indiferenciada (industrialização com base na linha de montagem e produção de base taylorista/fordista); o consumo de massa (apoiado na emergência e expansão da Indústria Cultural); e à intervenção do Estado na regulação da economia e na questão social, visando garantir o chamado “pleno emprego”, de orientação econômica keynesiana. Corresponde a um período considerado como dos “trinta anos gloriosos”, em que se observa uma tendência de estabilização da economia, com crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social de equipamentos capazes de subsidiar a infraestrutura básica para o crescimento da industrialização, bem como de políticas públicas para assegurar o consumo. Cf. David HARVEY. *Condição Pós-Moderna*. p.p.121-162.

A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO NOS ANOS 60 E 70: AS CRÍTICAS À MODERNIDADE EM LYOTARD E VATTIMO

A ampliação do sentimento antimoderno e a desilusão perante o projeto iluminista, embora com caráter diferenciado da crítica estabelecida pela primeira Escola de Frankfurt e de suas denúncias da homologação cultural, graças à expansão das técnicas de manipulação na era da indústria cultural, explodem nas décadas de 60 e 70. É nestas décadas que se costuma enunciar a emergência da chamada pós-modernidade e do pensamento pós-moderno.

A década de 60 é considerada por Jameson (1992, p. 84) como a época em que os “nativos”, tanto da Europa, quanto do Terceiro Mundo *tornaram-se seres humanos*, no sentido de virem a público e se auto-expressarem como sujeitos políticos. São deflagrados, então, movimentos de *descolonização interna e externa*. Internamente, na Europa e EUA, aparecem os movimentos contestatórios das mulheres, das minorias, dos marginais. *Emergem novas categorias sociais: o colonizado, a raça, a marginalidade, o gênero e similares*. Externamente, no Terceiro Mundo, observa-se à efervescência de movimentos de descolonização na África Inglesa e Francesa, ao lado do surgimento de modelos político-culturais apresentados como alternativas ao capitalismo, sob a influência da Revolução Cubana (1959), e, subseqüentes tentativas de libertação nacional no Chile e em outros países latino-americanos.

O questionamento aos pilares da razão moderna e o desmonte dos projetos políticos orientados pelo Iluminismo emergem em meio às críticas e indagações colocadas pela chamada “nova esquerda”. Os movimentos de contestação político-cultural - a contracultura¹⁰, a revolução cultural e a “revolução sexual” que tiveram como protagonistas centrais os estudantes, as mulheres, os homossexuais e as denominadas minorias étnicas e raciais, trouxeram à tona temas considerados, até então, tabus no seio da esquerda

¹⁰Sobre a contracultura, a revolução cultural e a chamada revolução sexual nos anos 60/70, cujo acontecimento considerado central na sua expressividade é a denominada Revolução de Maio 1968, que trouxe à tona novos protagonistas sociais como os jovens, as mulheres, os negros, os homossexuais, entre outros, cf. Edgar MORIN. *Cultura de massas no século XX: necrose*. V. 2. Trad.br. Maura Ribeiro Sardinha. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.p.127-193; Eric HOBBSBAMM. *Revolução Cultural*. In: *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1990*. Trad.br. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.p.314-336.

tradicional e radicada no poder. Questões relativas à sexualidade, à autonomia, à liberdade, à diversidade, à democracia, à pluralidade adquirem visibilidade e colocam na ordem do dia, a necessidade de estudo do cotidiano, do fragmento, do particular, das diferenças em contraposição às questões tidas como gerais ou às concepções homogeneizadoras acerca dos sujeitos da revolução.

A desconstrução das utopias emancipatórias modernas, sob o impacto destes acontecimentos e da crise societária que se anunciará nas décadas subseqüentes o enfraquecimento do fordismo-keynesianismo¹¹, o advento de novas transformações tecnológicas e a reestruturação do capitalismo configura-se como o horizonte em que se enuncia o surgimento das primeiras obras tidas como pós-modernas, a exemplo do livro intitulado *A condição pós-moderna*, de Lyotard, publicado em 1979.

Nesta obra, o filósofo francês pretende discutir a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas, consideradas, então, como sociedades *pós-industriais* e *pós-modernas*. Na sua acepção, o sentido da palavra pós-modernidade *designa o estado da cultura após as transformações que afetam as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX*. Estas transformações referem-se, sobretudo à *crise dos relatos*. (2004, p. xv).

Para Lyotard (2004), a ciência moderna originalmente entra em conflito com os relatos, pois segundo suas próprias regras e critérios, os relatos são tidos como fábulas, cuja linguagem é narrativa. No entanto, no seu entender, a filosofia e principalmente as filosofias da história são espécies de *metarrelatos* que foram utilizados para legitimar a ciência moderna, a partir do Iluminismo. Como exemplos de *metarrelatos* ou *grandes narrativas* ele cita a *Dialética do Espírito*, numa referência a Hegel; a *hermenêutica do sentido*, numa alusão a Dilthey, Gadamer, entre outros; a *emancipação do sujeito racional*, remetendo a Kant, ou *do trabalhador*, referindo-se a Marx.

Ainda segundo o filósofo francês, a regra do consenso que rege tais relatos, ao anunciarem uma verdade, só é tida como aceitável se esta se inscreve na perspectiva de *uma unanimidade possível de mentalidades*

¹¹ Sobre o regime de acumulação e modelo de regulação social fordista-keynesiano e sua crise nos anos 60/70, cf. David HARVEY. Op.cit. P.p.135-184.

racionais. Ou seja, por trás das verdades ditas nestes grandes relatos haveria o pressuposto do consenso acerca da razão universal. Assim, para Lyotard este teria sido o *relato das luzes*, em que o *herói do saber trabalha por um bom fim ético-político, a paz universal e assim se legitima o saber através de um metarrelato*. (p. xv, xvi).

De uma maneira simplificada, diz Lyotard (2004, p.xvi), considera-se pós-moderna a *incredulidade em relação aos metarrelatos*, e isto como um efeito do progresso das ciências, de sua pulverização e diferenciação, bem como da crise da filosofia metafísica e da própria instituição universitária que dela dependia, no cenário de sociedades cada vez mais informatizadas. Sua hipótese é de que há *uma mudança no estatuto do saber nas sociedades informatizadas, que entram, segundo ele, na era pós-industrial e suas culturas na idade pós-moderna*. (Idem, p.5).

Apesar de identificar como um dos marcos desta mudança o final dos anos 50, no século XX, quando remete ao fim da reconstrução da Europa do pós-guerra, Lyotard (2004) prefere optar por não se prender a periodizações, quando destaca esta mudança no estatuto do saber, afirmando sua disposição em tratá-la por meio de uma característica peculiar ao seu objeto - o *saber científico* - considerado, então, *como uma espécie de discurso*, o qual é regido segundo códigos, normas e regras próprias como um *jogo de linguagem* (Idem, p.3).

A ciência é, assim, interpretada como mais um dos *jogos de linguagem*, que fazem parte da sociabilidade humana e que garantem os vínculos sociais, em sua dimensão *agônística*. Tais jogos possuem enunciados diversos, sendo impossível unificá-los numa linguagem universal.

De acordo com o autor, *as informações tecnológicas incidem sobre este saber científico nas suas duas funções*, quais sejam, a pesquisa e a transmissão, de modo que este

[n]ão pode mais se submeter aos novos canais e tornar-se operacional, a não ser que o conhecimento possa ser traduzido em quantidades de informação (...). Com a hegemonia da informática, impõe-se uma certa lógica e, por conseguinte, um conjunto de prescrições que versam sobre os enunciados aceitos como “de saber”. (Idem, p.4).

Continuando sua argumentação, Lyotard (2004, p.4) afirma que esta lógica conduz a uma *exteriorização do saber em relação ao sujeito que sabe*, ao sujeito do conhecimento. Sua lógica se assenta nos critérios da eficiência e do desempenho, que são exigidas pelos compradores de saber, então transformado em quantidades de informação. Assim, a antiga proposição sobre a qual *a aquisição do saber é indissociável da formação do espírito, e mesmo da pessoa, segundo ele, cai e cairá cada vez mais* em desuso. Nas sociedades informatizadas,

[o] saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim, perde o seu valor de uso. (idem, p.p.4,5).

É neste cenário de mudança no estatuto do saber, o qual se torna a *principal força de produção*, ao ser transformado em mercadoria funcional ao aumento do poder, em quantidades de informações que podem ser vendidas e trocadas, que Lyotard (2004) argumenta sobre a crise de sua legitimação. Tal crise é compreendida sobretudo como *a crise das metanarrativas e dos determinismos*, que perdem sentido com a hegemonia da informática e sua incidência sobre o discurso da ciência.

Como ficaria, então, o problema da legitimação do saber diante da impossibilidade do recurso às grandes narrativas, ao *relato das luzes*, para fundamentar a ciência? A esta questão o autor responde da seguinte maneira: a ciência pós-moderna ao interessar-se

[p]elos indecidíveis, nos limites da precisão do controle, pelos quanta, pelos conflitos de informação não completa, pelos fracta, pelas catástrofes, pelos paradoxos paradigmáticos, torna a teoria de sua própria evolução descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. Muda o sentido da palavra saber e diz como esta mudança pode se fazer. Produz, não o conhecido, mas o desconhecido. E sugere um modelo de legitimação que não é de modo algum o da melhor performance (critério da eficiência e do desempenho), mas o da diferença compreendida como paralogia. (Idem, p.108).

Ao argumentar sobre a ciência pós-moderna, o autor pretende deixar claro que o recurso as metanarrativas para legitimar o saber *está excluído*, assim como o princípio do consenso lhe parece insuficiente, pois este é apenas *um horizonte, jamais ele é atingido*. A ênfase, então, passa a ser na *paralogia*, no *dissentimento*, cuja determinação é *sempre local*. É neste sentido que afirma:

[é] preciso supor um poder que desestabilize as capacidades de explicação e que se manifeste pela regulamentação de novas normas de inteligência, ou se se prefere, pela proposição de novas regras para o jogo de linguagem científico, que irão circunscrever um novo campo de pesquisa. (Idem, p. 112).

Argumentando, também, acerca da pós-modernidade, e se posicionando de maneira diversa de Lyotard, o filósofo italiano Gianni Vattimo, na obra denominada *A sociedade transparente*, publicada inicialmente em 1989, defende que o termo pós-moderno, apesar dos modismos e da necessidade de se guardar distância frente aos seus usos comuns, *têm um sentido*. E este está relacionado *ao fato de a sociedade em que vivemos ser uma sociedade da comunicação generalizada, a sociedade dos mass media*. Nesta sociedade, segundo o autor, se processa *o fim da modernidade*, entendida como *a época em que o ser moderno se colocava como valor determinante*, em contraposição ao que se julgava como tradição (1991, p.9).

A cultura moderna, compreendida por Vattimo (1991) como *o culto ao novo, ao original, ao autêntico* e cuja novidade é associada ao ideal iluminista, com sua pretensão de alcançar o progresso, a emancipação humana universal, por meio do esclarecimento, da razão, da ciência, *chegou ao fim*. E este fim deve-se, segundo ele, *à impossibilidade de se falar da história como algo universal*, com o advento da sociedade da comunicação generalizada. (p.p. 9,10)

Assim, pensar a história como processo unitário só era possível porque tal pensamento se ancorava na existência de *um centro a partir de onde se recolhiam e ordenavam os acontecimentos*. Este centro, segundo Vattimo (1991), era o Ocidente, tido como o lugar da civilização, estando os “primitivos” e os “povos em vias de desenvolvimento”, às margens.

Esta concepção de história, segundo Vattimo (1991), já teria sido criticada pela filosofia dos séculos XIX e XX, a exemplo de Marx e Nietzsche, que revelaram seu caráter ideológico. Portanto, para ele *não existe uma história*

única, existem sim imagens do passado, propostas por pontos de vista diversos e é, no seu entender, ilusório pensar que há um ponto de vista supremo, globalizante, capaz de unificar todos os outros. (p.11).

A crise na idéia de história como curso unitário, segundo este autor, põe em crise também a idéia de progresso, ou seja, a perspectiva de que haveria uma finalidade na história, uma teleologia, em termos de prescrição de um rumo ou de *um plano racional, seja de melhoria, emancipação, educação* (Idem, p.11).

Esta crise na concepção de história, para Vattimo (1991), não se dá somente em função das críticas feitas ao historicismo no plano das idéias, mas, sobretudo graças à revolta dos primitivos e colonizados, que implodiram o colonialismo e o imperialismo do Ocidente como centro. Podemos situar as suas reflexões no horizonte do que já foi aludido por Jameson (1992), particularmente quando este último se refere aos processos de descolonização interna e externa no Ocidente já em curso na década de 60.

Igualmente, a implosão dos pontos de vista centrais, das grandes narrativas, na acepção de Vattimo (1991), é decorrente também dos *mass media* e do poder que estes detêm na sociedade da comunicação generalizada. Numa perspectiva contrária a de Adorno, que defende a tese da homologação cultural e da padronização das diferenças graças à ação manipulatória da indústria cultural no capitalismo tardio, o pensador italiano advoga que os *mass media* contribuíram para uma pulverização do princípio de realidade como algo forte, multiplicando as visões de mundo, *dando a palavra às minorias, culturas e sub-culturas diversas*. Esclarecendo essa posição ele ressalta:

[p]odemos, certamente objectar que a esta tomada de palavras não correspondeu uma verdadeira emancipação política o poder econômico está ainda nas mãos do grande capital. E fiquemos por aqui não quero alargar demasiado a discussão neste domínio; o facto é que a própria lógica do “mercado” da informação requer uma contínua dilatação deste mercado e exige conseqüentemente que “tudo” se torne, de certo modo, objecto de comunicação.(idem, p. 14).

Assim, nas palavras de Vattimo (1991), o que determinaria a *passagem da nossa sociedade para a pós-modernidade* seria, num processo

interligado com o fim ou pelo menos a transformação radical do imperialismo europeu, essa multiplicação vertiginosa da comunicação, esta "tomada de palavra" por parte dum número crescente de subculturas (e que é, segundo ele) um efeito mais evidente dos mass media. (Idem, p. 14).

Neste sentido, a informação generalizada e em tempo real, no plano da simultaneidade, descentraliza a perspectiva de uma visão única e torna problemática a própria idéia de realidade como algo forte, seguro, objetivo. Para ele, na sociedade dos *mass media* ocorre, então, a transformação do *mundo real em fábula*. E nesta sociedade, na sua acepção,

se temos uma idéia da realidade esta, na nossa condição de existência tardo-moderna, não pode ser entendida como um dado objectivo que se situe a um nível inferior, para lá das imagens que nos dão os média. (Idem, p.15).

A realidade passa a ser compreendida, então, como

o resultado do encadeado de relações de "contaminação", das múltiplas imagens, interpretações, reconstruções que, em concorrência entre si, ou de algum modo, sem qualquer coordenação "central", os media distribuem. (Idem, p.15).

E esta sociedade da comunicação generalizada, indaga o filósofo, seria, então, uma sociedade transparente, no sentido de mais esclarecida? A este respeito, argumenta: a sociedade pós-moderna e os *mass media* como seu corolário, não a tornam "mais transparente", mais consciente de si, "mais iluminada", mas a tornam uma sociedade mais complexa ou mesmo caótica e é precisamente neste "caos", afirma ele, que residem nossas esperanças de emancipação. (Idem, p. 12).

Na sociedade pós-moderna, na interpretação do autor, ocorre, então, uma mudança no ideal de emancipação. Ao invés de um processo de *autoconsciência completamente definida*, no sentido de um *perfeito conhecimento de quem sabe como estão as coisas* (numa alusão ao *Esclarecimento*, ao *Espírito Absoluto de Hegel* e ao *homem já não escravo da ideologia* de Marx) estaria a surgir, então,

(...) um ideal de emancipação que na sua base reflecte oscilação, pluralidade e finalmente, a erosão do próprio “princípio de realidade”. (...) Neste caso, a emancipação consiste mais no desenraizamento, que é também, e simultaneamente, libertação das diferenças, dos elementos locais, de tudo aquilo que podemos chamar, no seu conjunto o dialecto. (Idem, p.15, 16).

Ainda esclarecendo sobre o sentido desta mudança no ideal de emancipação na sociedade pós-moderna, o pensador italiano argumenta que este *efeito emancipador da libertação das racionalidades locais* não é, entretanto, apenas a garantia de cada um poder ser reconhecido na sua autenticidade, na perspectiva *do que cada um é “verdadeiramente”*, numa alusão ao que compreende como *ainda* uma visão metafísica da emancipação. *O sentido emancipador da libertação das diferenças*, para ele, *consiste mais no complexo efeito de desenraizamento que acompanha o primeiro efeito de identificação*. Nas palavras de Vattimo,

[s]e falo o meu dialecto, afinal num mundo de dialectos, também estou consciente de que ele não é a única “língua”, mas precisamente um dialecto entre outros. Se professo o meu sistema de valores religiosos, estéticos, políticos, étnicos neste mundo de culturas plurais, terei também uma consciência aguda da historicidade, contingência e limitação de todos estes sistemas, a começar pelo meu. (...) Viver neste mundo multifacetado, significa fazer a experiência da liberdade como oscilação contínua entre pertença e desenraizamento. (Idem, p.p. 17, 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro momento, antes mesmo de destacar as críticas ao pensamento pós-moderno, as quais são arroladas por diferentes autores, situados nas mais diversas posições teóricas no âmbito das ciências humanas e da filosofia, torna-se necessária uma compreensão sobre o horizonte de sentido em que os autores pós-modernos se situam, bem como acerca do teor de suas críticas à modernidade, seus significados para o pensamento social, e as questões que eles colocam para o debate contemporâneo.

Num segundo, é válido esclarecer que embora possamos destacar aspectos comuns entre os pensadores pós-modernos, não há uma

homogeneidade de pensamento e de posições teóricas que possam ser arroladas tão facilmente no rótulo pós-moderno, o que dificulta uma crítica conseqüente, a não ser que embasada na leitura das obras dos que se consideram situados neste horizonte.

Há que se evitar, por exemplo, os riscos das categorizações apressadas, muitas das quais partindo de uma identificação das supostas bases que fundamentam os pós-modernos, já procuram classificar, equivocadamente, pensadores como Nietzsche, Adorno, Foucault e até Bourdieu e Habermans como pensadores situados nesta perspectiva, perdendo de vista a complexidade do próprio desenvolvimento do pensamento destes autores ao longo das suas trajetórias de vida individual e intelectual, as singularidades de cada uma das suas obras e o seu conjunto, bem como os contextos histórico-filosóficos em que elas poderiam ser situadas.

As críticas à modernidade e, sobretudo ao projeto civilizatório proposto pelo esclarecimento, como foi possível se observar em linhas muito gerais neste breve ensaio, nascem simultaneamente à sua própria emergência. Há, portanto, que se ter claro que nem toda crítica à modernidade anuncia um rompimento com a mesma, envereda no terreno do irracionalismo, descarta as possibilidades de emancipação histórico-social ou pode ser situada no horizonte dito pós-moderno. Bastaria aqui nos lembrarmos de autores tão diversos como Dilthey e Nietzsche, Marx e Weber, Adorno e Habermans, entre tantos outros, cujas críticas à modernidade e/ou ao projeto da ciência moderna assumem feições ora de ruptura, ora de continuidade no contexto da tensão originária e da ambigüidade que marcam a própria modernidade.

Outrossim, há que se atentar, considerando as diferentes posições assumidas pelos pós-modernos, dos quais destacamos apenas dois que se auto-apresentam como tais, para o fato de que nem sempre podem ser facilmente classificadas como conservadoras e presas a uma lógica da presentificação.

É necessário ainda destacar um aspecto que considero fundamental no pensamento pós-moderno e que talvez nos ajude a relativizar nossas pretensões absolutistas no tocante às possibilidades e ao alcance do saber científico. Trata-se, pois, da sua ênfase no outro da razão, no que teria sido esquecido, subsumido ou reduzido com a prevalência da lógica cartesiana na

ciência moderna, a saber: a problemática da diferença, da imaginação, do imponderável, da heterogeneidade, da pluralidade.

Assim, as críticas de alguns autores pós-modernos às chamadas metateorias e suas ênfases no caráter local do conhecimento, suas desconfianças quanto ao universalismo e às generalizações podem traduzir, sobretudo, à intenção de não se incidir nos riscos já conhecidos do etnocentrismo, que tem o Ocidente como centro, bem como de destacar o caráter parcial, limitado e falível do saber científico. Portanto, há que se reconhecer esta dimensão antiautoritária presente no pensamento pós-moderno, bem como relativizar as pretensões da ciência calcada no projeto iluminista, cujas críticas, como já percebemos, também têm uma longa tradição.

Feitas estas ponderações, adentremos, agora, nos principais questionamentos e críticas desenvolvidas ao pensamento pós-moderno. Um dos principais problemas apresentados diz respeito ao risco do relativismo, em razão da defesa por parte dos pensadores situados nesta perspectiva, da impossibilidade de se construir um saber que possa dar conta da totalidade da experiência social, que seja universalmente válido, decorrendo daí, a ênfase no caráter local do conhecimento e a defesa das múltiplas visões de mundo, e do pluralismo.

Neste caso, a crítica se dirige quer à impossibilidade de se construir um saber que tenha a pretensão de dar conta do todo, quer à improbabilidade de sua universalização, pois se argumenta que ausência de critérios de julgamento e tomada de posição em relação ao presente, pode conduzir a uma aceitação indiscriminada ou à indiferença diante de uma gama de posições problemáticas, culminando na defesa de particularismos, na indiferença e/ou tolerância em relação a experiências como o neonazismo, neofascismo, etc, em nome da defesa do pluralismo.

Uma outra questão problemática, articulada às anteriores, é a ausência de um posicionamento crítico de alguns pós-modernos diante dos rumos tomados pelo capitalismo contemporâneo, em razão da dita impossibilidade de se pensar o sentido na história, com base numa perspectiva de totalidade. Corre-se o risco, aqui, de se incidir numa lógica da presentificação, desconsiderando-se a emancipação histórico-social como projeto e como possibilidade coletiva.

Decorrente destas posições pode-se incidir na aceitação acrítica de experiências contemporâneas identificadas, inclusive por alguns pensadores pós-modernos, a exemplo de Vattimo (1991), quando salienta a experiência do estetismo na sociabilidade contemporânea, fruto da expansão dos mass média e do poder que estes adquirem no contexto atual. O caráter problemático desta aceitação, além de revelar uma posição niilista, pode conduzir à indiferença em relação à dessomatização dos liames sociais e aos riscos de destruição do tecido social, ante a superficialização dos conteúdos e valores que marcam o fenômeno do estetismo.

A presença destes e de outros problemas no pensamento pós-moderno, não inviabiliza, no entanto, a possibilidade de um reconhecimento das suas críticas às posições onipotentes desenvolvidas com base na hegemonia do projeto cartesiano na ciência moderna, bem como suas contribuições na identificação de fenômenos contemporâneos como a experiência da estetização no âmbito das relações sociais contemporâneas. Trata-se, igualmente, de estabelecer um diálogo crítico com suas produções, a fim de se realizar um diagnóstico mais complexo das questões que envolvem a nossa experiência no presente histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, Maria Amália...et al. A indução para o conhecimento e o conhecimento para a vida prática: Francis Bacon (1561-1626). In: **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988, p.p. 190, 197.

_____. A dúvida como recurso e a geometria como modelo: René Descartes (1596-1650). In: **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988, p.p.198, 208.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor. **Mínima Moralia: reflexões a partir da vida danificada**. Trad. Luiz Eduardo Bica, Guido de Almeida. 2ª Edição. São Paulo, Editora Ática, 1993.

BERMAN, Marschall. **Tudo que sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioratti. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

CARVALHO, Sérgio Lage T. A saturação do olhar e a vertigem dos sentidos. In: **Revista USP. Dossiê Sociedade de Massa e Identidade**. Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. N° 1 (mar. / mai. 1989). São Paulo, SP: USP, CCS, 1989. p.p. 128, 154.

DESCARTES, René. Discurso do Método. In: **Os pensadores**. Trad. J Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo, Nova Cultural, 1991, p.p. 25, 71.

HABERMANS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. br. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 4ª Edição. São Paulo, Edições Loyola, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. br. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: **Pós-Modernismo e Política**. (Org). Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.p.81, 126.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Trad. br. Ricardo Corrêa Barbosa. 8ª Edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Marco Aurélio Garcia, Leandro Konder. 3ª Edição. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

_____. **A ideologia alemã**. 10ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. 2. Necrose. Trad. br. Agenor Soares Santos. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. (Org). H.H. Gerth e C. Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1982.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A filosofia na crise da modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

ARTIGO

**RESENHA: LÉVI-STRAUSS, C. “Raça e História”
in Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro:
Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, pp 328-366**

Após a 2a. guerra mundial, em 1952, a UNESCO Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, propõe ao antropólogo francês, Claude Lévi-Strauss, a produção de um texto considerando o tema: Contribuição das Raças para a Civilização Mundial. Em função do cenário político e social instaurado à época, resta possível concluir que as intenções da Organização Internacional sobre o tema fundavam-se em questões étnicas, face à violenta demonstração dos horrores que a segregação racial fora capaz de causar, conforme prova a leva de violentados e mortos resultantes da 2a, guerra, em função de credo ou raça, ou razões outras que tentavam legitimar o injustificável: o horror da violência humana e do total desprezo à alteridade. É possível, também, imaginar a intenção apaziguadora da Organização em questão no sentido de afirmar que o desenvolvimento das civilizações e dos modelos sociais só foi possível graças à contribuição das raças, em sua diversidade, na construção e desenvolvimento histórico-cultural.

Filiado à escola de pensamento do estruturalismo francês, Lévi-Strauss, longe de atender imediatamente aos anseios da proposição, atuando conforme as intenções da Organização, que partiria, certamente, de uma análise baseada em conceitos sedimentados e, talvez, não discutidos suficientemente, ao contrário, aproveita-se do tema para uma reflexão acerca da conceituação e sedimentação de seus conceitos, no que respeita aos grupos humanos e seus modelos sociais, levando a uma

¹ Professora do curso de Direito da UFRR

profunda imersão na disposição humana de pré-conceituar fatos dos quais não se tem íntimo conhecimento, ao desconstruir e analisar cada categoria do tema, fugindo do efeito possível de formular uma teoria racista ao inverso.

Num texto anti-racista, o autor argumenta contra uma interpretação evolutiva da diversidade humana, explora a noção de progresso como não absoluta, criticando a concepção evolucionista de Leslie White que via o progresso como o aumento da quantidade de energia extraída per capita, entendendo, ao contrário, que esta visão leva à degradação no sentido da diminuição da diversidade per capita (p. 355). O olhar Lévi-straussiano não deixa impune a noção evolutiva de um processo histórico cumulativo, cujo pensamento tende a uma ocidentalização mundial.

Apesar do tempo em que foi escrito, o texto revela idéias bastante atuais, deixando antever, à época, uma preocupação do autor com a tendência de uma homogeneização das sociedades e das culturas, quando o modelo desenvolvimentista passa a sistematizar um padrão a ser alcançado pelos países menos desenvolvidos, num movimento linear que levaria ao gradual desaparecimento da diversidade cultural.

O texto aborda a questão do racismo escondido sob o tema proposto, pois que, observa o autor, se existe originalidade de contribuições culturais esta se deve a circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas, não estando relacionadas à constituição anatômica ou fisiológica dos negros, dos amarelos ou brancos, apontando como pecado original da antropologia a confusão entre a noção puramente biológica de raça e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas, concluindo que há muito mais culturas humanas que raças humanas. Daí porque falar em contribuição das raças para a civilização mundial pode, ao contrário de constituir fator integrador dos povos, redesenhar preconceitos ainda mal desenraizados de seu fundo biológico. Num primeiro passo, insta discutir o que sejam culturas diferentes.

Observa o autor que nas sociedades humanas existem tanto uma tendência ao particularismo quanto no sentido da convergência, ambas em elaboração simultânea, a exemplo da língua falada, que em países contíguos tomam algumas feições comuns em função da comunicação com a vizinhança. Mas também há o problema da diversidade dentro de cada sociedade, nos grupos que a constituem: castas, classes, onde também existem diferenças

internas que podem aumentar conforme se torne mais volumosa e homogênea esta sociedade. Assim, pois que a diversidade de culturas não se dá de maneira estática, porque as sociedades não estão sós, mesmo as que se acreditam mais isoladas desenvolvem relações com grupos ou feixes de grupos com contatos estreitos entre si, que, inevitavelmente, interferem no comportamento social e formação cultural de um povo, pois as diferenças entre um grupo e outro tanto pode nascer do isolamento quanto da proximidade. Inobstante, é mais em função das relações que unem os grupos que se tem uma diversidade cultural, e menos do isolamento dos mesmos, daí que essa diversidade não deve levar a uma observação fragmentadora.

Também é de observar-se que a ótica da diversidade cultural se vê historicamente embaçada pela lente do etnocentrismo, que resulta da observação de um grupo sob a perspectiva e valores da cultura do grupo observador, que a contrapõe com ares de superioridade sobre a cultura observada e de estranheza de seu entendimento, o que leva ao repúdio de formas culturais alienígenas, tachadas de desumanas, imorais ou selvagens, conforme aconteceu na antiguidade, quando o que não era comum à cultura grega era bárbaro, passando a civilização ocidental a usar o termo para o mesmo sentido de selvagem, que, além de significar o que é da selva, ultrapassa o sentido etimológico para evocar um gênero de vida animal, oposto à cultura humana. Assim, lança-se fora da cultura o que não se conforma com a norma sob a qual vive o observador, para o campo da natureza, dissociando os termos natureza e cultura, mesmo antagonizando-os, levando a entender que os selvagens são excluídos da humanidade, pois a noção do que é humano cessa nas fronteiras da tribo.

Mas proclamar a igualdade natural dos homens é negligenciar a diversidade, autorizar-nos a nos comportar como se ela não existisse, quando essa diversidade de raças, para o homem comum, é evidenciada pelos seus sentidos, ao perceberem-se africanos, europeus, asiáticos ou índio americano.

A tentativa de suprimir a diversidade cultural é o que ele chama de falso evolucionismo, tomando para a discussão o evolucionismo biológico e o cultural. A pergunta que fica é será que a humanidade, organizada sob modelos sociais, estes fruto de sua relação com o ambiente, evolui num movimento

linear progressivo? Será que o tacape encontrado sob as cavernas de determinado ambiente há anos, é a evolução de um instrumento análogo, só que mais rudimentar? Assevera o autor que a linha evolutiva biológica encontra respaldo teórico-científico, o que já não se pode dizer a respeito da cultura humana e seu processo de desenvolvimento histórico. Toma como exemplo a teoria relativista de Einstein, só que, observa, no plano da cultura dá-se o inverso: enquanto na teoria relativista constata-se que o que vem no sentido oposto é que corre mais rápido, no evolucionismo social tende-se a aceitar como evolução só o que caminha no mesmo sentido do observador, já o que corre em sentido contrário não é evolução. Não é progresso.

Para representar a idéia de progresso, os cientistas criaram esquemas das eras históricas: idade da pedra lascada, da pedra polida, do bronze, do ferro. Mas há suspeitas de que o polimento da pedra existia ao mesmo tempo e que as três formas coexistiram, constituindo-se não como etapas de um progresso em sentido único, mas como aspectos de uma realidade não estática, sujeita a variações e transformações muito complexas. A exemplo, o algarismo zero já era usado pelos Maias meio milênio antes dos hindus, de quem a Europa o recebeu através dos árabes. A discussão pode levar à consideração de haver uma cultura cumulativa e uma estacionária. Nesse ponto, entra ainda o olhar do observador, pois se tomarmos a América como dotada de uma história cumulativa, a posição de uma civilização dedicada a valores próprios que não interessem ao americano poderia deste modo, dizer que sua civilização tem uma história estacionária, pois não comunga dos mesmos valores deste que ora observa a América e seus valores.

Assim, a distinção entre as duas formas de história depende da natureza das culturas às quais se aplica, ou resulta da perspectiva etnocêntrica que sempre se coloca para avaliar uma cultura diferente, tal como tende a acontecer acerca da cultura indígena face a cultura dita branca: a tendência será sempre, então, a de considerar-se cumulativa a cultura que se desenvolve num sentido análogo ao do observador, a partir do que estaria dotado de significação, fazendo parecer que as demais culturas são estacionárias, não porque o são de fato, mas porque sua linha de desenvolvimento não é mensurável a partir do sistema de referência utilizado. A teoria do evolucionismo cultural acaba por dizimar e desconstruir as diferenças, acaba

com a diferença racial, pois a humanidade tende a atingir um igual padrão de desenvolvimento cultural: aquilo que difere é porque ainda não evoluiu.

A oposição entre culturas inertes e progressivas resulta de um problema de focalização. Há dados que registram um passado extremamente fértil, atestado pela perfeição das antigas técnicas do bronze e do marfim que superam, de longe, tudo o que o Ocidente praticava neste campo, na mesma época. E não são estas contribuições que devem reter a atenção: fenícios para a escrita; chineses para o papel, a pólvora e a bússola; o hindu para o aço... elementos são menos importantes que o modo pelo qual cada cultura os agrupa, retém ou exclui. E o que lhes dá originalidade é o modo pelo qual cada uma resolve os problemas, sua perspectiva de valores, cuja dosagem nunca é a mesma para cada cultura, tanto que a etnologia moderna tem-se dedicado mais a descobrir as origens secretas dessas opções do que em erigir um inventário de traços separados.

O autor ressalta que, a despeito de objeções acerca do etnocentrismo, é possível sim que cada cultura possa ter um olhar verdadeiro sobre outra. Mas a um olhar histórico é possível ver que todas as civilizações atribuem superioridade a uma delas: a civilização ocidental, em virtude de que todo o seu modo de vida, distrações, vestuário é imitado por outros grupos. Essa adesão unânime prova que uma civilização é superior a todas as outras, a ponto de que “o que países insuficientemente desenvolvidos censuram aos outros nas assembléias internacionais, não é que os estejam ocidentalizando, mas de não lhes darem os meios de se ocidentalizarem” (pp 349 a 350). Assim, de nada adiantaria defender a originalidade das culturas humanas contra elas mesmas. Mas essa adesão ao gênero ocidental, longe de ser espontânea, como gostariam de pensar os ocidentais, parece resultar mais de uma falta de escolha, diante da imposição de seus modelos a outros povos de forma ostensiva, seja por missões religiosas, soldados, etc.

Mas por que esse olhar absorto acerca do padrão cultural tão avançado dessa civilização, será que existe mesmo essa superioridade tecnológica? Aqui o autor pondera acerca do acaso e da civilização, com base na tendência de se atribuir as descobertas do homem no seu período “bárbaro” ao mero acaso, relegando o privilégio do esforço e da inteligência apenas às descobertas mais recentes, a exemplo da descoberta do fogo, cujo acontecimento relega-se ao

acaso do raio ou incêndio da mata, num período em que as invenções eram colhidas como se colhem frutos ou flores. Ao homem moderno os louros da genialidade e do labor. Essa idéia, segundo o autor, advém de uma visão ignorante da complexidade e diversidade das operações implicadas nas técnicas mais elementares, não havendo razão para a exclusão dos atos inventivos nestes casos. Existe o acaso, reconhece, não se refuta, mas este permanece estéril até que haja os esforços intencionais e dirigidos na funcionalidade pretendida. Assim, o acaso existiu na descoberta da eletricidade, da penicilina, não menos que nos eventos do fogo ou da fecho. As sociedades que chamamos primitivas não são menos ricas em homens como Pasteur e Palissy que outras épocas. Mas também imaginação e esforço criadores não determinam por si sós mutações culturais importantes, pois para tanto é preciso também que estejam presentes no processo a reunião de outros fatores, com uma orientação similar, num número suficiente de indivíduos, de forma a garantir um público ao criador. Esta condição, por sua vez, depende da confluência de fatores de natureza histórica, econômica e filosófica.

Em função dessas considerações, o autor entende que a civilização ocidental se mostrou mais cumulativa que as outras, que soube acrescentar melhorias ao capital neolítico inicial (escrita alfabética, aritmética e geometria), e se revelou foco de uma revolução industrial, de amplitude e importância só comparadas à revolução neolítica, sem esquecer outras revoluções, estas duas aparecem porque nosso sistema de referência permite mensurá-las, as outras se revelam sob a forma de fragmentos. Inobstante, ambas as revoluções ocorreram em épocas distintas, alhures e em domínios diferentes da vontade humana. A questão da prioridade não tem importância, porque o aparecimento simultâneo das mesmas perturbações tecnológicas mostra que essa prioridade não dependeu do gênio de uma raça ou cultura, mas de condições tão gerais que estão fora da consciência do homem.

A distinção entre história estacionária e história cumulativa não só é relativa aos nossos interesses como nunca consegue ser clara. Toda história é cumulativa, diferindo apenas no grau de cumulatividade. O absurdo de se declarar uma civilização superior a outra está em que elas não se podem observar sozinhas, mas em coligações. Na medida em que estivesse isolada,

uma sociedade não poderia se mostrar superior. Nenhuma cultura está só, é sempre dada em coligação com outras culturas.

Mas como foi possível a humanidade ter permanecido estacionária durante nove décimos, mais ou menos, de sua história? A história cumulativa não é propriedade de certas raças humanas ou culturas que se distinguiram das outras. Ela resulta mais da cultura que de natureza humana. A história cumulativa se apresenta como formas de histórias características que marcam os grupos de sociedade, ao passo que história estacionária, cuja existência o autor põe em dúvida, seria marca das sociedades isoladas.

Nesse contexto, por melhor intencionadas que sejam as tentativas para justificar a contribuição das raças humanas para a civilização, estes esforços são fúteis, segundo o autor, por falharem triplamente em sua finalidade: primeiro, o mérito atribuído de uma invenção à determinada cultura nunca é seguro; segundo, as contribuições culturais podem sempre repartir-se em dois grupos; terceiro, não existe contribuição sem beneficiário, e surge a indagação: quem é essa civilização mundial, beneficiária de todas essas contribuições? A noção de civilização apresenta-se pobre e cujo conteúdo intelectual e afetivo carece de densidade.

Ao contrário, o autor procura mostrar que a verdadeira contribuição das culturas consiste não na lista de suas invenções, mas no afastamento diferencial que oferecem entre si. A civilização mundial só poderia ser a coligação, em escala mundial, de culturas, preservando cada qual sua originalidade.

Mas se todo progresso cultural é fruto de uma coligação entre culturas, este jogo em comum poderia levar a uma homogeneização dos recursos de cada jogador, e a diversidade é condição inicial para tanto.

O dever sagrado da humanidade é evitar um particularismo cego, tendente a reservar o privilégio da humanidade a uma raça, cultura, ou sociedade e jamais esquecer que nenhuma fração da humanidade dispõe de fórmulas aplicadas ao conjunto, e que uma humanidade concebida num sentido único é inconcebível - seria uma humanidade petrificada.

A humanidade é rica de possibilidades imprevistas, e o progresso não é feito à imagem da “similaridade melhorada”, mas de percalços. A humanidade está seguindo em dois movimentos contínuos, um tendente a instaurar a unificação, o outro a manter ou estabelecer as diferenças. O antropólogo

finaliza chamando atenção das Organizações internacionais de que é preciso preservar a diversidade das culturas. Elas devem compreender que não bastará acalentar tradições locais e dar uma trégua no passado, mas entender que é a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu.

A diversidade de culturas ultrapassa as fronteiras do tempo e do espaço, estando aqui, ali, em todo lugar e sempre, construindo-se, evoluindo constantemente em ritmos distintos; ressalva que a reivindicação sensata é que essa diversidade se realize de forma a que contribua para uma maior generosidade das outras, devendo-se entender, neste ponto, a trilha inexorável do respeito às culturas diversas, que vai além do sentido da tolerância.

Boa vista, 29 de junho de 2007